

Cadernos de Geografia



Nº 36 - 2017

Imprensa da Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

Página deixada propositalmente em branco

Página deixada propositalmente em branco

Ficha Técnica

Diretor
Norberto Santos

Secretário
Manuel Alberto Mateus

Coordenação
Diretor e Subdiretores do Departamento de Geografia e Turismo
Coordenador do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território

Conselho Científico

Membros do Departamento de Geografia e Turismo

Fernanda Cravidão (cravidao@ci.uc.pt), Lúcio Cunha (luciogeo@fl.uc.pt), Paula Santana (paulasantana.coimbra@gmail.com), Luciano Lourenço (luciano@uc.pt), Norberto Pinto dos Santos (norgeo@fl.uc.pt), António Campar (campar@ci.uc.pt), Nuno Ganho (nganho@netvisão.pt), Rui Gama (rgama@fl.uc.pt), António Rochette Cordeiro (rochetecordeiro@fl.uc.pt), João Luis Fernandes (jfernandes@fl.uc.pt), Paulo Carvalho (paulo.carvalho@fl.uc.pt), José Gomes (jgs@fl.uc.pt), Helena Nogueira (helenamarquesnogueira@hotmail.com), Adélia Nunes (adelia.nunes@ci.uc.pt), Paulo Nossa (paulonossa@gmail.com), Fátima Velez de Castro (velezcastro@fl.uc.pt), Rui Ferreira de Figueiredo (ruiff@ci.uc.pt), Albano Figueiredo (geofiguc@gmail.com), Claudete Oliveira Moreira (claudete@ci.uc.pt), Luca Antonio Dimuccio (luca@ci.uc.pt), Isabel Paiva (isabelrp@ci.uc.pt).

Aposentados

Lucília Caetano (lucygeo@ci.uc.pt), João Victor Silva Pereira (jvsilvapereira@sapo.pt), Maria de Lurdes Roxo Mateus (mlroxo@hotmail.com)

Externos

Adriano Severo Figueiró - Univ. Federal de Santa Maria (adri.geo.ufsm@gmail.com), Aginaldo César - Univ. Federal Fluminense Fratucci (acfratucci@gmail.com), Alexandra Pereira - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (alexandramatospereira@gmail.com), Alexandre Panosso Netto - Univ. de São Paulo (panosso@usp.br), Ana Maria Ferreira - Univ. de Évora (amferreira@uevora.pt), Ana Monteiro - Univ. do Porto (anamonteirosousa@gmail.com), André Botequilha-Leitão - Univ. do Algarve (aleitao@ualg.pt), Andrea Cristina Conceição Lemos - Univ. Federal do Rio Grande do Sul (andrealemos.geo@gmail.com), António Alberto Gomes - Univ. do Porto (atgomes@netcabo.pt), António José Bento Gonçalves - Univ. do Minho (bento@geografia.uminho.pt), António Manuel Lopes - Univ. de Lisboa (antonio.lopes@campus.ul.pt), Antonio Nivaldo Hespanhol - Univ. Estadual Paulista (nivaldo@fct.unesp.br), Antonio Oliveira Jr. - Univ. Federal de Uberlândia (antonio.oliveira@ufu.br), António Vieira - Univ. do Minho (vieira@geografia.uminho.pt), Augusto Pérez Alberti - Univ. de Santiago de Compostela (augusto.perez@usc.es), Carlos Gonçalves - Univ. de Lisboa (c.goncalves@campus.ul.pt), Carminda Cavaco - Univ. de Lisboa (carminda.cavaco@campus.ul.pt), Catarina Ramos - Univ. de Lisboa (catramos@campus.ul.pt), Conceição Malveira Diógenes - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (conceicaomdiogenes@gmail.com), Cristiane Alcântara Santos - Univ. Federal de Sergipe (cristie09@gmail.com), Diogo de Abreu - Univ. de Lisboa (diogo.abreu@campus.ul.pt), Dirce Maria Suertegaray - Univ. de São Paulo (dircesuerte@gmail.com), Eduardo Brito-Henriques - Univ. de Lisboa (eduardo@campus.ul.pt), Eliane Carine Portela - Univ. de Caxias do Sul (elianecarineportela@gmail.com), Elsa Pacheco - Univ. do Porto (elsap@letras.up.pt), Elsa Peralta - Univ. de Lisboa (elsa.peralta@ics.ulisboa.pt), Felipe Pessoa de Melo Mestre Splinter - Centro Universitário AGES - UniAGES (felippemelo@hotmail.com), Gilian Evaristo França Silva - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (gilian.his@gmail.com), Jaime Serra - Univ. de Évora (jserra@uevora.pt), Jean-Noël Salomon - Univ. de Bordeaux III (jnsalomon@yahoo.com), Joana Lima - Univ. de Évora (jisl@uevora.pt), João Figueira de Sousa - Univ. Nova de Lisboa (j.fsouza@fch.unl.pt), João Lima Sant'Anna Neto - Univ. Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente (joalima@fct.unesp.br), João Mendes Rocha Neto - Univ. de Brasília (jmdrn@uol.com.br), João Sarmento - Univ. do Minho (j.sarmento@geografia.uminho.pt), Jorge Gaspar - Univ. de Lisboa (jorgegaspar@hotmail.com), Jorge Marques - Univ. Portucalense (jorgem@upt.pt), Jorge Umbelino - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (jorge.umbelino.pt@gmail.com), José Alberto Rio Fernandes - Univ. do Porto (jariofernandes@gmail.com), José António Tenedório - Univ. Nova de Lisboa (ja.tenedorio@fch.unl.pt), José Eduardo Ventura - Univ. Nova de Lisboa (je.ventura@fch.unl.pt), José Manuel Simões - Univ. de Lisboa (jmsimoes@campus.ul.pt), Josep Panareda - Univ. de Barcelona (panareda@trivium.gh.ub.es), Josefina Salvado - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) (josefina.o.salvado@gmail.com), Juan Antonio Garcia Gonzalez - Univ. de Castilla-La Mancha (juanantonio.garcia@uclm.es), Lorenzo López Trigal - Univ. de Léon (l.trigal@unileon.es), Luís Moura Ramos - Univ. de Coimbra (lmramos@fe.uc.pt), Luís Silveira - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (aviladasilveira@gmail.com), Marcello Tomé - Univ. Federal Fluminense (marcellotome@gmail.com), Marcelo Fragoso - Univ. de Lisboa (mfragoso@campus.ul.pt), Margarete Trindade Amorim - Univ. Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente (mccata@fct.unesp.br), Margarida Neto - Univ. de Coimbra (mneto@fl.uc.pt), Maria Celeste Eusébio - Univ. de Aveiro (celeste.eusebio@ua.pt), Maria do Rosário Borges - Univ. de Évora (mrborges@uevora.pt), Maria Goretti Tavares - Univ. Federal do Pará (mariagg29@gmail.com), Maria Helena Mesquita Pina - Univ. do Porto (helenapina@netcabo.pt), Maria João Aibéo Carneiro - Univ. de Aveiro (mjcarneiro@ua.pt), Maria João Alcoforado - Univ. de Lisboa (mjalcoforado@campus.ul.pt), Maria José Roxo - Univ. Nova de Lisboa (mj.roxo@fch.unl.pt), Maria Luíza Cardinale Baptista - Univ. Federal do Amazonas (malu@pazza.com.br), Maria Noémí Marujo - Univ. de Évora (noemimarujog69@gmail.com), Marina Monteiro Machado - Univ. Estadual do Rio de Janeiro (marinamachado@gmail.com), Mário Vale - Univ. de Lisboa (mario.vale@campus.ul.pt), Miguel Sopas Melo Bandeira - Univ. do Minho (bandeira@ics.uminho.pt), Miguel Padeiro - Univ. de Lisboa (jmpadeiro@campus.ul.pt), Mónica Brito - Sines Tecnopolo (monicabrito71@gmail.com), Nicole Dévy-Vareta - Univ. do Porto (nvareta@gmail.com), Norma Valencio - Univ. São Carlos (normaf@terra.com.br), Nuno Serra - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (nuno.serra@gmail.com), Paula Coelho Araújo - Univ. de Coimbra (pclaraujo@hotmail.com), Paulo Peixoto - Univ. de Coimbra (pp@uc.pt), Ramón García Marin - Univ. de Múrcia (ramongm@um.es), Rogério Haesbaert - Univ. Fluminense (rogergeo@uol.com.br), Rosemeri Melo e Souza - Univ. Federal de Sergipe (rome@ufs.br), Samuel Lima - Univ. de Uberlândia (samueldocarmolima@gmail.com), Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto - Instituto Federal da Bahia (cerqueiraneto.mg@gmail.com), Teresa Salgueiro - Univ. de Lisboa (tbs@campus.ul.pt)

Cadernos de
Geografia

Toda a correspondência
deve ser dirigida: Cadernos de Geografia
Departamento de Geografia e Turismo
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 COIMBRA - Portugal
Telefone: +351 239 857000 - Fax: +351 239 836733
E-mail: depgeotur@fl.uc.pt
www.uc.pt/fluc/depgeotur

Paginação: Tiago Serafino

Impressão: Simões & Linhares

Design gráfico: Marques Associados

Imagem da capa: Fotografia de Luísa Ferreira, 2003. Extrato de *Portugal Etnográfico*, de Maria Helena Abreu, 1956.

Cadernos de Geografia, nº 36 - 2017
ISSN: 0871-1623
ISSN Digital: 2183-4016
DOI: https://doi.org/10.14195/0871-1623_36
ERIPUS (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences)
Depósito Legal nº 2700/83
Tiragem: 100 exemplares

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos Autores

O suicídio em Portugal: ocorrências no Domínio Público Marítimo

Suicide in Portugal: occurrences within Maritime Public Domain

José Gouveia

Direção-Geral da Autoridade Marítima
javgouveia@gmail.com
ORCID: 0000-0001-8752-4648

Helena Nogueira

Departamento de Geografia e Turismo, Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Universidade de Coimbra
helenamarquesnogueira@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5724-3538

Resumo:

O suicídio é uma das principais causas de morte em todo o mundo. A OMS tem-se preocupado em prevenir este fenómeno que é hoje um problema global. Portugal acompanha o panorama internacional neste contexto, com uma taxa que ronda os 10 suicídios por 100 000 habitantes, valor que está abaixo da média europeia.

O objetivo geral deste trabalho é o de procurar identificar a realidade nacional neste domínio em termos de distribuição geográfica ao longo da extensão da costa marítima portuguesa, analisando, especificamente, a situação do Domínio Público Marítimo, comparando os resultados com o restante território.

São analisados dados do INE por concelho (entre 2000 e 2014) e da Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM), de 2010 a 2016. Com base nos dados recolhidos do INE é possível concluir que o fenómeno do suicídio em Portugal apresenta, em geral, uma preocupante tendência de aumento. Em termos da análise realizada por unidade territorial “município” verifica-se que existem áreas do território onde a taxa de suicídio é muito superior às restantes. Em números absolutos, é perceptível a maior incidência deste fenómeno em alguns concelhos do litoral. Numa análise da taxa de suicídio, os dados não são tão claros, à exceção do Porto e de Lisboa que continuam a destacar-se. Os dados da DGAM mostram o elevado número de suicídios em espaços do DPM, com quase 2 suicídios por mês. Este número, que aumentou de 2010 a 2012, mas decresceu desde então, tem a sua maior expressão em locais bem definidos como algumas infraestruturas e falésias com grande altura.

Palavras-chave: Suicídio; Domínio Público Marítimo; Litoral; Prevenção.

Abstract:

Suicide is one of the leading causes of death worldwide. World Health Organization (WHO) has been taking this phenomenon very seriously as it is considered nowadays a global concern. Portugal is no exception and follows the international tendency with the suicide rate around 10 in 100,000 inhabitants, still a number below the average of the European Union.

The purpose of this study is to better understand the Portuguese reality on this topic in terms of geographical distribution along the Portuguese maritime coast, focusing in the Maritime Public Domain (MPD) and comparing the results to the available data on the rest of the Portuguese territory.

We have carried out a study in which we analyze data collected by Statistics Portugal from 2000 to 2014 as well as by the Maritime Authority Directorate General (MADG) over a more extended period of time, from 2000 to 2016. According to the data collected it is possible to confirm that the number of suicides in Portugal is, in general, worryingly growing. Comparing the results by municipalities it is possible to verify that some areas of the Portuguese territory show a far higher rate of suicide than others. It is also possible to verify a higher incidence of suicides in some areas along the seacoast.

In a territorial analysis of the suicide rate, data is not so clear, with the exception of Oporto and Lisbon regions that keep standing out. Data collected by MADG show a high number of suicides in MPD spaces, with almost 2 suicides each month. This number, which has been increased from 2010 to 2012 but has declined since then, has its greatest expression in well-defined locations such as some high infrastructures and high cliffs

Keywords: Suicide; Maritime Public Domain; Seashore; Prevention.

Introdução

Não se sabe ao certo desde quando é que o ser humano se sentiu atraído por colocar fim à própria vida. No reino animal, embora haja situações em que os cientistas pensam que pode estar-se perante suicídio - como é o caso de algumas espécies de baleias, escorpiões, aranhas, aves ou lemingues, entre outros - não está provado que se trate deste tipo de fenómeno. No homem, também não se crê que o suicídio tenha surgido cedo na evolução da espécie, daí que não seja fácil perceber o motivo pelo qual esta forma de morte grassou entre os humanos. Hoje, é comumente aceite que é um fenómeno sociológico e, portanto, o seu início deve estar relacionado com a complexificação do processo de vida em sociedade.

São preocupantes os números mais atuais relacionados com o suicídio. De acordo com informação da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016), ocorre no mundo um suicídio a cada 40 segundos, o que equivale a cerca de 2200 por dia e próximo de 1 milhão por ano. Esta Organização estima que em 2020 este número possa subir para cerca de 1,5 milhões de mortes por ano. De salientar, a este respeito, que, por cada caso de suicídio consumado, existem cerca de 20 tentativas com o mesmo fim. Um dado igualmente preocupante, pela faixa etária a que refere, mostra que o suicídio mata hoje mais jovens do que o vírus VIH (OMS, 2015). São, de facto, números que merecem a atenção da sociedade e, em particular, dos que têm responsabilidades na área da saúde humana.

O suicídio tem sido objeto de inúmeros estudos e análises tanto a nível nacional como internacional, havendo múltiplas formas de o abordar enquanto tema de estudo. Um dos problemas associados ao suicídio prende-se com os custos económicos que acarreta, fazendo com que seja considerado um dos problemas sociais de maior impacto e uma das mais prementes questões da saúde pública.

O que leva um ser humano a pôr termo à vida é uma questão para a qual já muitos tentaram obter resposta, mas que continua a ser entendido como um conjunto de variáveis que fazem parte de uma fórmula difícil de resolver. O ato do suicídio tem sempre um significado, pois é através dele que se responde a problemas de diversa ordem que vão crescendo dentro do potencial suicida.

A ideia de fazer um trabalho sobre este tema surgiu de uma das últimas experiências profissionais do primeiro autor que, enquanto capitão do porto de Sines e Comandante Local da Polícia Marítima, mais especialmente nas funções de Comandante das

Operações de Socorro no espaço de jurisdição da Autoridade Marítima Nacional, onde se inclui o Domínio Público Marítimo (DPM), se viu confrontado com a necessidade de coordenar dezenas de ações de socorro a vítimas de diversas tipologias no DPM, onde se incluíram vários suicídios e muitas mais tentativas abortadas.

Neste trabalho, analisa-se a realidade nacional a este respeito a partir de dados do INE e da DGAM. Do ponto de vista geográfico, coloca-se o enfoque no DPM. O DPM compreende uma faixa costeira de 50 metros ao longo da costa e assume-se como uma parcela territorial de grande atratividade para a população.

O suicídio como tema de estudo

De acordo com o dicionário da língua portuguesa, da Porto Editora, o termo suicídio refere-se ao *ato ou efeito de suicidar-se*, de dar a morte a si mesmo, e tem origem no latim *sui* de “si”+“*cidĭu-*”, de *caedĕre*, “matar”.

O suicídio é um fenómeno que encerra, em si mesmo, uma grande complexidade, tendo sido alvo da atenção de muitos especialistas na área da saúde, mas também de filósofos e sociólogos. É um tema difícil de abordar, pela sensibilidade que encerra, mas nem por isso tem deixado de ser estudado quase até à exaustão. Existem, porventura, milhares de trabalhos escritos subordinados a este tema, tentando analisar meticolosamente que tipo de situações podem levar a que um ser humano decida, por vontade própria, e pela sua própria mão, pôr fim à vida.

A OMS (2016) considera dramática a situação mundial a este respeito, uma vez que o suicídio não afeta apenas o suicida; pelo contrário, tem repercussões a nível familiar, comunitário e mesmo de todo um país. Pode, assim, ser considerado um verdadeiro problema de saúde pública. A OMS refere ainda que as mortes por suicídio ultrapassam as provocadas por todos os conflitos mundiais.

Uma das principais abordagens a este fenómeno é feita, como já se disse, do ponto de vista sociológico, sendo esta a área científica que mais estudos têm produzido. Quase todos os trabalhos realizados neste contexto tem uma componente que procura soluções que permitam evitar este ato solitário ou coletivo¹. Se há situações em que a determinação é tão grande que o ato vai certamente ocorrer, independentemente do tempo, do local e da

¹ São conhecidos muitos casos de suicídios coletivos, ou em massa, em coletividades sociais ou religiosas em que todos os elementos cometem suicídio ao mesmo tempo.

forma, outras existem em que um acompanhamento e tratamento adequados podem demover o potencial suicida desta tendência dando-lhe, novamente, uma razão para viver. Porque, afinal, é disso que se trata: razão, ou razões para viver.

Os indicadores mundiais sobre este tema são verdadeiramente preocupantes. A taxa de mortalidade por suicídio é de 16 por 100.000 habitantes, sendo a 13.ª causa de morte em geral; mas surge como 3.ª causa de morte na faixa etária entre 15 e os 34 anos, e 2.ª na faixa etária dos 15 aos 19 (OMS, 2016). Em muitos países da Europa, os suicídios ultrapassam largamente o número de mortes nas estradas, o mesmo se passando noutros locais do globo.

Segundo a OMS (2016), em 2014 Portugal surgia em 88.º lugar na lista de países com a taxa de suicídio mais baixa, com 8,49 mortes por 100 000 habitantes.

Preocupada com as consequências desta causa de morte prematura, e com a tendência de aumento observada, a OMS publicou um primeiro relatório em 2014, alertando para a necessidade de se prevenir o suicídio a nível global, tornando esta temática num ponto presente na agenda da saúde a nível internacional. Instou ainda os países, especialmente os mais afetados por este problema, a encontrarem soluções de prevenção do suicídio numa perspetiva de trabalho conjunto e cooperativo. A OMS tem ainda como prioridade reduzir a taxa de suicídio em 10% até 2020 (OMS, 2014).

A Figura 1 mostra a magnitude e variação da taxa de suicídio por grandes regiões de saúde da OMS, verificando-se os valores mais baixos (e homogêneos) no Mediterrâneo Oriental e em África. Com valores também tendencialmente baixos destaca-se a região das Américas, havendo, contudo, alguns (poucos, mais precisamente dois) países que apresentam valores elevados. Neste contexto, a Europa surge com os valores mais elevados (e tendencialmente homogêneos), seguindo-se, em termos médios, o Sudeste Asiático. Cada círculo corresponde a um país e a média de cada coluna está assinalada com uma linha cinzenta.

Uma das abordagens mais importantes e conhecidas feitas ao suicídio foi desenvolvida e publicada pelo sociólogo francês Durkheim em 1897. Nesta, Durkheim aponta motivos de ordem religiosa, cultural, hereditária, geográfica e racial como principais fatores explicativos do suicídio, concluindo também que, ao contrário do que até aí muitos defendiam, o clima não parece ter influência neste fenómeno, pelo menos na Europa.

Durkheim (2011) refere ainda a importância da religião enquanto promotora de interações e limites sociais fortes, referindo ser esta a explicação para a menor taxa de suicídio observada nos países católicos, em oposição aos protestantes.

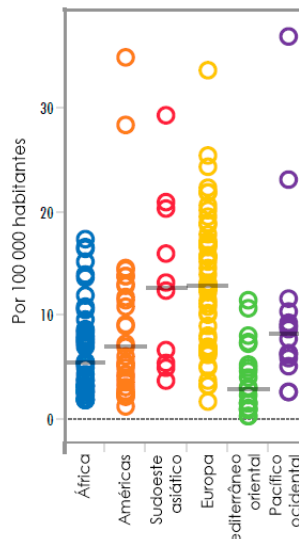


Figura 1

Taxa de mortalidade por suicídio por 100 000 habitantes no mundo. Fonte: adaptado de WHO (2016), *World health statistics monitoring health for the sustainable development goals*, p. 31.

Em Portugal, é provável que a questão religiosa esteja também relacionada com variações na taxa de suicídio. Raposo (2016) refere que no Alentejo existem comunidades mais atreitas ao suicídio por falta, entre outras coisas, de uma ligação a Deus, ou a algo religioso. Coisa que, por exemplo, existe noutros locais do país, onde a fé e os laços afetivos e familiares podem servir como âncoras em momentos mais difíceis.

Embora o suicídio tenha sido sempre tratado como um fenómeno sociológico, Camus apresentou-o como um problema do campo da filosofia. Para Camus (1942), o suicídio não é simplesmente uma opção. Perante a adversidade e a revolta, mesmo que não haja qualquer sentido para a vida, o homem deve seguir o seu caminho - o que para ele é o *absurdismo*. Ilustrou esta posição na sua obra "O mito de Sísifo", onde Sísifo, condenado pelos deuses a uma tarefa revoltante e sem sentido, resistiu, desprezando a morte que seria a saída natural para qualquer homem. Em "Suicide: an existentialist reconceptualization", Roberts e Lamont (2014: 873-878) aborda esta questão e exorta os especialistas da saúde mental a continuar a explorar esta importante faceta do suicídio.

Dalya *et al* (2011: 435-442) realizou um estudo onde tentou perceber a relação entre os níveis de

felicidade da população e o índice de suicídios, tendo chegado à conclusão que nos países mais desenvolvidos, onde há uma melhor qualidade de vida, existe uma maior tendência para o suicídio. Questões sociais como a perda de emprego, problemas familiares, alienação em relação ao mundo envolvente, perdas pessoais importantes, *stress*, traumas diversos, sentimentos de baixa autoestima, doença grave especialmente com pouca esperança de cura, entre outros, são alguns dos motivos apontados como explicativos do suicídio.

Uma abordagem através das profissões pode também ser explicativa deste fenómeno, sendo muito conhecidos os casos entre elementos das forças de segurança. O caso das forças de segurança em Portugal - setor profissional onde o suicídio tem suscitado grandes preocupações - é o mais emblemático. Com base em dados referentes a 2015, em que 12 profissionais cometeram suicídio - 7 da PSP e 5 da GNR -, a Ministra da Administração Interna determinou a elaboração de um estudo que permitisse perceber se era necessário mais apoio psicológico a estes profissionais. De acordo com o publicado recentemente no Jornal de Notícias², as conclusões deste estudo deveriam ter sido entregues à tutela até final de janeiro.

Em entrevista ao *site* noticioso “Notícias ao Minuto”, Daniel Sampaio (2017) refere que o suicídio resulta de vários fatores e não de um só momento ou predisposição. Para ele, o “suicídio é multideterminado, ninguém se suicida por causa do psiquiatra ou ninguém se suicida por causa de um insucesso escolar ou de um insucesso amoroso”. Acrescenta ainda que estes são apenas fatores que contribuem para isso.

A OMS (2014 e 2016) enfatiza o facto de os suicídios serem evitáveis, devendo, para o efeito, haver um empenho das autoridades de saúde pública e um envolvimento das comunidades, pois são estas que podem promover a integração dos indivíduos, criando sentimentos de pertença e identidade que previnem o suicídio. Em Portugal, a Direção-Geral de Saúde (DGS), elaborou um Plano para vigorar de 2013 a 2017 onde apresenta os princípios e valores a ter em conta na adaptação de medidas de prevenção “em áreas geodemográficas prioritárias, nomeadamente zonas de maior incidência de ideação suicida, comportamentos autolesivos e atos suicidas, (p. ex. o Alentejo), ou a contextos específicos (p. ex. Serviços Prisionais ou Forças de Segurança), que poderão justificar a elaboração e implementação de planos próprios”.

Dados e métodos

A realização deste trabalho assenta numa pesquisa bibliográfica em livros e noutras publicações técnicas de interesse, assim como na recolha de dados estatísticos no Instituto Nacional de Estatística, IP, (INE) (referidos ao período de 2000 a 2014) e na DGAM, referidos a 2010-2016.

Os dados do INE permitiram fazer uma breve análise do panorama nacional no que respeita ao suicídio, enquanto os da DGAM - que são sistematicamente recolhidos nas capitânias dos portos e nos Comandos Locais da Polícia Marítima (28 no total) - permitem perceber a realidade existente no DPM e, em geral, na zona costeira. Foram ainda solicitados dados à Infraestruturas de Portugal, SA, com vista a tentar identificar as infraestruturas públicas onde este fenómeno ocorre mais frequentemente, não tendo sido possível obtê-los alegadamente por questões de confidencialidade.

De realçar as dificuldades em obter dados sobre este tema uma vez que existe a perceção, já estudada, de que a divulgação destes dados pode potenciar o ato do suicídio. Por outro lado, os dados do INE, por concelho, relativos a 2014, não coincidem com o valor total de suicídios para esse ano divulgado em boletins estatísticos desta organização. Daí que se considerou o número constante nestes boletins em vez da soma por concelho.

Outra lacuna importante nos dados da DGAM prende-se com a inexistência da localização geográfica rigorosa. Foi, por isso, assumida uma posição a partir da descrição do local que consta na base de dados. Ainda em relação aos dados da DGAM, foram encontrados no período considerado para análise 151 casos confirmados de suicídios e 8 em que o suicídio foi a provável causa da morte dos indivíduos (provável, presumível ou possível).

Na análise da variável “mês”, e de modo a poder comparar o número de ocorrências mensais, os dados foram corrigidos para 30 dias (fator = 1). Assim, ao número de ocorrências mensal referente aos meses com 31 dias foi aplicado um fator de ponderação de 0,96; aos meses com 29 dias o fator de ponderação de 1,03; e aos meses com 28 dias o fator de 1,07. Deste modo, fez-se corresponder todas as ocorrências mensais a unidades de tempo iguais (30 dias).

O tratamento estatístico dos dados foi feito em Excel e os mapas apresentados foram construídos com recurso ao ArcGis. O mapeamento dos dados do INE foi feito em termos absolutos, mas também de uma forma ponderada com a população por unidade territorial. O mapeamento dos dados da DGAM foi

² JN, edição impressa de 3 de janeiro de 2017.

feito diretamente com base no número de ocorrências registadas.

Resultados e discussão

Numa análise geral aos dados disponibilizados por INE, verifica-se que o suicídio em Portugal sofreu um aumento considerável até 2004 - ano em que houve 1172 casos - tendo diminuído até 2006. A partir daí apresenta uma tendência de aumento, tendo em 2014 atingido o valor mais elevado do período em análise, com 1223 casos registados (Figura 2). A média deste período é de 983,7 casos, que o coloca numa posição cimeira entre as causas de morte em Portugal. Por outro lado, tendo por base o valor estimado da população portuguesa para 2015, e a média destes 15 anos, resulta uma taxa de suicídio de 9,51 por 100.000 habitantes. No entanto, se considerássemos a mesma população e os suicídios ocorridos em 2014, teríamos uma taxa em 2014 de 11,83, bem diferente da apresentada pela OMS para o mesmo ano (8,4).

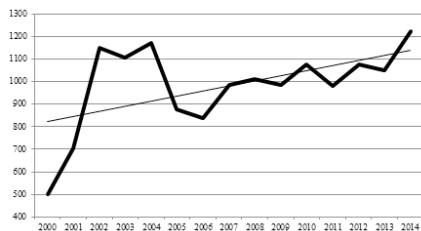


Figura 2
Número de suicídios em Portugal entre 2000 e 2014.
Fonte: INE, 2016³.

Numa análise por idades, considerando as categorias definidas pelo INE com base internacional, verifica-se que é entre os 60 e os 70 anos que ocorrem mais suicídios. Se, por sua vez, juntarmos os dados numa categoria de “mais de 70 anos”, é esta que se destaca em todos os anos da análise (Figura 3).

Numa análise por género (Figura 4), constatamos que os homens se suicidam mais do que as mulheres. Este resultado está em linha com os dados mundiais, embora as tentativas não consumadas de suicídios sejam mais frequentes no género feminino. Kposowa (2006: 435-443) refere, com base em dados

da *WHO/EURO Multicentre Study on parasuicide* (1989-1992), que a taxa de tentativa de suicídio do sexo feminino é 1,5 vezes superior à do sexo masculino. O que parece importante nos dados relativos a 2013 e 2014 é o aumento da taxa de suicídio nas mulheres, passando de 23,38% - o valor médio para o período entre 2000 a 2012 - para 26,21 em 2013 e 56,09 em 2014. Esta tendência observa-se noutros países; por exemplo, no Reino Unido, de 2014 para 2015, registou-se um aumento significativo de suicídios no sexo feminino (831 em 2014 para 912 em 2015). Também Dias *et al* (2014: 22-28) corrobora esta realidade a partir de um estudo levado a efeito com dados de 7 anos relativos ao centro de Portugal.

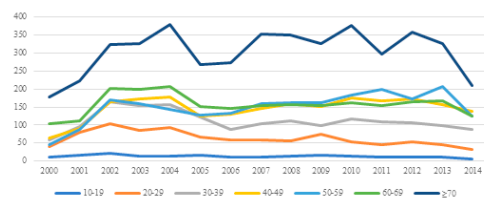


Figura 3
Suicídios por intervalos de idade de 10 anos.
Fonte: INE, 2016.

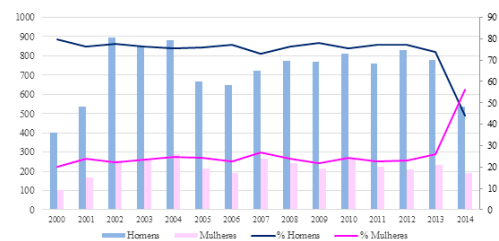


Figura 4
Número de suicídios por género e percentagem respetiva.
Fonte: INE, 2016.

Passando à análise espacial destes dados, construíram-se alguns mapas para anos de referência que cobrem o período em estudo e em que são apresentados os valores absolutos dos suicídios por concelho no continente e ilhas, sobressaindo, em todos eles, alguns concelhos do litoral (Figura 5).

De modo a apresentar dados normalizados em termos de população residente, e embora tenha interesse a informação visualizada nos mapas anteriores, é igualmente relevante ter a noção dos concelhos onde existem as maiores taxas de suicídio. Neste caso, a análise foi feita apenas para os concelhos do continente. Nos mapas seguintes, é possível constatar que as maiores taxas se distribuem na parte sul de Portugal continental, especialmente no Alentejo (Figura 6).

³ Os dados de 2012, 2013 e 2014, não resultam da soma dos suicídios por concelho, tal como nos anos anteriores tendo antes sido obtidos de valores finais apresentados por INE em newsletters posteriores. No caso de 2014, p.e., o número de suicídios contabilizados por concelho foi de 726 enquanto o mesmo valor apresentado em folhetos publicados pelo mesmo organismo é de 1223. Questionado sobre este facto, o INE respondeu que “No seguimento do pedido efetuado informamos que os valores totais resultam da soma dos dados por município com os óbitos de residência ignorada e os óbitos de residentes no estrangeiro.”

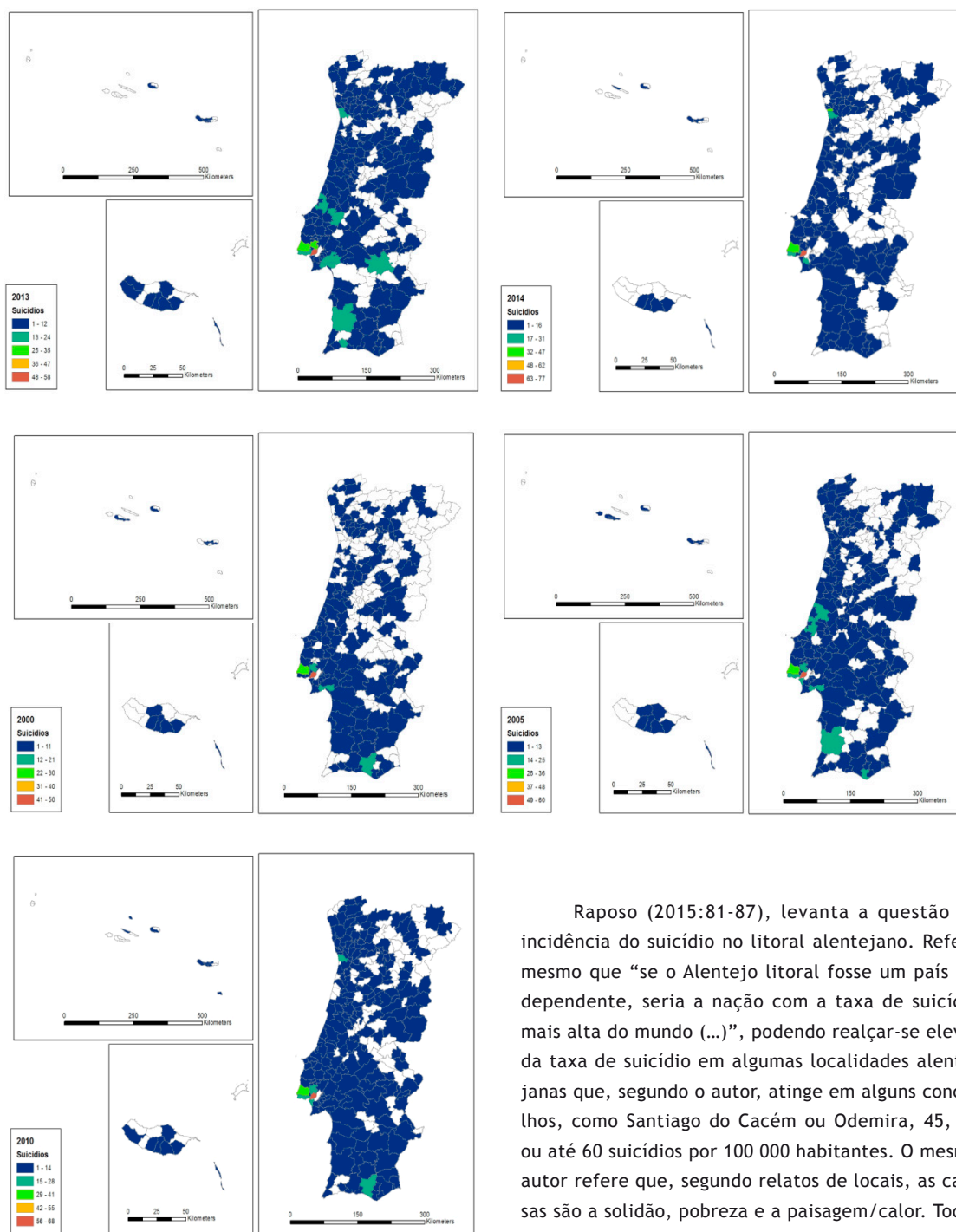


Figura 5
Número de suicídios por município em 2000, 2005, 2010, 2013 e 2014.
Fonte: INE, 2016.

Raposo (2015:81-87), levanta a questão da incidência do suicídio no litoral alentejano. Refere mesmo que “se o Alentejo litoral fosse um país independente, seria a nação com a taxa de suicídio mais alta do mundo (...)”, podendo realçar-se elevada taxa de suicídio em algumas localidades alentejanas que, segundo o autor, atinge em alguns concelhos, como Santiago do Cacém ou Odemira, 45, 50 ou até 60 suicídios por 100 000 habitantes. O mesmo autor refere que, segundo relatos de locais, as causas são a solidão, pobreza e a paisagem/calor. Todavia, refere que nenhuma delas tem fundamento, mesmo que vistas de um modo empírico, avançando com algumas explicações que também carecem de validação científica, mas que, sobretudo, tentam explicar a genética de uma população para quem “a eutanásia não é um debate, é um modo de vida”.

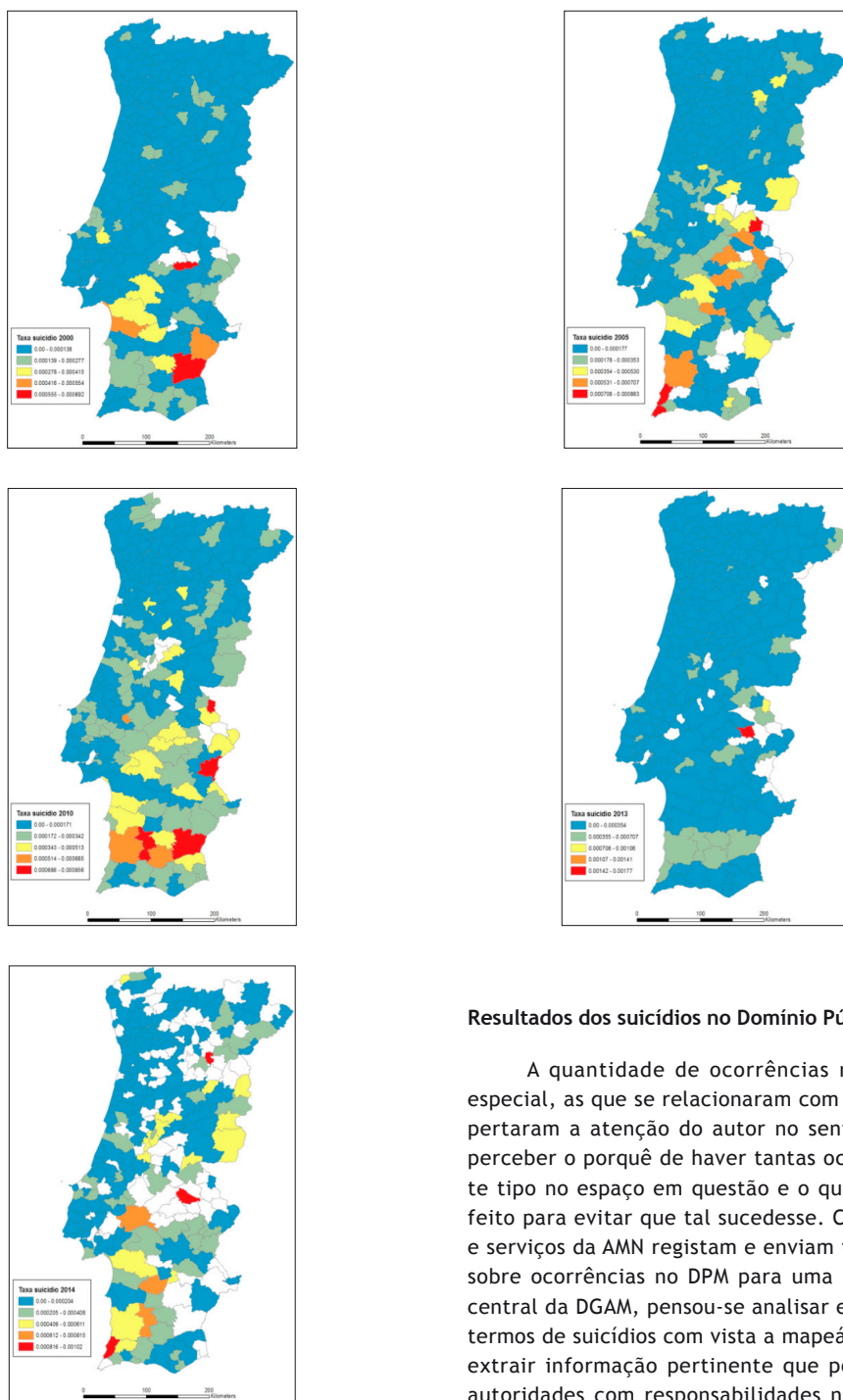


Figura 6
Taxa de suicídios por município em 2000, 2005, 2010, 2013 e 2014.
Fonte: INE, 2016.

Resultados dos suicídios no Domínio Público Marítimo

A quantidade de ocorrências no DPM e, em especial, as que se relacionaram com suicídios, despertaram a atenção do autor no sentido de tentar perceber o porquê de haver tantas ocorrências deste tipo no espaço em questão e o que já teria sido feito para evitar que tal sucedesse. Como os órgãos e serviços da AMN registam e enviam todos os dados sobre ocorrências no DPM para uma base de dados central da DGAM, pensou-se analisar estes dados em termos de suicídios com vista a mapeá-los e a tentar extrair informação pertinente que possa ajudar as autoridades com responsabilidades na prevenção e resposta a acidentes, definindo uma estratégia com vista a evitar - ou pelo menos minimizar - este tipo de ocorrências no DPM.

Em Portugal, o DPM compreende uma estreita faixa de território de 50 metros de largura a partir da linha da máxima preia-mar de águas vivas equi-

nociais para o lado terrestre na costa, ou de 30 metros nos estuários e outras águas interiores de jurisdição marítima (referência da definição). Este espaço é muito atrativo para milhares, ou mesmo milhões, de pessoas que cada vez mais vivem perto da costa e que usam este espaço para múltiplas atividades. Pacheco (2013) calculou a extensão da linha de costa portuguesa com base em dados do INE, tendo chegado à conclusão que esta tem 2 434 quilómetros de comprimento, distribuídos entre Continente (1089 km), Açores (943 km) e Madeira (402 km).

De acordo com o documento “Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira”, publicado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro, a linha de costa nacional apresenta uma grande variedade geomorfológica, com grandes extensões de areia, mas também com muitos quilómetros de arribas e zonas rochosas.

Em termos de área do DPM, esta é de 59,35 km², correspondendo, portanto, a somente 0,065 % da área total do território nacional. Estes valores permitem questionar o porquê de uma faixa tão estreita ter um índice tão elevado de situações deste tipo, ainda que se considere a sua elevada densidade populacional.

Saliente-se, ainda, que há 52 concelhos que fazem fronteira com o mar, 82 deles no continente e 30 nos arquipélagos (19 nos Açores e 11 na Madeira) (Figura 7).

Dos 11.150 registos da base de dados, foram encontrados no DPM 159 contendo a palavra “suicídio” - referindo-se a “suicídios presumidos”, “possível suicídio”, ou “tentativa de suicídio”, no período de 2010 a 2016. A sua caracterização foi feita em termos de estatística descritiva simples, analisando os dados por ano, mês, hora do dia, idade, género, nacionalidade dos suicidas, tipo de local onde foi cometido e espaço de jurisdição das capitânias. Dentro da caracterização referida, e de acordo com o que se encontrou na base de dados, houve, no período considerado, 151 suicídios confirmados, 2 possíveis suicídios, 5 presumidos e 1 provável (Figura 8).

Em relação à variável “ano”, o número máximo de ocorrências relacionadas com suicídio foi atingido em 2012, com 40, e o mínimo em 2010, 2015 e 2016, com 14 (Figura 9). A média anual é de 22,14 ocorrências, o que é um valor bastante significativo.

Analisando este fenómeno em termos da variável “mês”, verifica-se que os suicídios se distribuem por todo o ano, não se destacando nenhum mês em especial (Figura 10).

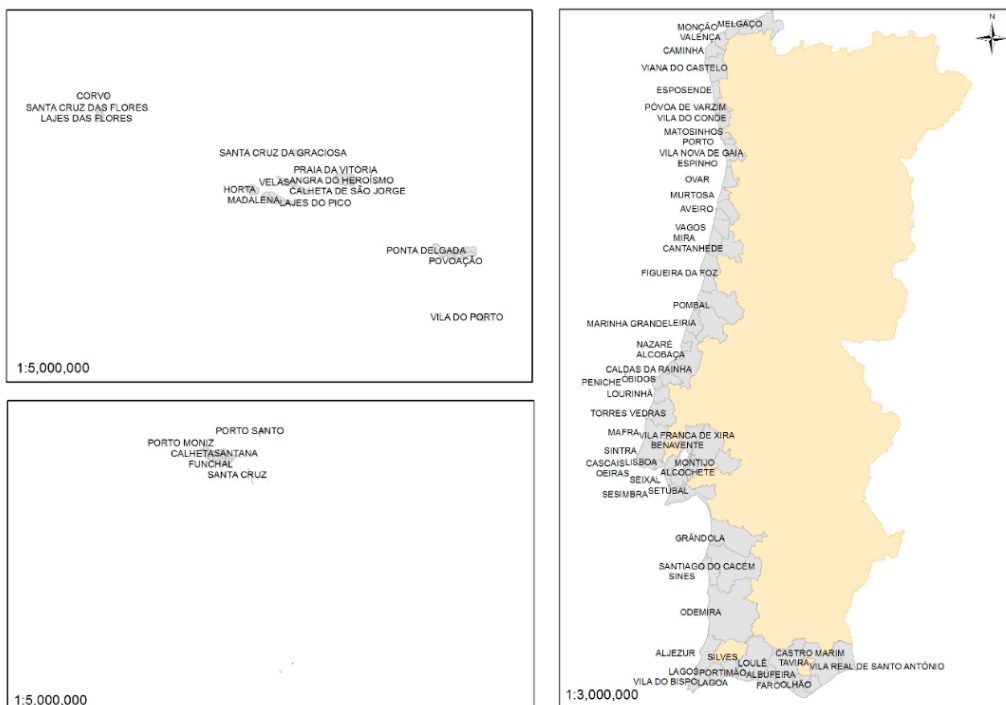


Figura 7
Concelhos que abrangem o DPM.

Cruzando as variáveis “mês” e “ano”, conclui-se que o mês de junho em todos os anos analisados é a altura em que ocorrem menos suicídios no DPM (Figura 11). O mês de maio surge como um dos que tem mais registos em vários dos anos considerados.

Dividindo o dia em períodos de 6 horas (variável “hora do dia”), constata-se que os suicídios ocorrem sobretudo no período diurno e mais à tarde do que de manhã, embora com valores muito próximos.

Outro aspeto relevante a analisar é a “idade” dos suicidas, sendo a faixa etária com maior número de suicídios a dos 50 aos 59 anos.

Quanto ao “género”, como já se verificou em termos de dados nacionais do INE, também aqui a percentagem de homens que cometem suicídio é muito superior à das mulheres (68% e 32% respetivamente).

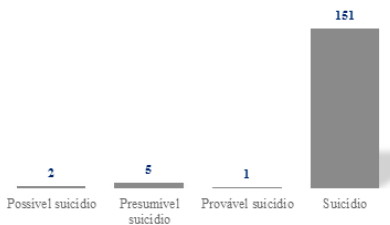


Figura 8
Número de ocorrências relacionadas com suicídio no DPM (2010-2016).



Figura 9
Número de suicídios no DPM por ano.

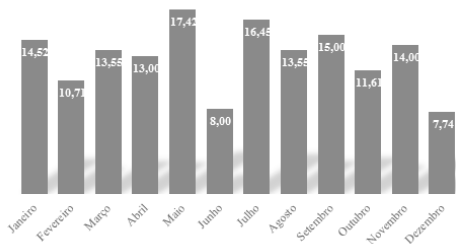


Figura 10
Número de suicídios no DPM por mês (2010-2016).

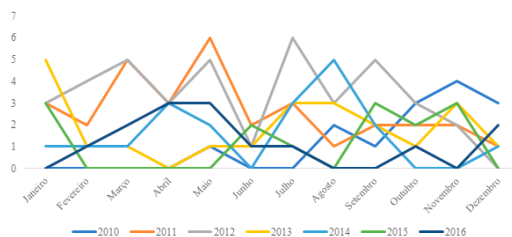


Figura 11
Número de suicídios no DPM por mês e ano.

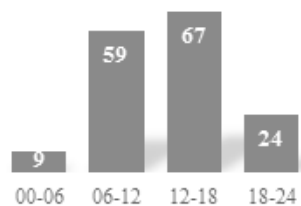


Figura 12
Número de suicídios no DPM por hora do dia (2010-2016).

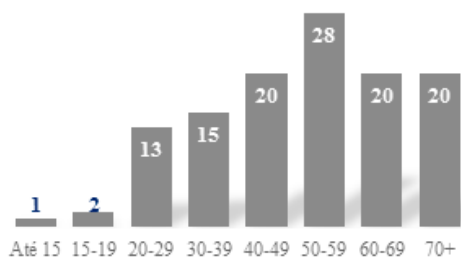


Figura 13
Número de suicídios por idade (2010-2016).

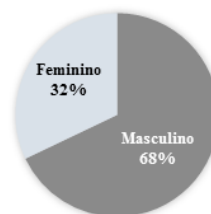


Figura 14
Taxa de suicídios no DPM por género (2010-2016).

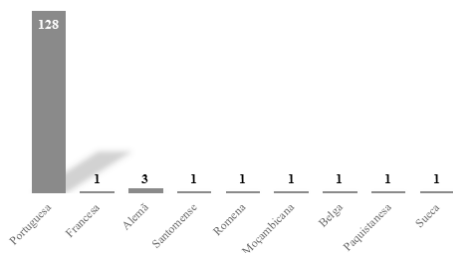


Figura 15
Número de suicídios no DPM por nacionalidade (2010-2016).

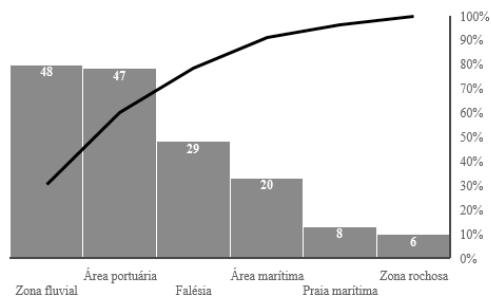


Figura 16
Número de suicídios no DPM por tipo de local onde ocorreram (2010-2016).

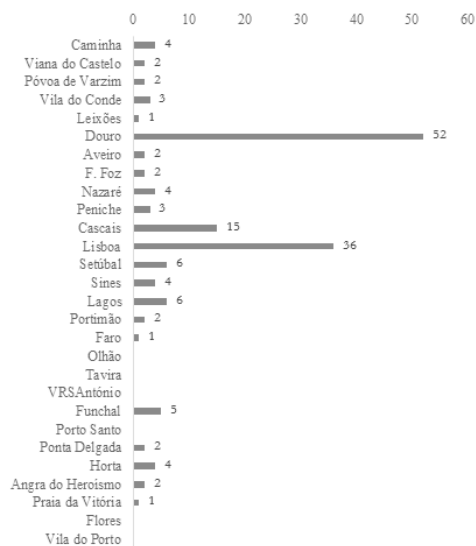


Figura 17
Número de suicídios por espaço de jurisdição das capitâncias (2010-2016).

Quanto à “nacionalidade” dos suicidas, sobressai a portuguesa, seguindo-se a alemã com 3 casos. Todas as restantes têm apenas uma ocorrência.

Um campo relevante da base de dados é o “tipo de local” onde foram cometidos os suicídios. As zonas fluviais surgem em primeiro lugar, talvez por estarem situadas junto a grandes cidades onde existem locais

atrativos para cometer suicídio. Enquadram-se aqui algumas infraestruturas das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Seguem-se as áreas portuárias, provavelmente com a mesma justificação.

Como os dados foram recolhidos pelas capitâncias dos portos, cujos limites dos respetivos espaços de jurisdição não coincidem com os dos concelhos do litoral, importa também apresentar o número de suicídios tendo em conta a capitania onde são registados. Assim, é possível corroborar o que ficou dito em relação a Lisboa e ao Porto, uma vez que as capitâncias de Lisboa e do Douro são as que mais se destacam, seguidas por Cascais, embora com grande diferença. Em relação a Cascais há a salientar o local denominado “Boca do Inferno”, muitas vezes considerado um local propício para este fim. É ainda interessante reparar que nos espaços de jurisdição do sotavento algarvio, caracterizado por uma costa baixa e arenosa, não existem registos de suicídios no DPM.

Esta análise fica concluída com o mapeamento destes registos, onde se pode verificar a localização dos suicídios no DPM no período considerado (Figura 18). Sobressai nesta análise que os locais mais propícios à ocorrência deste fenómeno situam-se em zonas de grande altura, normalmente falésias ou infraestruturas construídas pelo homem. Nas zonas de praia e de baixo relevo praticamente não existem registos de suicídios, como são os casos do sotavento algarvio e da costa do continente entre Aveiro e Nazaré, excetuando a zona da Figueira da Foz com dois registos.

Conclusões

Com base nos dados disponibilizados pelo INE, é possível concluir que o fenómeno do suicídio tem uma expressão considerável em Portugal. Apresenta, em geral, uma tendência de crescimento, o que deve ser encarado como um fator de preocupação para todos. É também de salientar o facto do número de mulheres que cometem suicídio ter aumentado nos últimos anos, especialmente em 2013 e 2014, embora os valores observados para o sexo masculino continuem a ser superiores.

Em termos da análise realizada por concelho, verifica-se que existem áreas do território onde a taxa de suicídio é muito superior às restantes. Não sendo propósito deste trabalho proceder a uma análise desta realidade, importa, todavia, sublinhar os maiores números absolutos observados em alguns concelhos do litoral. Já quando se procedeu à análise da taxa de suicídio os dados não são tão claros,

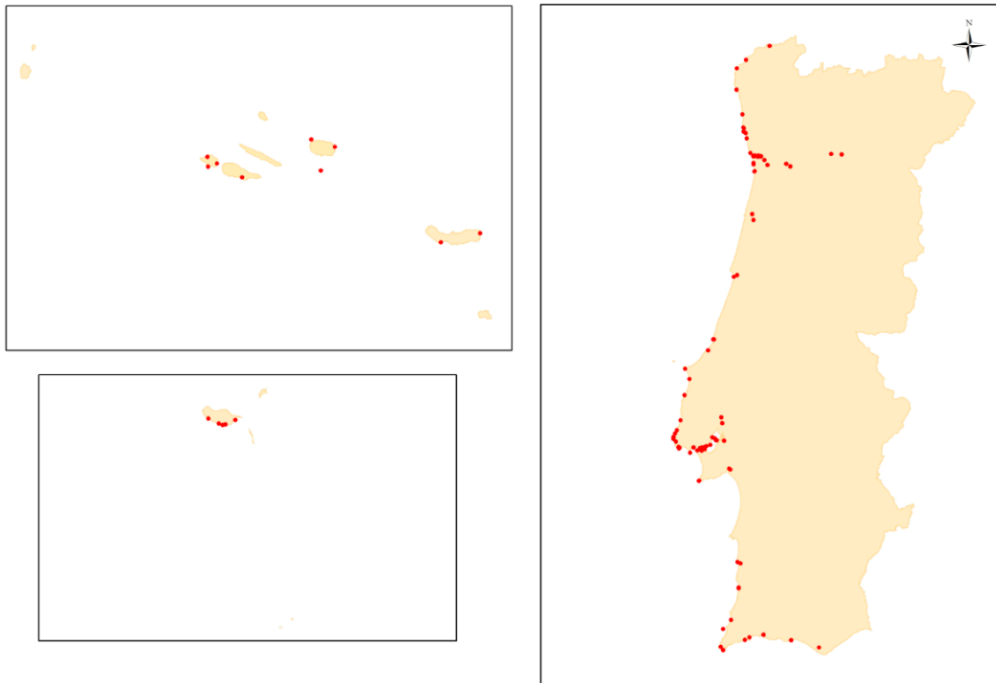


Figura 18
Ocorrências relacionadas com suicídios no DPM (2010-2016).

à exceção do Porto e de Lisboa que continuam a destacar-se.

Por outro lado, e agora com base nos dados disponibilizados pela DGAM, é também de salientar o elevado número de suicídios em espaços do DPM. Como vimos, no DPM ocorreram 151 suicídios confirmados (em 159 registos relacionados) entre 2010 e 2016, com uma média de 22,14 por ano, isto é, quase 2 suicídios por mês. Este número, que aumentou de 2010 a 2012, mas decresceu desde então, tem a sua maior expressão em locais de grande altura (falésias e arribas assim como infraestruturas).

A escolha do local onde se vai cometer suicídio é feita com base em diversas premissas, não estando, contudo, ainda muito estudada esta questão. Há alguns trabalhos relacionados com este assunto, mas não em Portugal, onde não se conhece qualquer outro estudo com este objetivo. A beleza do local, a elevada probabilidade de eficácia e a facilidade de acesso podem talvez estar na base da escolha.

A prevenção deste fenómeno em áreas específicas, como as aqui apontadas, é possível através da colocação de redes e outros meios de proteção nos locais de mais fácil acesso aos cidadãos ou inviabilizando o acesso a tais locais. Estas medidas são frequentemente adotadas em monumentos e prédios de grande altura, precipícios, pontes, entre outros (Law *et al*, 2014: 134-138) (Owens *et al*, 2009: 580-582).

Owens *et al* (2014: 424-429), alertam também para a utilidade que o conhecimento antecipado destes locais pode assumir numa estratégia de resposta por parte das autoridades com responsabilidades na matéria. Um outro estudo de Wong *et al* (2014: 211-219) apresenta dados relacionados com suicídios a partir de locais de grande altura, demonstrando que esta realidade existe também em Hong Kong.

Finalmente, deixa-se uma nota relativa à dificuldade em obter dados rigorosos e fiáveis a este respeito. Compreende-se que o tema é complexo e difícil de abordar, havendo ainda, muitas vezes, a dificuldade em perceber se se tratou ou não de um suicídio. Este facto é bem notório na base de dados da DGAM pela tipologia de expressões que aí vêm referidas. É ainda necessário que haja uma boa articulação entre entidades para que os dados que chegam ao INE, sejam exatos e retratem a realidade do país. A perceção da utilidade de ter dados fiáveis sobre qualquer matéria de estudo, e neste caso sobre suicídios, deve ser transmitida a todos os que estão diretamente envolvidos na sua recolha, pois de outra forma será difícil retirar conclusões válidas sobre um tema tão relevante para a sociedade.

Um aspeto que é muitas vezes abordado em relação ao suicídio prende-se com a não divulgação destes casos nos órgãos de comunicação social. Isto porque se crê que o ser humano tem tendência a

imitar comportamentos de outros e assim a divulgação destes dados poderia funcionar como um catalisador para a ocorrência de mais casos. Em Portugal, não foram encontrados trabalhos científicos que comprovem esta teoria, mas há quem defenda que o efeito da divulgação destes casos não teria, afinal, as consequências que normalmente se lhe atribuem.

Agradecimentos

Ao INE e à DGAM pela cedência dos dados que permitiram a realização deste trabalho.

Bibliografia

- Camus, Albert (1942). *O Mito de Sísifo*, Livros do Brasil, Reimpressão de 2016
- Dalya, Mary C., Oswald, Andrew J., Wilson, Daniel, & Wuc, Stephen (2011). Dark contrasts: The paradox of high rates of suicide in happy places. *Journal of Economic Behavior & Organization*, Volume 80, dezembro 2011, 435-442
- Dias, Daniel *et al* (2014). Suicides in the Centre of Portugal: Seven years analysis. *Forensic Science International*, 234, 22-28
- Direção-Geral de Saúde (s/d). *Plano Nacional de Prevenção do Suicídio 2013-2017*, Programa Nacional de Saúde Mental, Lisboa
- Direção-Geral de Saúde (2016). *Saúde Mental em Números - 2015*, Programa Nacional para a Saúde Mental, Lisboa
- Durkeim, Émile (2011). *O Suicídio*, estudo sociológico, 9ª edição, Lisboa, Editorial Presença
- INE, IP (2016). *Tábuas de Mortalidade para Portugal 2013-2015*, maio de 2016
- INE, IP (2002). O Suicídio em Portugal nos Anos 90. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 32, Lisboa
- Kposowa, Augustine J. & McElvain, James P. (2006). Gender, place, and method of suicide. *Soc Psychiatr Epidemiol*, 41
- Law, Chi-Kin, Svetlicic, Jerneja & Leo, Diego De (2014). Restricting access to a suicide hotspot does not shift the problem to another location. An experiment of two river bridges in Brisbane, Australia. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, vol. 38, n.º 2.
- OMS (2014). *Preventing Suicide, A global imperative*
- OMS (2016). *World Health Statistics. Monitoring Health for the SDGs Sustainable Development Goals*, Genebra
- OMS (2006). *Prevenção do suicídio. Um recurso para conselheiros*, Genebra
- Owens, C., Roberts, S. & Taylor, J. (2014). Utility of local suicide data for informing local and national suicide prevention strategies. *Forensic Science International*, 128
- Owens, Christabel, *et al* (2009). Suicides in public places: findings from one English county. *European Journal of Health*, Vol. 19, Nº 6, 580-582
- Pacheco, Miguel Bessa (2013). *Medidas da Terra e do Mar - apontamento*, Lisboa, Instituto Hidrográfico
- Raposo, Henrique (2015). *Alentejo prometido*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Roberts, M. & Lamont, E. (2014). Suicide: an existentialist reconceptualization. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 2014, 21, 873-878
- Santana, Paula, *et al* (2015). Suicide in Portugal: Spatial determinants in a context of economic crisis. *Health and Place*, 35, 85-94
- Wong, Paul W. C., *et al* (2014). Suicides by jumping from a height in Hong Kong: a review of coroner court files. *Soc Psychiatr Epidemiol*, 49, 211-219

Fontes na Internet:

- <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs398/en/> (acedido em 4 de janeiro de 2017)
- [https://nacoesunidas.org/oms-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/OMS:suicidio é responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo](https://nacoesunidas.org/oms-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/OMS:suicidio%20%C3%A9%20respons%C3%A1vel%20por%20uma%20morte%20a%20cada%2040%20segundos%20no%20mundo) (acedido em 2 janeiro 2017)
- <https://www.noticiasao minuto.com/pais/716312/ninguem-se-suicida-por-cao-de-um-insucesso-escolar-ou-amoroso> (acedido em 4 de janeiro de 2017)
- <https://pt.insider.pro/infographics/2016-10-05/grafico-taxa-de-mortalidade-por-suicidio-no-mundo> (acedido em 4 de janeiro de 2017)
- <http://pt.aleteia.org/2016/03/07/o-grande-paradoxo-indice-de-suicidios-e-maior-nos-paises-considerados-mais-felizes/> (acedido em 2 janeiro 2017)
- https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt, acedido em 16 de janeiro de 2017)
- <http://exame.abril.com.br/mundo/taxa-de-suicidio-entre-mulheres-aumenta-quase-10/> (acedido em 5 de janeiro de 2017)

Ensaio metodológico para a categorização territorial do município de Lisboa utilizando dados dos censos de 2011

Methodological test for the territorial categorization of the municipality of Lisbon using data from the 2011 census

Margarida Pereira

Centro de Investigação em Antropologia e Saúde da Universidade de Coimbra
mmiguel06@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5980-604X

Helena Nogueira

Departamento de Geografia e Turismo, Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Universidade de Coimbra
helenamarquesnogueira@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5724-3538

Sumário:

A visão mais tradicional em Geografia perspetiva o território como uma realidade dicotómica onde se cruzam características sociodemográficas e biofísicas, afirmando a literatura a respeito, que ambas as dimensões territoriais coexistem e interagem. No entanto, o número de indicadores de cada dimensão é vasto e torna complexa a categorização do território - tarefa que gera conhecimento sobre as diferenças entre territórios e auxilia um melhor planeamento, mais direcionado e estratégico. O objetivo deste trabalho é categorizar a área do Município de Lisboa, ao nível da secção estatística, integrando informação sobre os aspetos físicos e sociais. Para tal utilizaram-se técnicas de análise estatística multivariada e complementares: Análise em Componentes Principais (aplicada aos aspetos físicos e sociais do território) e Classificação Hierárquica Ascendente (baseada nos fatores previamente extraídos na Análise em Componentes Principais). Os *clusters* resultantes foram mapeados e a sua autocorrelação espacial foi testada.

Palavras-Chave: Território; Análise Componentes Principais; Classificação Hierárquica Ascendente; I de Moran.

Abstract:

The more traditional perspective in Geography views territory as a dichotomous reality of sociodemographic and biophysical characteristics, with the specialty literature indicating, that both territorial dimensions coexist and interact. However, the number of indicators for each dimension is vast and makes the categorization of territory complex - a task that generates knowledge about the differences between territories, improving the planning process and making it more directed and strategic. This work main goal is to categorize Lisbon Municipality area at the statistical section level, integrating information on the physical and social aspects. For this purpose, multivariate and complementary statistical analysis techniques were used: Principal Component Analysis (applied to the physical and social aspects of the territory) and Hierarchical Classification Analysis (based in the factors extracted in the Principal Component Analysis). Clusters were mapped and its spatial autocorrelation was tested.

Keywords: Territory; Principal Components Analysis; Hierarchical Classification Analysis; Moran's I.

Introdução

O território pode ser definido como um espaço delimitado e preciso, com múltiplas dimensões, no qual várias relações de poder atuam (Albagli, 2004; Faria e Bortolozzi, 2009). Território é o resultado da integração da cultura no ambiente (Braga, 2007), contudo, não é só uma construção social resultante das relações de poder históricas, mas também um espaço natural (Haesbaert e Limonad, 2007).

A definição de território varia de acordo com diferentes ciências, o que torna este conceito ambíguo (Faria e Bortolozzi, 2009). Do ponto de vista político, o território está intimamente relacionado com as fronteiras do Estado/Nação já a perspetiva ambiental enfatiza as características biofísicas do território (Faria e Bortolozzi, 2009). Como o território integra diversas dimensões nomeadamente, geográficas, antropológicas, culturais, sociais, económicas e bioecológicas (Albagli, 2004), pode afirmar-

-se que a escolha dos aspetos a enaltecer depende do objetivo do estudo e da conceção de território do próprio investigador (Faria e Bortolozzi, 2009).

Este estudo é baseado numa visão geográfica do território enquanto espaço produzido, resultante de um conjunto de processos nos quais os aspetos materiais, físicos e os aspetos sociais, resultantes da ação humana, são indissociáveis e interdependentes (Haesbaert e Limonad, 2007).

Albagli (2004: 27) afirma que: “As diferenças e desigualdades territoriais residem tanto em suas próprias características físicas e sociais, como na forma em que se inserem em estruturas mais amplas. Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial.”

Isto significa que cada unidade territorial é determinada por fatores endógenos e exógenos e ainda pela forma como estes interagem: importam as características intrínsecas, que conferem a cada território uma estrutura peculiar, mas esta determina a forma como cada território se insere em espaços mais alargados o que, por sua vez, condiciona a evolução da sua própria estrutura interna.

A categorização e diferenciação de cada unidade territorial de acordo com o seu nível de desenvolvimento, ou condições de vida que oferece, por exemplo, são uma tentativa dos investigadores compreenderem e explicarem as diferenças entre territórios (Ianoş *et al.*, 2013; Martín e Barros, 2015).

Além disso, analisar a forma como os territórios se relacionam entre si, observando as redes espaciais formadas de acordo com determinados aspetos, permite um planeamento estratégico e mais direcionado (Martín e Barros, 2015).

Por exemplo, estudos no âmbito da saúde pública usam frequentemente índices de privação ao nível da área, em vez de informação individual, por forma a identificar áreas de maior vulnerabilidade, logo menos saudáveis, que se constituem como áreas prioritárias no combate às desigualdades em saúde (Allik *et al.*, 2016; Knighton *et al.*, 2016). Estes índices, também designados como Índices de Privação Geográfica, usam geralmente dados dos censos e estão devidamente validados na Europa Ocidental (Knighton *et al.*, 2016). Sendo a privação um conceito multidimensional os índices compostos refletem melhor do que um só indicador, o verdadeiro nível de privação em diferentes escalas geográficas, como aliás a evidência existente a respeito sugere (Lian *et al.*, 2016).

Como referido anteriormente, cada território é o produto da interação entre aspetos físicos e sociais, e ambas as dimensões do território podem ser operacionalizadas por um vasto número de indicadores. O objetivo deste estudo é categorizar a área do Município de Lisboa, ao nível da secção estatística, integrando simultaneamente informação sobre os aspetos físicos e sociais, e testar a existência de autocorrelação espacial.

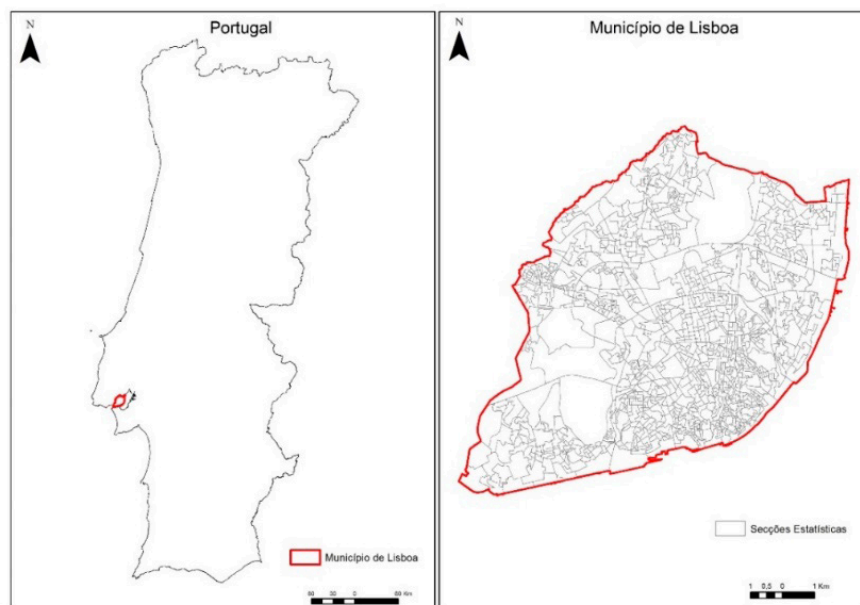


Figura 1
Área de estudo: município de Lisboa por secções estatísticas.

Métodos

Este estudo foi realizado na área do Município de Lisboa, capital de Portugal, que é composta por 1054 secções¹. No entanto, as análises realizadas reportam-se a 1053 secções devido à falta de informação para uma secção.

Recolha e Organização dos Dados

Os dados utilizados neste estudo foram recolhidos ao nível das secções estatísticas do Município de Lisboa. Do censo de 2011, disponível no website do Instituto Nacional de Estatística (INE), recolheram-se 61 variáveis sociodemográficas, económicas e sobre os edifícios; a informação do uso do solo (a nível 2) foi recolhida no website da Direção Geral do Território², perfazendo 11 variáveis, datadas de 2007.

Os dados foram agrupados em duas grandes dimensões: aspetos físicos (AF) que incluem informação sobre edifícios e uso do solo e, aspetos sociais (AS) integrando informação demográfica e socioeconómica. Depois, a informação foi convertida em percentagem resultando em 34 indicadores na dimensão AF e 24 indicadores na dimensão AS.

Análise dos Dados

Todas as análises estatísticas foram realizadas utilizando o SPSS na sua versão 22 exceto o I de Moran que foi calculado em ArcGIS (v.10.4.1).

Para reduzir o número de indicadores em cada uma das dimensões (AF e AS), o método estatístico utilizado foi a Análise Fatorial em Componentes Principais (ACP) (Messer *et al.*, 2006; Vyas e Kumaranayake, 2006). A ACP é amplamente utilizada nos estudos de geografia urbana, mais especificamente na investigação focada em questões sociais (Langlois e Kitchen, 2001). A ACP foi realizada com uma rotação ortogonal Varimax, que facilita a interpretação das componentes pela maximização da variação intra e intercomponentes³, procurando deste modo que em cada componente apenas alguns indicadores apresentem valores de loadings⁴ elevados, surgindo nos restantes fatores com valores próximos de zero.

A ACP do grupo AF resultou inicialmente em 12 fatores de acordo com o método de Kaiser (valor de *eigenvalues*⁵ acima de 1), o mais comumente utilizado (Langlois e Kitchen, 2001). Para reduzir o número de fatores, eliminou-se alguma da informação original, excluindo-se da análise os indicadores⁶ que apresentavam valores de *loadings* entre -0,49 e 0,49 em todas as componentes inicialmente extraídas, o que resultou numa nova extração de 6 fatores. Não foram excluídos indicadores da ACP realizada na dimensão dos AS pois os resultados da primeira análise foram mais parcimoniosos: 5 fatores. Para além da consideração dos *loadings*, foram analisados e cartografados os *scores* ou coordenadas⁷ resultantes da ACP.

As ACP foram seguidas e complementadas por uma Classificação Hierárquica Ascendente (CHA), vulgarmente designada por análise de *clusters*, efetuada com a utilização simultânea dos 6 fatores da AF e os 5 fatores da AS e recorrendo ao método Ward e à distância euclidiana quadrática enquanto método de avaliação das similaridades e distâncias entre elementos e entre grupos de elementos. Este tipo de análise não parte de qualquer assunção prévia sobre os dados (Norusis, 2005).

O I de Moran mede a autocorrelação espacial através da análise do grau de dependência entre os valores das secções estimando quanto do valor de cada secção depende dos valores das secções vizinhas. O índice de Moran testa as seguintes hipóteses: H0 - não há dependência espacial; H1 - há dependência espacial. Apresenta-se de seguida a fórmula de cálculo deste índice.

$$I = \frac{n}{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n \mathbf{1}w_{ij}} \frac{\sum_{i=1}^n w_{ij}(y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}$$

w - matriz de vizinhança
 y_i - média de cada secção
 \bar{y} - média
 y_j - média dos vizinhos
 n - número de secções

Fórmula 1 Índice de Moran Global

⁵ O *eigenvalue*, ou valor próprio, representa a variância extraída pelo fator.

⁶ Indicadores excluídos: % edifícios exclusivamente residenciais, % edifícios principalmente residenciais, % edifícios construídos até 1991, % edifícios construídos até 2011, % alojamentos familiares, % alojamentos com 200m², % alojamentos com parqueamento, % Indústria/Comércio/Transporte, % Resíduos, % Espaços Verdes, de Lazer e Culturais, % Culturas Permanentes, % Agricultura Heterogênea, % Floresta, % Floresta Arbórea, % Vegetação escassa e % Água Interior.

⁷ As coordenadas, ou "scores" representam o valor da projeção ortogonal de um determinado indivíduo (neste caso, de uma secção) sobre um determinado fator. A análise das coordenadas coloca em evidência as semelhanças ou contrastes entre grupos de indivíduos face às combinações de variáveis definidas por cada fator (Nogueira, 2006).

¹ Secções Estatísticas - unidade territorial de aproximadamente 300 alojamentos.

² http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/cartografia_tematica/carta_de_ocupacao_do_solo_cos/cos_2007/

³ O conceito componente ou fator serão utilizados indistintamente.

⁴ Os *loadings* representam o coeficiente de correlação entre cada variável e o fator em questão e a sua interpretação baseia-se no valor absoluto.

Este índice varia entre -1 e 1; quanto mais próximo estiver de 1 mais forte será a autocorrelação espacial, quanto mais se aproximar de -1, menos semelhantes entre si são as áreas vizinhas. Quando o valor é igual ou próximo de zero significa que não existe autocorrelação espacial, ou seja, as áreas em estudo são espacialmente independentes. Para calcular a significância estatística do I de Moran, utiliza-se o teste de pseudossignificância.

O I de Moran foi calculado sobre o resultado da CHA, previamente calculado em SPSS e importado para ambiente ArcMap, e escolhendo como conceptualização das relações espaciais a contiguidade de limites e cantos, ou seja tendo em conta os valores de todas as secções que partilham uma fronteira, um nóculo ou que se sobrepõem.

Resultados

Análise em Componentes Principais Aspetos Físicos

No Quadro I pode observar-se o valor dos loadings mais elevados por fator e a respetiva percentagem de variância explicada. Os seis fatores resultantes explicam quase 75% da variância deste grupo de indicadores.

O primeiro fator está relacionado com as condições da habitação, como a percentagem de alojamentos com água, retrete e esgoto. As variáveis que mais contribuem para o segundo fator são a percentagem de alojamentos com 50m² seguindo-se os alojamentos com uma ou duas divisões (Dimensão da Habitação). O terceiro fator está relacionado com a percentagem de alojamentos vazios e edifícios principalmente não residenciais, em oposição aos alojamentos familiares (Não Residencial). A percentagem de edifícios com 3 ou mais pisos e o uso de solo predominantemente urbano, em oposição à percentagem de edifícios com apenas 1 ou 2 pisos estão destacados no quarto fator (Área Urbana). No quinto fator o indicador com maior valor de *loading* é a percentagem de edifícios com placa (Material de Construção) e, finalmente no fator 6 (Área Agrícola), a percentagem de usos do solo com culturas temporárias é o único indicador com elevado valor de *loading*.

A Figura 2 representa a distribuição espacial dos *scores*/coordenadas por secção estatística, categorizados em quartis. Estas figuras revelam que os fatores 1 (Condições de Habitação), 2 (Dimensão da Habitação) e 5 (Material de Construção) não aparentam nenhum padrão na sua distribuição.

O fator 3 (Não Residencial) apresenta valores mais elevados nas secções centrais assim como nas secções próximas do rio. A maioria das secções do município de Lisboa apresenta valores de *scores* superiores a 0 (valor da média) no fator 4 (Área Urbana) e, as secções com maior área e mais periféricas apresentam os valores de *scores* mais elevados no fator 6 (Áreas Agrícolas).

Quadro I
Loadings e % de variância explicada por fator.

Fator (% Variância Explicada)	Indicador	Loadings	Designação
1 (28,76%)	% alojamentos com água	0,953	Condições da Habitação
	% alojamentos com retrete	0,941	
	% alojamentos com esgoto	0,937	
	% alojamentos com banho	0,731	
2 (14,49%)	% alojamentos com 50m ²	0,855	Dimensão da Habitação
	% alojamento com 1 ou 2 divisões	0,696	
	% edifícios sem placa	0,668	
	% alojamento com 3 ou 4 divisões	0,625	
3 (10,24%)	% alojamentos vazios	0,857	Não Residencial
	% edifícios principalmente não residenciais	0,669	
	% alojamentos familiares	-0,858	
4 (8,30%)	% edifícios com 3 ou mais pisos	0,838	Área Urbana
	% urbano	0,583	
	% edifícios com 1 ou 2 pisos	-0,838	
5 (6,76%)	% edifícios com placa	0,915	Material de Construção
	% edifícios em betão	-0,723	
6 (5,60%)	% culturas temporárias	0,964	Área Agrícola

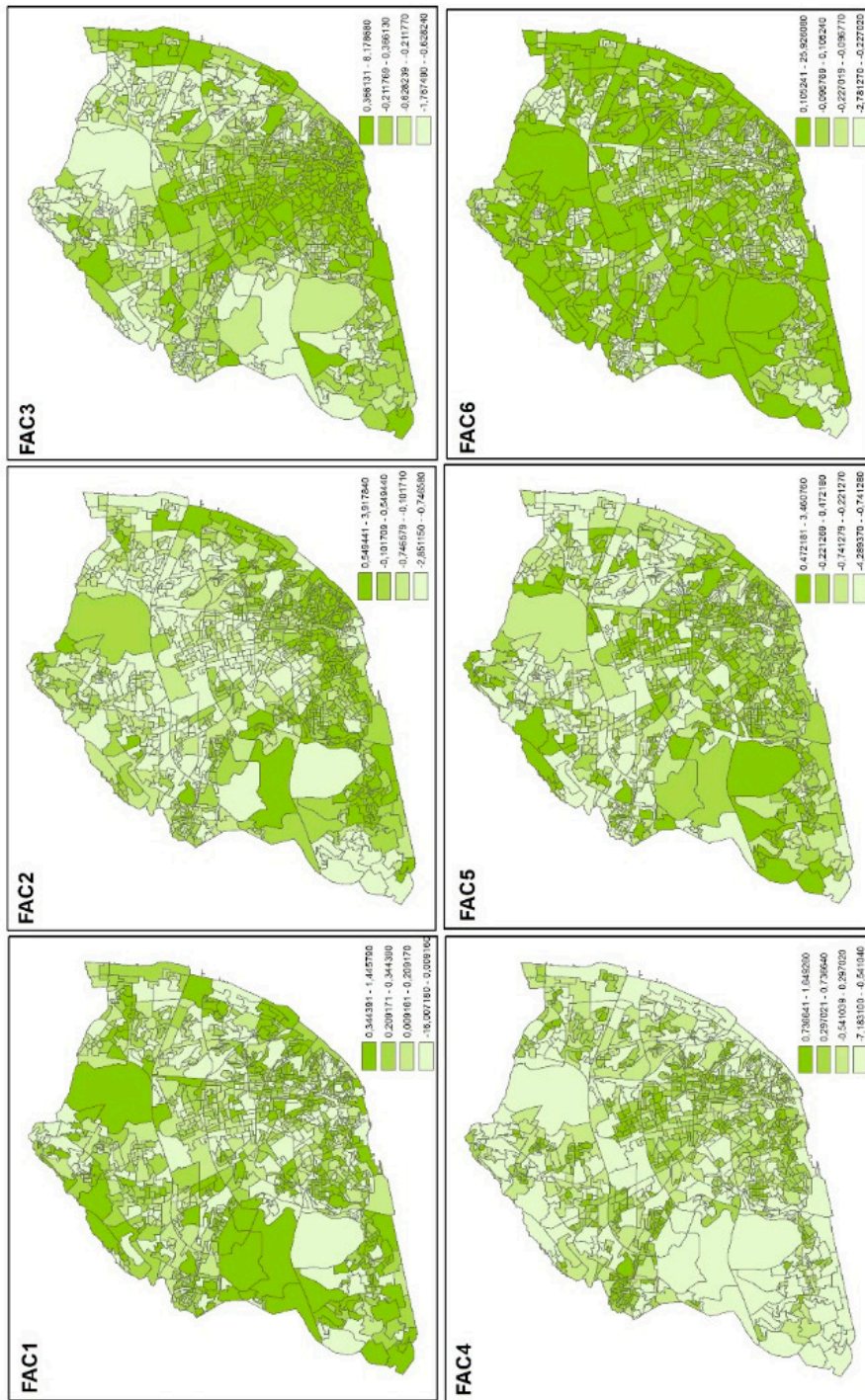


Figura 2 Distribuição espacial dos scores/coordenadas dos fatores categorizados em quartis.

¹ Cada fator apresenta, em cada uma das secções em análise, um valor específico de "score". Assim, o "score" representa a expressão, em cada secção, de cada um dos fatores considerados, assumindo-se como uma faceta distintiva das áreas em estudo.

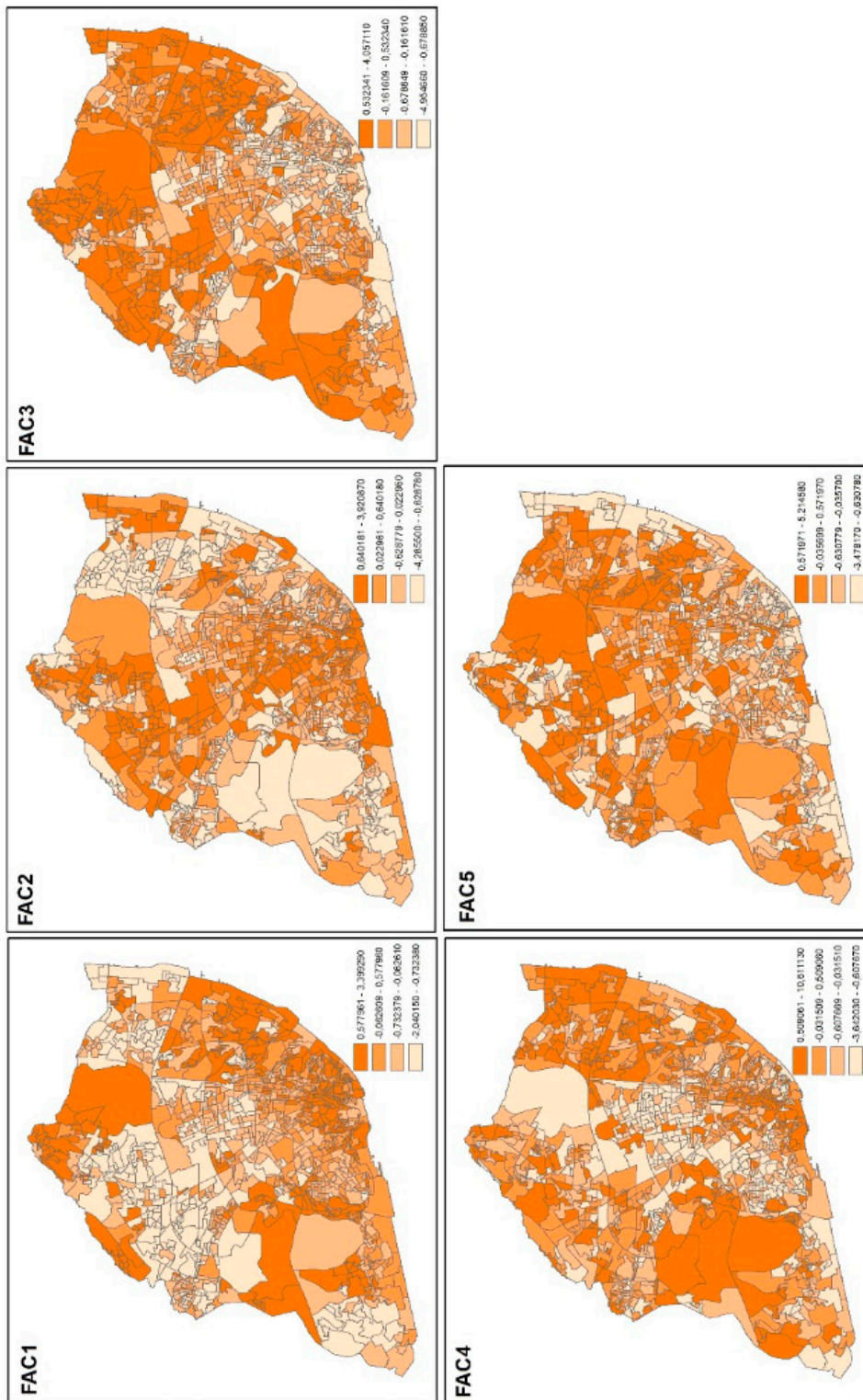


Figura 3 Distribuição espacial dos scores/coordenadas dos fatores categorizados em quartis.

Aspetos Sociais

O Quadro II apresenta os *loadings* mais elevados por fator e a percentagem de variância explicada par a dimensão AS. Neste caso, os cinco fatores resultantes explicam quase 82% da variância deste grupo de indicadores.

Os indicadores no fator 1 estão associados com a situação laboral, o nível de escolaridade e o tipo de propriedade do alojamento de residência (Baixo Nível Socioeconómico). O segundo fator destaca indivíduos empregados no setor terciário, em idade ativa em oposição a residentes com mais de 65 anos e reformados (Emprego Terciário). No fator 3 a percentagem de famílias com 3 ou 4 pessoas e com crianças com menos de 15 anos de idade têm os *loadings* positivos mais elevados surgindo as famílias de menor dimensão com valor negativo elevado (Famílias com Menores de 15). O quarto fator relaciona-se com a percentagem de homens e mulheres residentes (Género dos Residentes) e, finalmente a percentagem de famílias com crianças acima de 15 anos de idade à procura do primeiro emprego têm valores de *loadings* mais elevados no fator 5 (Famílias com Maiores de 15).

A distribuição espacial do fator 1 (Baixo Nível Socioeconómico) mostra que as secções com *scores* mais elevados se localizam no centro de Lisboa e perto do rio. O fator 2 (Emprego no Terciário) e 4 (Género dos Residentes) não apresentam um padrão de distribuição dos valores de *scores* por secção. As secções com os valores mais elevados no fator 3 (Famílias com Menores de 15), localizam-se nas áreas periféricas assim como na área mais a nordeste do município. As secções com valores de *scores* mais elevado no fator 5 (Famílias com Maiores de 15) parecem estar concentradas nas áreas periféricas e mais a norte do município (Figura 3).

Classificação Hierárquica Ascendente (análise de clusters)

A classificação efetuada sugeriu a formação de quatro clusters distintos. Figura 4 e o Quadro III sintetizam a informação por cluster permitindo a sua melhor compreensão. No gráfico da Figura 4, que apresenta as médias dos fatores por cluster, pode comprovar-se que cada cluster representa uma conjugação diferente de valores dos fatores que o constitui.

Resumidamente, o *cluster* 1 integra secções que se assemelham entre si no que respeita à dimensão da habitação (alojamento de pequena dimensão),

Quadro II
Loadings e % de Variância explicada por Fator.

Fator (% Variância Explicada)	Indicador	Loa- dings	Designa- ção
1 (35.68%)	% alojamentos ocupados por arrendatários	0,889	Baixo Nível Socioeconómico
	% residentes à procura de emprego	0,833	
	% famílias clássicas com desemprego	0,782	
	% residentes que não sabem ler nem escrever	0,733	
	% residentes com o 2º ciclo do ensino básico	0,725	
	% residentes com o 1º ciclo do ensino básico	0,714	
	% residentes com o ensino superior	-0,765	
	% famílias clássicas sem desemprego	-0,782	
	% alojamentos ocupados pelos proprietários	-0,867	
2 (26.39%)	% residentes empregados	0,779	Emprego Terciário
	% residentes empregados no setor terciário	0,765	
	% residentes entre os 15 e os 64 anos de idade	0,759	
	% residentes com o 3º ciclo do ensino básico	-0,456	
	% residentes com 65 anos de idade	-0,723	
	% residentes reformados	-0,769	
3 (8.79%)	% famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas	0,805	Famílias com Menores de 15
	% famílias nucleares com crianças com - de 15 anos	0,72	
	% residentes empregados no setor secundário	0,444	
	% residentes com o ensino secundário	-0,677	
	% famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas	-0,829	
4 (5.59%)	% residentes masculinos	0,904	Género dos Residentes
	% residentes femininos	-0,904	
5 (5.09%)	% residentes à procura do 1º emprego	0,539	Famílias com Maiores de 15
	% famílias nucleares com crianças com + de 15 anos	0,807	

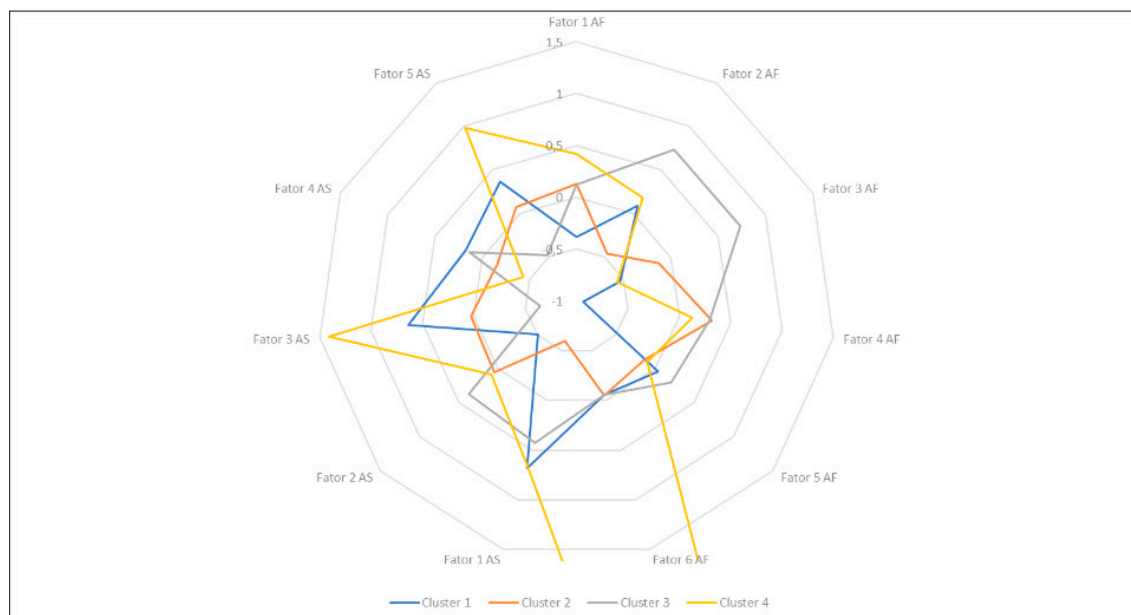


Figura 4

Média dos scores dos fatores por cluster.

Nota: O valor médio do fator 6 AF (Área Agrícola) é demasiado elevado para ser representado neste gráfico (13,79).

com um baixo nível socioeconómico e com famílias com menores e maiores de 15 anos. O *cluster 2* é constituído por secções predominantemente urbanas com boas condições de habitabilidade, famílias com maiores de 15 e empregados no terciário. No *cluster 3* encontram-se secções caracterizadas pela pequena dimensão da habitação e edifícios principalmente não residenciais. Neste *cluster* as secções apresentam conjuntamente um baixo nível socioeconómico assim como empregados no terciário.

O *cluster 4* está essencialmente relacionado com área agrícola, no que diz respeito ao uso do solo (Quadro III).

É importante salientar que esta leitura dos clusters se baseia nos fatores que apresentam maior média de score em cada cluster. Todavia, e como se pode verificar na figura 4, cada cluster é também constituído por todos os outros fatores, englobando pois a totalidade dos aspetos considerados, tanto físicos como sociais. Assim, secções classificadas como pertencentes a um determinado cluster não são caracterizadas exclusivamente pelo(s) fator(es) aí preponderante(s), mas também pelos restantes fatores e variáveis. Consequentemente, não é possível nem correto afirmar que, por exemplo, as secções classificadas como cluster 4 sejam áreas exclusivamente agrícolas.

O *cluster 1* (Áreas de Vulnerabilidade Socioeconómica) engloba 24,79% da população residente na área de estudo, o que sublinha a precariedade

Quadro III
Descrição Sintética dos Fatores por Cluster.

Clusters	Fator com Média de Scores mais Elevada	Descrição	Designação
1	Fator 2 AF Fator 1 AS Fator 3 AS Fator 5 AS	Dimensão da Habitação Baixo Nível Socioeconómico Famílias com Menores de 15 Famílias com Maiores de 15	Áreas de Vulnerabilidade Socioeconómica
2	Fator 4 AF Fator 1 AF Fator 5 AS Fator 2 AS	Área Urbana Condições da Habitação Famílias com Maiores de 15 Empregado Terciário	Área de Maior Urbanidade
3	Fator 2 AF Fator 3 AF Fator 1 AS Fator 2 AS	Dimensão da Habitação Não Residencial Baixo Nível Socioeconómico Empregado Terciário	Áreas Urbanas Essencialmente Não Residenciais
4	Fator 6 AF	Área Agrícola	Área Essencialmente Agrícola

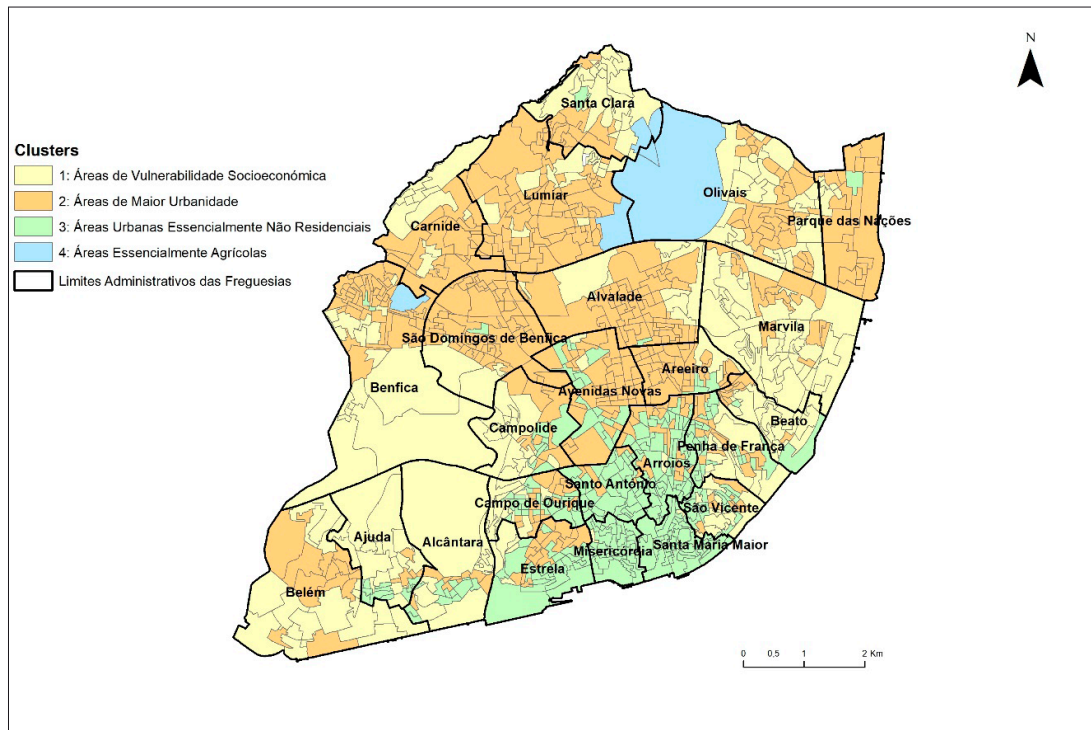


Figura 5
Distribuição Espacial dos Clusters.
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (<http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml>).

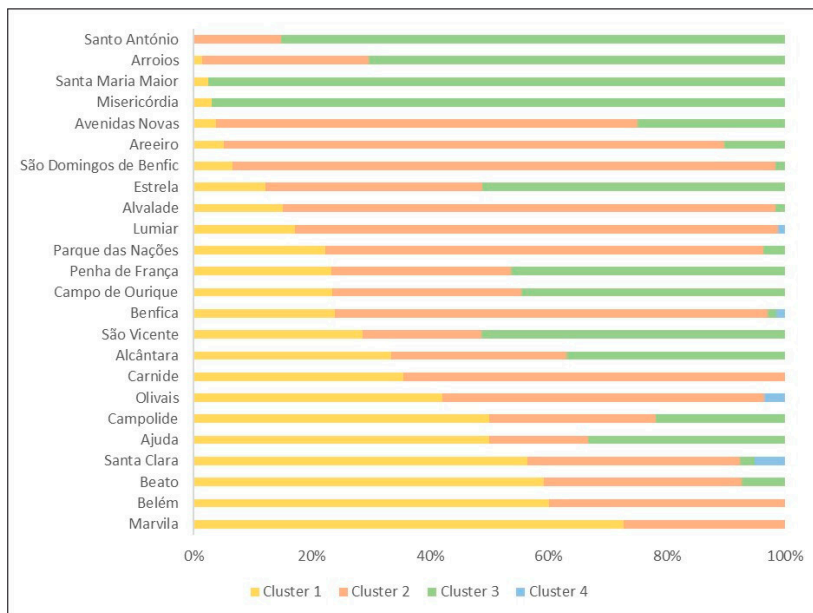


Figura 6
Percentagem de secções estatísticas por cluster e freguesia.

em que quase um quarto dos indivíduos residentes deste município se encontra.

Por outro lado, cerca de 48% das secções estatísticas, onde reside quase metade da população do concelho de Lisboa, são Áreas de Maior Urbanidade (*cluster 2*) - com boas condições de habitação e empregos no terciário. No *cluster 3* (Áreas Urbanas Essencialmente Não Residenciais) residem pouco mais de 21% da população de todo o concelho, em cerca de 27% das suas secções estatísticas. E no *cluster 4* (Áreas Essencialmente Agrícolas) que engloba apenas 4 secções vivem 2226 (0,38%) indivíduos (Quadro IV).

Quadro IV
Secções e população por cluster.

Cluster	Secções		População	
	N	%	N	%
1	261	24,79	153528	28,03
2	505	47,96	271641	49,59
3	283	26,88	120338	21,97
4	4	0,38	2226	0,41

A Figura 5 revela que aparentemente, a distribuição espacial dos *clusters* parece fazer-se de acordo com um padrão. O valor do I de Moran confirma que a distribuição dos *clusters* está espacialmente autocorrelacionada e de forma significativa pois o I de Moran é igual a 0,49 com um z-score=28,37 e um $p=0,000$.

O mapa apresentado na Figura 5 sobrepõe os limites administrativos de cada freguesia do Município de Lisboa à distribuição dos *clusters* por secção estatística. Neste mapa verifica-se que existe bastante homogeneidade interna nas freguesias no que diz respeito aos *clusters* das secções que as compõem. Por exemplo, as freguesias de Misericórdia e Santa Maria Maior são quase exclusivamente Áreas Urbanas Essencialmente Não Residenciais, ou seja, são freguesias onde predominam os serviços e o comércio.

Analisando a percentagem de secções estatísticas por *cluster* e freguesia verificamos que (Figura 6):

- Marvila, Belém e Beato são as freguesias com maior percentagem de secções classificadas como Áreas de Vulnerabilidade Socioeconómica (*cluster 1*)
- O *cluster 2* (Áreas de Maior Urbanidade) encontra-se em maior percentagem nas freguesias de São Domingos de Benfica, Areeiro e Alvalade.
- Apenas 6 freguesias não têm secções classificadas como Áreas Urbanas Essencialmente Não Residenciais (*cluster 3*)

- Apenas 4 freguesias têm secções classificadas como Áreas Essencialmente Agrícolas (*cluster 4*)

Os resultados obtidos através desta metodologia vão de encontro à realidade do município de Lisboa a vários níveis. Por exemplo, foram classificadas como Áreas Urbanas Essencialmente Não Residenciais as secções que se encontram nas freguesias centrais e do centro histórico de Lisboa onde, apesar de ter havido um aumento da população residente entre 2001 e 2011, continua a considerar-se como prioritário o aumento dessa população nesta área, nomeadamente no PEDULx (*Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Lisboa*, 2016). O centro histórico de Lisboa situa-se essencialmente nas freguesias da Estrela, Misericórdia e Santa Maria Maior. Ao longo do tempo, esta área ora foi povoada por elites da sociedade (nobreza antes do terramoto de 1755, por exemplo), ora por uma população empobrecida (proletariado na primeira metade do séc. XX). Hoje em dia o centro histórico parece estar a ser palco dum processo de gentrificação (enobrecimento), sendo simultaneamente alvo de políticas municipais que procuram impedir o afastamento da população mais desfavorecida aí residente (Galhardo, 2014).

Outro exemplo que demonstra a adequação dos *clusters* criados e a realidade do território em estudo é o fato da maioria das secções das freguesias de Marvila e Santa Clara serem classificadas como *cluster 1* (Áreas de Maior Vulnerabilidade Socioeconómica). Ora segundo o PEDULx estes são também os locais onde se encontram as maiores percentagens de indivíduos residentes beneficiários do Rendimento Social de Inserção, sendo nestas freguesias que se localizam os maiores números de Zonas de Intervenção Prioritária⁸, previstas pela Câmara Municipal de Lisboa (*Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Lisboa*, 2016).

Vantagens e Limitações

A principal característica da classificação territorial criada é não partir de preconceitos sobre a área de estudo, i.e., não há interferência ou escolha prévia da informação analisada inicialmente, nem da informação incluída no resultado final. Esta metodologia utiliza informação disponível para todo o país o que permite a replicação destes procedimentos analíticos noutros municípios, distritos e regiões.

⁸ Zonas de Intervenção Prioritária: instrumento de política pública municipal que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projetos locais que contribuam para o reforço da coesão socio-territorial no município.

Através do mapeamento dos clusters resultantes é possível identificar padrões de distribuição de cada cluster, calcular a sua autocorrelação espacial e identificar áreas com maior necessidade de intervenção ao nível de políticas estratégicas de desenvolvimento territorial, por exemplo. É também possível cruzar informação de diferente natureza com os clusters resultantes desta metodologia de análise do território, nomeadamente informação epidemiológica ou de saúde pública permitindo aferir a associação entre o contexto geográfico e a saúde das populações.

No entanto, os clusters resultantes desta metodologia serão diferentes consoante a área em estudo o que poderá ser visto como uma limitação pois desta forma não se poderão comparar diretamente os resultados de diferentes áreas.

Conclusões

A categorização do território é uma tarefa complexa devido essencialmente à multidimensionalidade do conceito “território” e ao elevado número de indicadores de base territorial disponível. Contudo, é essencial conhecer aprofundadamente o território, perceber as suas diferenças e interpretá-las. Só assim se poderá intervir no sentido da atenuação dessas diferenças, nomeadamente através dum planeamento estratégico e direcionado.

A ACP é a análise estatística mais adequada no que se refere à redução do número de indicadores necessários para descrever as unidades territoriais, sem prejuízo de perda de informação relevante. Contudo, a representação espacial da distribuição dos *loadings* dos fatores por secções é de difícil leitura e interpretação.

A aplicação da CAH aos fatores de AF e AS em conjunto facilita a interpretação da distribuição destas características por *cluster* e por secção, após mapeados.

O I de Moran comprova a aparente autocorrelação espacial do mapeamento da distribuição dos clusters por secções. As secções com AF e AS semelhantes são efetivamente mais próximas geograficamente agrupando-se espacialmente de forma significativa.

O agrupamento das secções por *clusters* é relativamente uniforme por freguesia existindo inclusivamente freguesias cujas secções pertencem quase exclusivamente a um só *cluster*.

A metodologia de análise fatorial, seguida de análise hierárquica e respetivo mapeamento e teste de autocorrelação espacial através do I de Moran

provou ser útil na análise das secções estatísticas do Município de Lisboa. A agregação de secções não se deve ao acaso e a interpretação da informação de cada *cluster* parece ser teoricamente válida. No entanto, esta metodologia necessita de replicação, noutros territórios e noutras escalas, no sentido de comprovar a sua aplicabilidade.

Bibliografia

- Albagli, S. (2004). Território e Territorialidade. In R. D. Editora (Ed.), *Territórios em Movimento: Cultura e Identidade como Estratégia de Inserção Competitiva* (pp. 23-70).
- Allik, M., Brown, D., Dundas, R. & Leyland, A. H. (2016). Developing a new small-area measure of deprivation using 2001 and 2011 census data from Scotland. *Health Place*, 39, 122 - 130. doi:10. 1016/j. healthplace.2016.03.006
- Braga, R. M. (2007). O Espaço Geográfico: Um Esforço de Definição. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 22, 65-72.
- Faria, R. M. d. & Bortolozzi, A. (2009). Space, territory and health: contributions of Milton Santos for the theme of the geography of health in Brazil. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, 17, 31-41.
- Galhardo, J. (2014). As desigualdades fontes de dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa. *Cadernos Metrópole*, 16(32), 513-536. doi:10.1590/2236-9996.2014-3210
- Haesbaert, R. & Limonad, E. (2007). O território em tempos de globalização. etc, espaço, tempo e crítica. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, 1(2 (4)), 39-52.
- Ianoş, I., Petrişor, A.-I., Zamfir, D., Cercleux, A.-L., Stoica, I.-V. & Tălângă, C. (2013). Search of a relevant index measuring territorial disparities in a transition country. Romania as a case study. *Die Erde. Journal of the Geographical Society of Berlin*, 144(1), 69-81. doi: 10.12854/erde-144-5
- Knighton, A. J., Savitz, L., Belnap, T., Stephenson, B. & VanDerslice, J. (2016). Introduction of an Area Deprivation Index Measuring Patient Socioeconomic Status in an Integrated Health System: Implications for Population Health. *EGEMS (Wash DC)*, 4(3), 1238. doi:10.13063/2327-9214.1238
- Langlois, A. & Kitchen, P. (2001). Identifying and Measuring Dimensions of Urban Deprivation in Montreal: An Analysis of the 1996 Census Data. *Urban Studies*, 38(1), 119-139. doi:10.1080/00420980020014848

- Lian, M., Struthers, J. & Liu, Y. (2016). Statistical Assessment of Neighborhood Socioeconomic Deprivation Environment in Spatial Epidemiologic Studies. *Open J Stat*, 6(3), 436-442. doi:10.4236/ojs.2016.63039
- Martín, A. C. & Barros, C. M. d. C. P. (2015). Designing a Living Conditions Index and Classification of the National Territory. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, 31(3), 323-332.
- Messer, L. C., Laraia, B. A., Kaufman, J. S., Eyster, J., Holzman, C., Culhane, J. & O'Campo, P. (2006). The development of a standardized neighborhood deprivation index. *J Urban Health*, 83(6), 1041-1062. doi:10.1007/s11524-006-9094-x
- Nogueira, H. (2006). *Os lugares e a saúde: uma abordagem da Geografia às variações em saúde na Área Metropolitana de Lisboa*. (Doutoramento), Universidade de Coimbra.
- Norusis, M. J. (2005). IBM SPSS Statistics 19 Statistical Procedures Companion. In I. Corp. (Ed.), *Straight Talk about Data Analysis and IBM SPSS Statistics* (pp. 375-404).
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Lisboa*. (2016). Retrieved from http://www.cmlisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/PEDU/PEDU/PEDU_Relatorio_FINAL.pdf
- Vyas, S. & Kumaranayake, L. (2006). Constructing socioeconomic status indices: how to use principal components analysis. *Health Policy Plan*, 21(6), 459-468. doi:10.1093/heapol/czl029

A paisagem, uma ferramenta de análise de territórios emergentes na interface entre natureza e sociedade: o vale do Guaporé - Jauru/MT-Brasil

The landscape, a tool for analysing emerging territories at the interface between nature and society: the Guaporé valley - Jauru/MT-Brasil

Messias Modesto dos Passos

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Campus de Presidente Prudente/SP
mmpassos86@gmail.com
ORCID: 0000-0002-0360-7612

Resumo:

No Brasil, importantes mudanças ambientais e sociais afetam o país. A gestão dos recursos naturais se coloca de maneira crucial ante a pressão antrópica. Após a Rio-92, o país se engajou na promoção de uma gestão sustentável do meio ambiente. A comunidade científica reconhece que as questões de sustentabilidade devem ser abordadas globalmente, integrando a interação das dinâmicas naturais, socioeconômicas e socioculturais. Neste contexto de “pluridisciplinaridade necessária” para abordar as variáveis do desenvolvimento sustentável, nós propomos uma problemática de pesquisa centrada sobre a “paisagem” (Bertrand, 2002) como ferramenta de diálogo entre ciências naturais e ciências sociais em torno de questões socioambientais. Este artigo objetiva mostrar como a paisagem é um indicador dos processos de antropização de territórios emergentes - o vale do Guaporé-Jauru/sudoeste do estado do Mato Grosso-Brasil -, e em que medida ela é uma ferramenta de análise pertinente das dinâmicas espaciais na interface natureza-sociedade.

Palavras-chave: Paisagem; Amazônia; Natureza-sociedade; Desenvolvimento sustentável.

Abstract:

In Brazil, important environmental and social changes affect the country. The management of natural resources arises crucially before the anthropic pressure. After Rio-92, the country engaged in the promotion of sustainable management of the environment. The scientific community recognizes that sustainability issues should be addressed globally, integrating the interaction of natural dynamics, socio-economic and socio-cultural. In this context of “necessary pluridisciplinarity” to address the variables of sustainable development, we propose a research problem focused on the “landscape” (Bertrand, 2002) as a tool of dialogue between natural sciences and social sciences around environmental issues. This article aims to show how the landscape is an indicator of anthropic processes emerging territories - the valley of Guaporé-Jauru / southwestern state of Mato Grosso, Brazil - and to what extent it is a pertinent analysis tool of spatial dynamics in interface nature-society.

Keywords: Landscape; Amazon; Nature and society; Sustainable development.

Problemática

Se há um contraste de paisagem, há, também, um contraste político-administrativo. Para conhecer a Geografia Física é preciso conhecer os problemas sociais, econômicos, administrativos...

O Brasil chama atenção pela diversidade e rapidez das mudanças socioeconômicas e ambientais que o afetam. Há regiões em pleno processo de emergência, como a do arco de colonização agrícola na Amazônia - Vale do Guaporé-Jauru -, onde as alterações são muito notáveis. Esta região está na mídia nacional e internacional pelos impactos dos desmatamentos sobre a regressão da biodiversidade. Esta região apresenta meios complexos, onde a geo-

diversidade se erode ao contacto de fortes mutações naturais e sociais. Os ecossistemas variados dessa parcela do território brasileiro são confrontados com transformações aceleradas devidas a organização espacial e aos tipos de exploração muito agressivos. No arco da colonização agrícola, 0,5 a 1 % da floresta amazônica passa do *status* de ecossistema natural para o de paisagem rural, sem que se observe sistematicamente uma melhora significativa dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH).

Na Amazônia a combinação de fatores biofísicos de uma parte, e as múltiplas iniciativas e ações humanas motivadas pelos interesses econômicos de outra parte, conduzem a grandes dificuldades de acompanhamento, em tempo real, do conhecimento científico desses meios, e cuja identificação das

políticas públicas permite engajar estas regiões na via do desenvolvimento sustentável. É, sem dúvida, nesta via que o Brasil deseja se orientar depois dos acordos assinados durante a Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano - a Eco-92. A noção de sustentabilidade, que introduziu a reflexão e a ação em matéria de desenvolvimento, se apresenta em definitivo muito clara: a referência à lógica de progresso das sociedades humanas, coloca a ênfase sobre a necessária articulação entre a viabilidade econômica das formas tomadas por este desenvolvimento, sua capacidade de não colocar em perigo os recursos ambientais sobre os quais ele se funda, e o caráter equitativamente benéfico de seus efeitos sobre os diferentes grupos sociais (Conferência Mundial sobre o desenvolvimento sustentável, 2002). É, portanto, neste “conceito” que as questões de sustentabilidade devem ser entendidas, ou seja, integrando as questões que correspondem aos meios naturais e às dinâmicas sociais. Lembramos que, não se trata de identificar e de proteger os meios frágeis de um lado e de outro de “sacrificar” regiões em nome de um desenvolvimento econômico e social, mas, sobretudo, de conservar os meios nos quais as sociedades possam se desenvolver em plena coerência.

Neste contexto, nós optamos em desenvolver a nossa problemática de pesquisa em torno da noção de “paisagem” - em primeiro lugar pelo caráter aglutinador que lhe confere. Bertrand (2002) edificou as bases conceituais da paisagem como meio de fazer dialogar as ciências naturais e as ciências sociais em torno de questões socioambientais. Em seguida Deffontaines (1998) deu um caráter concreto e operativo à abordagem paisagística para que ela traduza e revele os modos de funcionamento e de organização dos espaços, “a paisagem sendo o lugar onde se inscrevem indicadores visuais práticos num meio dado”. Assim, a entrada pela paisagem foi retida desde que o interesse em conjugar uma abordagem naturalista, indicadora das dinâmicas biofísicas, à uma abordagem territorial sobre a apreensão pela sociedade dos recursos naturais cuja a gestão depende, notadamente, da escolha e das orientações em relação com as dinâmicas socioeconômicas dos territórios considerados. A paisagem é uma polissemia, ou seja, é o resultado material de um conjunto de interações entre processos físicos, processos ecológicos, processos sociais e processos culturais. Na verdade, ela é considerada como o “reflexo das relações entre o homem e seu meio ambiente” e aparece assim indissociável do conjunto das dinâmicas territoriais (Béringuier *et al.* 1999).

A paisagem na Geografia

“A paisagem é o reflexo e a marca impressa da sociedade dos homens na natureza. Ela faz parte de nós mesmos. Como um espelho, ela nos reflete. Ao mesmo tempo, ferramenta e cenário. Como nós e conosco, ela evolui, móvel e frágil. Nem estática, nem condenada. Precisamos fazê-la viver, pois nenhum homem, nenhuma sociedade, pode viver sem território, sem identidade, sem paisagem.” (Bertrand, 2007).

Pintura, literatura, arte dos jardins foram, por essência, elitistas e, à exceção dos jardins japoneses, não se vulgarizaram antes do fim do século XIX e início do século XX. A ideia de paisagem, mais ou menos bem abordada segundo os tempos, os lugares e as disciplinas, ficou por muito tempo um negócio de iniciados.

A partir do século XIX, o termo *paisagem* é profundamente utilizado em Geografia e, em geral, se concebe como o *conjunto de “formas”* que caracterizam um setor determinado da superfície terrestre. A partir desta concepção que considera puramente as formas, o que se distingue é a heterogeneidade da homogeneidade, de modo que se podem analisar os elementos em função de sua forma e magnitude e, assim, obter uma classificação de paisagens: morfológicas, vegetais, agrárias etc. Esse conceito de paisagem foi introduzido em Geografia por A. HOMMEYEREM mediante a forma alemã *Landschaft*, entendendo exatamente por este termo, o conjunto de elementos observáveis desde um ponto alto.

As línguas germânicas apresentam um claro paralelismo através da palavra originária *land*, com um sentido praticamente igual e da qual derivam *landschaft* (alemão), *landscape* (inglês), *landschap* (holandês) etc. Esse significado de espaço territorial, mais ou menos definido, remonta ao momento da aparição das línguas vernáculas e podemos dizer que esse sentido original, com certas correções, é válido ainda hoje.

A possibilidade de deslocamentos mais rápidos, as epopeias coloniais, a aparição e a difusão da fotografia, o papel da imprensa, o acesso aos romances de aventuras ou regionalistas, a tomada de consciência das agressões das quais as paisagens são vítimas etc., levam à tomada de consciência coletiva da noção comum de paisagem.

As correntes paisagísticas

A Geografia sempre utilizou a paisagem como uma ferramenta de observação e de hierarquização

dos fenômenos espaciais, sem que, aliás, verdadeiros consensos metodológicos acontecessem ou fossem impostos sobre níveis pertinentes de análise.

Inicialmente lembremos que há três diferentes correntes de estudo da paisagem:

- uma corrente naturalista
- uma corrente sensível
- uma corrente mais flexível

No entanto, a paisagem, sobretudo considerada no seu aspecto dinâmico de “PROCESSOS PAISAGÍSTICOS” deve ser estudada como um “POLISISTEMA” formado pela combinação dos sistemas natural, social, econômico, cultural etc.

Para abordar a paisagem adotamos três entradas: materialidade, sensibilidade e representação. Esse posicionamento, conhecido como Tripé Paisagístico (Rennó, 2009) deixa, de acordo com os questionamentos iniciais, com a realidade da região de estudo e com os objetivos, a liberdade de privilegiar mais ou menos cada uma das entradas. Porém, é na sua utilização completa que ela atinge de maneira mais eficaz seus objetivos.

A paisagem se presta, entre outras finalidades, para enraizar o meio ambiente no território dos homens e na longa história das sociedades (enfim, são as sucessivas sociedades que constroem as sucessivas paisagens como lugar para morar, trabalhar e sonhar...).

Há uma corrente, da qual participa Georges Bertrand - a Escola de Toulouse, para a qual a SENSIBILIDADE é atribuída ao sentido de identidade (*ressourcement*), ou seja, carregada de subjetividade, de imaterialidade... e de poesia. A paisagem está na frente e atrás dos olhos. Para esta corrente, a paisagem está mais “atrás dos olhos”.

Segundo esta corrente - “a cada um a sua paisagem” -, não se pode definir a paisagem, mas dizer o que ela representa: identidade cultural (por exemplo: agrestino). É uma referência patrimonial (por exemplo: o Pantanal)... Dentro desse patrimônio há coisas construídas (lugares: morar/trabalhar/sonhar)... Isto é, há uma extensão do meio ambiente...

Uma paisagem nasce, toda vez que um olhar cruza um território... Ou seja, a paisagem nasce da interação de dois elementos: (a) *o objeto* - um espaço geográfico qualquer -; (b) *o sujeito* - o observador: é o homem com sua sensibilidade, seus projetos. O mais importante é o que existe entre os dois. Paisagem é um processo! Um modo de representação sociocultural de um espaço.

Atravessamos hoje em dia uma revolução cultural: não apenas científica, mas de todo conjunto. Temos que superar os métodos científicos clássicos

para desenvolver uma problemática cultural, científica, social: de complexidade e de diversidade.

Uma nova maneira de ver o mundo das relações humanas com o planeta. Passando da Natureza para a Sociedade. Esse mundo não é somente da Natureza.

O conceito de paisagem-território. A paisagem constitui uma dimensão imprescindível do território... A paisagem produz mais discurso que métodos! Falta uma ferramenta de trabalho teórico-metodológico. A Paisagem Território se define como um fato geográfico territorializado/materializado. Diferente das paisagens dos pintores, dos poetas. Vivemos a Paisagem Território todos os dias. Constitui um sistema territorial de complexidade-diversidade, seja material ou natural. É preciso não deixar a paisagem isolada e, sim, dentro do meio ambiente (geográfico).

É, portanto, a partir de *paisagens indicadoras* (ou do Sistema Paisagem Território) que nós vamos abordar as dinâmicas paisagísticas do Vale do Guaporé-Jauru/MT.

A paisagem indicadora

A confrontação dos procedimentos metodológicos com parâmetros “consagrados” por outros grupos de pesquisas¹ tem duas finalidades: uma é permitir afinar e ajustar o guia metodológico proposto, a fim de torná-lo operacional nos diversos contextos territoriais; a outra é testar/avaliar a paisagem como uma entrada e uma ferramenta pertinente para responder às problemáticas de desenvolvimento sustentável dos territórios.

Em relação à finalidade da paisagem indicadora, podemos apontar três objetivos, que correspondem a diferentes etapas metodológicas.

1 - Identificação de *paisagens-indicadoras* para um melhor conhecimento territorial na interface natureza-sociedade.

Trata-se de mostrar como a entrada pelas paisagens pode servir para analisar o contínuo espacial segundo um ponto de vista comum, que atenda tanto às ciências da natureza como às ciências sociais e, por consequência, permita construir uma tipologia paisagística que possa servir de linguagem de referência entre as diferentes disciplinas associadas (geografia, pedologia, botânica, teledetecção,...). Esta categorização espacial apresenta o interesse de centrar as análises em torno dos mesmos objetos de observação, de facilitar os cruzamentos e comple-

¹ Université de Toulouse Le Mirail; Université de Rennes 2, Université d'Avignon - França.

mentos de informações e de determinar *paisagens indicadoras* das dinâmicas espaciais. Tudo isso para melhorar os conhecimentos sobre os territórios nas trajetórias da evolução contrastada em função das variáveis socioambientais que tem localmente o desenvolvimento sustentável.

2 - A espacialização das informações para mise en place de “observatórios”² das dinâmicas paisagísticas.

3 - A detecção de *paisagens indicadoras* sobre as imagens de satélite tem por objetivo produzir cartas que ofereçam uma visão global e homogênea tanto no tempo como no espaço destes territórios em constante evolução. A ideia é posicionar os “observatórios” para acompanhar os meios agrícolas ou outros e seus contextos ambientais na escala regional das paisagens. Este nível está relacionado com as unidades de gestão territorial às quais se aplicam as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento.

A paisagem pode ser um indicador pertinente das dinâmicas espaciais na interface das interações do social e do natural, notadamente onde os terrenos de estudo são de difícil apreensão, em razão da rapidez das mudanças, da carência de dados confiáveis e dos incontornáveis problemas logísticos de coleta de informações locais, devidos ao isolamento e à imensidão desses territórios.

A *paisagem-indicadora* torna-se então *paisagem-integradora*, pois ela permite o cruzamento de diferentes informações orientadas segundo uma problemática específica própria a cada dinâmica regional. Este primeiro passo em direção ao melhoramento dos conhecimentos dos meios e das sociedades que os habitam constitui um dos suportes das proposições para a ajuda da decisão em matéria de políticas de desenvolvimento sustentável.

A ocupação da Amazônia matogrossense

O Centro-Oeste brasileiro é considerado, pelos poderes públicos, como uma região solução para a maioria dos problemas do Brasil. O território pouco povoado, a “disponibilidade” de terras e a possibilidade de se avançar sempre para o Oeste estimularam o avanço da fronteira agrícola que representa um componente ideológico fundamental do consenso social, largamente manipulado pelos governantes.

Essa área, devido à sua extensão e à sua situação, às vezes central e fronteira, constitui um jogo geopolítico. A fundação de Brasília, em 1960 e a criação de grandes eixos rodoviários ligando Belém a Brasília (Norte-Sul), Cuiabá a Porto Velho e a Santarém (Sul-Norte-Oeste e Sul-Norte) no quadro do Programa de Integração Nacional deveriam impulsionar a ocupação demográfica e o desenvolvimento econômico espontâneo.

Entre 1970 e 1974, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) priorizou o assentamento de colonos pobres nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, conforme proposta do projeto Polonoeste, atendendo a três objetivos básicos: (1) *objetivo econômico*, ou seja, promover a agricultura, como meta de aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para a exportação; (2) *objetivo demográfico*, isto é, frear o êxodo rural e reorientar, para a Amazônia, o fluxo que se dirige para as grandes metrópoles do Sudeste; (3) *objetivo social*, diminuir as tensões sociais provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no Sul do País.

O segundo projeto concerne aos cerrados, cujos solos eram avaliados como pobres e impróprios para a agricultura até 1970. A partir de fortes investimentos, graças aos progressos da agricultura e ao desenvolvimento das comunicações, os cerrados atraem os “sulistas” para os Chapadões do Planalto Central, tendo a soja como carro-chefe de uma agroindústria exportadora. Nesse caso, priorizam-se os agricultores provenientes da região Sul, mais aptos e capazes para desenvolverem uma agricultura moderna e competitiva voltada, essencialmente, para os mercados internacionais. Nesse contexto, se dá um processo acelerado de urbanização da fronteira agrícola.

Até o início da década de 1970, o povoamento estava concentrado em Cuiabá e arredores, ou seja, no chamado “Mato Grosso Velho”. A partir da década de 1970, surgiram 85 novos municípios, a maioria fruto da colonização privada. Isto significa que até o início de 1970 existiam apenas 34 municípios. Terminada a década de 80, o número de municípios salta para 95, chegando a 126 no final do milênio.

O surgimento de novos municípios e o aumento populacional se deram à custa de uma grande transformação da paisagem rural e urbana. A derivação antropogênica da paisagem atingiu um alto grau de lesão, deixando sinais claros de despreparo dos seus agentes. As mudanças regionais e a acelerada urbanização regional estiveram diretamente relacionadas às transformações políticas, econô-

² Os “observatórios” serão, na verdade, áreas georeferenciadas - em meios rurais - para efeito de acompanhamento mais sistemático de suas dinâmicas socioambientais, a partir de imagens de satélite e de observações in locus.

micas e sociais no âmbito da incorporação das frentes pioneiras da região amazônica ao espaço e à economia nacional. A partir de 1970, diversos fatores influenciaram esta dinâmica na região. Vários programas especiais e medidas em âmbito federal (PIN, Proterra, Polamazônia, Polocentro etc.) favoreceram um acelerado processo de ocupação “racional” das regiões de cerrado e, sobretudo, de floresta amazônica.

Ribeiro (2002) apresenta uma síntese muito objetiva da motivação e estratégias de ocupação da Amazônia Mato-grossense: “Na década de 1970, o governo brasileiro tornou projeto de estratégia militar a ocupação territorial da Amazônia. De um lado, temia a expansão do socialismo que rondava as fronteiras com países vizinhos. De outro, precisava solucionar conflitos fundiários que se avolumavam no sul do País, em especial no Rio Grande do Sul, com os descendentes de antigos imigrantes europeus do fim do século 19 e começo do século 20. Excedentes dos minifúndios doados pelo governo aos imigrantes, e sucessivamente subdivididos até a insubsistência familiar, os descendentes ocupavam terras públicas e reservas indígenas, causando constrangimentos ao regime militar governante. Somou-se, ainda, o fato de que, em 1974 e 1975, as geadas destruíram os cafezais do norte do Paraná, relevante fonte de riqueza agrícola brasileira. Milhares de agricultores ficaram desempregados e sem horizonte no futuro de curto prazo.”

Os estrategistas do Governo, que produziram a doutrina-mestra do regime militar baseada em “Segurança e Desenvolvimento”, criaram mais um *slogan* para dar sentido à ocupação da Amazônia: “Integrar para não Entregar”.

Elegeram Cuiabá como ponto de partida para a epopeia de ocupar a vastidão amazônica nos anos seguintes, a partir de 1973.

Uma série de medidas estratégicas precisaria ser tomada para dar sustentação às intensas migrações previstas para a Amazônia de Mato Grosso, visando principalmente a solucionar os problemas fundiários do Rio Grande do Sul e do Paraná. Com programas especiais de desenvolvimento, o governo federal providenciou a pavimentação das rodovias BR-163, desde Campo Grande, e BR-364, desde Goiás, até Cuiabá. Acabava o longo ciclo do isolamento geográfico histórico de Cuiabá.

Criou-se a Universidade Federal de Mato Grosso no mesmo período, para dar sustentação à ocupação. E também se providenciou a extensão do primeiro linhão de energia elétrica desde Cachoeira Dourada, em Goiás, até Cuiabá.

Programas especiais, como de Cerrados, o Polocentro, que financiou a ocupação inédita de um milhão de hectares de cerrados à agropecuária, no Norte de Mato Grosso, vieram dar sustentação ao povoamento amazônico.

O gado saiu do Pantanal, onde historicamente viveu, e ganhou as terras altas numa pecuária sobre pastagens formadas, e sob condições mais competitivas.

A pequena produção mato-grossense de subsistência sofreu os primeiros impactos dos colonos gaúchos e paranaenses oriundos das áreas de conflitos fundiários, ou atingidos pelas geadas.

Mudou o perfil de Cuiabá, e do norte de Mato Grosso.

Cuiabá transformou-se no “Portal da Amazônia”. Surgiram projetos fundiários de colonização privados como os de Nova Xavantina, Canarana e Água Boa, no Vale do Araguaia, e no norte: os de Sinop, Alta Floresta, Colíder, ao lado de muitos outros. Juína surgiu como um projeto público social de sucesso no noroeste, destinado aos colonos pobres.

Mato Grosso mudava o seu perfil contemplativo histórico, deixando para trás o monopólio da atividade garimpeira como o pilar mais forte de sustentação da sua economia.

Durante mais de 4 séculos o Mato Grosso ficou, por causa da sua posição geográfica e das dificuldades de acesso, mais ou menos isolado dos grandes ciclos que marcaram a vida econômica do Brasil.

Os rios eram, então, o único meio utilizado por alguns aventureiros ou exploradores para penetrar este mundo distante.

É bem representado este tempo, em que o ouro era abundante no sítio da cidade e atraía uma importante população de garimpeiros a ponto de fazer de Cuiabá a terceira cidade do País. Era o século 19.

Na verdade, a pesquisa de ouro e de diamantes se deslocou de Cuiabá para outras regiões de Mato Grosso. Diamantino, por exemplo, tira seu nome da exploração de diamante. Sobretudo, muitos garimpeiros vieram do estado da Bahia desde os anos 1920, a partir do declínio das minas de Lençóis, na Chapada Diamantina e, então, se instalaram ao longo dos rios e fundos de vales do Centro-Oeste. Estes são em geral clãs familiares, como no garimpo de ouro e diamantes em Poxoréu, por exemplo.

A abertura das estradas rompe em parte o isolamento do Centro-Oeste e, com a chegada dos militares ao poder, em 1964, o Mato Grosso, como a Amazônia, é progressivamente integrado à economia nacional e mundial. Desde 1976, a BR-163 liga Cuiabá a Santarém; em 1984, a nova estrada Cuiabá -

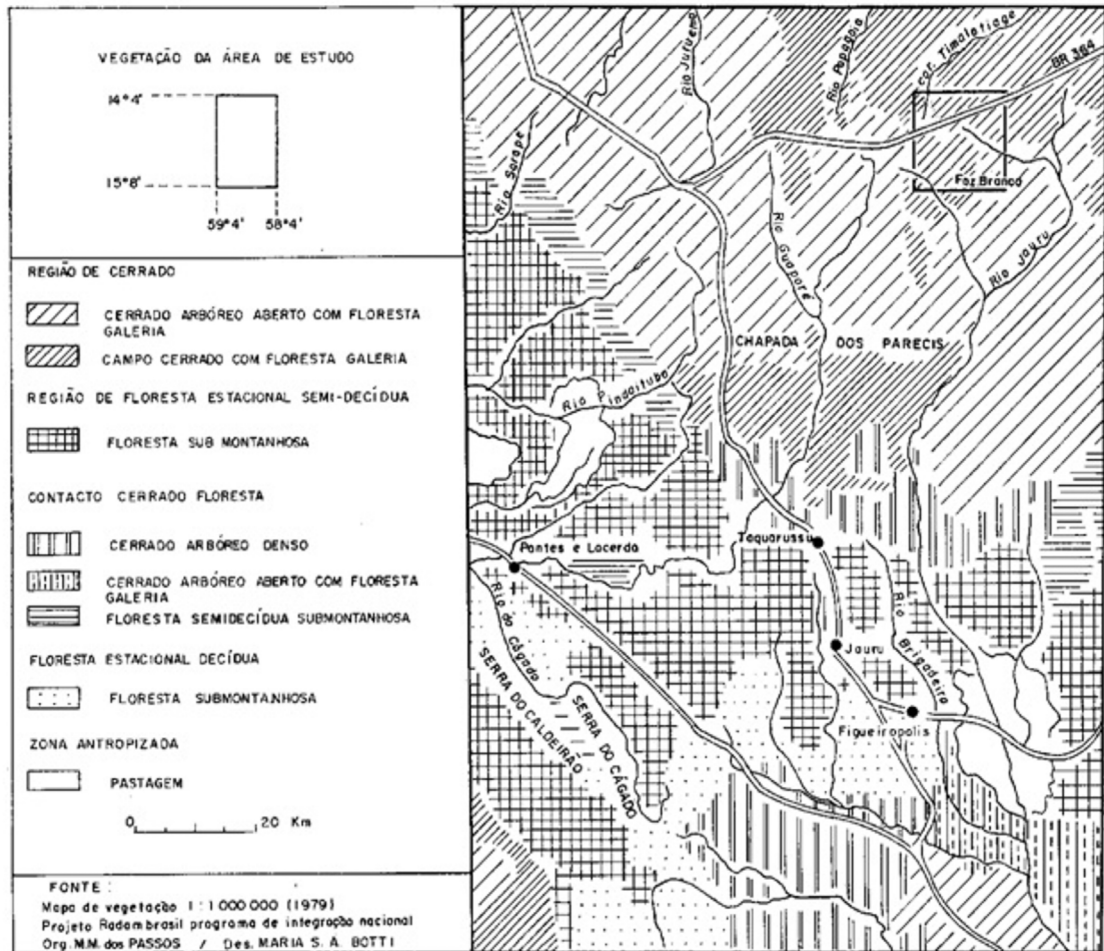


Figura 1
Uso da Terra no Sudoeste do Mato Grosso - Mapa produzido a partir das imagens LANDSAT de 15/10/1992.
Fonte: Extraído de Passos, 1998, p. 110.

Porto Velho é asfaltada. E o Mato Grosso como o sul da Amazônia oscila progressivamente na área de influência do Sul e do Sudeste do Brasil.

Nos anos 1970, diferentes programas de investimentos e de modernização agrícola são elaborados no seio da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste/SUDECO e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM. Sucodem-se então uma série de planos entre os quais o PROCEDER, para a agricultura nos cerrados, o PROTERRA, para a formação de pastagens, o PROBOR para a borracha.

O vale do Guaporé-Jauru

A partir das imagens Landsat TM 228070C e 228071A elaboramos a Figura 1, no sentido de mapear

o uso da terra no Sudoeste do Mato Grosso - Vale do Guaporé-Jauru.

Ao norte da área, mais precisamente ao longo do eixo da BR-364, na Chapada dos Parecís, observa-se o avanço de agricultura altamente tecnificada em ambientes de cerrado. A melhor ilustração dessa modernização está na Fazenda Itamaraty Norte, cujo complexo agroindustrial é dos mais modernos do Brasil (Figura 2).

Apesar da baixa fertilidade das Areias Quartozas, a área de cerrado da Chapada dos Parecís mostra-se, ecologicamente, apta para produzir culturas anuais com uso sustentado de corretivos e fertilizantes em um sistema de rotação de lavouras durante ciclos mais ou menos prolongados, segundo o grau de tolerância dos solos. Diante da “marcha do capital para o campo”, pode-se prever que o processo de eliminação das atuais áreas de cerrado



Figura 2

Fazenda Itamaraty Norte/Chapada dos Parecis/Noroeste do estado do Mato Grosso: observar o rio do Sangue (vermelho) ao longo do qual estão instalados os pivôs de irrigação. As parcelas geométricas, em tonalidades distintas, se referem ao cultivo de soja..., em diferentes estágios - Imagem produzida a partir da CC 4-5-3, efetuada na imagem LANDSAT TM 228.070C, datada de 4/7/99.

Fonte: Passos, 08/2010.

para introdução da soja ou mesmo para a formação de pastagens em áreas de topografia mais movimentada, que vem ocorrendo na área, a partir de 1970, seja mantido, em detrimento da proteção das cabeceiras dos rios Guaporé e Jauru e, pior, em total desrespeito às Reservas Indígenas aí existentes.

Descendo a Chapada dos Parecis, em direção ao sul, chega-se à área de floresta do Planalto do Alto Jauru, Vale do Guaporé. É nessa porção do território que o desmatamento foi mais intenso; no início, para o plantio de culturas anuais e, após, para a formação das fazendas. Com exceção da Fazenda Triângulo, onde se observa a área de heveacultura (sudeste da área), há predomínio das áreas de pastagens com destaque de algumas manchas significativas de mata que aparecem “ilhadas” pelo capim colômbio ou pela brachiária em claro processo de coalescência. (Figuras 3 e 4).

As pequenas áreas de solo nu são, na verdade, pastagens em processo de renovação, ou seja, o capim colômbio introduzido no início (1972) já não apresenta o mesmo vigor e está sendo gradeado para ceder o espaço à brachiária, mais tolerante às pragas, ao período seco e à perda de fertilidade do solo.

Nos Planaltos Residuais do Alto Guaporé (Serra Azul, Serra do Cágado e Serra do Caldeirão), observam-se uma mescla entre áreas florestadas, vegetação serrana, cerrado e solo nu. Na verdade, os fatores ambientais (topografia, declividade, fertilidade do solo, umidade edáfica etc.) impõem limites à derivação antropogênica da paisagem.

A “geometria” espacial do sul da região se mostra menos definida e retalhada, exibindo um quadro cujos limites das áreas de culturas (Gleba Mirassolzinho, entre o rio Guaporé e o córrego Irara - Figura 4) com as pastagens artificiais, os desmata-

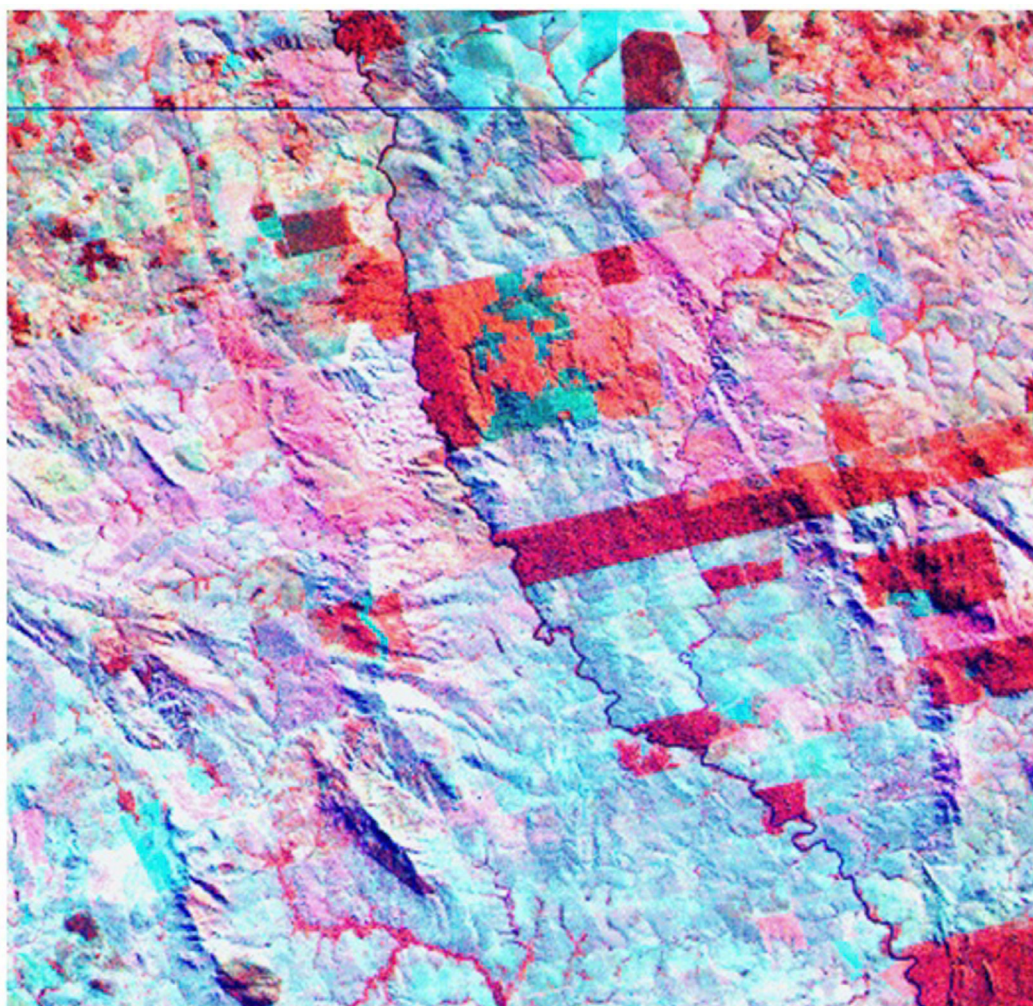


Figura 3

Área de pecuária do Vale do Guaporé-Jauru/Sudoeste do Mato Grosso. Imagem Landsat TM - 228.070, datada de 15/10/1994 -: (a) observar o curso do rio Jauru; (b) as áreas de pastagens (azul) e, notadamente os resíduos de florestas, algumas delas em tom alaranjado (indicador de desmatamento recente).

Fonte: Passos, 08/2010.

mentos recentes e as manchas de florestas relativamente “preservadas” são de difícil demarcação.

A prognose é de que toda essa porção do território, a exemplo da sua faixa central, seja predominantemente ocupada pelas pastagens artificiais.

Evolução do uso da terra no Vale do Guaporé-Jauru: as paisagens indicadoras

Considerando as imagens do satélite Landsat do município de Jauru/MT - que se presta como referência da evolução do solo no Vale do Guaporé-Jauru -, constatamos que as áreas de floresta estão concentradas, sobretudo no topo das chapadas e no

quadrante sul da imagem em uma grande área de interflúvio; no centro da imagem a atividade das pastagens é intensa, essa distribuição é favorecida principalmente pela própria dinâmica da presença de vegetação no cerrado. A presença de cerrados e cerradões está predominantemente nos interflúvios e vertentes suaves dos diferentes tipos de planaltos regionais. Já as áreas de campos limpos e campestres, foram substituídos pela pastagem sem a necessidade primária de grandes derrubadas de matas. A substituição de áreas de matas por pastagens também é perceptível ao comparar as imagens de 1990, 2005 e 2010 (Figuras 8, 9 e 10), principalmente entre 1990 e 2010 onde a quantidade passa de 29% para 19% do total do município, período de depressão da econo-

mia brasileira com queda na agricultura e fortalecimento da pecuária de exportação que se reflete em Jauru-MT. Outra grande modificação é o aumento significativo das áreas de pastagem que passam de 13% para o ano de 1990, para 17% no ano de 2005 e 20% em 2010 juntamente com as áreas de campo/pastagem, chamadas assim áreas onde a floresta ou as áreas de campos limpos ou sujos, foram substituídas pela pastagem, que passa de 36% em 1990, para 41% em 2005 e se mantém no mesmo percentual (41%) em 2010, que evidenciam a intensa incorporação da atividade pecuária pela sociedade.

As áreas de solo nu são evidenciadas principalmente pelas áreas de topos de morros, sua diminuição de 3% em 1990 para 2% em 2005 e 1% em 2010 se deve principalmente pela recomposição da vegetação de floresta. Esse indicador está intimamente ligado a um segundo indicador que é o aumento das áreas de campo/cerrado que passam de 19% em 1990, para 21% em 2005 e 24% em 2010, justificado pelo ativo processo natural de recolonização da mata tropical subcaducifólia.

Nessa unidade assentada em território da Bacia do Prata, ainda estão presentes na paisagem as casas de adobe, com batentes de madeira de bitola larga e uma ou outra espécie frutífera, testemunhos da divisão da área em pequenas e médias propriedades (50 a 200 ha), que a partir de meados dos anos 1980, passaram a ser compradas pelos fazendeiros e, assim, agregadas às grandes fazendas de gado do vale do Jauru-Guaporé (Figura 4).



Figura 4
Casa típica da área rural do estado de Minas Gerais, cuja localização foi georreferenciada: 15°12'46.9" S - 58°53'29.8" W - Altitude: 476 m - e que se presta como "paisagem indicadora" da presença de colonos do estado de Minas Gerais que chegaram ao vale do Guaporé-Jauru, no final da década de 1950.
Fonte: Passos, 07/04/2016.

As fazendas de gado do vale do Guaporé-Jauru enfrentam, atualmente, alguns problemas: (a) as invasões organizadas pelo Movimento dos Sem Terra/

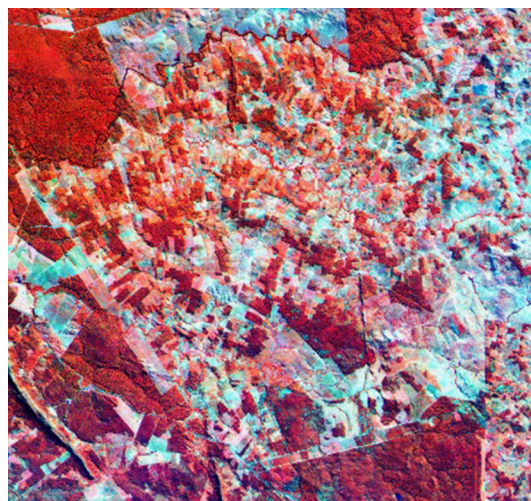


Figura 5
Área de ocupação espontânea. Imagem da "Gleba Mirassolzinho", produzida a partir do tratamento digital (CC 4-5-3) da imagem LANDSAT TM 228.070C, datada de 15/10/1994, no sentido de visualizar o "uso da terra". A ocupação espontânea não define uma geometria precisa das parcelas ocupadas: os tons azulados representam parcelas de uso agrícola. Os tons vermelhos: floresta e os tons alaranjados: desmatamentos recentes. Embora a área tenha sido ocupada por agricultores sem-terra, observa-se o avanço de pastagens e o agrupamento dos lotes. Ainda assim, a produção de gêneros de primeira necessidade (arroz, feijão, mandioca, milho, frutos, legumes etc.) abastece os mercados consumidores de Jauru e de Pontes e Lacerda.
Fonte: Passos, 08/2010.

MST; (b) a fiscalização - arbitrária dos órgãos ambientais. Digo arbitrária, pois é comum, fiscais órgãos estatais aplicar multas indiscriminadamente e, forçar, de alguma forma, um "acerto por fora"; (c) a forte degradação do solo, motivada principalmente pela erosão laminar e em sulcos; (d) as queimadas das pastagens que chegam a atingir as sedes das fazendas, provocando danos materiais e, inclusive, a morte de animais (Figura 6).



Figura 6
Cujas localizações estão georreferenciadas - 15°08'18.9" S e 58°44'36.8" W - Altitude: 458 m. e que se presta como "paisagem indicadora" de dinâmicas biostáticas/resistísticas das vertentes mais íngremes da compartimentação das sucessivas Chapadas: a partir dos níveis altimétricos mais elevados da Chapada dos Parecis (750 a 800m) em direção ao Vale do Guaporé-Jauru (250-400m).
Fonte: Passos, 06/04/2016.

O problema das queimadas tende a se agravar, visto que as condições climáticas regionais, associadas ao manejo impróprio de muitas parcelas rurais colocam em risco de queimadas generalizadas, que podem fugir do controle, apesar de toda a fiscalização dos órgãos ambientais, notadamente do Instituto Chico Mendes/ICMBIO e, claro, da consciência dos próprios proprietários.

Apesar dos elevados índices pluviométricos registrados para a região, pode-se afirmar que a concentração ao longo do período que vai de outubro a março e a acentuada redução no período que vai de abril a setembro, têm reflexos negativos sobre a dinâmica da paisagem e, claro, sobre as atividades antrópicas. É bom lembrar que, no período seco, as condições de forte insolação e elevadas temperaturas mantêm-se praticamente idênticas àquelas da estação chuvosa e quente, sendo o referido período agravado pela prática de se refazer os pastos à base de queimadas, notadamente durante os meses de agosto e setembro.

A região foi submetida ao rigor de 123 dias sem chuvas (abril-setembro\1994), agravado pelas queimadas gerais, levando os moradores e proprietários a um estado de desolação total. É bom lembrar que períodos idênticos e, até mais prolongados sem chuvas, ocorreram em anos anteriores e posteriores a essa data.

No período seco, os processos morfogenéticos relacionados ao escoamento subsuperficial mantêm-se inativos. É nesse período que o processo de assoreamento e de desperenização dos córregos e ribeirões melhor se evidencia (Figura 7).

A Figura 11 se presta como “paisagem indicadora” da dinâmica morfogenética muito ativa em superfícies neogênicas, após o desmatamento da área.



Figura 7
Córrego, afluente do rio Jauru, cuja localização (da foto) está georreferenciada - 15: 15°08'05,5" S - 58°46'18,1" W - Altitude: 451 m e que se presta como “paisagem indicadora” do processo erosivo de fundo de vale motivado por algumas variáveis: (a) desmatamento indiscriminado; (b) regime de chuvas torrenciais; (c) litologia de rocha granítica de pouca resistência aos efeitos de água de escoamento superficial.

Fonte: Passos, 07/04/2016.

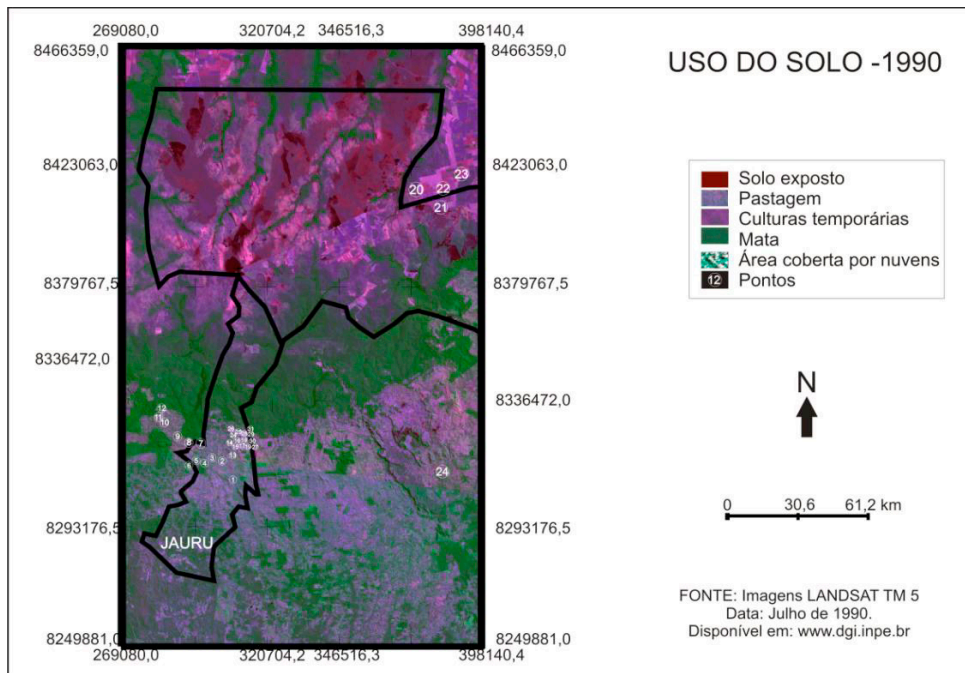


Figura 8
Uso da terra no sudoeste do Mato Grosso: município de Jauru e Chapada dos Parecís - 1990.
Fonte: Passos, 2015.

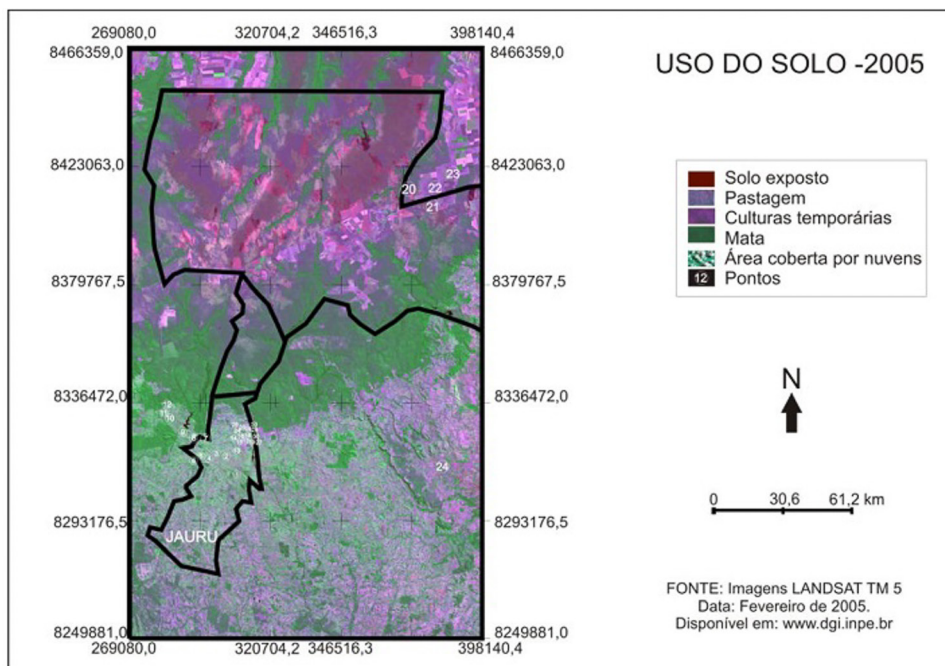


Figura 9
Uso da terra no Sudoeste do Mato Grosso: município de Jauru e Chapada dos Parecis - 2005.
Fonte: Passos, 2015.

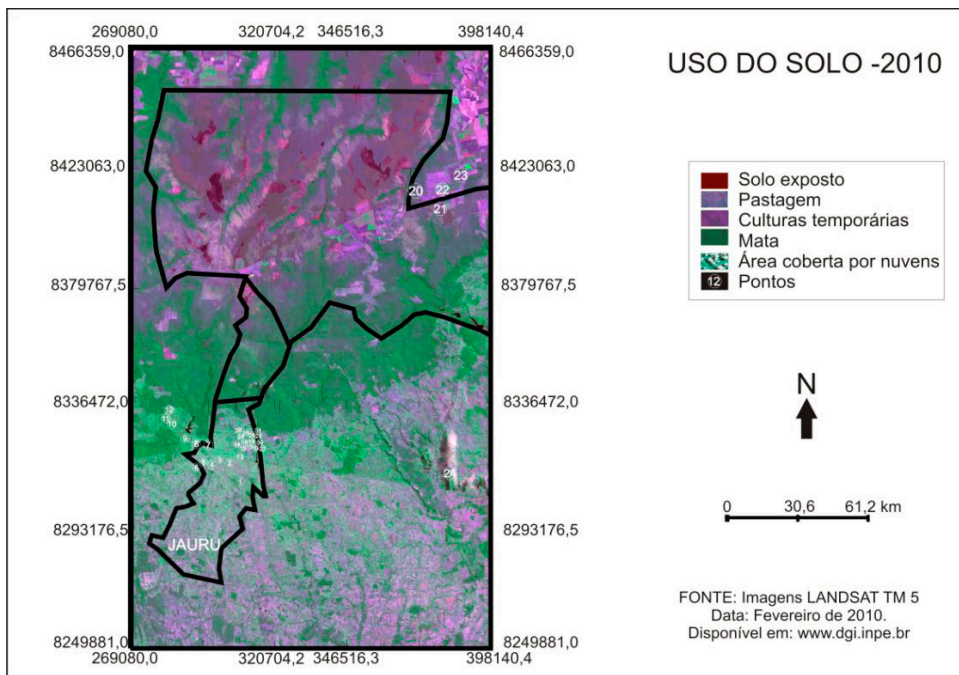


Figura 10
Uso da terra no sudoeste do Mato Grosso: município de Jauru e Chapada dos Parecis - 2010.
Fonte: Passos, 2015.

Todas essas fotos estão plotadas sobre imagens Landsat e fazem parte do meu arquivo “Paisagens indicadoras”, de modo a permitir o acompanhamento da evolução das dinâmicas observadas em cada uma delas.



Figura 11
Área localizada próximo da sede da Fazenda Guapé/município de Jauru-MT, georreferenciada - 12: 0283362 e 8335211 - 571MT - SW-NE e que se presta como “paisagem indicadora” de incisões fluviais em superfície neogênica, cujo processo erosivo foi acelerado após desmatamento.
Fonte: Passos, 07/04/2016.

A abordagem biogeográfica para identificação de paisagens indicadoras

As vertentes platina (sul) e amazônica (norte) apresentam contrastes quer de natureza morfológica quer de natureza vegetal. Na face voltada para a Amazônia, a topografia é suave, sobressaindo os espigões mais elevados, com uma altitude média de 500 metros. No quadro botânico, há predomínio das espécies vegetais amazônicas sobre as espécies vegetais de cerrado. Já na vertente oposta, o planalto avança para o sul em verdadeiras lombadas, onde se destacam cristas pontiagudas, sob a forma de chapadões alongados, revestidos com cerrado.

A complexidade da exploração biológica nessa área de transição entre as duas grandes bacias hidrográficas da América do Sul, Amazônica (norte) e Platina (sul), é reflexo das condições paleoclimáticas e climáticas atuais e, claro, dos demais elementos de estruturação da paisagem. Dito de outra forma, essa complexidade se sustenta no potencial ecológico e se traduz na importância que a vegetação tem como elemento paisagístico e principal promotor da dinâmica dos geocomplexos.

No que se refere ao Vale do Guaporé-Jauru, é difícil estabelecer a preponderância de um dos fatores que intervêm na criação da paisagem. As influências se diversificam de tal maneira que fazem

da paisagem um perfeito “nó” das forças que intervêm no meio. Assim, por exemplo, há que se reconhecer a influência da vegetação na organização da paisagem do sudoeste do Mato Grosso; no entanto, não se deve desvalorizar a influência dos fatores climáticos, geológicos etc. e, inclusive, da ação antrópica.

No início da década de 1950, as Companhias Colonizadoras chegaram a essa porção do território mato-grossense. Mas foi, sobretudo, a partir da chamada Operação Amazônia, desencadeada a partir de 1965, que essa região vai vivenciar duas frentes pioneiras diversas: (1) uma dirigida e mais capitalizada vai atuar nas áreas de chapadões revestidos com cerrados, priorizando, essencialmente, o cultivo da soja; (2) outra, mais espontânea e, de certa forma, caótica, dirige-se para as áreas de florestas do Vale do Alto Guaporé. Do processo de ocupação, resultante da ação de ambas, resulta um quadro de impactos socioambientais consideráveis, tendo no desmatamento indiscriminado uma das suas variáveis mais expressivas.

No sentido de melhor explicar as principais formações vegetais que na atualidade existem no “sudoeste do Mato Grosso”, selecionamos quatro lotes, cujas informações biogeográficas foram recolhidas nas fichas de campo e representadas graficamente por meio das pirâmides de vegetação.

A comparação entre as pirâmides permite algumas interpretações a respeito da evolução/dinâmica da vegetação e, ainda, fornece parâmetros imprescindíveis à aplicação da teledetecção ao estudo da paisagem. Por exemplo, uma floresta (Figura 12) se distingue perfeitamente de uma formação de cerrado (Figura 13) ou de uma “vegetação serrana” (Figura 14) pela importância relativa de seus estratos. Uma “vegetação de capoeira” com estrato rasteiro bem desenvolvido se diferencia, muito claramente, de uma área de pastagem com “paliteiros” (Figura 15).

Na análise da estrutura vegetal, levamos em conta o número de estratos e o modo de agrupamento das plantas para, então, representá-la cartograficamente. Mas é, sobretudo, a interpretação dinâmica que deve reter a atenção do biogeógrafo. As pirâmides traduzem perfeitamente a concorrência entre as espécies. Nas formações florestais, os estratos superiores sufocam as plantas dos estratos inferiores, interferindo na evolução da vegetação. Ao contrário, as áreas desmatadas e posteriormente abandonadas são invadidas por espécies subarbustivas muito competitivas que, ao recobrirem o solo, atuam no sentido de protegê-lo da erosão. As áreas

de pastagens têm uma dinâmica determinada, em grande parte, pela capacidade do potencial ecológico resistir às mudanças introduzidas pelo homem e, ainda, pela resistência da exploração biológica, uma vez submetida ao desmatamento, queimadas anuais e manejo da área. Regra geral, as áreas de floresta tropical do Alto Guaporé-Jauru passam do estágio de biostasia para o de resistasia muito abruptamente. Ao contrário, as áreas de transição, com ocorrência elevada de palmeiras, sobretudo de babaçu, apresentam capacidade elevada de regeneração/rebrotamento, atuando, dessa forma, no sentido da manutenção de uma dinâmica menos negativa da paisagem. No “Sudoeste do Mato Grosso”, as capoeiras estão restritas aos geótopos no qual o lençol freático ainda se mantém próximo da superfície.

O afundamento do lençol freático, observado 4-5 anos após o desmatamento, é o maior obstáculo a uma dinâmica progressiva da vegetação.

Os levantamentos fitossociológicos (Abundância-Dominância e Sociabilidade) foram anotados nas “fichas biogeográficas” e representados cartograficamente nas Pirâmides de Vegetação, e se prestam como “paisagens indicadoras”, notadamente pela ocorrência de exemplares jovens no interior da floresta e do próprio cerrado nas unidades de paisagem onde o lençol freático ainda se mantém próximo da superfície - revela que essas áreas mantêm uma dinâmica progressiva ou em equilíbrio. Observando-se as Figuras 12 a 15, fica fácil seguir a concorrência entre os diferentes estratos. Por exemplo, na Figura 12 (Floresta Estacional Semidecidual), observa-se o triunfo absoluto do estrato arbóreo, contínuo e denso que, filtrando a luz, limita a extensão do sub-bosque. Pelo contrário, quando o estrato arbóreo se apresenta menos denso, permitindo a penetração da luz solar, favorece o desenvolvimento dos estratos inferiores.

As pirâmides de vegetação permitem fazer ideia melhor das relações entre a vegetação e a erosão “biológica”. Do ponto de vista estrutural, é clássico se opor as formações vegetais abertas às formações vegetais fechadas. A “Floresta Estacional Semidecidual” (Figura 12) exerce um papel significativo no sentido de evitar os diversos níveis de erosão. As plantas isoladas ou em tufos, próprias da vegetação de Cerrado Parque (Figura 13) e, até mesmo das pastagens artificiais (Figura 15), deixam entre si largas placas de solo nu expostas à erosão. Aí as ravinas de alguns decímetros se desenvolvem livremente. O escoamento do tipo areolar domina as vertentes menos inclinadas e impede visivelmente a germinação da vegetação. Sobre as vertentes mais

inclinadas (>10%), passa-se progressivamente para ravinas de escala métrica que são já uma manifestação da erosão “geomorfológica”. Essas situações mais agudas estão presentes nas vertentes inclinadas e com “superfície neogênica”. Aqui, a erosão atinge níveis comprometedores, devido à escala de atuação dos agentes morfogenéticos (Figura 11).

Para se estudar o equilíbrio de uma formação vegetal e suas relações com a erosão, é preciso, pois, considerar, em primeiro lugar, a “abertura” ou a “fechadura” do tapete vegetal ao nível do solo. Na zona tropical úmida, as formações abertas secundárias associadas às séries regressivas agudizam o já delicado problema das relações dinâmicas entre a vegetação e a erosão “biológica”. A erosão é um fator de mobilidade ecológica. Os ravinamentos provocam o desaparecimento do solo, a migração dos substratos coloidais e a seca biológica do substrato. O complexo absorvente se empobrece. A vegetação não pode mais se regenerar normalmente. As espécies exigentes desaparecem. O tapete vegetal se modifica. A floresta abatida não se reconstitui e deixa o espaço livre à erosão. Os elementos climáticos se “transformam em agentes morfogenéticos”. O super uso e os incêndios abrem o tapete vegetal, os solos são erodidos e a evolução da vegetação, certamente irreversível, resulta em formações secundárias constituídas por espécies menos exigentes ecologicamente. Muitas espécies, estabelecidas em fases de *otimum climaticum*, não têm “valência ecológica” suficiente para resistir às novas condições ambientais. A erosão torna-se então um rigoroso “fator-limitante”.

Do ponto de vista biogeográfico, a erosão aparece como um fator ecológico essencial que se tem negligenciado muito. Pode haver erosão “biológica” sob floresta, desde que os estratos inferiores sejam abertos. Do ponto de vista geomorfológico, é possível compreender melhor como a erosão pode se desencadear de maneira epidérmica sob cobertura vegetal e se estender a seguir até a destruição mais ou menos completa da vegetação.

Essa marcha lenta, no seio de uma formação vegetal em desequilíbrio ecológico, poderá nos ajudar a melhor compreender como se efetua a passagem de fases biostásicas às fases resistásticas.

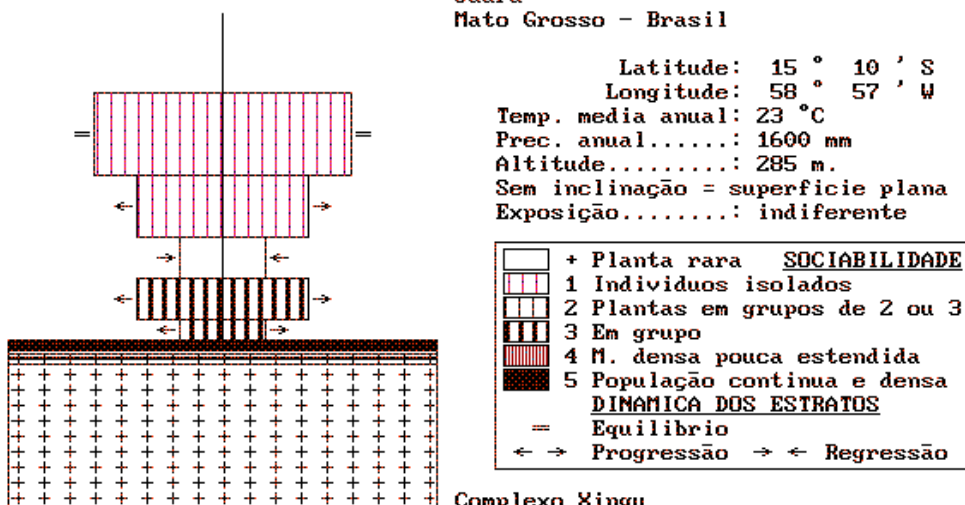
As pirâmides de vegetação (Figuras 12 a 16) apresentadas a seguir, têm o objetivo de sustentar o exposto acima.

Floresta Estacional Semidecidual

Nº chave: guape
Data....: 9-IX-94

Fazenda Guape
Jauru
Mato Grosso - Brasil

Latitude: 15 ° 10 ' S
Longitude: 58 ° 57 ' W
Temp. media anual: 23 ° C
Prec. anual.....: 1600 mm
Altitude.....: 285 m.
Sem inclinação = superfície plana
Exposição.....: indiferente



Complexo Xingu

Figura 12

Floresta Tropical Semidecidual do Alto Guaporé/MT. Pirâmide construída a partir de Levantamentos Fitossociológicos realizados em 9/11/1994. **Domínio:** Tropical. Série da floresta climática submontana. **Georreferenciamento:** 0289058 e 8326793 UTM - HUMUS: Matéria orgânica sem decomposição (folhas secas e raízes). **Altitude:** 258m. **Inclinação:** 1%. **Exposição:** Indiferente. **Clima:** Tropical, quente e subúmido. **Precipitação anual:** 1500 a 1750 mm com caráter estacional: seca no inverno (de 4/6 meses) e chuvas no verão (5/7 meses). **Temperatura média anual:** de + ou - 23°C com altas oscilações térmicas diárias no inverno. **Microclima:** umidade elevada pela ação do dossel arbóreo. **Rocha Mãe:** Embasamento cristalino de rochas metamórficas que bordejam pelo Sul a Chapada dos Parecis. Complexo Xingu, próximo do contacto com as rochas sedimentares mesozóicas. **Erosão Superficial:** Desprezível. **Ação Antrópica:** Atualmente nenhuma, porém há sinais de retirada de madeira. **Dinâmica de Conjunto:** Com o cessar da exploração madeireira ("mogno"), observa-se que as "clareiras" começam a ser recuperadas por exemplares jovens. O conjunto da formação, portanto, está em equilíbrio com uma clara tendência à progressão por regeneração. **Fonte:** Passos, 8/04/2016.

Interpretação biogeográfica: esboço estrutural e dinâmica da vegetação

A pirâmide oferece uma visão expressiva do tapete vegetal. É suficiente comparar algumas pirâmides, conforme fizemos no presente estudo. As formações vegetais abertas (cerrado) se opõem às formações vegetais fechadas (floresta).

Partindo de uma análise da estrutura vegetal, é possível classificar as formações segundo o nível de recobrimento, fazendo intervir o número de estratos (mono ou pluri-estratos).

A interpretação dinâmica deve reter a atenção do biogeógrafo. As pirâmides traduzem perfeitamente a concorrência entre as espécies. Nas florestas, as espécies do estrato superior sufocam as dos estratos inferiores. As pirâmides permitem, pois, seguir a concorrência entre os diferentes estratos, e seguir, também, a evolução no interior de um mesmo domínio biogeográfico.

Interpretação geomorfológica

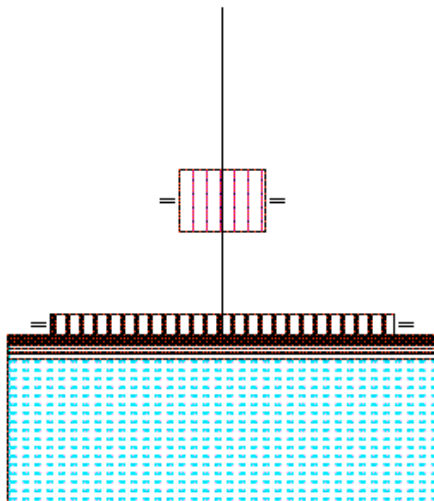
Entre os "fatores ecológicos", "corretivos ecológicos" e outros "fatores limitantes", os botânicos incluem a inclinação da vertente, o solo, o microclima etc.; isto é, os fenômenos que servem para definir a estação vegetal ou biótopo como meios estáveis. Muito pouco se fala da questão erosão. Para evitar as confusões e as interpretações abusivas, é bom definir exatamente este termo. Salvo caso excepcional, não se trata, aqui, da erosão "geológica", ou melhor, "geomorfológica" criadora do relevo, mas de uma erosão do tipo epidérmico que só interessa à "cobertura viva das vertentes", isto é, o solo, a micro-fauna e a vegetação. Por esta razão se pode qualificá-la de "biológica". Entre a erosão "biológica" e a erosão "geomorfológica" há somente uma diferença de intensidade; a segunda sendo o prolongamento natural da primeira. Mas a escala dos fenômenos não é a mesma. Colocamos-nos, aqui, sobre o plano biogeográfico, portanto, mais próximo do plano histórico do que do plano geológico.

cerrado

Nº chave: Branca
Data....: 08-I-94

Fazenda Branca
Campos Novos dos Parecís
Mato Grosso - Brasil

Latitude: 14 ° 45 ' S
Longitude: 58 ° 50 ' W
Temp. media anual: 24 ° C
Prec. anual.....: 1650 mm
Altitude.....: 740 m.
Sem inclinação = superfície plana
Exposição.....: indiferente



	+ Planta rara	<u>SOCIABILIDADE</u>
	1 Indivíduos isolados	
	2 Plantas em grupos de 2 ou 3	
	3 Em grupo	
	4 M. densa pouca estendida	
	5 População contínua e densa	<u>DINÂMICA DOS ESTRATOS</u>
	=	Equilíbrio
	← →	Progressão
	→ ←	Regressão

Arenito

Figura 13

Formação vegetal de Cerrado Parque. Fazenda. Branca - Chapada dos Parecís/MT. . Pirâmide construída a partir de Levantamentos Fitossociológicos realizados em 8/01/1994.

Humus: Pouco significativo. Altitude: 740m. Inclinação: 1%. Exposição: Indiferente. Clima: Tropical, quente e subúmido. Precipitação: 1.500mm a 1.700mm. O período seco é bem marcado. As temperaturas médias são mais altas entre 24°C e 25°C e a umidade relativa reduz-se a valores abaixo de 60% nos meses de estiagem. Os meses mais quentes são os compreendidos entre agosto e novembro, quando a radiação é intensa e o ar está seco; com a chegada das chuvas a temperatura diminui. Microclima: A vegetação aberta ao lado da forte insolação reduz possíveis diferenciações microclimáticas. Rocha-mãe: Arenitos do Grupo Parecís. Solo: Areia Quartzosa (relevo plano). Erosão: Ausente. Contudo, acreditamos que a eliminação da cobertura de cerrado para a implantação de extensos projetos agropecuários sustentados, principalmente, na monocultura da soja cujo manejo exige elevado índice de mecanização, desencadeará um rápido processo de erosão laminar e em sulco com assoreamento das nascentes localizadas no "segundo degrau" da Chapada dos Parecís. Ação Antrópica e Dinâmica de Conjunto: A construção da BR-364, acompanhada do avanço da fronteira agrícola verificado com maior intensidade a partir da segunda metade dos anos 70, "reorganizou" o espaço na Chapada dos Parecís: invasão de reservas indígenas, especulações as mais diversas pela posse da terra, "modernização" agrícola, transformação radical da paisagem.

Fonte: Passos, 09/04/2016.

Esta situação de equilíbrio coloca o delicado problema das relações dinâmicas entre a vegetação e a erosão "biológica". A erosão é um fator de mobilidade ecológica. Os ravinamentos, as decapagens, provocam o desaparecimento do solo, a migração dos substratos coloidais, a seca biológica do substrato etc. O complexo absorvente se empobrece. A vegetação não pode se regenerar normalmente. As espécies mais exigentes desaparecem. O tapete vegetal se modifica.

Nas relações entre uma formação vegetal e a erosão "biológica" é preciso distinguir dois casos:

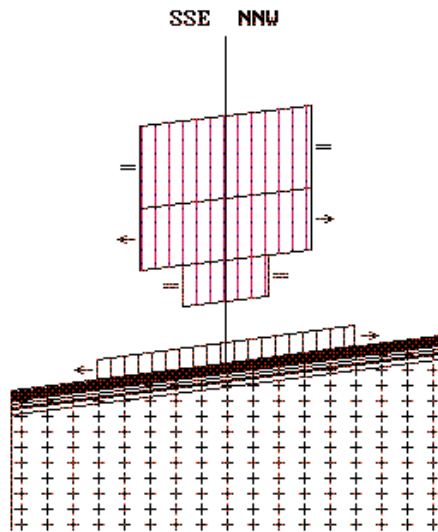
(a) a vegetação prevalece sobre a erosão. Uma formação fechada, climática ou não, dá poucas chances à erosão. Após uma catástrofe natural (incêndio) ou mais frequentemente de uma intervenção humana, a cobertura vegetal se degenera, então, a erosão pode aparecer e se desenvolver. Mas ao curso de um tempo mais ou menos longo e por dinâmica natural, a vegetação vai recolonizar o espaço vazio; primeiramente por intermédio de espécies

especializadas, que preparam o retorno da formação climáx. A erosão "biológica" conserva, então, o caráter de um acontecimento excepcional. É o caso da maioria das formações vegetais das zonas temperadas e tropical úmida.

b) a erosão prevalece sobre a dinâmica vegetal e determina a distribuição e a mobilidade das formações vegetais. Nas regiões áridas e semi-áridas encontram-se numerosos exemplos desta subordinação da vegetação à erosão.

A Geografia Física, pelo menos aquela que se pratica habitualmente, repousa sobre uma considerável contradição interna: sintética por seu objeto, ela não o é frequentemente no seu método. Ela tenta entender os conjuntos naturais a partir de passos setoriais (geomorfologia, climatologia, hidrologia, biogeografia...). A síntese intervém quase sempre *a posteriori*... Aliás, trata-se mais frequentemente de uma síntese com finalidade geomorfológica que de uma apreensão global da paisagem.

Vegetação serrana



Nº chave: Castical
Data....: 14-I-94

Fazenda Aracatuba
Jauru
Mato Grosso - Brasil

Latitude: 15 ° 5 ' S
Longitude: 59 ° 15 ' W
Temp. média anual: 24 °C
Prec. anual.....: 1600 mm
Altitude.....: 470 m.
Inclinação.....: 9 °

+	Planta rara	<u>SOCIABILIDADE</u>
1	Indivíduos isolados	
2	Plantas em grupos de 2 ou 3	
3	Em grupo	
4	M. densa pouca estendida	
5	População contínua e densa	<u>DINÂMICA DOS ESTRATOS</u>
=	Equilíbrio	
← →	Progressão	← Regressão

Complexo Xingu

Figura 14

Vegetação 'serrana' - Serra do Castical - Fazenda Araçatuba - Jauru/MT. . Pirâmide construída a partir de Levantamentos Fitossociológicos realizados em 14/01/1994.

Formação: 'Vegetação Serrana'/Chavascals - Série de Floresta Climática Submontana. - Georreferenciamento: 0286650 e 8331991 UTM - Humus: inexpressivo. Altitude: 470m. Inclinação: 16%. Exposição: N-NW. Clima: Tropical, quente e subúmido. Precipitação média anual entre 1.500 mm e 1.750 mm, com caráter estacional: seca no inverno (4/6 meses-maio/ setembro) e chuvas no verão (outubro-abril/ 5-7 meses). Temperatura média anual de + ou - 23°C, com altas oscilações térmicas diárias no inverno. Microclima: relativamente seco, devido à exposição topográfica, inclinação da vertente, solo pedregoso e estrato arbóreo "aberto". Rocha-mãe: embasamento cristalino de rochas metamórficas que bordejam pelo Sul a unidade de relevo da "Chapada dos Parecis". Complexo Xingu. Solo: Litossolo. Erosão superficial: sinais de "incisões fluviais" (superfície neogênica). Ação Antrópica: ausente. Contudo, observa-se que as pastagens artificiais avançam em sua direção. Dinâmica de Conjunto: O conjunto da formação vegetal serrana está em equilíbrio. Destaca-se a presença do babaçu, espécie de alta valência ecológica que está "controlada" pela presença das demais espécies vegetais.

Fonte: Passos, 10/04/2016.

Considerações finais

O termo "projeto" significa, na linguagem comum, a primeira intenção de uma ação futura que deverá ser seguida de ações concretas para a sua realização. Na linguagem dos arquitetos, ele designa o conjunto de plantas e de cálculos técnicos que representam o conjunto de procedimentos que devem ser adotados para a construção do edifício. A arquitetura, portanto, introduziu no termo "projeto" a noção fecunda de uma tentativa progressiva que começa com a definição inicial da intenção, da ideia, para em seguida, se dedicar nas escolhas formais, materiais e técnicas necessárias à sua realização. Neste sentido, o projeto é um processo intelectual caminhando à parte de um desenho inicial e o acompanhando, em todas as etapas: de sua definição, até a sua realização material.

No domínio da paisagem, o termo "projeto" herda o caráter evolutivo do projeto de arquitetura: o projeto de paisagem é antes um processo para

motivar uma situação nova. Mas, o projeto de paisagem introduz uma exigência suplementar: ele é sempre inscrito, qualquer que seja a sua escala, na dimensão de uma realidade territorial, isto é, numa situação de uma grande complexidade que impõe, não somente na concepção do projeto, como o desenvolvimento coerente de uma ideia... até a sua realização, mas também de situar esta tentativa em relação aos sistemas dinâmicos (naturais, culturais, econômicos e sociais) que fundam a realidade territorial.

A complexidade presente no campo de ação dos paisagistas introduz, pois, uma exigência de dupla competência: aquela da dinâmica dos sistemas paisagísticos próprios de cada território e aquela de uma atitude para conceber e realizar situações espaciais inéditas. A originalidade do projeto paisagem repousa sobre sua capacidade para associar, em torno de uma visão forte da mutação do espaço territorial, os diferentes registros operacionais:

Pastagem com paliteiros

Nº chave: Barreirao
Data....: 13-I-94

Fazenda Barreirao
Jauru
Mato Grosso - BR

Latitude: 14 ° 58 ' S
Longitude: 59 ° 20 ' W
Temp. media anual: 23 ° C
Prec. anual.....: 1700 mm
Altitude.....: 340 m.
Sem inclinação = superfície plana
Exposição.....: indiferente

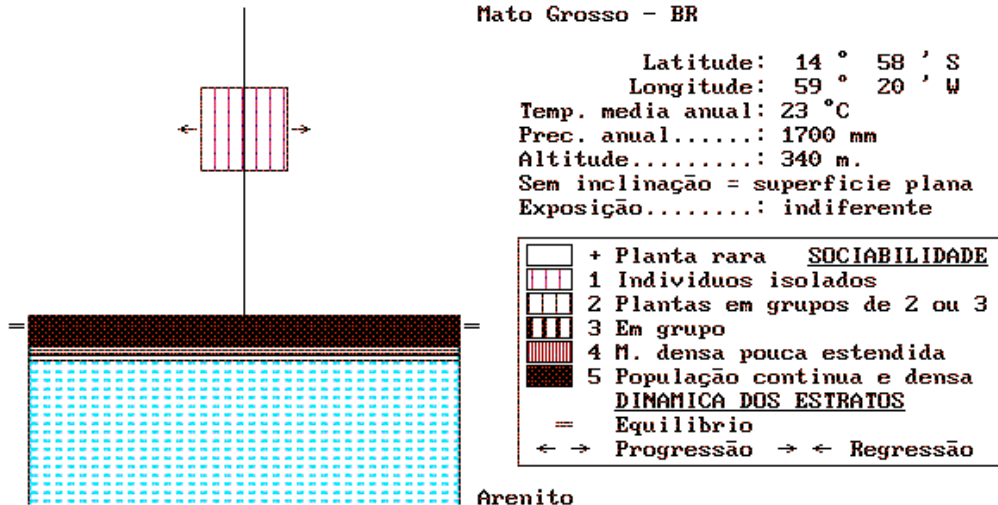


Figura 15

Vegetação antrópica/pastagem com "paliteiros" - Fazenda Barreirão Jauru/MT. . Pirâmide construída a partir de Levantamentos Fitossociológicos realizados em 13/01/1994.

Vale do Guaporé-Jauru/Sudoeste do Mato Grosso Domínio Tropical - Série de Floresta Tropical de Transição. Georreferenciamento: 0311511 e 8326875 UTM - Altitude: 340m. Inclinação: 1%. Exposição: Indiferente. Clima: Idem ao lote anterior. Microclima: As condições pedológicas (solo arenoso e permeável) determinam um microclima seco, não favorável às relações solo-planta. Rocha-mãe: Idem ao lote anterior. Solo: Latossolo Vermelho-Amarelo. Erosão: No lote, propriamente, não se observam sinais de ravinamento ou de outro aspecto resultante de erosão em sulco. Contudo, a erosão laminar é muito acentuada, sobretudo, no momento das primeiras chuvas/tempestades que ocorrem no início da estação chuvosa (setembro-outubro). Tal fenômeno se deve às queimadas, para "refazer" os pasto e também, ao próprio ciclo da pastagem que praticamente seca ao final da estação desfavorável. Ação Antrópica e Dinâmica de Conjunto: A área foi desmatada, no início da década de 70, à base de moto-serra e "caixa de fósforos", eliminando, de forma radical, a biota tropical. Os exemplares do estrato arbóreo ainda existentes, certamente, serão eliminados pelas futuras queimadas. O nível de erosão laminar e, mesmo, de vosorocamento (em pontos de menos resistência litológica/superfícies neogênicas...), já é motivo de grande preocupação, exigindo maiores cuidados no sentido de manter a capacidade de apascentamento (1-1,5 cabeças/hectare) e o "controle" das voçorocas.

Fonte: Passos, 09/04/2016.

identificação dos conjuntos territoriais pertinentes, compreensão e mobilização das dinâmicas em ação neste território, concepção de situações paisagísticas, formulação de respostas espaciais e formais coerentes nas diferentes escalas, implementação de modos de ações muito diversificados. É essa dimensão que justifica a utilização de fotos e de imagens de diferentes momentos..., pois são esses diferentes tempos que se prestam como referências para se diagnosticar a evolução da paisagem, ou seja, justificar a "paisagem indicadora" como uma ferramenta de observação sistemática.

A espacialização das paisagens-indicadoras pelo tratamento de imagens de satélite contribui para a apreensão de um nível de informação regional confiável e coerente para a produção de cartas que permitem compreender e avaliar o estado dos territórios e acompanhar suas mudanças? Estamos cientes de que uma resposta mais confiável, a esta questão, requer o acompanhamento das dinâmicas territoriais/mudanças paisagísticas por um período mais longo.

E mais: para que a paisagem-indicadora torne-se um indicador confiável das mudanças socioambientais, motivadas pelos diversos agentes e sujeitos envolvidos nos processos de definições e de redefinições das dinâmicas socioambientais e, portanto, se preste ao melhoramento dos conhecimentos dos meios e das sociedades que os habitam e constitua um dos suportes das proposições para a ajuda da decisão em matéria de políticas de desenvolvimento sustentável, é necessária a expansão do período dessa investigação.

Os objetivos e interesse científico de um projeto centrado na "paisagem indicadora" requer a confrontação dos procedimentos metodológicos com parâmetros "consagrados" por outros grupos de pesquisas³ de modo a permitir afinar e ajustar o guia metodológico proposto, a fim de torná-lo operacional nos diversos contextos territoriais; e mais: é preciso avaliar/testar a paisagem como uma entrada e uma

³ Université de Toulouse Le Mirail; Université de Rennes 2, Université d'Avignon - França.

FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL RECEM DESMATADA

Nº chave: 05

Data....: 10-09-1994

FAZENDA RIO BONITO

JAURO

MT/BRASIL

Latitude: 15 ° 20 ' S

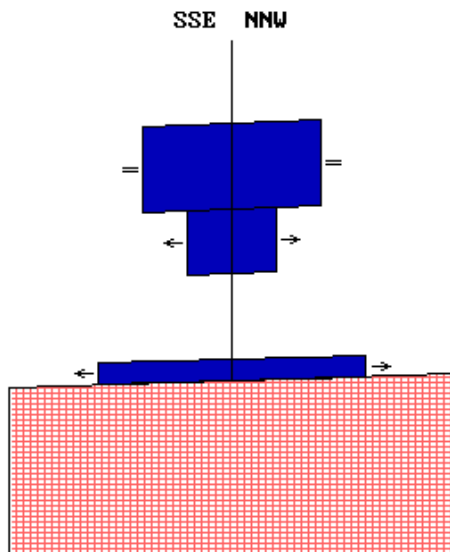
Longitude: 58 ° 50 ' W

Temp. media anual: 23 °C

Prec. anual.....: 1750 mm

Altitude.....: 285 m.

Inclinação.....: 2 °



□	+ Planta rara	SOCIABILIDADE
■	1 Individuos isolados	
■	2 Plantas em grupos de 2 ou 3	
■	3 Em grupo	
■	4 M. densa pouca estendida	
■	5 População continua e densa	
DINAMICA DOS ESTRATOS		
=	Equilíbrio	
← →	Progressão → ← Regressão	

EMBASAMENTO CRISTALINO

Figura 16

Floresta estacional semidecidual - recém desmatada. Fazenda ribeirão Bonito, município de Jauru/MT. . Pirâmide construída a partir de Levantamentos Fitossociológicos realizados em 10/09/1994.

Formação: Floresta Estacional Semidecidual. **Georreferenciamento:** 0299709 e 8317225 UTM. **Altitude:** 597 metros. **Humus:** Matéria orgânica sem decomposição. **Altitude:** 330 m. **Inclinação:** 7 %. **Exposição:** N-NW. **Clima:** Tropical, quente e subúmido. **Precipitação anual:** 1500 mm a 1750 mm com caráter estacional: seca no inverno (de 4/6 meses) e chuvas no verão (5/7 meses). **Temperatura média anual** de + ou - 23°C com altas oscilações térmicas diárias no inverno. **Microclima:** menos úmido do que o observado nos lotes anteriores, devido à exposição N-NW da vertente e, também, pela menor capacidade de retenção hídrica, devido à inclinação e as condições pedo-litológicas. **Rocha-mãe:** Embasamento cristalino de rochas metamórficas que bordejam pelo Sul a Chapada dos Pareacis. **Complexo Xingu. Solo:** Podzólico com cascalho. **Erosão superficial:** Desprezível. **Ação Antrópica e Dinâmica de Conjunto:** Neste lote não existe intervenção antrópica, porém nas suas proximidades estão realizando desmatamentos à base de moto-serra e “caixa-de-fósforo”/queimadas, que provocarão a extinção da fauna e flora.

Fonte: Passos, 10/04/2016.

ferramenta pertinente para responder às problemáticas de desenvolvimento sustentável dos territórios.

Acreditamos que a abordagem aqui explicitada, resultante de várias investigações sobre o terreno..., precedidas, regra geral, de reflexões, elaborações e reelaborações do caráter teórico, metodológico e epistemológico da aplicação da “paisagem indicadora” é coerente e totalmente válida, notadamente em territórios de difícil acesso e de mudanças muito rápidas.

A fase inicial de *mise en valeur* do território está sedimentada. Infelizmente com lesionamentos agudos da paisagem e, pior, sem o necessário retorno social. Atualmente, o Vale do Guaporé-Jauru é terra de pecuária, de baixo IDH, de poucas oportunidades de empregos... é, literalmente, uma região deprimida.

A economia dos municípios dessa região Sudoeste do estado do Mato Grosso, está sustentada pela pecuária extensiva, alguns projetos de silvicultura de *Tecoma grandis* e, notadamente dos *royalties* proporcionados pelas PCH - Pequenas Centrais Hi-

droelétricas - pelas UHEs - Usinas Hidroelétricas instaladas no rio Jauru.

Bibliografia

- Béringuier, P.; Dério, P. & Laques, A. É. (1999). *Les paysages français*. Paris: Armand-Colin.
- Bertrand, C. & Bertrand G. (2002). *Une géographie traversière. L'environnement à travers territoires et temporalités*. Paris: Éditions Arguments.
- Bertrand, C. & Bertrand, G. (2009). *Uma geografia transversal - e de travessias. O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades*. Maringá: Massoni, 360pp (Tradução: Messias Modesto dos Passos).
- Deffontaines, J. P. (1998). *Les sentiers d'un géoagronome*. Paris: Arguments.
- Laques, A-E. (2003). Le front pionnier de São Felix do Xingu (Amazonie brésilienne): quels indicateurs pour l'analyse de ses dynamiques spatiales? *OBJETS et 211 indicateurs géographiques*. Avignon: Université d'Avignon, Umr Espace (Actes Avignon, n.5).

Passos, M. M. dos (1981). *Contribuição ao estudo dos cerrados em função da variação de condições ambientais*. Dissertação de Mestrado. Dpto. De Geografia da FLCH-USP-SP.

Passos, M. M. dos (1996). “*Teledetecção Aplicada ao Estudo da Paisagem. Sudoeste do Mato Grosso*” Tese de Livre-Docência, Departamento de Geografia Humana e Regional - FCT-UNESP, Câmpus de Presidente Prudente, SP-BR.

Passos, M. M. dos (1998) *Amazônia: Teledetecção e Colonização*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Passos, M. M. dos (2003). *Biogeografia e Paisagem*. Presidente Prudente; 2ª. ed. (Edição do Autor).

Rennó F. (2009). *Le Sertão Mineiro: um territoire à la recherche de ses paysages et de ses identités*. Toulouse: Tese de Doutorado.

Ribeiro, O. (2002). *2 Mato Grosso*. Uma mostra fotográfica da história do último governo antes da divisão. Cuiabá: Centro América.

Página deixada propositalmente em branco

Bases legais e institucionais de planos diretores municipais: exemplos no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil

Legal and institutional bases in municipal master plans: examples in the Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brazil

Cláudio Antonio Di Mauro

Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
claudiodimauro@ufu.br
ORCID: 0000-0002-7130-4701

Gláucia Carvalho Gomes

Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
glaucciagcg@ig.ufu.br
ORCID: 0000-0001-7529-2309

Resumo

As questões urbanas, consideradas em sua complexidade, não se constituem em prioridades para as políticas governamentais brasileiras. Ou são consideradas apenas em função de determinados aspectos que, em ampla medida, não se orientam pelo que está disposto no Estatuto da Cidade. Mesmo que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, bem como o Estatuto da Cidade sirvam de referenciais para as administrações municipais na consideração da função social da cidade e também da propriedade urbana, ainda assim as políticas aplicadas nos municípios têm se revelado deficientes. Os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade, mesmo quando incluídos em Leis Orgânicas de Municípios que elaboram seus Planos Diretores, contudo têm suas utilizações precárias e não atendem os objetivos de garantir a cidade para todos. Os Planos Diretores de Uberlândia e Tupaciguara (MG) são exemplos de iniciativas que apontam para aproveitamento adequado das normatizações oferecidas pelo Estatuto, mas que, na prática, não foram complementadas por legislação regulamentar e encontram-se sem aplicação em suas possibilidades. Mesmo com a natureza progressista de novas práticas possíveis do Estatuto da Cidade, chama muito a atenção o fato de que nos dois municípios importantes instrumentos possibilitados pelo Estatuto da Cidade, e respaldados nos respectivos Planos Diretores, não terem sido adotados de forma sistemática. IPTU progressivo, exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança, Outorga Onerosa, Uso capião Urbano, entre outros, embora sejam práticas legalmente respaldadas, demandadas nos dois municípios, não se configuram como instrumentos efetivos para fazer cumprir a função social da propriedade em prol dos interesses sociais coletivos. Revela-se que o instituído, mesmo quando regulamentado, só é transformador em seu exercício efetivo. Explicita-se, então, a necessidade constante, sistemática e rigorosa da efetiva participação na produção da cidade. Entretanto, se o que norteia é a cidadania, e esta se compõe de deveres e direitos, reside aí um importante componente da cidade e da sociedade almejadas. E, principalmente, um avanço necessário na luta por uma cidade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Constituição Federal; Estatuto da Cidade; Função Social da Propriedade; Cidade Democrática.

Abstract

The Urban issues, considered in their complexity, do not constitute priorities for Brazilian government policies. They are considered only in relation to certain aspects that, to a large scope, are not guided by what is laid out in the City Statute. Even though the Federal Constitution of the Brazil, as well as the City Statute provide references for municipal administrations in considering the social function of the city and the urban property, the policies applied in the municipalities have been deficient. The tools contained in the City Statute, even when included in Organic Law of Municipalities prepare their Master Plans, but have their uses precarious and do not meet the objectives of ensuring the city for everyone. The Masters Plans of Uberlândia and Tupaciguara Cities (MG/Brazil) are examples of initiatives that point to the proper use of the regulations offered by the Statute, but which in practice have not been complemented by regulatory legislation and are without application in their rich possibilities. Despite the progressive nature of possible new practices in the City Statute, it is very important to note that in the two municipalities important instruments made possible by the City Statute, and supported by the respective Master Plans, were not adopted systematically. Progressive IPTU, demand of the Neighborhood Impact Study, Onerous Granting, Urban Usucaption, among others, although they are legally supported practices, demanded in the two municipalities, are not configured as effective instruments to enforce the social function of property in the social collective interests. It's clear that the instituted, even when

regulated, is only transformative in its effective exercise. The constant, systematic and rigorous need for effective participation in the production of the city is explained. However, if what guides is the citizenship, composed of duties and rights, we have an important component of the city and the desired society. Above all, a necessary advance in the struggle for a more just and democratic city.

Keywords: Brazil' Federal Constitution; City Statute; Social Function of Property; Democratic City.

“Estando la tierra lastimada por el poder y los triunfos de los señores de la tierra y de la guerra, el viento se alza desde las praderas baldías y se queja.”
Eduardo Galeano (1988)

Conforme destacado na Constituição Federal do Brasil, os temas de interesses nacionais são de responsabilidade da União, aqueles de caráter regional são de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e aqueles que se caracterizam como locais são de atribuição dos Municípios, todos compõem o pacto federativo. No Brasil - como federação na qual seus entes devem atuar de maneira cooperativa - não há subordinação entre eles. Assim, os entes federados devem atuar de maneira articulada, tendo como referência principal o texto constitucional que define os princípios norteadores para a elaboração dos arcabouços legais normativos.

A Constituição Federal Brasileira - que completou 25 anos em 2013 - resultou de um intenso processo que mobilizou segmentos da sociedade organizada, cujo acúmulo, em muitos casos de décadas, foi traduzido no que se configura como a Constituição Cidadã, que tem o ideal de cidadania como horizonte norteador da reprodução social do espaço brasileiro. Talvez, não por acaso, seja este o contexto que esteja na base da demora, também de décadas, para regulamentação de alguns artigos das Constituições, como foi o caso dos artigos 182 e 183 que, regulamentados, deram corpo à Lei 10.257/01, Estatuto da Cidade.

Conforme já dito, é importante reconhecer que há atribuições que são de exclusividade de um dos entes federados, outras são privativas, outras são comuns ou concorrentes entre eles, podendo ser residuais e suplementares. Todavia, as atribuições possuem resultados cujo alcance e responsabilidades são sombreadas em mais de um ente federado. Há, portanto, a possibilidade de ocorrência de conflitos de interesses. Em situações como estas dirige-se sobre a constitucionalidade da ação sendo, que, no limite e nesta condição, prevalece o ordenamento definido em âmbito federal. Contudo, o que prevalece é o princípio da responsabilidade complementar e cooperativa entre os entes. Por exemplo, no artigo 24 da Constituição Federal são estabelecidas as competências da União, dos Estados e Distrito

Federal e Municípios. No item II de seu Artigo 30, o texto constitucional atribui aos Municípios - além da atribuição de legislar sobre assuntos de interesse local, a função de “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”. Contudo, talvez pelo caráter colaborativo entre os entes, há *também* as situações que geram dúvidas sobre as respectivas responsabilidades. Tal situação parece configurar-se no artigo Artigo 225 da Constituição, que trata em seu Capítulo VI sobre o Meio Ambiente. No artigo explicitado, há lacunas sobre as responsabilidades de cada uma das esferas de governo, cujo resultado é insegurança ou imprecisão jurídica. Em um país de forte tradição no Direito Positivo, conforme destaca Montoro (2014), tal imprecisão cria uma lacuna que, em muito, aponta para situações conflituantes. Colocam-se, então, questões no centro dos debates, principalmente aquelas calcadas na definição das atribuições nos temas ambientais de responsabilidade exclusiva da União, dos estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Com relação à Política Urbana, mais afeita às reflexões que embasam este artigo, a Constituição Federal é mais específica, na medida em que nos Artigos 182 e 183 são mencionados alguns componentes legais e responsabilidades legisladoras, embora, como já citado, sua regulamentação tenha demorado mais de uma década. Para que como instrumentos legais tenham caráter normatizador, os artigos 182 e 183 foram regulamentados na forma da Lei Federal nº 10257 de 10 de julho de 2001, o chamado Estatuto da Cidade. A Lei 10257/2001 traz em seu escopo muito do acúmulo da luta em torno da reforma urbana, sendo que alguns seus instrumentos revelam o cerne da luta pelos limites à propriedade urbana e sua função social.

O contexto socioespacial que culmina no Estatuto da Cidade resultou de um intenso e extenso processo de urbanização brasileira levado a cabo pelo Estado a partir de 1930 quando a industrialização consolida-se como núcleo duro da reprodução ampliada da riqueza, induzindo à urbanização, com todas suas contradições. Entretanto, se a urbanização foi induzida, como necessidade da industrialização, também perpassa o processo histórico da reprodução das cidades - como prática ou ideal a ser alcançado - o sentido do encontro, de realização protagonista

e autônoma do sujeito, o sentido reunião para realização do próprio viver humano. Enfim, da cidade como espaço de libertação.

Conforme demonstram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, mais de 80% das pessoas vivem em áreas urbanizadas, exigindo a concentração de esforços para oferecer vida digna para todos. Sobre a urbanização brasileira é preciso considerar sua característica diversa (e contraditória). Assim, têm-se cidades densamente urbanizadas e com nexos complexos, articuladas e mobilizadas diretamente para e pelos processos de reprodução ampliada da riqueza e há aquelas formas urbanas não (diretamente) mobilizadas e, entre estas, formas urbanas mediadoras.

Outra característica que marca o processo urbano brasileiro é o que Damiani (2000) denominou de urbanização crítica, que se caracteriza como um processo desigual e combinado da reprodução capitalista do espaço a partir dos elementos e relações que condicionam e se reproduzem no espaço urbano. Podemos afirmar, então, que temos na urbanização brasileira desde situações extremas das duas “pontas”, até estratificações, não raro, presentes no interior do mesmo espaço urbano. Fragmentos urbanos amplamente equipados que convivem e - talvez, mais que isso, sob a lógica capitalista de reprodução social do espaço - com fragmentos precários, submetidos a uma lógica perversa de reprodução. Mais do que os dois lados da mesma moeda, são fragmentos intrinsecamente conectados, cujos nexos fundamentam a reprodução ampliada da riqueza.

Como exemplos desta intrínseca e perversa conexão de fragmentos aparentemente tão distantes e diversos, destacam-se os exemplos de Uberlândia em Minas Gerais e de Rio Claro no estado de São Paulo, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) e os dados do Censo Demográfico do IBGE realizado em 2010, que revelam espaços urbanos densamente urbanizados, com percentuais de urbanização que ultrapassam 97% de população urbana, mas com grande diversidade quanto aos acessos possíveis no interior de cada cidade. Considerando as características de uma urbanização relativamente recente (consolidada no final da segunda metade do século XX) destacam-se os índices de urbanização alcançados nestes dois municípios que, afinal, deslindam parte relevante deste processo que vem ocorrendo no Brasil, considerando, principalmente, que estes municípios se configuram como espaços mediadores da inserção de lugares ainda não mobilizados diretamente à reprodução ampliada da riqueza.

Contudo, como se afirmou anteriormente, o “binômio industrialização-urbanização” foi, no Brasil, um projeto de Estado. Sua viabilização exigiu intensos fluxos migratórios a partir da década de 1930, que encontram subsídios para o seu entendimento em alguns processos que, se guardam especificidades, são intrínsecos ao processo de modernização, conservadora, nos termos de Francisco de Oliveira (2003). Mas, em síntese, o que se destaca é que a formação dos núcleos urbanos e a necessidade do adensamento populacional foi uma imposição do processo de industrialização que trouxe a reboque o processo de urbanização que se, em princípio, induzido, assumiu a condição de indutor, de condição de principal fenômeno organização da reprodução social. Sob essa nova condição, a urbanização se ampliou e complexificou, alcança novas espacialidades, ampliando exponencialmente outras, base do que configurou como contradições de uma urbanização que, para muitos, revelou-se como perversa, precarizante e marginalizante, no bojo de qual nasceram as lutas pela Reforma Urbana no Brasil.

Contudo, tornar-se o fenômeno chave da reprodução social não situa a urbanização nos limites de suas próprias condições, mas também de outras que estão no cerne da reprodução capitalista do espaço. Assim, a imposição de intenso (e quase) compulsório processo de migração campo-cidade teve como uma de suas consequências fundamentais, o fortalecimento do processo de urbanização, que, crítica, traduz-se em imposição de condição marginal para grandes parcelas da sociedade brasileira, para as quais as promessas da modernidade ou mesmo da cidade que liberta não se realiza, não se materializa. Deste modo, há contingentes populacionais, composto fragmentos urbanos que são amplamente integrados nos modelos de crescimento econômico nas cidades brasileiras e que fazem parte desses processos, ocupando e desempenhando funções para as quais oferecem sustentação ao sistema vigente. Por outro lado, há aqueles que só vivem esta realidade como negação, sobrevivendo dos resquícios do viver urbano, calcado na solidariedade ou capacidade criativa de improviso para a sobrevivência e pelo direito de (re)existir.

A reprodução capitalista do espaço - que tem na produção e organização do espaço, nos termos de Harvey (2005) - sua saída estratégica, embora não permanente, tem como principal a desigualdade socioespacial como fundamento de sua própria reprodução. Significa afirmar que a forma espacial produzida e organizada tem como fundamento atender as funções que vinculam à reprodução ampliada

da riqueza em sua forma monetária o que, no limite, compõe a estrutura do espaço urbano, produzido para atender a interesses outros que não a reprodução social. Ou seja, a desigualdade socioespacial que se materializa no espaço urbano não é um efeito colateral ou resultante de um mau planejamento, é inerente e indissociável deste modelo de urbanização capitalista. É este fato que nos ajuda a compreender situações como, por exemplo, a irracionalidade da priorização do transporte privado sobre o público. Assim, pode-se dizer que os processos originam e são originados com funções e formas espaciais, ou seja, há uma relação capaz de criar atividades e suas materializações em territórios, cuja distribuição espacial constitui a construção organizacional dos espaços urbanos, que, por sua vez, se dão em uma sociedade econômica e socialmente estratificada.

Foi sob essas condições que os movimentos sociais brasileiros, entre os quais os movimentos de favelados, representações profissionais de geógrafos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) compuseram, junto com os diversos segmentos da sociedade brasileira organizados, o que ficou conhecido como o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU), participando de processos reivindicatórios com formulação de demandas que estimulam e promovem a participação popular. Conforme já foi dito, foi o acúmulo deste processo que culminou nos Artigos 182 e 183 e sua lei subsequente. E foi este contexto que fez com que a Lei 10.257/01 traduzisse em seu corpo normativo muitos dos anseios de segmentos populares que, no limite, se orientaram pela noção de Direito Natural.

O estatuto da cidade

O Estatuto da Cidade estabelece e regulamenta alguns instrumentos para garantir, se bem aplicados, no âmbito de cada município, o respeito ao direito à cidade bem como o cumprimento de sua função social e da propriedade. Nesta condição, este se torna um importante instrumento no contexto da reprodução do espaço urbano submetido aos preceitos da reprodução capitalista do espaço. Todavia, o mesmo também pode ser apropriado como instrumento de fomento a esta reprodução, o que indica que o campo de disputa não se encerra na regulamentação de artigos ou promulgação da Lei, mas se faz cotidianamente para que os normativos da Lei, em princípio progressistas, não sejam instrumentalizados para reafirmação de práticas urbanas conservadoras.

De fato, a Constituição Federal no parágrafo 2º do Artigo 182 afirma que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”, o que remete para a importância dos planos diretores dos municípios. Se com essa argumentação fica explícita a importância de que os Municípios tenham seu Plano Diretor, o que talvez não se explicita tanto é que é na construção do mesmo que dá, mais do que a constituição de princípios normativos, a disputa pela cidade que se quer: seja reafirmando antigos princípios, conservando os termos de sua reprodução conservadora, seja pela introdução de princípios novos, à luz e em diálogo com os princípios da Cidadania que, no limite, norteiam a Constituição Cidadã que dá substrato a este instrumento. Desta maneira, a garantia da democratização nos municípios passa obrigatoriamente pelo desenvolvimento da cidadania e pela política que, por princípio, só se realiza no exercício participativo do poder pelo conjunto social.

A função social da propriedade e da cidade são temas afeitos ao Estatuto da Cidade que, embora não esclareça seus significados, abre o caminho para a luta pela justiça na ocupação dos espaços urbanos. Contudo, se o Estatuto é indicativo, este deve materializar-se enquanto possibilidade real no Plano Diretor dos municípios. Raquel Rolnik, na análise publicada em seu blog¹, reflete sobre a relação entre os movimentos sociais organizados e as alterações no Plano Diretor, quando afirma que: “A sociedade foi às ruas porque quer viver numa cidade mais justa. Um dos caminhos para aproximar a moradia do trabalho é a garantia de que novos empreendimentos de alto padrão (que atende ao interesse de poucos) serão vinculados ao interesse de todos. É preciso iniciar o debate público da questão agora e construir coletivamente a melhor forma de aplicar a medida. A lei da solidariedade deve ser autoaplicável. Solidariedade já!”.

O estudo do Estatuto da Cidade requer que sejam identificadas diretrizes gerais a serem atendidas, envolvendo toda sociedade. Todas elas com possíveis e, em geral, necessárias adaptações às realidades diferenciadas entre municípios e entre as possíveis zonas que sejam identificadas internamente nas áreas urbanizadas. Os parâmetros e as diretrizes da política urbana brasileira apontam para instrumentos que o município pode utilizar de maneira a intervir nos processos de planejamento e gestão territorial urbana, garantindo ao cidadão o pleno exercício do direito à cidade. Para que isso

¹ <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/manifesto/>

seja possível, a lei incorpora a gestão democrática do município e especialmente da cidade, como resultado das lutas populares ao longo da história no Brasil. O plano diretor ao ser construído na perspectiva do Estatuto da Cidade se torna importante instrumento de “empoderamento” permitido pela “pactuação” dirigida às políticas de desenvolvimento inclusivo, o que, no limite, reafirma os princípios constitucionais norteadores dos termos democráticos das relações sociais. Os planos diretores em sua elaboração, acompanhamento de aplicação e fiscalização devem, assim, estimular a participação dos cidadãos, permitindo a produção coletiva, valorizando a criatividade com inovações a partir de situações concretas que se apresentam em cada município. Para isso são oferecidos os instrumentos necessários à sua elaboração e implantação com melhor compreensão do que é a função social da cidade, das propriedades, com distribuição dos benefícios e dos ônus da urbanização, permitindo assim a definição de políticas públicas que atendam ao interesse social. O Manifesto dos movimentos populares de São Paulo pode ser acessado no endereço <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/manifesto/> e demonstra que existe uma busca para efetiva aplicação do projeto contido no Estatuto da Cidade e, ainda, que este processo se dá de forma contínua e com envolvimento efetivo.

O planejamento participativo, abordado no Estatuto da Cidade deve ser adotado em todo o processo quando se pretende construir municípios melhores e mais justos. A participação cidadã é tratada como questão de princípio, a qual não se pode negligenciar. Para tanto há que se reconhecer que todos os cidadãos, mesmo aqueles que não trazem em sua formação a escolaridade formal - por vezes pela negação de direitos fundamentais a que foram submetidos - têm competências e conhecimentos para participar do planejamento municipal ou mesmo de sua cidade podendo intervir na realidade do lugar onde vivem, visto que trazem a experiência do viver na cidade, do lidar cotidianamente com suas questões. Em muitos casos, trazem a experiência da negação dos direitos que, no limite, é que se busca superar para que esta capacidade potencial se concretize na forma de ação participativa. Os processos de elaboração de planos e projetos têm de adotar metodologia em que todos os cidadãos acessem informações necessárias, de acordo com sua capacidade de entendimento. Mais que isso, que garantam o tempo necessário à discussão e elaboração de ideias e/ou princípios a serem resguardados neste instrumento normativo. Neste processo, pouco contribui a

adoção de uma linguagem hermética ou tecnicista - que muitas vezes caracteriza a linguagem acadêmica - na medida em que não favorece a interação dialogada dos diferentes segmentos sociais. De fato, um dos princípios do Estatuto da Cidade é que a gestão dos municípios seja democrática com participação da população em geral e das entidades associativas presentes nos diversos segmentos sociais, de forma que a linguagem seja inclusiva e não se constitua em um campo de cerceamento à interação necessária. Também integra os objetivos deste processo o estímulo para a organização das entidades de representação social, de forma protagonista autônoma.

A garantia e a possibilidade de efetiva participação dos diferentes segmentos sociais, constituiu-se, assim, em um grande desafio, se considerarmos que a sociedade brasileira vem de uma tradição de práticas autoritárias e fechadas à participação popular efetiva. Deste modo, é preciso ter em conta que o instrumento normativo por si só não é capaz de redefinir a forma da relação. De fato, sua necessidade é bastante indicativa de quão arraigadas são as práticas conservadoras, o que, por sua vez, indica os termos da disputa, os campos a se avançar e as possibilidades (e os limites) inscritos neste processo. Participar nas atividades de planejar e gerir as políticas territoriais urbanas e rurais demanda dos técnicos que coordenam e organizam o processo o efetivo dispor-se para a construção participativa, entendendo que o conflito, as posições divergentes, longe de se constituírem como entraves, são possibilidades de busca de uma síntese superior às posições individuais ou de segmentos de grupos, em prol da coletividade.

Neste sentido, a valorização das diversidades deve se constituir princípio fundamental para reger as definições das políticas públicas e suas intervenções nos lugares, sendo estes resultados de um processo construído, inclusive, com as pessoas do lugar. Ressalta-se, porém, que não há uma fórmula única e salvadora para que seja aplicada em todos os municípios se, mesmo, em um município como todo. Ao contrário, é da diversidade advinda da rica prática social que se materializa aquilo que é específico, mas que tem a força de retroalimentar os princípios norteadores, inclusive para revisões, aperfeiçoamento dos instrumentos normativos, quando assim for necessário. Conforme indicado pela estrutura jurídica da Federação, o Plano Diretor deve ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo Prefeito de cada município. O resultado é formalizado como Lei Municipal pactua-

da e firmada entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo. Contudo, sua preparação deve resultar de um acordo construído em articulação com as comunidades, considerando-se os processos participativos expressos. O planejamento dos espaços municipais, especialmente das áreas urbanizadas, como todos os objetos sociais, pode ser abordado na perspectiva de um paradigma de conflitos, de construção de acordos e eventualmente por consenso.

Embora o Plano Diretor seja de âmbito do município, a União e os estados devem participar no processo de preparação dos Planos Diretores, tendo em vista interesses regionais e nacionais, bem como a complexidade que envolve a urbanização brasileira e, ainda, o pacto federativo que envolve as três escalas do poder estatal. Os Planos Regionais, de responsabilidade dos estados devem oferecer balizamento para que sejam considerados pelos municípios em seu esforço de preparar o Plano Diretor integrando as políticas públicas. Essa necessidade deve ser reconhecida em sua mão dupla, pois é indispensável que os estados e Distrito Federal reconheçam os Planos Diretores Municipais para a elaboração de seu planejamento. Em outras palavras o Planejamento deve ser feito de maneira a integrar e valorizar as demandas e alternativas apresentadas pelos entes federados, de forma que os planos regionais traduzam as questões e princípios respaldados nos diversos planos diretores dos Municípios que integram efetivamente a região objeto do planejamento regional.

A construção e elaboração do Plano Diretor de cada município deve constituir-se em incentivo para a realização de avaliações que viabilizem a implantação de todo o sistema de planejamento municipal integrado. Um dos problemas para o planejamento urbano e também rural diz respeito à necessidade de atualização dos cadastros da estrutura fundiária. A maioria dos municípios não conhece quem são os proprietários dos solos e nem a real extensão das propriedades, sejam elas públicas ou privadas. Revela-se, então, não apenas um importante campo de pesquisa que tenha os aspectos histórico-geográficos como objeto de investigação científica, mas principalmente, a necessidade da constituição de um banco de dados confiável e preciso, visto que o conhecimento da propriedade - dimensão, propriedade, localização - está no cerne do Estatuto da Cidade. Esta deve ser uma exigência para com todo o município, no sentido de se estabelecer uma pesquisa cartorial efetiva para a construção da informação confiável e balizar do processo do processo em questão, inclusive garantindo a acessibilidade necessária à informação. Pesquisas, como a realizada por Ario-

valdo Umbelino Oliveira, indicam discrepância entre a soma das propriedades - quase sempre maior - que a área real do município, considerado seus perímetros rurais e urbanos estabelecidos em lei. Daí que a construção de um cadastro mais próximo da realidade seja uma tarefa indispensável para o bom planejamento municipal.

Da mesma forma, os diversos setores das administrações dos entes federados possuem estruturas organizacionais e zoneamentos que não se relacionam entre si. Por exemplo, os setores da educação, saúde, segurança pública, transporte, obras públicas, saneamento básico entre outros, possuem inserções e "territorializações" diferentes no espaço municipal e em geral não dialogam entre si. Para o Planejamento é necessária a busca de compatibilização dos processos de organização para atualizar os cadastros, integrando as políticas setoriais, articulando seus orçamentos anuais e plurianuais com os planos de governo e com as diretrizes do Plano Diretor, capacitando continuamente as equipes que poderão melhorar, sistematizar e consolidar a legislação. A elaboração do planejamento é uma oportunidade para serem estabelecidos processos permanentes de construção das políticas que avaliam e corrigem os rumos de políticas municipais.

Democratizar as decisões é fundamental para transformar o planejamento da ação municipal em trabalho compartilhado entre os cidadãos, entidades públicas e privadas sendo assumido por todos, bem como para assegurar que haja o sentido de pertencimento e o comprometimento com as responsabilidades exigidas no processo de implementação de suas premissas estabelecidas e pactuadas. O controle e a fiscalização das atividades permitem o reconhecimento, se for o caso, do cumprimento dos pactos realizados bem como a avaliação das atividades públicas e privadas. Tais verificações permitem o acompanhamento e o estímulo ao desenvolvimento de ações integradas, por dentro do governo e com os demais produtores do espaço municipal, garantindo um sistema de participação que seja capaz de legitimar ações governamentais.

Todos esses elementos demonstram a necessidade de que as ações sejam praticadas por dentro das administrações municipais, com as devidas capacitações que orientam na direção do objetivo de praticar o Planejamento Participativo. O trabalho de capacitação deve ser contínuo e desenvolvido no processo de formação da cidadania, envolvendo todos os sectores públicos, privados e da sociedade civil. Torna-se indispensável a cooperação da administração municipal com as demais esferas e diferentes níveis

de governo, com a iniciativa privada e todos os setores sociais que estão inseridos nos municípios e nos seus entornos regionais, buscando o atendimento dos interesses sociais.

Para cumprir o que está estabelecido no Estatuto da Cidade os planejamentos devem considerar e buscar alguns princípios fundamentais como a garantia do exercício do direito a cidades sustentáveis. A sustentabilidade aqui tratada não diz respeito à manutenção/sustentação do atual *status quo*, mas à sustentabilidade da vida e do lugar, implicando o respeito aos direitos dos cidadãos, o que inclui demandas ambientais com promoção social e econômica de seus atores e agentes. Por exemplo, quando se trata do assunto habitação, não se pode prover apenas o embrião residencial, mas há que se garantir as condições para que se sustente uma forma digna de viver, considerando os aspectos ambientais, econômicos, com a amplitude dos componentes sociais. No município de São Paulo, movimentos sociais urbanos se reuniram para produzir um Manifesto no qual expressam: “O Plano deve incorporar as diretrizes colocadas na Portaria nº 17/2013 do Ministério das Cidades, e todos os princípios para garantia da moradia adequada e segurança na posse, evitando que as obras públicas ou privadas impliquem deslocamentos forçados ou involuntários de famílias moradoras em favelas ou loteamentos populares, devendo ser previstas todas as medidas necessárias para garantir a moradia digna e participação dos interessados em todas as etapas do processo.”

A moradia - direito de todo cidadão, se considerarmos os preceitos do direito fundamental respaldado na Constituição Federal - é, em geral, tratado como conquista. Não por menos, tende a ser mais festejada, considerando que para parcela considerável da sociedade brasileira este projeto demanda o direcionamento de recursos ao longo de muitos anos. Porém, esta não pode se resumir a um equipamento para a simples realização da função morar. Nesta condição, o habitar, o viver, como direito, é reduzido a uma de suas dimensões, o funcional, acarretando, porém, perdas do morar no sentido do experimentar. O habitar, então, cede lugar ao habitat, como bem definiu Henri Lefebvre (1999). À moradia é essencial que se somem os chamados equipamentos e serviços urbanos comunitários, que atendam as necessidades das populações, com justa distribuição dos benefícios e dos ônus, assim como protegendo, preservando e recuperando as características do meio ambiente natural e cultural.

A condição desigual e estratificada da sociedade brasileira exige, porém, formas diferenciadas

no modo de lidar com os segmentos sociais, no sentido de alcançar o princípio de equidade. Assim, a sustentabilidade no município exige do poder público que sejam priorizadas as populações fragilizadas que vivem em condições de precariedade habitacional em função dos rendimentos obtidos. Em geral, são populações que ocupam áreas identificadas como de risco, portanto inapropriadas para o habitar, por uma aparente incapacidade do “sistema” de incluí-las na chamada “cidade formal” mas, fundamentalmente, porque o reverso da reprodução ampliada da riqueza é a negação da realização da mesma para muitos que integram, marginalmente, a cidade.

Considerações acerca do plano diretor de Uberlândia

Conforme já referido, a elaboração do Plano Diretor não é um presente do legislativo e executivo para os habitantes do município. Ao contrário, o mesmo dever resultar da construção coletiva em cujo processo sejam mediados os conflitos resultantes de uma sociedade estratificada e desigual e cujo instrumento se norteie pelos princípios da realização da cidadania. O Plano Diretor é assim, um instrumento normativo que se constitui em obrigatoriedade do município de criar as condições para sua construção participativa. Assim, cabe aos municípios organizar o processo de elaboração e atualização nos períodos definidos em Lei. Tal condição implica na preparação do planejamento territorial onde se define o melhor modo de ocupar o sítio do município ou região, prevendo os pontos onde se localizarão atividades e os usos do espaço no presente e no futuro. O plano diretor é, então, um instrumento básico indispensável para definição da política de desenvolvimento urbano e do município que, integrado com o Plano Plurianual (PPA), com as diretrizes orçamentárias e com orçamentos anuais, constituem importantes instrumentos da governabilidade no que se refere ao espaço urbano.

Identificar quem e quais são os setores que produzem os espaços urbanos e os restantes do município é também uma tarefa premente dos legisladores e de todas as comunidades para que os trabalhos de planejamento e gestão considerem os interesses gerais e setoriais, na perspectiva da função social da cidade. Para Roberto Lobato Corrêa (1995), são os seguintes os agentes que produzem e reproduzem a cidade: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o estado em todos os níveis e esferas; e) os grupos sociais incluídos ou marginalizados no espaço urbano.

A estes, podemos somar os setores representativos de trabalhadores, patronais e as Mídias e imprensa em geral. A todos estes, com posições por vezes antagônicas, há que se garantir a participação na elaboração do Plano Diretor. Assim, um plano participativo efetivamente exige a identificação e mobilização destes segmentos, como instrumento de legitimação do mesmo, levando para o seu interior as discussões e enfrentamentos colocados para a reprodução do espaço urbano nos termos apontados pela legislação pertinente. Desta maneira, é preciso o entendimento de que cada um dos segmentos desses agentes têm interesses próprios, legítimos ou não. Mas, principalmente, que os princípios norteadores são aqueles expressos no texto constitucional e no Estatuto da Cidade. A abertura do diálogo com base em princípios democráticos de participação poderá ajudar substancialmente para que fiquem explícitos tais interesses. Neste aspecto, a adoção de metodologia que permita o debate e que as decisões sejam tomadas coletivamente constitui uma rica possibilidade de avanços dirigidos à valorização da função social da propriedade e da cidade.

De acordo com o Ministério das Cidades e o CONFEA (2004), pelo planejamento territorial podem-se concretizar na cidade os benefícios para todos: por intermédio da democratização das oportunidades para todos os moradores; pela garantia das condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e pela democratização das condições para uso dos recursos disponíveis, de forma sustentável. É claro que essa intenção do Ministério das Cidades ainda não se concretizou e nem tem data marcada para acontecer, principalmente pensando em todos os embates e conflitos entre os entes federados e as características das gestões municipais que são administrados no modelo capitalista. Ainda assim, a redução dos impactos negativos sobre as vidas são merecedoras de esforços e se constituem na obrigação das administrações públicas, da iniciativa privada e de todas as pessoas que vivem nos municípios.

Efetivamente, o primeiro passo, em todos os municípios, é conhecer e mapear a estrutura fundiária, a realidade social e suas tendências de desenvolvimento num modelo em que não vigora efetivamente o controle social. Nas atuais estruturas capitalistas em que prevalecem os interesses de auferir ganhos no jogo com a propriedade com vistas à extração das rendas fundiárias, este mapeamento revela-se com elevado grau de realização. Ainda assim, compete às estruturas municipais a obrigação de conter e atualizar tais registros e, a partir desse conhecimento, definir os instrumentos previstos no

Estatuto da Cidade que mais favoreçam a priorização da função social sobre a propriedade, inclusive garantindo instrumentos e ações necessárias para a regularização fundiária a partir da realidade dada em cada município. Por exemplo, há situações em que seria adequado o processo de urbanização de favelas. Em outros casos é possível que seja necessária a realocação das populações que habitam em áreas sujeitas a riscos ambientais. Contudo, como afirma o movimento social no manifesto da cidade de São Paulo: “por uma Cidade sem despejos ou remoções forçadas”, ou seja, em situações como estas a construção participada das estratégias adotadas para a resolução dos problemas. A existência de um planejamento participativo certamente minimizará muitos dos conflitos que são registrados nas cidades brasileiras, causados por ações autoritárias e compulsórias.

Nos espaços urbanos, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculado levando em conta o tamanho do terreno e das áreas construídas. Contudo, em muitos casos, o cadastro territorial e predial não são atualizados. Novas construções, ampliações e reformas, em muitos casos são realizadas sem que a municipalidade tenha qualquer conhecimento ou emitido a licença necessária. Assim é que residências ampliadas com, por exemplo, construção de piscinas e amplas áreas de lazer ficam em situação de irregularidade, com a devida conivência dos poderes públicos, inclusive sem a tributação devida, situação que, em geral, perpassa praticamente todas as classes sociais.

Assim, um aspecto importante na elaboração do Plano Diretor é a perspectiva de reformular e, quando for o caso, consolidar legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e do código de obras que definirá as normas de edificações, a partir da atualização do cadastro municipal. Isso porque, o cenário de “confusão legal” ou informação imprecisa ou não atualizada favorece aos chamados setores especuladores da terra urbana, capazes de dialogar em “situações especiais” com os administradores municipais. Para quem deseja cumprir as funções sociais das propriedades e da cidade, um conjunto de normas que tenha clareza e consistência e informações atualizadas, ajuda no processo de planejar investimentos, oferecendo segurança jurídica para empreendimentos individuais e empresariais.

Contudo, tais procedimentos para organização da legislação de parcelamento e construção nem sempre são realizados com facilidade, em função da diversificação dos interesses que se contrapõem nos espaços urbanos. A economia política das cidades

geralmente é conduzida por interesses que fazem dos espaços urbanos seus negócios. Os interesses econômicos geralmente estão submetidos ao setor imobiliário e as empreiteiras de obras públicas e concessionárias de serviços públicos. Por exemplo, os proprietários de terras exercem suas influências para a obtenção da elevação da renda fundiária em suas modalidades possíveis, empreiteiros normatizações mais permissivas e assim sucessivamente. Neste jogo, utilizam-se forças sociais, econômicas e políticas para imposição das condições favoráveis aos seus interesses. O sentido geral é que estes “socializam os investimentos para privatizar os lucros”, se aproximando e articulando com esferas de que permitem este tipo de ação. Tais processos especulativos devem ser entendidos pelos administradores públicos responsáveis pela aprovação de parcelamentos do solo urbano, bem como a democratização do processo de planejamento poderá posicionar em torno de uma mesa de negociação, todos os setores envolvidos em promover a urbanização. Com isso, muitos dos processos autoritários, típicos da urbanização que se orientada pela reprodução da riqueza podem, minimamente, ser contidos em função do interesse social, embora não seja o que prevaleça contemporaneamente, mesmo após uma década de Estatuto da Cidade.

Entretanto, ações que visam romper ou minimizar a prevalência da acumulação em detrimento do interesse social demandam um aprofundamento na compreensão da função social da cidade sem que haja simplificações que reduzam os significados dos fatos e das ações. Assim é que concordamos com Edgar Morin, 1995, p. 118, ao afirmar “Hay que recordar las ruinas que las visiones simplificantes han producido, no solamente en el mundo intelectual, sino también en la vida”.

Estatuto da Cidade e Planos Diretores de Uberlândia e Tupaciguara, MG.

O Plano Diretor de Uberlândia constitui a Lei Complementar N° 432 de 19 de outubro de 2006 e caracteriza-se, em certo sentido, como um documento genérico e passagens como em seu Artigo 2° ao definir-se como instrumento: “Plano Diretor é o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental de Uberlândia, tendo por objetivo orientar a atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como atender às aspirações da comunidade, constituindo-se na principal referência normativa das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico”.

Sua preocupação ambiental está claramente expressa no Artigo referido e consolidada no Art. 16, ao afirmar que “São diretrizes para a área rural, do Município de Uberlândia:

- I. elaborar planejamento ambiental do Município e de suas bacias hidrográficas, de acordo com a legislação pertinente;
- II. empreender esforços para a criação de Área de Proteção Ambiental - APA - estadual junto às Bacias dos Rios Uberabinha e Bom Jardim”.

Reafirmando os princípios estabelecidos no Artigo 16, o Plano Diretor de Uberlândia expressa ainda: Art. 22. Para fins de uso e ocupação do solo o macrozoneamento do Município de Uberlândia será dividido na forma do Anexo I desta Lei Complementar, com o seguinte detalhamento:

- I. Macrozona de Proteção das Áreas dos Mananciais - MZP: esta Zona contempla áreas da micro bacia do Rio Uberabinha e do Ribeirão Bom Jardim, com o intuito de proteger essas microbacias à montante das captações;

Embora estar expresso no Plano Diretor seja uma etapa importante, seus dispostos tornam-se genéricos ou apenas intenções, caso não se consolidem nas práticas das ações e projetos. Um bom exemplo da distância entre o que aparece como intenção e prática efetiva é o processo que envolve o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CHB-Araguari).

No ano de 2012, o CBH-Araguari criou um Grupo de Trabalho (GT) para propor a criação da Área de Proteção Ambiental da Chapada dos Bugres, envolvendo o alto Curso do rio Uberabinha, incluindo o Bom Jardim. Ressalte-se que tais corpos de água superficiais são exatamente os provedores de água para captação e abastecimento de toda a população urbana da sede municipal. A Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Departamento Municipal da Água e Esgotos (DMAE) participaram do GT até o último momento, contribuindo por intermédio de seus técnicos com todo o processo elaborado. Na Reunião em que o CBH-Araguari submeteu ao seu Plenário o encaminhamento da proposta para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais, a Prefeitura e o DMAE não só votaram contra a iniciativa como se articularam com outras prefeituras, com os produtores do complexo agroindustrial e indústrias de extração mineral para garantir a não aprovação. Trata-se de uma postura política que contradiz a visão técnica e participativa, ao mesmo tempo em que consolidam posturas conservadoras, em uma nítida demonstração de que não adianta apenas a

existência de um Plano Diretor que trata dos temas de maneira adequada aos interesses públicos, mas do engajamento efetivo de seus representantes para cumprir e fazer cumprir o que está expresso o que foi construído coletivamente. Observa-se que os poderes constituídos nem sempre estão livres ou são capazes de contrapor as pressões de setores que em verdade possuem maior controle de suas decisões. Geralmente são mais passíveis de vitória as concepções dos setores privilegiados economicamente, que se atribuem as funções de provedores do trabalho e geração de renda municipal, por exemplo. Estes embates são comuns nos municípios e somente poderão ser confrontados em processos nos quais a sociedade organizada explicita tais interesses que não atendem a vontade dos cidadãos. O Estatuto da Cidade traz em si instrumentos importantes que guardam relação com a efetivação das políticas de colaboração e indução ao desenvolvimento urbano. A partir dele e em sua plena e efetiva participação, é possível que situações como a citada ganhem outras instâncias e condições de negociação mais vinculadas ao interesse social coletivo.

Dentre os dispositivos do Estatuto da Cidade, alguns merecem destaque, especialmente aqueles relativos ao parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; à desapropriação para fins de reforma urbana; ao consórcio imobiliário; às operações urbanas consorciadas; ao direito de preempção e a outorga onerosa do direito de construir.

O parcelamento do solo e a edificação compulsórios são instrumentos disponíveis ao poder público municipal, como forma de garantir que os proprietários de imóveis urbanos os utilizam de acordo com a função social prevista no Plano Diretor. Com esse instrumento o poder público poderá exigir que a edificação se concretize, limitando a permanência de terrenos como reserva de valor, à espera da valorização do espaço decorrente da própria dinâmica da cidade. A efetividade deste instrumento traduz uma necessidade da urbanização brasileira, na medida em que nas cidades brasileiras permanecem grandes “estoques” de terrenos ociosos, inseridos nos perímetros urbanos, aguardando a valorização fundiária e deixando de cumprir suas funções sociais, onerando o município. Isso porque, a não utilização desses “vazios urbanos” acarreta necessidade de incorporar novas áreas nos perímetros urbanos, ampliando os custos de investimentos em obras que acabam assumidos por recursos públicos.

Tratando desse instrumento de política urbana, a Lei 432/2006 de Uberlândia assim se expressa:

“Art. 47. O parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios do solo urbano visam garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas, onde for considerada prioritária a densificação, na forma de Lei específica disposta sobre a matéria”.

A abordagem demonstra que o legislador municipal declara a pretensão de promover o adensamento para reduzir os custos da reprodução da cidade, trazendo os benefícios inerentes aos objetivos do Plano. Contudo, as práticas adotadas pelas legislações que se sucederam e presentes na aprovação e implantação de parcelamentos do solo urbano, bem como edificações residenciais, caminhou em sentido diferente. O que se percebe, de 2006 aos dias atuais, foi a implantação de Conjuntos Habitacionais em setores distantes da cidade, como o conjunto de oito empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, implantados no extremo limite do bairro Park Shopping. Empreendimentos como este demonstram como, afinal, os conjuntos habitacionais continuam cumprindo a função conservadora e de lógica invertida como “indutores da urbanização”, posto que sua instalação exige que o poder público estenda até mesmo os serviços urbanos públicos. Ao fazê-lo, os terrenos não edificados presentes “entre” a cidade, no conjunto, são valorizados pela instalação destes serviços. Cada vez mais, os segmentos sociais submetidos a esta condição de acesso à moradia veem-se diante de uma contradição fundamental: o acesso a moradia lhes permite o direito à cidade. Todavia, nos termos em que se dá, ao obterem o que lhes dá acesso, a forma lhes nega a própria cidade, visto que, a distância e a precariedade se somam a outros entraves concretos e simbólicos que vão se erguendo como obstáculos ao efetivo direito à cidade.

Este processo, identificado no Plano Diretor de Uberlândia, também se registra em outras Leis elaboradas pelos municípios que estão nas suas proximidades geográficas. Exemplo dessa disposição registra-se no Plano Diretor de Tupaciguara, instituído pela lei complementar N° 96\2007 com aplicação a partir do ano de 2007. Há indicação do interesse em cumprir a determinação legal contida no artigo 182 da lei federal N° 10.257. Contudo, o Plano Diretor carece de legislação complementar para que seja eficaz. O instrumento Parcelamento do Solo, Edificação e Utilização Compulsórios, foi tratado na seção I do capítulo II, destinado à abordagem sobre o cumprimento da função social da propriedade urba-

na. No Art. 56, o município explicita que promoverá a ordenação do uso e ocupação do solo de acordo com as seguintes diretrizes: integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico sustentável; planejamento do desenvolvimento, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas de modo a prevenir e a corrigir as distorções do crescimento urbano; oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e outros serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico; e gestão democrática por meio da participação da população. Para cumprir estas funções, o Artigo 57 estabelece que o uso e a ocupação do solo no município de Tupaciguara serão regulamentados pela Lei Complementar de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que deveria ser elaborada e aprovada até 31 de março de 2008, fato que ainda não ocorreu. A intenção demonstrada no texto legal não se transformou em matéria de efetiva aplicação tendo em vista a falta das normatizações complementares e suplementares.

A não efetividade desse instrumento, embora previsto nas normativas, é um bom indicativo do campo de disputa existente no âmbito da reprodução social do espaço urbano, em que a lógica progressista se depara, constantemente, com os entraves das práticas que visam conservar os termos históricos dessa reprodução.

Outro instrumento importante do Estatuto da Cidade é a possibilidade da instituição do IPTU progressivo. Este instrumento, além de estimular a edificação e induzir à desconcentração, tem o condão de possibilitar a distribuição justa da riqueza inerente à propriedade para cumprimento de sua função social. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e definir alíquotas diferentes de acordo com a localização do imóvel no espaço urbano. A aplicação do IPTU Progressivo no tempo exige que as áreas a ele submetidas sejam indicadas e identificadas no Plano Diretor, que leve ao cumprimento das obrigações do proprietário no prazo de cinco anos. Em caso de não cumprimento, a alíquota elevada assim permanecerá até o cumprimento da obrigação ou à possível desapropriação do imóvel, com o objetivo de promover a reforma urbana. Todavia, o que se tem observado é a não aplicação

deste instrumento ou a definição de percentuais progressivos tão irrelevantes que faz com que o instrumento não cumpra seu potencial.

No Plano Diretor de Uberlândia, nos Artigos de 52 a 54 está disposto este instrumento. Contudo a prática não demonstrou operacionalidade, pois não houve legislação específica que regulamentasse exatamente em que setores seriam adotadas tais providências. Neste sentido, a generalização presente no Artigo 54, evidencia a não determinação dos locais sujeitos para produzir os efeitos de aplicação, inclusive para que possam ser adotadas as necessárias providências de informar os munícipes que serão abrangidos pelo instrumento proposto. Desta maneira, o que se alcança é a não implantação. No referido artigo está expresso que “o IPTU Progressivo no Tempo poderá ser aplicado em todo o perímetro urbano, em conformidade com o estabelecido em lei específica”. É nítido como a expressão final “o estabelecido em lei específica” coloca a condição de não execução imediata, estendendo no tempo aquilo que a própria luta urbana já aponta como uma questão necessária aos termos da urbanização contemporânea.

No Plano Diretor do município de Tupaciguara este instrumento também é tratado na Seção II, Capítulo II, sem a objetivação de resultados. Assim, segundo o Art. 114, em caso de descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos para o parcelamento, edificação ou utilização compulsória, o Município aplicará o IPTU progressivo no tempo, mediante o aumento da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso. Tal como no caso de Uberlândia, para que esta intenção seja aplicada seria necessário que as áreas objeto do instrumento estivessem indicadas no Plano Diretor ou em Lei Complementar, para que assim seja exigido o cumprimento de obrigação por parte dos proprietários dos imóveis. Também em Tupaciguara a delimitação das áreas sujeitas à aplicação do instrumento legal não foram definidas.

Também constante no Estatuto, a desapropriação em utilização de títulos da dívida pública viabiliza a desapropriação das propriedades que não estiverem em consonância com a função social da propriedade registrada no Plano Diretor. Após a decorrência de cinco anos de aplicação do IPTU Progressivo no Tempo, caso o proprietário não tenha destinado função social ao imóvel, o poder público poderá emitir Títulos da Dívida Pública, com aprovação do Senado Federal em prazos de resgate de

até 10 anos. Este instrumento, em conjunto com o IPTU Progressivo no Tempo, identificando os locais onde serão aplicadas as edificações compulsórias, configura-se como excelente estratégia do poder público para garantir o cumprimento da função social da propriedade e da cidade. Na Lei 432/2006 de Uberlândia o assunto tem capítulo especial no qual conclui afirmando

Art. 57. A Desapropriação com Títulos da Dívida Pública poderá ser aplicada em todo o perímetro urbano, sendo que as áreas prioritárias para aplicação desse instrumento serão aquelas definidas para o parcelamento, a utilização e a edificação compulsórias, sem prejuízo de outras que venham a ser classificadas pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, em legislação específica.

Mais uma vez fica expresso o interesse de não aplicar o instrumento, na medida em que ficam indefinidos os parcelamentos e parcelas do solo urbano que poderão ser submetidos ao dispositivo. Principalmente, quando determina a necessidade de ser elaborada *legislação específica* para o cumprimento da norma, sendo esta iniciativa postergada enquanto no embate político as forças continuam pendendo para o mesmo lado... Possibilita-se, no limite, que, mesmo indicando medidas de interesse social, elas ficam confinadas aos interesses dos proprietários do solo urbano e das empresas imobiliárias. Já no município de Tupaciguarao tratamento deste instrumento também está inócuo, possivelmente pelo mesmo embate de forças. Segundo o Art. 116 do Plano Diretor, decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública. Contudo, não são indicadas as áreas sujeitas ao IPTU progressivo no tempo, o que impede sua aplicação e os desdobramentos ali expostos.

Os Consórcios Imobiliários são outro instrumento oferecido pelo Estatuto da Cidade, que prevê a possibilidade do estabelecimento de consórcios imobiliários, permitindo a cooperação entre o poder público e a iniciativa privada para fins de urbanização. As áreas destinadas a esta aplicação devem estar relacionadas no Plano Diretor e projetadas para o oferecimento de infraestrutura e serviços urbanos. Assim, o proprietário da terra oferecerá parte da área para que o poder público implante, por exemplo, projetos de lotes urbanizados para assentar parte dos interessados ou mesmo para comercializá-los. Essas operações urbanas são consorciadas e, por intermédio de lei municipal, permitem intervenções

urbanas com parceria entre o poder público e a iniciativa privada. Toda a operação deve ser coordenada pelo poder público, preservando o interesse social. As áreas onde se pode aplicar este instrumento devem ser destacadas no Plano Diretor com detalhes efetuosos por lei específica permitindo o consorciamento entre o município, os proprietários de terras, as empresas que farão os investimentos e moradores, quando for o caso. Para ter recursos financeiros nestes processos o município está autorizado a emitir certificados de potencial adicional de construção, que poderão ser alienados em leilão ou utilizados para pagamento das obras previstas na operação. As leis específicas e regulamentadoras deverão conter as normas, prevendo estudos sobre os impactos dessas operações. Deverão prever também as modificações de índices de ocupação com as características do parcelamento, o uso e ocupação do solo, bem como as alterações nas normas de edificação e os consequentes impactos positivos e negativos que serão causados pelos empreendimentos. Todo o processo precisa garantir benefícios sociais e econômicos para as populações diretamente afetadas. Assim é que os Projetos de Leis complementares deverão apresentar uma exposição de motivos que justifique a aplicação do instrumento legal e a lisura das relações entre o setor público e a iniciativa privada. Todavia, o que se tem observado em municípios maiores é que os chamados consórcios imobiliários são constituídos em importante instrumento de revalorização do espaço, reforçando os termos conservadores da urbanização, em detrimento da função social da propriedade. Em Uberlândia, tais estratégias ainda não foram adotadas, embora setores centrais já começam a despertar interesses da indústria da construção civil neste sentido.

O Direito de Preempção permite ao município mais uma base legal de preferência para obter e comprar determinados imóveis, ainda que a propriedade esteja em processo de alienação para outro comprador. Esse direito poderá ser exercido sempre que a propriedade se enquadre nas diretrizes definidas para a política urbana do município e nos critérios estabelecidos no Plano Diretor. Contudo, o município expressará em lei esse direito que poderá ser exercido pelo prazo máximo de cinco anos. Para o bom cumprimento dessa lei, o proprietário do imóvel, sempre que pretender aliená-lo, terá que informar o poder público. Se houver alguma proposta para compra do imóvel, há necessidade de ser incluída uma cópia, devidamente validada pelo interessado. O poder público terá o prazo de trinta dias para se definir pela preferência e compra. Caso

contrário o proprietário estará liberado para efetuar a venda prevista na proposta apresentada. A preferência poderá ser exercida por interesses mútuos do proprietário e do poder público, mas também poderá ser exercida de maneira unilateral. A lei municipal que estabelece o direito de preempção precisa enquadrar as áreas sujeitas à sua aplicação e apontar as finalidades, sob pena de não ter eficiência jurídica.

O Plano Diretor de Tupaciguara aborda o direito de Preempção com o seguinte conteúdo no Art. 130, afirmando que: "...o Município poderá exercer seu direito de preempção nas áreas inseridas nas seguintes zonas: Zona de Adensamento Preferencial (ZAP); Zona Central (ZC); Zona de Expansão Urbana (ZEX). No §1º, a Lei específica que relacionará todas as glebas e lotes, com edificações ou não, onde se aplicará o instrumento e estabelecerá os prazos e condições para a implementação das medidas por parte dos proprietários; afirma no §2º que o prazo de vigência do direito de preempção não poderá ser superior a 5 (cinco) anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência; e no §3º assevera que o direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do §2º, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel."

Mais uma vez, a efetividade da Lei está submetida à elaboração de Lei específica o que até o momento ainda não ocorreu.

Esta parece ser uma constante nos Planos Diretores que foram elaborados, obedecendo às exigências legais. Será necessário que esse roteiro seja revisto com a elaboração das normas que lhes garantam a efetiva funcionalidade.

Pelo solo criado, ou outorga onerosa do direito de construir, a legislação municipal deve estabelecer um coeficiente básico de aproveitamento dos terrenos. Caso ultrapasse esse limite poderá - havendo previsão legal, na qual o proprietário ofereça contrapartidas - obter este direito em função do interesse público. Ocorre que com o aumento do coeficiente acontecerá um maior adensamento na área, obrigando que o poder público efetue novos investimentos, elevando-se os custos econômicos. A análise a respeito dos limites impostos pela infraestrutura instalada e as consequências com esse maior adensamento e aumento de sua demanda deve-se constituir no parâmetro básico para análise dessas pretensões de obter "solo criado". O coeficiente de aproveitamento deve ser estabelecido no Plano Diretor, podendo ser único para toda a área urbanizada ou variando por setor de interesse.

A experiência de Porto Alegre foi uma das primeiras na direção de estabelecer índices diferentes para setores das áreas urbanizadas. O "solo criado" corresponde às edificações que ocorram acima do coeficiente estabelecido na Lei Municipal, tanto ocupando o espaço aéreo quanto o subsolo. O instrumento permite autorização emitida pelo poder público, para que se possa construir em índices superiores àqueles permitidos. O Plano Diretor deve fixar as áreas nas quais esse instrumento poderá ser operacionalizado mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. O Estatuto da Cidade define que, por meio da outorga onerosa do direito de construir, o município pode subordinar o exercício individual do direito de construir a uma necessidade social ou ambiental. Por exemplo, a aplicação poderá ocorrer nos casos dos imóveis considerados de interesse ambiental ou destinados à implantação de programas sociais como, por exemplo, programas habitacionais, de regularização fundiária, histórica e cultural.

O Direito de Superfície se funda na compreensão sobre a ampliação do significado da propriedade. Não interessa apenas que se tenha a propriedade da área. Para que haja edificação é necessário que também exista o direito de superfície, obtido pelo registro imobiliário. Trata-se também do direito real para uso por terceiros que poderão edificar em um terreno que não é de sua propriedade. Tal direito real poderá ser temporário ou perpétuo para construir sobre ou sob o terreno ou ainda para praticar o plantio de vegetais. Outro exemplo do direito temporário pode ocorrer em programas de interesse social, vacinação de humanos ou de animais, por exemplo, instalando equipamentos para uso da superfície do solo. Uma possibilidade que se vislumbra é em casos de implantação de determinadas vias públicas, para as quais o poder público utilizará apenas do direito de superfície, sem que se constitua no proprietário do terreno. Outro caso pode ser verificado quando um locatário executa obras de melhoria em um imóvel, com autorização do proprietário, em que tais benefícios poderão representar somente o uso da superfície. Em outras palavras, o Estatuto da Cidade reconhece a existência de um direito que é o de construir, tratado de forma independente de sua relação à propriedade.

O uso do subsolo e do espaço aéreo tem sido objeto de providências de municípios, cobrando pelas passagens de materiais de companhias energéticas, de telefonia, de saneamento básico e de propaganda. A experiência do município de Rio Claro (SP), ao cobrar o uso do espaço aéreo e sub su-

perficial por parte das empresas de telefonia e energia elétrica, resultou em uma demanda judicial que já foi vencida pelo município nas instâncias de recurso. Essa cobrança se dá, tendo em vista que tais serviços são prestados por empresas privadas, muitas vezes detentoras de concessões, cobrando tarifas e taxas de seus clientes e ganhando com o uso dos espaços públicos. Daí, a consideração da exigência de contrapartida financeira para os municípios onde instalam seus equipamentos.

As operações consorciadas têm como objetivo transformar as realidades de áreas urbanas com participação do poder público, da iniciativa privada, dos moradores e proprietários das terras. Na Lei que aprova a aplicação deste instrumento deverá constar a definição da área objeto de transformações, bem como o plano a ser desenvolvido, com previsão dos resultados prognosticados. O plano deverá prever as reformas e construções que serão efetuadas, com os devidos índices e caracterização do parcelamento a ser aplicado, para o uso e ocupação do solo. Trata-se de instrumento que deve ser previsto no plano diretor, mas que dependerá das explicitações apontadas. Não há possibilidade da simples aplicação pelo fato de estar previsto no plano diretor, havendo necessidade de aprovação em lei específica, com todos os detalhamentos. As áreas sujeitas à sua aplicação devem constar da Lei, incluindo localização geográfica, identificação por geodesia, propriedades limítrofes, além de apontar seus proprietários e as características físicas dos lotes ou glebas sujeitos à sua aplicação. Portanto não se trata simplesmente de uma carta de intenções.

O que se tem observado é o especial interesse da indústria da construção civil e promotores imobiliários por este instrumento em específico. De fato, em muitos municípios a aplicação de Operações Consorciadas tem atendido interesses de setores privados, inclusive viabilizando ações anteriormente restritas no escopo da legislação. Foi neste contexto que no município de São Paulo a manifestação dos movimentos sociais explicitou uma posição clara e inflexível ao dizer, nos termos publicados por Raquel Rolnik “Concessão urbanística só serve ao interesse do mercado imobiliário... ao permitir a Concessão Urbanística abriu brechas para as políticas higienistas e para que a ganância do mercado imobiliário avançasse sobre as áreas centrais, expulsando criminalizando as populações de baixa renda e os seguimentos mais vulneráveis, como: população em situação de rua, ambulantes, idosos, da área central da cidade.” (R. Rolnik, 2013) Essas afirmações estão claramente consonantes com a visão de Flávio Vila-

ça ao abordar o impacto negativo produzido na cidade de São Paulo a partir do uso inadequado do Estatuto da Cidade. Segundo Vilaça, “Em pelo menos um aspecto o Estatuto da Cidade foi um clamoroso retrocesso. Pôs fim ao caráter social e distributivo contido na experiência paulistana das operações interligadas, subordinando-as (agora sob o nome de Operações Urbanas Consorciadas) aos interesses imobiliários. Isso ocorreu ao se introduzir no texto a exigência contida no parágrafo 1º do item VII do art. 33, que determina que os recursos obtidos através de uma operação “serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada” (Vilaça, 2012). Fica explícito que a decisão de atrair investimentos privados traz em seu bojo o interesse desses setores e as populações empobrecidas ficam aliadas do processo. Claro que essa decisão é política e vem carregada de imensa carga ideológica para a defesa da propriedade privada. Demonstra-se assim que a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade está subordinada ao atendimento de compromissos assumidos pelos governantes. Está claro que implantar esses instrumentos corresponde aos compromissos com a carga ideológica na qual estão embutidos.

A transferência do direito de construir é outro importante instrumento que perpassa o Estatuto da Cidade. Quando o município efetua o tombamento de uma propriedade, por exemplo, o proprietário poderá pleitear o exercício das normas urbanísticas previstas para esse local, transferindo tais direitos para outro lugar. Esse mesmo instrumento poderá ser aplicado para os casos em que alguma área seja destinada a preservação ambiental ou para operações urbanas de interesse e apontadas no Plano Diretor. O poder público terá que demonstrar a necessária destinação do imóvel, exigindo-se muito cuidado em sua aplicação, considerando-se também os impactos que essas destinações terão para suas vizinhanças. Há circunstâncias em que os benefícios urbanísticos para determinados setores da cidade são de tal monta, que poderão justificar a cobrança de contribuição por melhorias.

Tal como aquele, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) também se configura de grande relevância. A exigência de apresentação desse estudo será condição indispensável para a análise em casos de solicitação de licenças e autorização para construção. Quando for o caso e houver exigências legais, tais empreendimentos também estarão sujeitos à apresentação dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e se desdobrar no Relatório (RIMA). Ou seja, o Estudo de Impacto de Vizinhança não substitui as

outras exigências que possuem objetivos definidos em leis. Os impactos de vizinhança são relativos, por exemplo, ao aumento da circulação de veículos, demandas de mais áreas para estacionamento e de transportes públicos, impedimento ou dificuldade para a circulação atmosférica e ventilação, exposição ou bloqueio aos raios solares, interceptação de vistas à paisagem, proporcionando valorização ou desvalorização de imóveis. Enfim, muitos são os problemas que poderão decorrer de empreendimentos que precisarão ser conhecidos pelo poder público e pela vizinhança.

O Plano Diretor de Tupaciguara considera a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança na seção II do capítulo VII, Art. 149 a 155. Destaca-se que o Município exigirá dos empreendimentos e atividades, considerados impactantes sobre a cidade, conforme artigos 36 a 38 do Estatuto da Cidade, a elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança - EIV para a concessão das licenças e autorizações de funcionamento. Considera-se que estes empreendimentos correspondem àqueles que tenham usos ou atividades, públicas ou privadas, residenciais ou não residenciais que possam causar impacto ou alteração no ambiente natural ou construído ou provocar sobrecarga na capacidade de atendimento de infra-estrutura básica. O Art. 155 lembra que a elaboração do estudo de impacto de vizinhança e seu respectivo relatório não é substituído pelos demais documentos que são exigidos, quando for o caso. Porém, não é conhecido o fato de que a Prefeitura de Tupaciguara tenha tido a iniciativa de exigir de algum empreendimento a elaboração de EIV.

Decorridos mais de dez anos da promulgação do Estatuto da Cidade e contando com Planos Diretores já formulados à luz destes instrumentos, após a consideração dos mesmos para a reflexão aqui exposta, podemos fazer algumas considerações. Se a experiência democrática traz em si a exigência da permanente reflexão sobre o fazer com vistas à sua reelaboração em condição superior, os Planos Diretores de Uberlândia e Tupaciguara já apresentam elementos que merecem ser revistos. De fato, o fazer democrático e participativo hoje constitui e se apresenta em condições que se é possível também apontar como não fazer, além de apontar algumas boas experiências. Na última década, estes municípios, especialmente Uberlândia, mas também Tupaciguara foram dinamizadas pelo próprio processo de reprodução social do espaço. Contudo, em ambos, viu-se a recorrência a práticas conservadoras como

a produção de conjuntos habitacionais nos limites do perímetro urbano.

Entretanto, pela natureza progressista de novas práticas possíveis do Estatuto da Cidade, chama muito a atenção o fato de nos dois municípios importantes instrumentos possíveis do Estatuto da Cidade e respaldados nos respectivos Planos Diretores, não terem sido adotados de forma sistemática. IPTU progressivo, Exigência do EIV, Outorga Onerosa, Usucapião Urbano, entre outros, embora sejam práticas legalmente respaldadas, demandadas nos dois municípios, não se configuram como instrumentos efetivos para o fazer cumprir da função social da propriedade em prol dos interesses sociais coletivos.

Desta maneira, talvez tão importante quanto as mudanças trazidas pelos planos diretores na consideração destes à luz do Estatuto da Cidade, sejam suas ausências ou suas não aplicações. Isto porque, a não aplicação dos instrumentos mais progressistas joga luz ao fato de que o campo de disputa em torno da cidade que queremos não se restringe à luta do Processo Instituinte. Como também não se satisfaz pela regulamentação na forma do Estatuto da Cidade ou mesmo de sua materialização nos respectivos planos diretores. O que se revela é que o instituído, mesmo quando regulamentado, só é transformador em seu exercício efetivo. Explicita-se então, a necessidade constante, sistemática e rigorosa, da efetiva participação da população na produção da cidade. Entretanto, se o que norteia é a cidadania e esta se compõe de deveres e direitos, talvez resida aí um importante componente da cidade e da sociedade que queremos.

Bibliografia

- Damiani, Amélia Luísa (2000). A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Revista Terra Livre*. Número 15, 21-38.
- Morin, Edgar (1994). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona. Gedisa.
- CEPAM - Fundação Prefeito Faria Lima (2001). *Estatuto da Cidade*, coordenação por Mariana Moreira. São Paulo.
- Galeano, Eduardo (1988). *La ciudad. La canción de nosotros*. Imprensa Rosgal S.A. Montevideo.
- Harvey, David (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Editora Annablume.
- Lefebvre, Henri (1999). *O Direito à Cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Montoro, André Franco. *Introdução à Ciência do Direito*. 31ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

- Oliveira, Francisco (2003). *Crítica à Razão Dualista e o Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Oliveira, Isabel Cristina Eiras (2001). *Estatuto da Cidade: para compreender*. Rio de Janeiro. IBAM/DUMA.
- Planos Diretores Municipais: integração regional estratégica - roteiro metodológico*. Coordenador Carlos Geraldo Luz de Freitas. Porto Alegre. ANTAC.2007. Coleção Habitare, 7.
- Plano Diretor Participativo: Guia para Elaboração pelos Municípios e Cidadãos*. Produção do Ministério das Cidades e CONFEA - maio-junho de 2004.
- Plano Diretor do Município de Tupaciguara - lei complementar N° 96/2007*
- Plano Diretor do Município de Uberlândia*
- Corrêa, Roberto Lobato (1995). *O Espaço Urbano*. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1-16.2.
- Rolnik, Raquel (2013). Manifesto das Entidades Populares e Movimentos de Moradia sobre o Plano Diretor. Blog da Raquel Rolnik publicado em 10/09/2013, acesso pelo link
<http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/09/10/manifesto-das-entidades-populares-e-movimentos-de-moradia-sobre-o-plano-diretor/>
- Santos, Milton (1994). *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo. HUCITEC.
- Villaça, Flávio (2012). Estatuto da Cidade: Para que Serve? *Carta Capital*, 19 de outubro de 2012. Acesso em 16 de setembro de 2013-09-16
http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21113

O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia Património Mundial. The past in permanent construction. Heritage in transformation. The case of the University of Coimbra - Alta and Sofia World Heritage Site.

Joana Capela de Campos

DARQ - FCT, Universidade de Coimbra, Portugal
joanacapela@hotmail.com
ORCID: 0000-0001-8644-8196

Vítor Murtinho

DARQ - FCT, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
vmurtinho@uc.pt
ORCID: 0000-0002-8956-7382

Resumo:

Quatro anos após a inscrição da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia na Lista do Património Mundial, será certamente um bom momento para se fazer uma reflexão sobre que transformações ocorreram, ou estão a ocorrer, no contexto urbano da cidade, quer no espaço físico do bem classificado e da sua área urbana de influência, quer nas suas dinâmicas socioculturais.

Deste modo, este artigo incidirá, criticamente, sobre o processo transformativo da cidade de Coimbra, tendo em conta três eixos estratégicos para uma gestão integrada e de desenvolvimento sustentável no seu contexto urbano: a proteção e salvaguarda do património, a Paisagem Urbana Histórica e o desenvolvimento urbano, incidindo sobre a dinâmica de reabilitação do parque edificado e do espaço público.

Verifica-se que a Universidade assumiu um ímpeto propositivo no primeiro eixo estratégico e que, o poder local, pela lógica da gestão espacial, assume esse ímpeto no terceiro eixo. Pela leitura transversal das transformações e dinâmicas urbanas ocorridas nos eixos equacionados, no contexto urbano, enquanto plataforma agregadora dos espaços físico e social dados por uma matriz cultural territorial, é possível trabalhar para um planeamento urbano, de forma integrada e ajustada às exigências que se vão colocando contemporaneamente, para alcançar uma maior qualidade de vida.

Palavras-chave: Transformações urbanas; Património Mundial; Proteção e salvaguarda do património; Paisagem Urbana Histórica; Desenvolvimento urbano.

Abstract:

Four years after the decision to inscribe the *University of Coimbra - Alta and Sofia* on the World Heritage List, it is time to evaluate the changes that have occurred, or are still occurring, in the context of the renovation of its urban space and the context of the city's sociocultural dynamics.

In that sense, this paper will analyse Coimbra's transformations and the processes leading to them, taking into account three strategic vectors in order to achieve an urban management and its sustainable development: the protection of heritage, the Historic Urban Landscape and urban development.

The University of Coimbra assumed its leading role in the dynamic of the conservation of the prebuilt heritage of the classified area and the municipality assumed its role in the protection zone. In this framework for the urban transformation process it is possible to conclude that the best way to keep up to date any sustainable heritage is to use it within the territorial cultural matrix. This World Heritage status could lead to a real conservation process of the existent heritage and to a sustainable balance between urban management and its integrated development leading to a better quality of life for the city.

Keywords: Urban transformations; World Heritage; Protection of heritage; Historic Urban Landscape; Urban development.

Introdução

Uma candidatura para efeitos de reconhecimento patrimonial pode - e deve - ser um ativo para

a gestão e para o desenvolvimento urbano de uma cidade. É um processo de intensa produção de conteúdos que promove o estudo e o conhecimento do

bem, quer pelos seus utilizadores, quer pelas várias entidades que, nas práticas quotidianas, o gerem e o dinamizam. Mas, também não deixa de ser um projeto político de intenções, de estratégia e de intervenção para a área que se pretende classificar, para a sua área adjacente e, no limite, para todo o seu território de influência.

Quando a classificação patrimonial é atribuída pelo Comité do Património Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na inscrição de um bem na Lista do Património Mundial (LPM), a responsabilidade pela sua proteção e salvaguarda, assumem proporções e dinâmicas globalizadas, capazes de transformar o património “num instrumento indispensável de atracção social, usufruto alargado das populações e lugar de encontro de gentes e culturas” (Custódio, 2010: 346).

Para além desta perspetiva, alguns estudos sugerem que, uma das metas dos proponentes de um bem à UNESCO, sobretudo, nos países ocidentais, é conseguir, com o título, a recuperação das economias locais, através do turismo (Askew, 2010), visto que, a inscrição na LPM coincide com o aumento significativo do seu número de visitantes (Salazar, 2010).

O resultado do reconhecimento do estatuto de Património Mundial (PM) pode, contudo, induzir a que o conjunto classificado se apresente com pouca propensão para a transformação e impeditivo a que cada geração lhe possa acrescentar valor (Capela de Campos e Murtinho, 2016). Tendo em conta esta perspetiva e, pensando no seu contrário, considera-



Figura 1
Pátio das Escolas.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

-se que qualquer título patrimonial deve ser um processo de continuada reflexão, para incorporar novos modos de vida e de utilização, aceitando as marcas geracionais, sem porém, pôr em causa a autenticidade inerente ao legado. Porque, no que diz respeito à proteção e salvaguarda do património, o campo disciplinar da arquitetura ensina que esta “nunca está terminada, prolonga-se no uso” (Almeida, 2005: 139). Sendo assim, o melhor modo de pensar a sua sustentabilidade é a sua manutenção, através da sua continuada utilização.

Desta forma, interessa pensar sobre qual o contributo que uma candidatura patrimonial pode ter para o desenvolvimento de uma cidade. Por isso, assume-se a Universidade de Coimbra - Alta e Sofia (UC-AS) como estudo de caso (Capela e Murtinho, 2014a, 2014b, 2015), enquanto laboratório privilegiado de experiências e dinâmicas próprias (Figura 1), podendo lançar pistas para futuros processos com



Figura 2
Delimitação da área UC-AS PM.
Fonte: Elaborado por Joana Capela de Campos.

contornos similares a este, ao se retirarem as lições necessárias ao planeamento e à gestão de um sítio PM e, ainda, permitir a correção e o ajuste de metodologias de intervenção urbana.

Em alinhamento com a agenda da UNESCO, que elegeu 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, torna-se quase imperativo, meditar sobre o contributo de um título patrimonial e avaliar as formas de concretização da oportunidade desse título e o seu impacto, nas dinâmicas quotidianas da cidade.

Assim, quatro anos após a inscrição da UC-AS na LPM (Figura 2), em 22/06/2013, será pertinente fazer um balanço sobre as transformações que entretanto ocorreram, ou estão a ocorrer, em contexto urbano. Este trabalho considera que o contexto urbano pode ser refletido sob uma valência material, através do espaço físico do bem classificado e da sua área urbana de influência, que se delimita pelas linhas de cumeeira circundantes à colina da Alta, criando a plataforma de análise Alta/Baixa/Santa-Clara; e sob uma valência imaterial, através das dinâmicas socioculturais da cidade e dos usos que vão sendo feitos nos espaços urbanos, que traduzem novas formas de estar e de viver a cidade.

Para tal, propõe-se refletir sobre as transformações ocorridas na cidade, sob a perspetiva de três eixos estratégicos de desenvolvimento, assumidos na candidatura a PM, para Coimbra e o seu dever:

O primeiro eixo assenta na proteção e salvaguarda do património, onde se pretende abordar as dinâmicas de transformação ocorridas no contexto equacionado, mas assumindo, maior ênfase, no espaço do bem classificado.

No segundo eixo, a perspetiva assenta na Paisagem Urbana Histórica (PUH), enquanto tendência, cada vez maior, de se candidatarem e classificarem bens, ao nível do PM, que criam relações territoriais abrangentes, o que no caso de Coimbra, não deve ser desvalorizado.

E por último, o terceiro eixo pretende fazer alusão ao desenvolvimento urbano, através do comportamento das atividades económicas que têm impacto nas dinâmicas de reabilitação do parque edificado e do espaço público, como a turístico-cultural e do comércio (Figura 3), sendo, por isso, um eixo paralelo e complementar do primeiro.

Esta leitura, das várias especificidades locais e conexões, que estes eixos estratégicos estabeleceram com o processo de candidatura e título PM, pode ser desenvolvida através da apresentação de acontecimentos, que se podem constatar, quer no contexto urbano material e imaterial, sublinhando



Figura 3
Baixa de Coimbra, Rua Ferreira Borges.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

alguns exemplos enfáticos. Assim, apreciando essas transformações urbanas, será possível contribuir para a discussão de medidas e estratégias que não deixam de ser uma posição de princípio pela democratização do património e, por contaminação, da própria cidade.

Proteção e salvaguarda do património

Enquanto conjunto de bens com um determinado valor e lugar de plataforma de diálogo entre gerações, o património não é menos uma memória do passado, do que um ativo da contemporaneidade para o futuro. Neste sentido, qualquer sociedade tem o dever de conservar para transmitir, sob pena, de não ser simplesmente a memória coletiva a esvanecer-se, mas, sobretudo, de se perder a identidade coletiva (Guillaume, 1980: 14-15).

A noção de que o património está associado a espaços de continuidade geracional, pela reprodução das memórias e vivências adaptadas aos usos e costumes de uma vida contemporânea, é pertinente. Muitos espaços da cidade são, de facto, essenciais para mapear e identificar o espaço de representação comum, da ligação do indivíduo com a cidade, onde também é evocada, a relação intrínseca entre as pessoas e os espaços, que se vão estabelecendo nas dinâmicas quotidianas de apropriação, conhecimento, compreensão e pertença.

E esta noção de continuidade no uso, adaptação e transformação do espaço, como resposta às exigências colocadas, foi uma tônica na dinâmica evolutiva da UC, na qual, o processo de candidatura a PM se baseia para justificar o Valor Universal Excepcional (VUE) do bem (Lopes, 2012).

Assim, em 2003, o Reitor Fernando Seabra Santos, ao constatar que a UC era o principal interesse dos visitantes que procuravam Coimbra, propõe a UC como bem a ser inscrito na LPM, justificando o enquadramento estratégico da candidatura com “um fortíssimo sentido de futuro: o de prevenir a agressão

patrimonial e a dispersão da memória colectiva” (in UC, 2005: 3).

A partir deste momento, a UC assume-se como o *grande estaleiro de obras do país*, comumente referenciado, numa antevisão consensual do impacto que uma candidatura a PM tem nas dinâmicas de transformação do espaço urbano. A área considerável de 117 hectares dividia-se por 35,5 hectares de área da UC-AS (29 hectares da Alta e 6,5 hectares da Baixa) e 81,5 hectares da sua área de proteção.

Muitos projetos e obras de intervenção foram feitas durante o processo de candidatura, para garantir o cumprimento dos objetivos estipulados, na Alta, valorizando o existente, pela pedonização do espaço público e readaptação de espaços pedagógicos. Já na Rua da Sofia, não seria tão fácil, uma vez que, a propriedade do bem entre a UC, o Estado e privados, levanta algumas restrições e impedimentos, que terão que ser mediados noutras bases.

De qualquer modo, esse ímpeto da UC, para a intervenção, tem sido continuado, mesmo depois do título atribuído, assumindo uma característica, que lhe afere um estatuto paradigmático na LPM: Coimbra inscreve património que antes de ser, já era PM.

Muitos dos elementos que compõem o bem UC-AS ainda não estavam reabilitados, à data da inscrição da UC-AS na LPM. Alguns dos espaços foram inscritos, estando em fase de projeto de arquitetura, com todas as transformações que no decorrer do seu processo lhe podem estar associadas, demonstrando uma abertura da UNESCO e da sua entidade conselheira, o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), para a diversidade de abordagem para cada caso, principalmente quando a evolução é justificativa válida para o seu VUE.

Assim, destacam-se quatro referências das variadas intervenções que a UC tem vindo a realizar, em espaços emblemáticos do bem inscrito na LPM, que foram classificados como PM antes das intervenções que sofreram.

Com intervenção realizada em 2014 (já depois da atribuição do título), no âmbito da conservação e restauro da Porta Férrea, a principal entrada do complexo do Pátio das Escolas e dos grupos escultóricos do seu Largo (Figura 4), foram identificadas, analisadas e corrigidas diversas patologias, que ameaçavam as cantarias com perdas patrimoniais irreversíveis no material, pedra de Ançã e, consequentemente, nas formas esculpidas.

A proposta de intervenção assentou numa metodologia geral e específica, definida pelo responsável pela intervenção, o engenheiro Fernando Marques (2014), tendo sido o projeto de execução desenvol-

vido ao longo dos trabalhos de intervenção, recorrendo a uma “filosofia de intervenção mínima”, foram realizados diagnósticos e análises, bem como ao desenho do levantamento arquitetónico e fotogramétrico com o mapeamento das patologias (F. Marques, 2014: 2).



Figura 4
A Porta Férrea e o seu largo.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Esta intervenção fez parte de um conjunto mais vasto, realizado ou a realizar no complexo do Paço das Escolas, já se encontrando concluída a reabilitação da Capela de São Miguel e a substituição/reparação de caixilharia, nas fachadas norte e poente do Palácio Real. Depois da reabilitação da porta de entrada principal da Biblioteca Joanina, irá iniciar-se a reabilitação da fachada principal (nascente) e do portal da mesma biblioteca. No conjunto ainda está prevista a reabilitação de coberturas e de fachadas do Palácio Real, do Colégio de São Pedro (Figura 5), dos Gerais e do antigo Museu de Arte Sacra. Cumulativamente, estão previstas ações de limpeza da Torre e Via Latina, bem como a implementação de acessibilidades ao Palácio de São Pedro e a instalação de mobiliário urbano no Pátio das Escolas que, como espaço emblemático da Universidade onde se concentram vários elementos e espaços notáveis, recebe o maior número de visitantes da UC.



Figura 5
Colégio de São Pedro, no Pátio das Escolas.
Fotografia de Joana Capela de Campos.



Figura 6
Colégio da Santíssima Trindade, pormenor do pórtico de entrada.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Uma intervenção, terminada em fevereiro de 2017, que se torna pertinente abordar para a leitura do PM que antes de o ser, já o era, é a realizada no Colégio da Santíssima Trindade (Figura 6), propriedade da UC e localizado na Alta, para albergar a Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da UC.

O projeto foi assinado pelos irmãos Francisco e Manuel Aires Mateus (Aires Mateus Associados, Lda.) e teve início em 2001, quando a UC lançou um concurso público para a reabilitação deste Colégio, que se encontrava em ruína e risco de colapso total. Aprovado o licenciamento com condicionantes, pela CMC, em 2004, foi realizada uma campanha de intervenção arqueológica preventiva e, em 2007, a UC solicita alteração ao projeto, para alteração de programa e incorporar as diretrizes equacionadas no estudo arqueológico (M. R. Aires Mateus, 2010). Com isto, o projeto ficou ancorado ao estudo arqueológico, que possibilitou acrescentar conteúdo das sucessivas fases de ocupação do edifício, ao expor os elementos que, na ruína, conseguiram subsistir, ganhando por inerência própria, um estatuto intemporal de continuidade “capazes de induzir o projecto”, que “pretende explorar a enorme carga telúrica e poética” das ruínas (M. R. Aires Mateus, 2010). Nesse sentido, a ruína preexistente foi a matéria-prima usada no discurso de projeto, pela transformação: da igreja num auditório ou da área residencial em gabinetes de trabalho.

Mas o projeto também soube ir absorvendo os achados que da obra e do estudo arqueológico decorriam, como a redução de construção de espaços enterrados. Porque o pavimento recolhe memórias que se vão acumulando ao longo do tempo, criando mais um arquivo, para contar a história do edifício, juntamente com os arquivos dos elementos portantes: da construção, da alteração de uso, da derrocada, da ruína e do abandono.

O processo de projeto foi absorvendo todas estas etapas da vida do edifício e procurou dar-lhes um discurso de unidade. Importava dar coerência e consistência através do desenho, e não criar um somatório das ocorrências que foram acontecendo no edifício ao longo dos séculos. E a estratégia era aparentemente simples: intervenção mínima nos *arquivos* recebidos e presunção de ligeireza e reversibilidade na proposta nova.

Todos os elementos que “sobreviveram ao tempo”, as fachadas, a área do claustro e a igreja, seriam mantidos com intervenções. A proposta nova seria feita com maior intensidade no espaço vazio, preenchendo as lacunas decorrentes das derrocadas e da ruína e, assim, restituir o volume do edifício original.

Mas talvez seja na cobertura, que melhor se compreenda toda a estratégia da intervenção: pela introdução de uma fenda contínua, entre as paredes antigas e as águas novas que se desenharam, “tornando legíveis os estratos dos diferentes tempos” e, pela “feliz coincidência” entre as cotas da cêrcea do Colégio e do pavimento do Pátio das Escolas, “aliada à reduzida largura da rua que as separa” (M. R. Aires Mateus, 2010: 2) O projeto procura, assim, enfatizar a leitura do espaço de cobertura como um prolongamento do miradouro do Pátio, tendo sido decidido, por isso, a utilização de lajedo de pedra lioz para o seu revestimento, “dando continuidade visual ao pavimento” (M. R. Aires Mateus, 2010: 3), repondo a integridade do edifício na sua circunstância contemporânea e com a preocupação do contexto urbano.

No complexo da Rua da Sofia, será de salientar a intervenção de reabilitação de uma ala do Colégio da Graça, cuja empreitada de execução das obras terminou em 2015, para receber o Centro de Documentação 25 de Abril e uma parte do Centro de Estudos Sociais, partilhando o edifício com a Liga dos Combatentes. O projeto esteve a cargo do arquiteto José Paulo dos Santos, que assume a sua postura de intervenção no património: “com serenidade e em “silêncio”” (2013: 2).

O projeto teria que ser considerado um processo aberto, uma vez que estaria sujeito às investigações arqueológicas, realizadas em simultâneo à intervenção (início de trabalhos em 2010) e, que por sua vez, deveriam respeitar o projeto, que se ia corrigindo, adaptando e incorporando novas possibilidades de desenho decorrentes da investigação, num exercício de ajuste constante ao que ia acontecendo.

Mas, esta intervenção esteve sujeita a outras condicionantes decorrentes da sua própria contem-

poraneidade e condicionantes patrimoniais, definindo uma dificuldade acrescida para a intervenção, para além de estar em curso, alterações na legislação, não só subordinadas à candidatura da UC-AS a PM, mas também pela transformação da estrutura tutelar. Toda esta conjuntura implicou alterações de projeto, influenciadas pelos atrasos e adiamentos consecutivos de decisões, pareceres e propostas (Sónia Filipe, 2013) sendo, ainda proposto uma redistribuição espacial, entre a UC e a Liga dos Combatentes, de modo a clarificarem-se os acessos, até aí, labirínticos e pouco legíveis.

Este exemplo traduz a complexidade de intervenção em espaços classificados, num cenário de múltiplos proprietários ou gestores do espaço. Esta questão lança um paralelismo à própria contingência da candidatura da UC-AS a PM, por ter que responder a várias entidades competentes na gestão do seu espaço. Um paralelismo, que embora resolvido de modo diverso, até pela natureza do objeto em causa, resultou no sucesso de um e outro caso.



Figura 7
Estufas Tropicais do Jardim Botânico da UC.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Para finalizar, sublinhamos um exemplo que ganhou o Prémio Nacional de Reabilitação Urbana (29/03/2017), na categoria de Melhor Intervenção com Impacto Social. Falamos da requalificação das Estufas Tropicais e Espaço Ciência *in Situ* (Figura 7), do Jardim Botânico da UC, um projeto do arquiteto João Mendes Ribeiro, aprovado em 09/01/2015, tendo a obra decorrido entre fevereiro e dezembro de 2015.

O projeto pautou-se por uma “limpeza”, no desenho final, do espaço das estufas, havendo o redesenho da ala central e da galeria superior, construída por laje e pilares de betão armado, substituídos por estrutura metálica, mais leve e integrada na restante construção. Também os pormenores construtivos foram alvo de redesenho com recurso a perfis metálicos e vidro, repondo o princípio construtivo primitivo e, ainda, a intensificação da trans-

parência, inerente a todo o espaço da estufa (J. M. Ribeiro, 2013).

Por uma questão técnica, os vidros foram todos substituídos com especificidades para um espaço destinado a estufa, complementados com sistemas de sombreamento. Assim, o resultado assumiu o princípio por uma intervenção mínima e limpeza dos elementos que não fizessem parte da filosofia construtiva e cénica do edifício principal - um dos primeiros exemplos da arquitetura do ferro no país, inspirado nas estufas inglesas de *Kew Garden* (J. M. Ribeiro, 2013).

O Espaço de Ciência *in Situ* será polivalente e foi projetado para substituir o antigo edifício do viveiro a norte do lago Victória. Este novo edifício, que não fazia parte do processo de candidatura, facilmente assegura uma integração na envolvente, devido aos materiais de construção. Já o lago Victória foi construído no lugar da Estufa Victória, cuja estrutura apresentava deformações. A intervenção compreendeu, ainda, o arranjo e aumento do edifício da caldeira, de forma a responder a requisitos técnicos e, ainda, trabalhos de conservação e restauro, não só dos edifícios mas também dos seus pátios e espaços adjacentes.

Estes são quatro exemplos, dentro de um universo bem mais dilatado, a que a UC se propôs e, continua a propor, para garantir o passado em permanente construção, porque “o tempo novo é uma realidade e existe independentemente do facto de nós o aceitarmos ou recusarmos” (Van der Rohe, 1996: 304). Assim, podemos considerar que o processo de arquitetura não deve ser visto como um acontecimento linear ou fechado. Ainda que na aparência, as intervenções sejam pouco evidentes, implementam sempre uma ideia de transformação. Fazer arquitetura é ter consciência do tempo nos seus vários estágios e contemporaneidades para introduzir o tempo novo, com todas as influências socioculturais a que está sujeita.

Apesar de ser ao nível do bem classificado que este eixo se faz sentir, não deixa de ser verificado, na sua área urbana de influência, a reabilitação e requalificação de algum património classificado, que acrescenta dinâmicas urbanas complementares, como equipamentos potenciadores de uma vida cultural para a cidade. Casos como a requalificação do Convento de Santa Clara-a-Velha¹ (2002-2008) ou a ampliação e remodelação do Museu Nacional de Machado de Castro² (1999-2013) são exemplos de intervenções na área de influência do bem PM.

¹ Arquitetura de Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandez e Luís Urbano.

² Arquitetura de Gonçalo Byrne.

Mas a transformação, que opera no contexto urbano, também se verifica no plano imaterial, pelo número de visitantes nestes espaços, 442 510³, que pela rubrica *Visitantes aos espaços turísticos*, no ano letivo 2015/2016, foram contabilizados pela UC. Este número de visitantes assume uma tendência geral de crescimento, verificada entre 2012 e 2016⁴ e reforça a procura e intensificação do turismo cultural⁵, sobre os sítios PM, onde o património físico é o suporte dorsal dos acontecimentos.

Paisagem Urbana Histórica: Lusa Atenas como matriz cultural

A designação de PUH ganhou estatuto oficial de instrumento político para a gestão patrimonial, na *Recomendação sobre a PUH*, em 2011, pela UNESCO. A exigência da definição do conceito foi sendo cada vez mais acentuada devido às circunstâncias de práticas e desenvolvimentos urbanos europeus, sobretudo, no período da transição do milénio.

As tensões existentes entre o desenvolvimento local e os processos de globalização, com um impacto pronunciado na identidade e nos limites espaciais das cidades, alteravam a sua configuração e imagem territorial e, inevitavelmente, assumiam um impacto sobre as populações que viviam nesses assentamentos urbanos. A UNESCO entendia que esta pressão traria consequências para as cidades, já que esta era uma nova ameaça à conservação das cidades com um forte carácter cultural e, em particular, daquelas inscritas na LPM (UNESCO, 2009). O caso de Viena⁶ (Áustria) transformou-se num ponto-chave para o reconhecimento da necessidade de um debate específico sobre o conceito da PUH e todas as suas implicações.

Assim, a PUH⁷ reflete sobre a evolução e expansão concetual em torno do *património cultural*, codificada pelas camadas sobrepostas de desenvolvimento social, cultural e económico, assumindo as

dimensões material e imaterial do território (Sonkoly, 2011; UNESCO, 2011). Por ter vindo a ser moldado pelos textos e debates promovidos pela UNESCO, ao longo dos anos, uma vez que as “Cidades Históricas” eram a categoria mais representada na LPM, podemos assumir a PUH como uma matriz cultural do território.

Pela pertinência desta implicação, este eixo estratégico deverá ser equacionado como sendo mais uma oportunidade de abordagem para uma gestão integrada do espaço urbano, de modo a fomentar a sustentabilidade e o desenvolvimento das próprias cidades. Se a PUH é uma matriz cultural territorial, permite estabelecer as correlações existentes em vários *layers* que a compõem, desde as vertentes materiais, construídas ou naturais, até às imateriais, como as vivências, os usos e as tradições, que se embrenham e se estabelecem por apropriação em determinado território. Coimbra tem essa particularidade: a sua PUH é uma matriz cultural territorial. O bem classificado e inscrito na LPM, a UC-AS, faz parte integrante daquele que é considerado o valor refúgio da imagem da cidade.

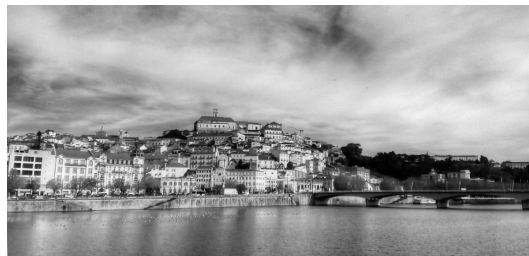


Figura 8
Lusa Atenas. Skyline de Coimbra.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

De forma mais expressiva, a *Lusa Atenas* co-rodada com o núcleo do Paço das Escolas (Figura 8), sobre as águas do Mondego, é referida, vezes sem conta ao longo dos séculos, para inequivocamente se associar à UC e à própria cidade. Sendo assim, a singularidade desta realidade assume uma vertente material, relacionada com o resultado da ocupação territorial ao longo dos tempos para estabelecer a cidade existente. Mas também, assume uma vertente imaterial, precisamente por ter uma identidade muito própria e intrínseca à relação com o seu espaço, onde as vivências urbanas se vão realizando na apropriação da sua imagem.

Tendo em conta a particularidade da PUH da colina da *Lusa Atenas* e do seu território de influência, importava verificar que transformações sofreu ou tem vindo a sofrer, com o processo de candidatura e título PM, no contexto urbano.

³ Cf. <http://www.uc.pt/dados>, acessado em 19/05/2017.

⁴ Informação avançada pelo presidente da Turismo Centro de Portugal, em 09/05/2017 (Agência Lusa, 2017).

⁵ De acordo com P. Machado à Agência Lusa, de 09/05/2017, a propósito da aprovação da candidatura a fundos comunitários, no âmbito do Programa Operacional da Região Centro 2020, do projeto Lugares Património Mundial do Centro (Agência Lusa, 2017).

⁶ Em 2005, o caso de Viena foi o motivo da primeira conferência específica sobre a PUH, dando origem ao Vienna Memorandum, sendo assumido como a primeira tentativa de definição do conceito, que se pretendia operativo. Cf. (Bandarin & Oers, 2012; Sonkoly, 2011).

⁷ A Recomendação sobre a PUH define-a, como sendo “the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of “historic centre” or “ensemble” to include the broader urban context and its geographical setting” (UNESCO, 2011: 52).

No contexto do bem classificado, podemos identificar a intervenção no Colégio da Trindade, pela sua visibilidade e interferência com as vistas do e sobre o Pátio das Escolas. Também não é desprecioso o processo que se concretiza no percurso de ligação entre a UC e a Baixa, pelo Jardim Botânico, feito por acesso pedonal ou por um veículo de transporte coletivo, concretizável devido à conjugação da reabilitação de percursos dentro do Jardim Botânico (com apoio da CMC), da qualificação da entrada norte junto ao edifício das Física/Química e da reabilitação da Capela de São Bento, situada em pleno jardim. Com esta intervenção, efetua-se a abertura pública deste notável espaço verde da cidade, tornando parte da mata acessível.

Mas consideramos, sobretudo, que tem uma maior afirmação para a gestão deste eixo estratégico, alguns acontecimentos que foram sendo estipulados durante e pelo processo de candidatura, na área urbana de influência do bem classificado, por ser esse o espaço privilegiado para criar sinergias capazes de correlacionar a convivência entre as vertentes material e imaterial.

O acontecimento mais evidente foi a requalificação das zonas ribeirinhas e frente de rio. Projetos como a reabilitação dos equipamentos, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Convento de São Francisco⁸ ou como a reabilitação de espaços de lazer, Parque Verde do Mondego⁹ com a ponte pedonal Pedro e Inês¹⁰, permitiram devolver esta área de cidade aos seus habitantes e utilizadores.

Estas dinâmicas transformaram o rio numa plataforma de atravessamento, permanência e uso, principalmente, ao caminhante que percorre deambula, pelas várias continuidades estabelecidas, ações essenciais para se conhecer uma cidade¹¹. A cidade nasce e renasce a cada dia e é preciso estar presente, para se acompanhar essa transformação, mapeando o espaço e fazendo parte da ação do território, que não deixa de ser uma condição geográfica, porque os processos de arquitetura transformam “uma condição de natureza numa condição de cultura” (Botta, 1996: 25).

Estes protocolos de relação estabelecidos pela PUH, tendo o espaço físico como suporte de modelos

⁸ Arquitetura de João Luís Carrilho da Graça (2010-2016).

⁹ Arquitetura de MVCC Arquitectos (Mercês Vieira e Camilo Cortesão) (2002-2004).

¹⁰ Engenharia de Cecil Balmond e Adão da Fonseca, inaugurada em novembro de 2006.

¹¹ Em 1954, Távora dizia que “para avaliar uma cidade como espaço organizado, apenas uma solução: percorrê-la, vivê-la, deambular pelas suas ruas, descer as suas encostas, subir aos seus pontos mais altos, habitar as suas casas, senti-la como um organismo vivo que não para, que dia a dia se altera” (Távora in Bandeira, 2012: 59).

de intervenção e de utilização, podem unir as práticas de “conhecer para compreender”, entre o indivíduo, a comunidade e a sociedade com o território. De certa forma, a PUH pode ser uma das abordagens mais operativas para a gestão do espaço urbano, pois vai permitir avaliar, em simultâneo, as relações e ações estabelecidas entre a população e o território.

Tendo essa hipótese como premissa válida, foi proposta uma possibilidade de ferramenta operativa emergente, para a monitorização e fiscalização das operações e intervenções realizadas nos contextos urbanos em áreas de influência de bens classificados, para a gestão da sua PUH (Capela e Murtinho, 2014a).



Figura 9
Vista da Alta.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Verificando que, no caso de Coimbra, o bem classificado tinha uma posição privilegiada no contexto urbano (Figura 9), de onde se pode ver e ser visto, era atribuída uma responsabilidade na observação para as duas posições, quer pelas entidades competentes, quer pela população. Assim, esta ferramenta de projeto urbano era assumida como uma forma preventiva de proteção e salvaguarda, devendo, por isso, ser considerada como um auxílio para a gestão e manutenção não só dos bens classificados, mas também para a sustentabilidade do desenvolvimento do seu território de influência.

Desenvolvimento urbano

Por fim, no terceiro eixo estratégico é proposto refletir sobre a oportunidade gerada em torno da atribuição de um título patrimonial, que acaba por ser um propulsor de algumas atividades económicas e turístico-culturais (Rebanks Consulting Ltd e Trends Business Research Ltd, 2009).

Uma leitura sobre o processo de candidatura de Coimbra a PM verifica que, os processos de patrimonialização vão sendo intensificados no tempo, pelo reconhecimento do valor dos espaços vitais da cida-

de, que vão sendo reabilitados (Capela e Murtinho, 2014a, 2014b, 2015), mas também, devido às novas vivências urbanas. Assim, este eixo assume-se como complemento do primeiro, ao nível do contexto urbano material, e também por isso, seu paralelo, porque a área urbana de influência daquele que era considerado o bem a classificar, foi beneficiando das políticas adotadas e desenvolvidas para a proteção do património.



Figura 10
Convento de São Francisco, Centro Cultural e de Congressos.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Para ilustrar estas dinâmicas, sublinhe-se a requalificação do Convento de São Francisco (Figura 10): o edifício reabriu em abril de 2016, como Centro Cultural e de Congressos, assumido pela CMC como “um agente de desenvolvimento económico do território, impulsionando diversos setores estratégicos, designadamente o turismo”¹². Com este investimento, Coimbra subiu 155 lugares no ranking mundial das cidades com mais congressos e convenções internacionais, em 2016 (Câmara Municipal de Coimbra, 2017).

A área de influência do bem classificado UC-AS é, também por isso, território atrativo para dinâmicas globalizadas, inerentes aos padrões de vida ocidental contemporânea, como o aumento produtivo da atividade turística, após uma classificação PM.

Contudo, desde 2009, que o crescimento do turismo e as pressões económicas que lhe estão associadas, em cidades históricas, têm sido apontados como uma das maiores preocupações que os responsáveis pela gestão dos sítios PM deveriam ter em consideração (Bandarin e Oers, 2012: 67). O próprio ICOMOS na Carta Internacional do turismo cultural aborda preocupações, desde 1976, relativas ao volume turístico aceitável para um sítio classificado, sem o prejuízo de ser o início da sua “destruição” (F. Lopes e Correia, 2004: 38) e, ainda, há autores que colocam a questão do turismo cultural como

¹² Cf. <http://www.coimbraconvento.pt/pt/convento-sao-francisco/historia/>, acedido em 16/05/2017.

sendo o cavalo de Troia para os sítios PM (Caraballo Perichi, 2001) (Figura 11).



Figura 11
Alta de Coimbra, Escadas do Quebra-Costas/Rua Joaquim António de Aguiar.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

O aumento da atividade turística¹³, em Coimbra, permite verificar a realidade, acessível no simples ato de percorrer as ruas, tanto na área PM, como na sua área urbana de influência: o aumento de turistas tem potenciado investimentos económicos, em disseminação de lojas de recordações (Figura 12) e no aumento da oferta de alojamentos e estabelecimentos turísticos.



Figura 12
Baixa, Rua Ferreira Borges.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

O turismo cultural, enquanto dinamizador urbano, deve contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade, associado a novos modos de consumo e contribuindo para a reabilitação urbana. Por isso, desenvolver metodologias, instrumentos e técnicas capazes de garantir essa sustentabilidade, é um desafio imperativo, que vigora com aumento dos visitantes na cidade.

Contudo, a pressão do turismo cultural causa danos no património, pelo desgaste continuado do aumento do número de visitantes e, também, pelos conflitos gerados com os habitantes locais. Esta realidade verifica-se na oferta de novos espaços/

¹³ Os números do turismo representam um crescimento de 5% (Europa), em 2015, atribuindo-lhe uma valência motriz e vital para a recuperação económica global (World Tourism Organization, 2016: 15).

produtos, contribuindo para o abandono de prédios de habitação para dinamizar um mercado onde os turistas podem “viver como locais” e de lojas tradicionais e históricas, de todo o “saber fazer” e do produto tradicional, que conferia autenticidade e especificidade ao comércio local, para dar lugar, às lojas globais com produtos tipificados, que não se diferenciam de lugar para lugar.

O comércio direcionado ao mercado turístico, que se estabelece nessas áreas adjacentes ao património, deve ser discutido, porque uma das tensões entre a globalização destas práticas e o desenvolvimento local sustentável, deve abordar a qualidade, porque quantidade já existe. Se a gestão destes sítios, não passar pelo planeamento destas dinâmicas de diferenciação do local, vai ser possível, erradamente, adquirir produtos tradicionais de Coimbra, em qualquer loja “tradicional”, em Lisboa, Porto, ou até, noutra cidade europeia.

A autenticidade e a especificidade do local é aquilo que torna o sítio único, sendo, por isso, uma mais-valia para a preservação da identidade local. Esta diferenciação positiva, pelo local que se pretende singular, só beneficia a qualidade da experiência de quem reside ou visita a cidade, devendo ser assumido um compromisso entre os agentes da gestão do espaço urbano até às comunidades, para que se criem condições para a permanência dos habitantes e comércio tradicional, tentando não repetir os erros do passado. Uma cidade não se pode privar de residentes em áreas de grande reconhecimento emocional (Figura 13). Este facto, já é o suficiente para prejudicar a cidade, porque o pior para qualquer cidade, é a falta de vida. Sem vida, a cidade cai.



Figura 13
Baixinha, Rua do Paço do Conde.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Este paradigma avalia a autofagia do turismo, pois o seu volume se incontrolável é um dos fatores de risco para o património e, no fundo, para a cidade. Contudo, é necessário reverter esta prática e assumir que cada caso é sempre único, e que, por isso, deve ter e deve promover as suas especificida-

des. Assim, o turismo deve ser um catalisador positivo para uma cultura de sustentabilidade do património (Figura 14) e não, um fim em si próprio.



Figura 14
Quebra-Costas.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

Com esta perspetiva, o Turismo do Centro de Portugal apostou nos *Lugares Património Mundial do Centro*¹⁴ para realização de ações direcionadas ao envolvimento da comunidade, serviço educativo, programação cultural em rede, hospitalidade turística e comunicação. Partindo do título PM como recurso territorial, este caso, aposta também, em evidenciar a Região Centro, reinventando soluções para enquadramentos não convencionais, que não deixarão de se refletir, pelo menos, nas dinâmicas de uso dos espaços classificados.

Conclusões

A partir de três eixos estratégicos para uma gestão integrada e desenvolvimento urbano sustentável, assumidos no processo de candidatura de Coimbra a PM, foi feito um balanço sobre o processo transformativo visível e consequente da candidatura e título PM, que foi sendo operado em três níveis de contexto urbano: no do bem classificado, no da sua área urbana de influência, na vertente material, e no espaço das dinâmicas socioculturais, na vertente imaterial.

A primeira leitura assumida é que, uma candidatura patrimonial deve ser um ativo para a gestão e para o desenvolvimento urbano sustentável de uma cidade, porque foi e é considerado um valor maior, que pelo seu reconhecimento, estabelece compromissos de gestão, proteção e salvaguarda, com as populações e instituições que hoje vivenciam o espaço e com (e para) as gerações futuras.

¹⁴ A candidatura surge da Rede de Património Mundial do Centro de Portugal (2016), que reúne os seus quatro sítios inscritos na LPM: o Mosteiro da Batalha, o Convento de Cristo em Tomar, o Mosteiro de Alcobaça e a UC-AS, porque “o produto cultural é o mais procurado pelos turistas” (Agência Lusa, 2017).

O processo transformativo é visível ao nível do primeiro eixo estratégico equacionado, pelas ações a que a UC se tem proposto, através de intervenções no bem classificado, para garantir a continuidade no valor patrimonial recebido e acrescentado. Com património que ainda não existia, à data da inscrição na LPM, a UC-AS é um caso paradigmático, onde se classifica um bem patrimonial, que antes de ser, já era; na verdade, que depois de o ser, nunca deixa de o ser.

Mas também a cidade tem investido na requalificação de patrimónios e espaços urbanos, aproveitando o impulso gerado pela candidatura e título, em paralelo e em complemento ao primeiro eixo, potenciando sinergias que permitissem a requalificação do espaço público e privado, por toda a área urbana de influência do bem PM.

Poderia, parecer incongruente, intercalar o eixo estratégico da PUH, entre aqueles, que se consideram paralelos e complementares no âmbito do contexto urbano. No entanto, verifica-se, por tudo o que foi apresentado e considerado, que esses eixos só são paralelos e complementares, pela leitura de unidade introduzida pela matriz cultural territorial, que é dada pela PUH, que permite estabelecer as correlações verificadas.

Logo, a PUH, para além de potenciada pelo processo de candidatura a PM, que importa desenvolver e aprofundar, torna-se numa chave de leitura para as transformações urbanas visíveis consequentes do processo a PM. Porque quando se fala da recuperação do património ou do aumento do número de turistas na Universidade, fala-se, também, do edifício que foi ou que vai ser recuperado, ou transformado em qualquer tipo de alojamento turístico, ou edifício habitacional ou espaço comercial reabilitados, em qualquer rua da Alta, da Baixa ou de Santa Clara.

É, portanto, pela abordagem transversal do contexto urbano e pela consciência e consistência do sistema de coexistência, onde a parte não é mais importante do que o todo, que a PUH pode contribuir para o desafio que se coloca na gestão para o futuro, destes territórios de identidade secular, como sucede em Coimbra. Através de um planeamento integrado e integrante do contexto urbano, considerando quer a vertente material quer a imaterial, capaz de ser dinâmico e flexível para se ir ajustando às necessidades e exigências que vão sendo colocadas e equacionadas na vivência do quotidiano, é possível propor ações para uma maior concretização da qualidade do espaço urbano, tanto ao nível do espaço físico, como ao nível do sociocultural. Todavia, é possível, também, prevenir ações prejudiciais ao

contexto urbano, permitindo conferir à PUH, a mediação mais operativa na gestão urbana, enquanto sistema, monitorizando e avaliando, continuamente, os protocolos estabelecidos entre a população sobre/e o território, com recurso a equipas multidisciplinares. Porque a cidade é composta por pessoas, espaços e pelas relações que se estabelecem entre ambos (um verdadeiro território), entenda-se, que é por uma questão de qualidade de vida, que os processos de gestão da cidade se devem guiar.

Uma candidatura patrimonial, para além da produção de conteúdos que promovem o estudo e o conhecimento do bem proposto, quer pelos seus utilizadores diários quer pelas entidades locais, nacionais e internacionais que o gerem e o dinamizam, é também um processo que se torna num projeto político de intenções, de estratégia e de intervenção para a área que se pretende classificar e para o seu território de influência. Porque no fundo, um bem inscrito na LPM é uma promoção mediática, que deve ser aproveitada, para responder à oportunidade económica que resulta da classificação, tendo em vista a geração de receitas e recursos capazes de contribuir para a sua própria gestão, manutenção e conservação.



Figura 15
Caminhos, Pátio das Escolas.
Fotografia de Joana Capela de Campos.

O direito à cidade é para todos, quer sejam residentes, trabalhadores, visitantes ou turistas (Figura 15). Nesse sentido, quem promove a sectorização da cidade através de acontecimentos para potenciar determinada indústria económica, como a do turismo, tendo como força motriz o património cultural, deve fazê-lo com equilíbrio, sob pena de se descaracterizar aquilo que se quer preservar. Assim, um planeamento integrado e integrante permite propor, experimentar e ajustar medidas e estratégias que visem contribuir para um equilíbrio, entre residentes e turistas, que usam, ocupam e coexistem no mesmo espaço urbano. O aparente antagonismo que possa resultar dessa convivência, como a perda sucessiva de identidade dos sítios, pode

ser compatibilizado com a aceitação desse facto, através de ações direcionadas, enquanto consequência natural do processo de reconhecimento da excepcionalidade do bem.

É preciso antecipar a realidade, planear estrategicamente, e tomar consciência do tempo novo e das suas contemporaneidades, num passado em permanente construção, mas também, preservar e ir construindo memória de um património, incessantemente, em transformação.

Bibliografia

- Agência Lusa (2017, Setembro 5). Turismo do Centro investe 2ME na promoção de lugares Património Mundial. *Diário de Notícias*. Acedido a 19 de maio de 2017, em <http://www.dn.pt/lusa/interior/turismo-do-centro-investe-2me-na-promocao-de-lugares-patrimonio-mundial-7995368.html>.
- Almeida, P. V. de (2005). Uma definição de arquitetura (J.A. 109, 1992, p. 17). In J. A. - *Antologia 1981-2004*, (218-219), 139-140.
- Askew, M. (2010). The magic list of global status: UNESCO, World Heritage and the agendas of states. In Labadi, S. e Long, C. (ed.), *Heritage and globalisation* (pp. 19-44). Milton Park, Abingdon, Oxon, England; New York, NY: Routledge.
- Bandarin, F. & Oers, R. van. (2012). *The historic urban landscape: managing heritage in an urban century*. Chichester, West Sussex, UK; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.
- Bandeirinha, J. A. (ed.) (2012). *Fernando Távora: modernidade permanente*. Matosinhos: Assoc. Casa da Arquitectura.
- Botta, M. (1996). *Ética do construir*. Lisboa: Edições 70.
- Câmara Municipal de Coimbra. (2017, Maio 10). *Coimbra sobe 155 lugares no ranking mundial das cidades com mais congressos internacionais*. Acedido a 16 de maio de 2017, em <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/areas-de-intervencao/cultura/atualidade/item/4894-coimbra-sobe-155-lugares-no-ranking-mundial-das-cidades-com-mais-congressos-internacionais>.
- Capela de Campos, J. & Murtinho, V. (2016). From the Paço Real to the Paço Real das Escolas: From the Duty of Remembrance to the Demands of Renovation. In Szymgin, B. (ed.), *Heritage in transformation: cultural heritage protection in XXI century: problems, challenges, predictions*, Vol. 1, 39-50. Florence-Lublin: Lublin University of Technology; ISCTPCR-ICOMOS; ICOMOS Poland; Romualdo Del Bianco Foundation.
- Capela, J. & Murtinho, V. (2014a). A World Heritage Application as an opportunity for urban intervention: the case of Coimbra. In *18th ICOMOS GA and SS «Heritage and Landscape as Human Values»: Theme 5 - Emerging tools for conservation practice*, Florença, Itália, 10 a 14 de novembro.
- Capela, J. & Murtinho, V. (2014b). Universidade de Coimbra - Alta e Sofia Património Mundial: do desígnio à realidade. In *Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva*, FCSH-UNL, Lisboa, 27 a 29 de novembro.
- Capela, J. & Murtinho, V. (2015). The dual logic of heritage in the field of architecture. In *Segundo Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial* (124-145). Menorca: Universidad Complutense de Madrid.
- Caraballo Perichi, C. A. (2001). Turismo cultural: Una opción sostenible o un caballo de Troya? In *Memorias Cátedra UNESCO: Gestión integral del patrimonio en centros históricos. Manizales-Caldas, Colombia, 18-28 Junio 2000* (229-238). Manizales-Caldas, Colombia: Universidad Nacional de Colombia, UNESCO.
- Custódio, J. (2011). Globalização e património cultural. In Custódio, J. (ed.), *100 Anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010* (2ª), 346-348. Lisboa: IGESPAR IP.
- Fernando Marques (2014, Fevereiro). *Memória descritiva e justificativa - Conservação e Restauro da Porta Férrea - Paço das Escolas*, UC.
- Guillaume, M. (1980). *La politique du patrimoine*. Paris: Editions Galilée.
- João Mendes Ribeiro (2013, Julho 19). *Memória Descritiva - Arquitectura, projecto de execução - Projecto de reabilitação das Estufas Tropicais e Espaço Ciência in Situ - Jardim Botânico*, UC.
- José Paulo dos Santos (2013, Março). *Memória Descritiva e Justificativa - Centro de Documentação 25 de Abril - Colégio da Graça, Rua da Sofia*, UC.
- Lopes, F. & Correia, M. B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lopes, N. R. (ed.) (2012). *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Candidatura a Património Mundial* (Universidade de Coimbra, Vol. Livro 1). Coimbra: UC.
- Manuel Rocha de Aires Mateus (2010, Julho 23). *Memória Descritiva - Pedido de licenciamento/Processo nº 1773/04 - Tribunal Universitário Judicial Europeu - Colégio da Santíssima Trindade*, UC.
- Rebanks Consulting Ltd. & Trends Business Research Ltd. (2009). *World Heritage Status is there opportunity for economic gain? Research and analysis of the socio-*

- economic impact potencial of UNESCO World Heritage Sites status.* Lake District World Heritage Project, University of Cumbria.
- Salazar, N. B. (2010). The glocalisation of heritage through tourism: balancing standardisation and differentiation. In Labadi, S. e Long, C. (ed.), *Heritage and globalisation* (130-146). Milton Park, Abingdon, Oxon, England ; New York, NY: Routledge.
- Sónia Filipe (2013, Março). *Colégio da Graça - Relatório Prévio*, UC.
- Sonkoly, G. (2011). Historic Urban Landscape - A Conceptual Analysis. In International Conference of the Department of Urban Planning and Design and the Foundation for Urban Architecture, Budapest University of Technology and Economics e Department of Urban Planning and Design (eds.), *Urban renewal: essays on urban design = Városmegújítás: városépítészeti tanulmányok* (92-101). Budapest: BME Urbanisztika Tanszék.
- UNESCO. (2009). *Executive Board Document 181 EX/29*, April 2009. UNESCO.
- UNESCO (2011, Outubro 11). *Resolution 15 - Records of the General Conference 36th session*. UNESCO.
- Universidade de Coimbra (2005). *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial*. Coimbra: UC.
- Van der Rohe, M. (1996). *Réflexions sur l'art de bâtir*. Paris: Le Moniteur.
- World Tourism Organization (2016). *UNWTO annual report 2015*. Madrid: UNWTO.

Página deixada propositalmente em branco

Los Caballos del Vino: Tradición, Patrimonio y Turismo en Caravaca de la Cruz (Murcia, SE de España)

The Wine Horses: Tradition, Heritage and Tourism in Caravaca de la Cruz (Murcia, SE of Spain)

Javier Martí Talavera

Departamento de Geografía, Universidad de Murcia
javier.marti@um.es
ORCID: 0000-0002-1624-2843

Ramón García Marín

Departamento de Geografía, Universidad de Murcia
ramongm@um.es
ORCID: 0000-0003-3268-5182

Daniel Moreno Muñoz

Departamento de Geografía, Universidad de Murcia
daniel.moreno1@um.es
ORCID: 0000-0003-2264-263X

Víctor Ruíz Álvarez

Departamento de Geografía, Universidad de Murcia
victor.ruiz1@um.es
ORCID: 0000-0002-6630-4571

Resumen:

Gran parte de la riqueza patrimonial intangible en España deriva de los distintos tipos de festejos patronales que celebran los municipios y localidades, cargados de singularidad, historia y belleza. Los Caballos del Vino son un ejemplo de tantos, con más 250 años de antigüedad, y su origen reside en la realización de un rito que tenía como fin bendecir el vino en actos litúrgicos. Actualmente, es uno de los festejos más llamativos del país, en el cual unos caballos engalanados con enjaezamientos bordados a mano realizan una singular carrera cargada de emoción que atrae cada año a millares de personas de todo el mundo a esta localidad. Su candidatura para ser incluida en la Lista de Patrimonio Inmaterial de la Humanidad lo convierte en un referente cultural y turístico regional y nacional.

Palabras clave: Caballos del Vino; Patrimonio Inmaterial; Turismo; Caravaca de la Cruz.

Abstract:

Much of the intangible wealth of Spain derives from the different types of patron celebrations that are celebrated in their towns and localities, loaded with uniqueness, history and beauty. The Wine Horses are an example of so many, more 250 years old; its origin lies in the realization of a rite that was intended to bless wine in liturgical acts. Nowadays it is one of the most striking festivities in the country, where horses adorned with hand-embroidered harnesses perform a singular race full of emotion that attracts thousands of people from all over the world to this town every year. His candidacy to be included in the List of Intangible Heritage of Humanity become it in a regional and national cultural and tourist reference.

Keywords: Wine Horses; Intangible Heritage; Tourism; Caravaca de la Cruz.

Introducción

Las fiestas populares en España se han convertido en referentes culturales que atraen cada vez a un mayor número de visitantes, nacionales e internacionales, interesados en la riqueza, belleza y

singularidad de éstas. Actualmente existe una amplia variedad, por lo que los diferentes actores implicados en los festejos buscan distinciones de calidad que les permita generar un producto turístico competitivo y, por ende, un mayor prestigio y reconocimiento. En este contexto se sitúan los Caballos del

Vino (Caravaca de la Cruz, Murcia, España), candidata a Patrimonio Inmaterial de la UNESCO desde 2013, y que está englobada dentro de las celebraciones en honor a la Santísima y Vera Cruz, que se celebran cada año del 1 al 5 de mayo. En esta celebración los caballos visten engalanados con hermosos enjaezamientos bordados de forma artesanal con seda, oro y plata en los que se representan temáticas muy variadas con personas de la localidad como protagonistas. La máxima expresión es la carrera, realizada en el último tramo de la cuesta de acceso al Castillo, donde los caballos acompañados de cuatro mozos deben subir, sin soltarse de los ramales, la empinada rampa atestada de gente que se va abriendo a modo de cremallera humana.

Los trabajos académicos sobre la situación actual de los Caballos del Vino son muy reducidos por lo que se pretende establecer un precedente con el que se ayude a futuras publicaciones.

Área de estudio, materiales y metodología

Caravaca de la Cruz se ubica en el sureste de España, más concretamente en la Región de Murcia.

El municipio tiene una extensión de 859,51 Km² y una población de 25.591 habitantes (2016¹), siendo la ciudad más importante de la Comarca del Noroeste. Sus actividades económicas tradicionalmente han estado ligadas al sector primario, aunque en los últimos años se está viviendo un proceso de transformación para intentar convertir a la ciudad en un referente turístico nacional. Esto se ha debido a que cuenta con el privilegio de ser una de las cinco ciudades santas de la cristiandad, y de celebrar un año jubilar *in perpetuum*, cada 7 años, ligado a la figura de la Cruz de Caravaca (Figura 1).

Para la elaboración de este estudio se ha realizado en primer lugar una revisión bibliográfica y documental. La información recopilada en este proceso se ha utilizado para reconstruir la historia de los Caballos del Vino, así como conocer las últimas actividades y eventos destinados a promocionar la candidatura a Patrimonio de la Humanidad. La inexistencia de artículos académicos y de una base documental que muestre la realidad actual en la que se encuentra la festividad ha motivado la realización de entrevistas de tipo *ad hoc* a personas ligadas con el festejo. Además, se ha efectuado trabajo de cam-

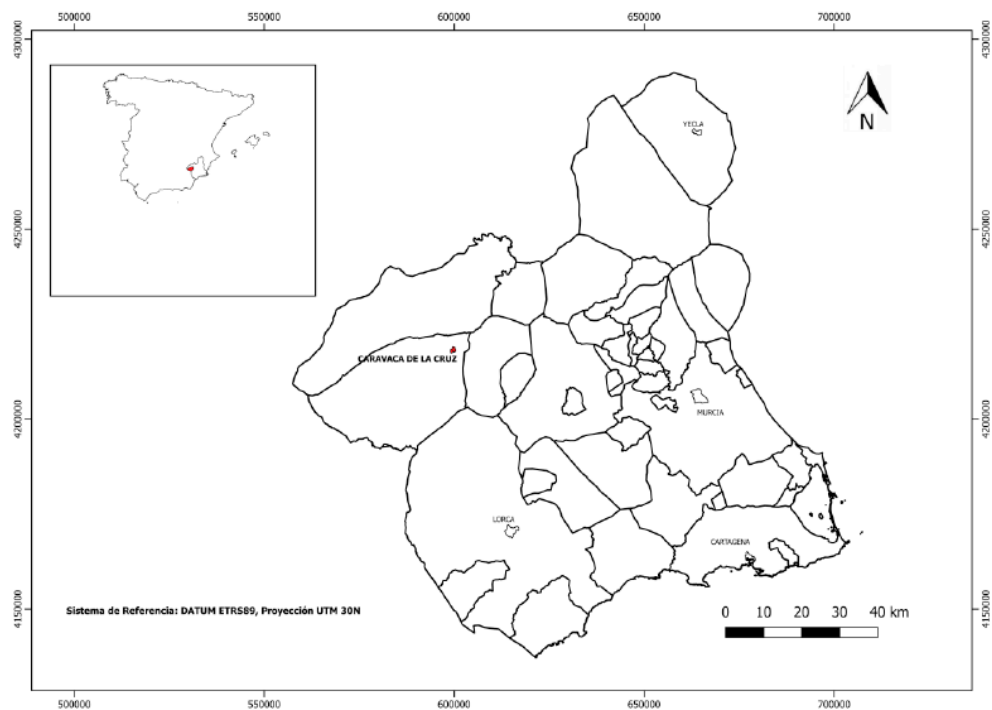


Figura 1
Localización de Caravaca de la Cruz.
Fuente: Víctor Ruiz Álvarez.

¹ Instituto Nacional de Estadística. INE. Cifras oficiales de población resultantes de la previsión del Padrón municipal a 1 de enero.

po para comprobar la atracción que ejercen los Caballos del Vino sobre los turistas que visitan Caravaca de la Cruz. El tipo de investigación, por tanto, tiene un carácter exploratorio y descriptivo.

Resultados

Singularidad: Patrimonio material e inmaterial

Marco teórico

El concepto *patrimonio cultural* ha ido variando en las últimas décadas, en gran parte debido a los diferentes instrumentos y directrices elaborados por la UNESCO. El patrimonio cultural no se limita únicamente a colecciones de objetos y monumentos (patrimonio tangible), sino que también incluye tradiciones o expresiones vivas heredadas de nuestros antepasados y transmitidas a nuestros descendientes, como tradiciones orales, rituales, actos festivos, conocimientos y prácticas relativos a la naturaleza y el universo, y saberes y técnicas vinculados a la artesanía (patrimonio cultural inmaterial) (Olivera, 2011).

La noción de patrimonio cultural inmaterial fue recibida de manera entusiasta por parte de los estados miembros de la UNESCO. Sin embargo, existen muy pocos análisis críticos sobre los diversos fenómenos sociales, económicos y políticos detrás de la patrimonialización de las prácticas culturales (Villaseñor y Zolla, 2012). En este punto entra en juego el papel realizado por la UNESCO y otras instancias dedicadas al tema cultural, que han permitido generar un reconocimiento internacional del patrimonio que no es monumental, que forma parte de los pueblos, de su creatividad e identidad cultural: el patrimonio intangible (Molano y Lucía, 2007).

La UNESCO es el único organismo especializado de las Naciones Unidas cuyo mandato trata específicamente de la cultura. Asimismo, ayuda a sus Estados Miembros a concebir y aplicar medidas para la salvaguardia efectiva de su patrimonio cultural. En lo referido al patrimonio intangible existen numerosas medidas y directrices, para su protección, difusión y viabilidad futura. Entre ellas, destaca la adopción de la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. A partir de la entrada en vigor de esta convención (2006) se abrió una nueva fase en la protección de este patrimonio.

A efectos de la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, se entiende por “patrimonio cultural inmaterial” los usos, repre-

sentaciones, expresiones, conocimientos y técnicas “junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que les son inherentes” que las comunidades reconozcan como parte integrante de su patrimonio. Este patrimonio, que se transmite de generación en generación, es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad que contribuye de esta manera a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana. Se tendrá en cuenta únicamente el patrimonio cultural inmaterial que sea compatible con los instrumentos internacionales de derechos humanos existentes y con los imperativos de respeto mutuo entre comunidades, grupos e individuos y de desarrollo sostenible.

Por otra parte, se entiende por “salvaguardia” las medidas encaminadas a garantizar la viabilidad del patrimonio cultural inmaterial, comprendidas la identificación, documentación, investigación, preservación, valorización, protección, promoción, transmisión y revitalización de este patrimonio en sus diferentes aspectos. En definitiva, el patrimonio cultural inmaterial es reconocido internacionalmente como elemento impulsor de la diversidad cultural, y su salvaguardia se ha convertido en una de las prioridades en el ámbito de la cooperación internacional. Pese a su fragilidad, este patrimonio es un importante factor de mantenimiento de la diversidad cultural frente a la creciente globalización.

En España la Ley que regula el patrimonio histórico del país² utiliza otro tipo de distinción para referirse al patrimonio inmaterial; en este caso, patrimonio etnográfico, y dicta que forma parte de éste aquellos bienes muebles e inmuebles y los conocimientos y actividades que son o han sido expresión relevante de la cultura tradicional del pueblo español en sus aspectos materiales, sociales o espirituales. La protección de estos bienes recae en la figura jurídica de “Bien de Interés Cultural”, que normalmente es aplicada por las propias Comunidades Autónomas, pues tienen competencia para ello. En la Región de Murcia la ley que regula el patrimonio cultural³ define a los bienes inmateriales como aquellas instituciones, actividades, prácticas, usos, representaciones, costumbres, conocimientos y técnicas, y otras manifestaciones que constituyan formas relevantes de expresión de la cultura de la Región de Murcia. Dentro de ese ámbito son numerosas las

² Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español BOE de 29 de junio de 1985.

³ Ley 4/2007, de 16 de marzo, de Patrimonio Cultural de la Comunidad Autónoma de la Región de Murcia. BORM

representaciones que están sometidas a protección, como la Fiesta de la Cuadrillas de Barranda (Caravaca de la Cruz), la tradición del bordado en Lorca, el trovo, y las Tamboradas de Moratalla y Mula, que por otro lado, también son candidatas a ser inscritas en la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad.

Las representaciones festivas, tanto religiosas como profanas, son uno de los ejemplos más conocidos de patrimonio cultural inmaterial, debido principalmente a su singularidad y arraigo dentro de las comunidades. En España podemos poner el ejemplo de los elementos que ya han sido inscritos: como el Patum de Berga, la Fiesta de la Mare de Déu de la Salut de Alghemesí, la Fiesta de los Patios de Córdoba y las Fallas de Valencia, aunque la lista sería inabarcable si se mencionaran todas las fiestas del país que entrarían dentro de los requisitos exigidos para ser inscritos.

A nivel mundial, existen también numerosas fiestas y manifestaciones culturales que están incluidas en la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad. Dentro de esta lista se encuentran numerosas manifestaciones religiosas, como la fiesta de la Candelaria de Puno en Perú; carnavales como los Busós de Mohács en Hungría o la aparición de máscaras y marionetas de Markala en Malí; o danzas y rituales como el Año Nuevo de los Qiang en China. Estas festividades se constituyen como importantes atractivos turísticos y elementos dinamizadores de sus territorios. Un ejemplo claro lo encontramos en el Cirio de Nazaré celebrado en la ciudad brasileña de Belém, que cada año atrae a más de dos millones de turistas. Este festejo de carácter religioso ha permitido el impulso de oportunidades para el desarrollo local, que han favorecido numerosas transformaciones sociales y económicas en la ciudad, y que van en beneficio de las poblaciones locales (Pinho y Garofalo, 2016).

Por último, cabe mencionar que tanto en España como en otros países existen numerosas fiestas cuyo elemento principal son los caballos. En España pueden destacarse la fiesta de San Juan en Ciudadela (Islas Baleares) y la Rapa das Bestas en A Estrada (Galicia). En otros territorios, destaca, entre otras fiestas, el Palio de Siena (Italia), tradición que atrae a miles de turistas y se remonta al S. XI. Al igual que los Caballos del Vino, esta festividad ha iniciado los trámites para poder ser incluida en la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad. Existen otras celebraciones en torno a los caballos como el Pasola Festival en Indonesia o el Soma-Nomaoui en Japón.

Patrimonio en los Caballos del Vino

Los Caballos del Vino nacen en el mundo agrario, como una de las tantas expresiones derivadas de la realización de un rito que tiene como fin bendecir y proteger a la base económica de muchas familias, como era el campo y sus viñedos. Prueba de ello es la vestimenta caballista de la actualidad, que responde a la típica indumentaria de la huerta, o el propio enjaezamiento que ha evolucionado a partir de los atavíos tradicionales usados para los caballos en las labores de campo. Aunque nació en el seno de una institución, su evolución quiso que fuera heredado por el pueblo, primero bajo el amparo de varias familias, cuya pasión, valores y saberes era transmitida de generación en generación, manteniéndose aún en la actualidad, y posteriormente por todos los caravaqueños (gentilicio de la población local). Sin embargo, esta fiesta en su sentido más cercano sigue desarrollándose en familia, ya no de sangre, sino de amistad. La realización del enjaezamiento, el cuidado y entreno del caballo y toda la preparación para el festejo queda dentro de un círculo muy próximo donde los caballistas más veteranos y los componentes más asiduos se reúnen cada noche en vísperas de la gran fiesta. Se trata, por tanto, de un patrimonio muy intrínseco conocido por muy pocos, pero disfrutado por todos.

En lo que confiere al patrimonio material de esta fiesta, es necesario destacar el gran valor que tienen tanto los caballos, como los enjaezamientos realizados. En el primer caso se trata del protagonista del festejo, que es cuidado como el bien más preciado, mientras que los enjaezamientos es el trabajo de todo un año contenido en unos bordados realizados por manos artesanas y que bien podrían ser catalogados como obras de arte debido a la calidad de algunos de ellos. Este patrimonio (los bordados) acaba en manos de los mismos componentes de las peñas, para el disfrute y orgullo de tener un trozo del enjaezamiento de su caballo. No obstante, en la actualidad una muestra de estos bordados es expuesta en un museo para que turistas y visitantes puedan apreciar y gozar también de este recurso (Figura 2).

Recientemente ha sido instaurada en los colegios de la localidad una asignatura, impartida con docencia una hora al mes, centrada en la cultura de la fiesta, donde los alumnos aprenden conocimientos sobre el conjunto de los festejos patronales en general. En resumen, el festejo de los Caballos del Vino reúne todas las premisas establecidas en la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, para optar a ser declarado Patrimonio

Cultural Inmaterial de la Humanidad. La consecución de esta distinción honorífica sería un magnífico impulso para su protección, difusión y viabilidad futura.



Figura 2
Detalle de un enjaezamiento.
Fuente: Bando de los Caballos del Vino.

Festividad y rituales

La leyenda

El origen del festejo de los Caballos del Vino está ligado a numerosas leyendas de naturaleza popular, siendo la más extendida la que se describe a continuación. En 1250, el castillo de Caravaca se encontraba sitiado por tropas musulmanas y los aljibes de la fortaleza estaban infestados, propagándose las enfermedades dentro del recinto amurallado. Cuatro caballeros templarios consiguieron romper el cerco musulmán acompañados de un caballo y tras la imposibilidad de encontrar agua llenan unos pellejos con vino y lo transportan a lomos del corcel. Tras volver a romper el sitio, regresaron a la fortaleza y bañaron la Santísima y Vera Cruz en el vino. Posteriormente, éste fue ingerido por los enfermos que sanaron con rapidez (Figura 3).

Esta leyenda, que goza de gran popularidad y es creída por muchos como el verdadero origen de los Caballos del Vino, no deja de ser uno de los tantos relatos propios de la Edad Media, cargados de épica y carentes de un rigor histórico, que intentan dar sentido a la realización de la celebración (Sánchez, 2014).

Breve Historia de los Caballos del Vino

La génesis de los Caballos del Vino está unida al ritual de la Bendición del Vino, también conocido como Baño del Vino, cuyas primeras noticias sobre



Figura 3
Santuario de la Santísima y Vera Cruz de Caravaca.
Fuente: Javier Martí Talavera.

su realización se encuentran en las décadas iniciales del siglo XVIII (Sánchez, 2014).

Este rito fue evolucionando, siendo probablemente a finales del siglo XVIII y principios del siglo XIX cuando aparece la bandeja de purificadores, antecedente histórico de la bandeja de flores (Fernández, 2009), y ésta a su vez de la Bendición de las Flores, que hoy forma parte de la ceremonia del Baño del Vino, en la cual se bendicen con vino, las flores ofrendadas por el pueblo a la Santísima y Vera Cruz el día anterior. Si bien, este pudo empezar a realizarse a mediados del siglo XVII (Sánchez, 2014) inspirado en el rito del Baño de la Cruz, germen de las actuales fiestas en honor a la patrona de la localidad, y que tiene su origen a finales del siglo XIV (Fernández, 2006), en el que la reliquia es introducida en el agua que riega para bendecir y proteger los campos y huertas de la localidad.

Los caballos eran el medio de transporte utilizado para llevar la carga de vino al castillo. La dificultad de acceso a la fortaleza debido a la fuerte pendiente y el estado de la calzada hacía imposible la utilización de carruajes y el uso del caballo era la mejor opción (Sánchez, 2014). Para conducir al caballo dos mozos se colocaban en la parte delantera agarrados de un ramal, mientras que otros dos mozos se ubicaban en la parte trasera para empujar y azuzar al corcel, adoptando una posición que es la que se mantiene actualmente (Figura 4), siendo una de las peculiaridades del festejo (Ballester, 1991). Cabe reseñar también, por otro lado, la importancia que tuvo en los comienzos y desarrollo del festejo la encomienda de la Orden de Santiago. Esta institución era la encargada de suministrar tanto el vino, como los caballos y sus atavíos.

Las primeras referencias documentales acerca del procedimiento anteriormente comentado datan

de los años 1765 y 1767, donde se alude, por una parte, al pago realizado a los mozos que subieron al castillo con el caballo transportando los odres (cueros o pellejos que contenían el vino), y, por otro, al desembolso efectuado para adornar al corcel.



Figura 4
La Carrera.

Fuente: Bando de los Caballos del Vino.

También se localizan alusiones a la vestimenta del caballo, donde ya aparecen los primeros términos de bandera y manto. No obstante, hay que esperar hasta el año 1804 para encontrar la expresión que daría nombre a la festividad como Caballos del Vino (Fernández, 2006).

Con el paso de los años se irían sumando más caballos al festejo, inicialmente de otras instituciones, como la Mayordomía de Caravaca y la Comisión de Festejos y, posteriormente, de particulares aportando una mayor rivalidad. A finales del siglo XIX se produce una pequeña revolución dentro de esta festividad motivada por la filoxera, que arrasaría prácticamente la totalidad de los viñedos de la villa. Los caballos dejaron de transportar el vino, aunque continuaron participando en el festejo engalanados con los mejores atuendos, representando su original fin. La emulación y competición entre los distintos clanes familiares, procedentes prácticamente en su totalidad del mismo barrio, fue sin duda lo que mantuvo viva la festividad, y en especial la carrera. Esa barriada humilde y eminentemente agrícola, conocida popularmente como barrio del Hoyo, ha sido transcendental en la historia del festejo, pues ha sido la cuna de caballistas y posteriormente peñas. Actualmente sigue siendo el punto neurálgico del concurso de *Caballo a Pelo* que posteriormente será analizado.

En 1921 se desarrolla el primer concurso dentro del ámbito de los Caballos del Vino. Promovido por la Comisión de Festejos se realizó una competición que tenía como fin evaluar y premiar a los caballos mejor enjaezados. Nace así el *concurso de*

Enjaezamiento (Fernández, 2016). En aquel momento, muchas de las piezas empleadas formaban parte ya de por sí del atavío puesto a un caballo para las labores de campo. Sin embargo, las partes más vistosas del enjaezamiento, como las colchas y los mantones, eran prestadas por vecinos y amigos, ya que no todo el mundo tenía los recursos necesarios para tener acceso a ellas.

En la década de 1940 aparecen por primera vez los mantos pintados, que convivieron junto con los tradicionales, y se produjo una pequeña revolución en la carrera, pues se empezó a implantar un sistema de premios, así como el cronometraje de ésta (Ballester, 1991). En el siguiente decenio se establecería la actual vestimenta caballista, utilizada solo, en aquel momento, por los corredores, y habría una nueva innovación en el atuendo del caballo al incluir como novedad un enjaezamiento con todas sus piezas bordadas, implantándose de esta manera el primer Caballo del Vino moderno.

Los años 70 de la pasada centuria marcan la consolidación del actual festejo. Se constituyeron las primeras peñas, aumentando la calidad del enjaezamiento, ya que se contaba con un mayor presupuesto económico, pero en detrimento desaparecieron los caballos tradicionales. Se introdujo la exhibición de los mantos el día anterior a la carrera, la incorporación de charangas a los pasacalles, y se crean los primeros refugios (locales comerciales donde las peñas establecían su sede). Además, en 1978 se produjo uno de los principales logros en la historia reciente del festejo al constituirse el Bando de los Caballos del Vino, como un órgano administrativo independiente al igual que ya lo eran los Bandos Moro y Cristiano, ya que anteriormente era una subcomisión de la propia Comisión de Festejos. En 1980 se creó el concurso de *Caballo a Pelo*, celebrado en la Plaza del Hoyo.

Actualidad del Festejo. Concursos

Actualmente son 60 peñas las que participan en el festejo de los Caballos del Vino. Éstas intervienen en tres competiciones, celebrándose la primera en la tarde del día 1 de mayo con el concurso de *Caballo a Pelo* en el que se premia la belleza, la morfología y la nobleza del animal. Las peñas presentan su caballo al pueblo para posteriormente realizarse una votación con un jurado popular compuesto por las mismas peñas. Esa misma noche se exponen los enjaezamientos, fruto del trabajo de todo un año, que serán evaluados al día siguiente una vez esté colocado sobre el caballo. Las peñas

están obligadas a realizar uno nuevo cada año, sin embargo, no todas tienen la posibilidad de confeccionar un manto de primer nivel y para que puedan competir en las mismas condiciones pugnan en distintos bloques. Hay cuatro bloques compuestos por quince peñas cada uno, los dos primeros puestos otorgan el ascenso de categoría, mientras que los dos últimos suponen un descenso de división. La carrera es la competición que más expectación acarrea debido a la continua bajada de los tiempos. Caballo y caballistas corren los ochenta metros de la Cuesta del Castillo a toda velocidad, siendo el récord actual de 7,713 segundos, cronometrados a partir de un sistema de máxima precisión. Para que una carrera sea válida es necesario que los cuatro caballistas suban agarrados al caballo, si alguno cae o se suelta la carrera no tendrá vigencia.

Más allá de los premios que se le pueden otorgar a cada peña en cualquiera de los tres concursos, lo que verdaderamente llena de satisfacción a sus componentes es el orgullo de tener el mejor caballo, de realizar la carrera más rápida y de haber elaborado el mejor enjaezamiento.

Patrimonio Inmaterial de la Humanidad?

La candidatura

La candidatura de los Caballos del Vino para formar parte de la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad dio sus primeros pasos en 2010. El 23 de diciembre se aprobó en sesión plenaria una moción conjunta de todos los grupos parlamentarios del Ayuntamiento de Caravaca de la Cruz para iniciar los trámites necesarios para su consecución.

El inicio del proceso comenzó con la presentación por parte de la Comunidad Autónoma de la Región de Murcia de un primer borrador con la propuesta de candidatura ante el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Tras varios procesos internos, que tienen como fin la corrección y la aportación de nuevos elementos que hagan más atractiva la propuesta, se llevó a cabo el siguiente paso, realizado el 21 de octubre de 2011, cuando el Consejo de Patrimonio Histórico, órgano cuya finalidad “es facilitar la comunicación y el intercambio de programas de actuación e información relativos al Patrimonio Cultural Español”⁴, dio luz verde para seguir con el proyecto. De forma paralela a este procedimiento, el gobierno regional iniciaría los trámites para de-

clarar el festejo de los Caballos del Vino como Bien de Interés Cultural con carácter etnográfico, culminándose el 4 de noviembre del 2011 con el nombramiento⁵. Una vez recibido el expediente completo, el Consejo de Patrimonio Histórico seleccionó, el 9 de marzo del 2013, a este festejo como candidato para ser incluido dentro de la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad, junto con la candidatura de las Fallas de Valencia⁶.

Ambos festejos debían de ser evaluados en la 8ª Sesión del Comité Intergubernamental de Salvaguardia del Patrimonio Inmaterial, celebrada del 2 al 8 de diciembre del 2013 en Bakú (Azerbaiyan). No obstante, debido a un cambio en la normativa, las candidaturas no pudieron ser valoradas, puesto que solo se permitía una propuesta por país y año. La candidatura de las Fallas de Valencia sería finalmente inscrita en Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad en la sesión celebrada en Addis Abeba (Etiopia), en 2016, ya que tenían prioridad con respecto a los Caballos del Vino.

En la actualidad, la candidatura de los Caballos del Vino se encuentra en la lista de expedientes no resueltos⁷ y no podrá ser evaluada al menos hasta 2020, ya que la próxima propuesta a evaluar serán las Tamborradas⁸ y solo se permite una candidatura cada dos años por país.

Apoyos

Se pueden distinguir dos fases de apoyos una vez iniciados los trámites para la consecución de tal declaración. La primera fase fue menos intensa y tuvo lugar hasta 2014. La segunda fase se inició en 2016, y supuso un nuevo impulso a la candidatura desde un punto de vista institucional y por parte de numerosos organismos públicos y empresas privadas.

La primera muestra de apoyo institucional a la candidatura se produce el día 19 de octubre del 2011, cuando la Asamblea Regional de Murcia aprobó una moción para instar al Gobierno de la Nación a la realización de las gestiones e iniciativas oportunas para la declaración del festejo de los Caballos del Vino como Patrimonio Inmaterial de la Humanidad⁹. A finales de abril de 2012, la Organización Nacional

⁵ Decreto nº 295/2011, de 4 de noviembre, por el que se declara bien de interés cultural inmaterial “Los Caballos del Vino de Caravaca de la Cruz”. BORM.

⁶ Nota de prensa. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. 9 de marzo de 2012.

⁷ Backlog files. UNESCO.

⁸ Files 2018 under process. UNESCO.

⁹ Moción sobre declaración de la Fiesta de los Caballos del Vino, de Caravaca de la Cruz, como Patrimonio Inmaterial de la Humanidad. Sesión nº8 de 19 de octubre de 2011. VIII Legislatura. Asamblea Regional Murcia.

⁴ Consejo de Patrimonio Histórico. Funciones.

de Ciegos Españoles, más conocida como ONCE, presentó el cupón dedicado a los Caballos del Vino correspondiente al sorteo que se realizó el 2 de mayo de ese mismo año. Un año después, y recién confirmado que el festejo optaría definitivamente a su inclusión en la lista, los Caballos del Vino vuelven a ser protagonistas de otro cupón, en este caso de Lotería Nacional, para el sorteo realizado en Caravaca de la Cruz el 20 de abril de 2013, en el marco de los conocidos como “Sorteos Viajeros”, promovidos por Loterías y Apuestas del Estado. Dos meses después, la Comisión de Cultura del Congreso de los Diputados aprueba por unanimidad las dos propuestas presentadas por los diputados Teodoro García y María González Veracruz, en las cuales se instaba al congreso a apoyar y defender en las instancias internacionales oportunas la propuesta¹⁰. El 27 de abril de 2014 se presenta un cartel conmemorativo para apoyar a la candidatura, realizado por el conocido diseñador Mikel Urmeneta, en el que se muestra la carrera de los Caballos del Vino desde un punto de vista cenital.

La segunda oleada de apoyos empezaría en el mes de abril de 2016, con la edición nuevamente de un décimo de Lotería Nacional dedicado a la candidatura de los Caballos del Vino y con la aprobación de una moción en el ayuntamiento que tenía como objetivo la realización de todas las actividades y acciones de promoción necesarias destinadas a tal fin, así como instar a la Comunidad Autónoma a que mantenga el apoyo y lo incremente. En el mes de agosto una delegación caravaqueña se desplazaría a la localidad alicantina de Elche durante la celebración del Misterio de Elche, en una acción destinada principalmente al asesoramiento y la búsqueda de apoyos de un festejo que ya es Patrimonio Inmaterial de la Humanidad desde el año 2008, estrategia que se repetiría cuatro semanas después con la visita a Algemés (Valencia) durante la celebración de la Fiesta de la Mare de Déu de la Salut.

El 17 de noviembre de 2016, la Asamblea Regional de Murcia aprobaría por unanimidad la moción presentada para impulsar el expediente de declaración de los Caballos del Vino, al igual que la enmienda destinada a declarar el próximo día 2 de mayo de 2017 como festivo a nivel regional, aprovechando la celebración del Año Jubilar en la ciudad¹¹. El 5 diciembre, el pleno del Ayuntamiento de

Caravaca de la Cruz volvería a apoyar de forma unánime una moción en la que se instaba al relanzamiento de la candidatura. Por último, es necesario destacar que el Bando de los Caballos del Vino ha establecido una hoja de ruta que tiene como finalidad seguir promocionando la candidatura, y para ello se están basando en las pautas seguidas por otros festejos españoles que ya tienen el privilegio de formar parte de la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad.

Atracción turística e incidencia territorial

Las fiestas en honor a la Santísima y Vera Cruz de Caravaca se han caracterizado por ser una de las celebraciones más populares, y a la vez concurridas, de la Región de Murcia, debido a la belleza, singularidad, originalidad y pasión que las envuelve. Los Caballos del Vino son uno de los muchos elementos atractivos que forman parte de estos festejos. No obstante, existen otros actos significativos: i) Ritual del Baño de la Cruz, realizado desde hace setecientos años con la finalidad de bendecir las aguas que riegan las huertas y campos de Caravaca y obtener buenas cosechas, siendo el origen de los festejos patronales; ii) Misa de Aparición, donde se representa la leyenda de la aparición de la Santísima y Vera Cruz de Caravaca; iii) Desfiles de Moros y Cristianos, típicos del Levante español, siendo los de Caravaca de la Cruz los más antiguos de la región; iv) Certamen de Migas del Sureste, popularmente conocido como *Noche de las Migas*, concurso gastronómico de migas (preparación culinaria a base de harina de trigo habitual de las gentes que se dedicaban a la trashumancia española), y que también ha sido un festejo importado por otras localidades cercanas como Nerpio, Cehegin, Archena y Bullas; y v) la Cruz de Impedidos, donde la cruz es llevada a las casas de personas que por motivos de salud no pueden acudir a adorarla. Por tanto, no solo se debe atribuir exclusivamente esa fuerza atrayente a los Caballos del Vino, sino al conjunto de actos y festejos que engloban a las fiestas patronales (Andrés y Espejo, 2006).

En 1970, el Ministerio de Información y Turismo declaró las fiestas patronales de Caravaca de la Cruz como “Fiesta de Interés Turístico”, un título que es el germen del actual sistema de denominaciones honoríficas que se divide en “Fiestas de Interés Turístico Internacional”, “Fiestas de Interés Turístico Nacional” y “Fiestas de Interés Turístico Regional”¹².

¹⁰ Comisión de Cultura. Sesión nº13. 12 de junio de 2013. Congreso de los Diputados.

¹¹ Moción sobre solicitud al Gobierno de España de impulso de la declaración de los Caballos del Vino

¹² BOE nº37, de 12 de febrero de 1979. Orden de 29 de enero de 1979 por la que se regula la normativa para la concesión de título honorífico de “Fiesta de Interés Turístico”.

Esta distinción supuso la atracción de un mayor número de visitantes, principalmente regionales y de provincias limítrofes, puesto que el festejo aún no era muy conocido fuera de ese ámbito. Poco a poco se iba difundiendo y promocionando el enorme potencial turístico que tenían las celebraciones patronales en distintas ferias, como FITUR, donde una muestra de un Caballo del Vino suele ser la mejor manera para exponer los festejos y cautivar a futuros visitantes.

En los años 90 se comienza a afianzar el turismo nacional dentro del festejo, debido en gran parte a la popularidad adquirida, por ejemplo, con una muestra de un Caballo del Vino exhibida en la Exposición Universal de Sevilla en el año 1992, y con las primeras apariciones en los medios de comunicación. De cara al nuevo milenio empezaron a llegar los primeros turistas extranjeros, procedentes principalmente del Reino Unido, para disfrutar de las fiestas patronales y más concretamente de la mañana del día 2 de mayo, ya que es el único día donde convergen los Caballos del Vino y los desfiles de Moros y Cristianos. El 4 de noviembre de 2004 la Secretaría General de Turismo declaró a los festejos patronales como “Fiesta de Interés Turístico Internacional”¹³, siendo la primera celebración con este título en la Región de Murcia, confirmando el carácter de masas que estaba adquiriendo poco a poco el festejo.

Situación actual

Los Caballos del Vino congregan en la actualidad a decenas de miles de personas, convirtiéndose en uno de los festejos más multitudinarios y conocidos del sureste español. Esto conlleva un enorme impacto económico en el sector de la hostelería y derivados, no solo en el marco municipal, sino también en el comarcal, visible, por ejemplo, en la ocupación hotelera que se incrementa considerablemente en las vísperas del festejo, especialmente en localidades próximas, donde se llega al cien por cien de ocupación. Tal es la transcendencia económica que supone casi una cuarta parte de la facturación total de un año para muchos comercios, bares y restaurantes. Además, como ocurre en otras localidades con fiestas de carácter nacional e internacional, se generan puestos de trabajo temporales, repercutiendo socioeconómicamente entre la población,

especialmente entre los más jóvenes (Moreno y Lagar, 2016).

Por otro lado, la cobertura por parte de los medios de comunicación es muy destacada; las principales cadenas de televisión dedican un espacio en los informativos para hablar sobre la festividad, realizan conexiones especiales, y en algunos casos retransmiten la carrera en directo. Las emisoras de radios realizan sus programas desde la ciudad y los periódicos publican artículos y realizan ediciones especiales sobre los Caballos del Vino. En los últimos años han aumentado el número de medios de comunicación extranjeros que cubren el festejo. A esto hay que sumarle la transcendencia que tienen en internet a través de páginas webs y redes sociales, siendo una de las principales tendencias cada día 2 de mayo a nivel mundial.

Casa Museo de los Caballos del Vino

En noviembre de 2014 abrió sus puertas la Casa Museo de los Caballos del Vino, cumpliendo así la demanda de muchos caravaqueños y turistas que pedían la creación de una exposición permanente donde se mostrase y explicase el festejo, ya que una sala inicialmente destinada para ello en el Museo de la Fiesta era insuficiente para tratar las dimensiones de esta celebración. Situado en pleno casco antiguo de la localidad, en una casa señorial del siglo XVIII rehabilitada, se ha convertido en el museo más visitado del municipio superando las 15.000 visitas en el 2016. La exposición consta de ocho salas en las que se puede conocer la historia de la festividad, así como apreciar un gran número de enjaezamientos y su evolución, desde una colcha utilizada en 1930 a modo de manto, hasta los realizados el último año. Además, se puede contemplar y experimentar las sensaciones que tiene un caballista en la mañana del día 2 de mayo a través de un audiovisual. Hay hueco para los caballistas más jóvenes, con un espacio destinado a los ponys, cantera de futuros caballistas, y destaca una exposición denominada “Equus Orbis”, donde se puede contemplar una gran muestra de festejos, tanto nacionales como internacionales, que giran en torno a la figura del caballo. De cara al futuro, el museo se quiere completar con la creación de un taller de bordado donde se muestre la realización del enjaezamiento y su arduo trabajo.

Conclusiones

Los Caballos del Vino son un claro ejemplo de patrimonio cultural inmaterial. Han evolucionado

¹³ BOE nº285, de 26 de noviembre de 2004. Resolución de 4 de noviembre de 2004, de la Secretaría General de Turismo, por la que se concede el título de «Fiesta de Interés Turístico Internacional» las fiestas en honor a la Santísima y Vera Cruz de Caravaca de la Cruz.

desde su participación en un rito litúrgico hasta transformarse en la actualidad en un producto turístico, debido principalmente a la candidatura para formar parte de la Lista de Patrimonio Inmaterial de la Humanidad y a la actual puesta en valor del festejo, más allá del propio ámbito festivo. La reciente apertura del Museo de los Caballos del Vino, donde se exponen bienes materiales como los enjameamientos, ha favorecido la difusión de un recurso identitario y patrimonial durante todo el año para visitantes y turistas.

Las repercusiones económicas, no sólo de esta festividad sino del conjunto de las fiestas patronales en general, son notables en Caravaca de la Cruz, generando rentas apreciables en la hostelería y comercios. Por último, cabe destacar el trabajo de las instituciones locales y regionales, con el objetivo de impulsar la festividad mediante la obtención de una figura de protección de carácter mundial. Esto la dotaría de un distintivo de calidad inequívoco, adquiriendo un mejor posicionamiento en los mercados turísticos, tanto nacionales como internacionales.

Bibliografía

- Andrés, J. L. & Espejo, C. (2006). Interacción mito religioso/ producto turístico en la imagen de la ciudad: Caravaca de la Cruz (Murcia). *Cuadernos de Turismo*, 1 (18), 7-61.
- Ballester, P. (1991). *Los Caballos del Vino*, Caravaca de la Cruz: Bando de los Caballos del Vino.
- Fernández, F. (2006). *Fiestas y celebraciones de la Vera Cruz de Caravaca*, Caravaca de la Cruz: Real e Ilustre Cofradía de la Santísima y Vera Cruz de Caravaca.
- Fernández, F. (2009). *Festividades y culto de la Stma. y Vera Cruz de Caravaca*, Caravaca de la Cruz: Excmo. Ayuntamiento de Caravaca de la Cruz y Real e Ilustre Cofradía de la Santísima y Vera Cruz de Caravaca.
- Fernández, F. (2016). *Las fiestas de la Cruz de Caravaca en la prensa antigua*, Caravaca de la Cruz: Excmo. Ayuntamiento de Caravaca de la Cruz.
- Molano, L. & Lucía, O. (2007). Identidad cultural: un concepto que evoluciona. *Revista Opera* (7).
- Moreno, D. & Lagar, D. (2016). Turismo y comercio en la dinámica de la ciudad de Lorca. En R. García Marín (Ed.), *Lorca: Ciudad histórica del Mediterráneo* (pp. 239-264). Murcia: Fundación Séneca: Agencia de Ciencia y Tecnología de la Región de Murcia.
- Olivera, A. (2011). Patrimonio inmaterial, recurso turístico y espíritu de los territoriales. *Cuadernos de Turismo*, 1(27), 663-678.
- Pinho, T.F. & Garofalo, G.D.L. (2016). The "Candle of Nazareth": feast devotion and tourism in Para (Brazil). *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 4(2), 7.
- Sánchez, G. (2014). *Pasión por Caravaca*, Caravaca de la Cruz, España: Excmo. Ayuntamiento de Caravaca de la Cruz.
- Villaseñor, I. & Zolla, E. (2012). Del patrimonio cultural inmaterial o la patrimonialización de la cultura. *Cultura y representaciones sociales*, 6(12), 75-201.

Património cultural e investimento público na Região Centro de Portugal. Estudo de caso dos monumentos património da humanidade

Cultural heritage and public investment in the Central Region of Portugal. Case study of world heritage monuments.

Rui Martins

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
ruim66@gmail.com
ORCID: 0000-0003-0680-4432

Margarida Franca

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
margfranca@gmail.com
ORCID: 0000-0002-3892-6170

Resumo:

No âmbito dos períodos de programação comunitários, no contexto da região Centro de Portugal, destacamos as iniciativas apoiadas por fundos comunitários, entre 1994 e 1999, que procuraram responder às preocupações europeias de coesão territorial, em particular de valorização do património cultural e turístico existente na região.

No passado recente, no contexto Quadro Comunitário de Apoio designado de MaisCentro (2007-2013) identificamos, inclusivamente, o apoio a programas de ação vocacionados para a promoção e valorização do património classificados pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Estes programas incluíram projetos, materiais e imateriais, de dinamização da rede de Mosteiros Património da Humanidade de Portugal, onde se inclui o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, o Convento de Cristo de Tomar.

Na atualidade, no âmbito do período de programação comunitária 2014-2020, encontram-se também previstos apoios financeiros para os investimentos em património cultural que visem promover a respetiva conservação e valorização, enquanto instrumento de sustentabilidade dos territórios e da sua valorização turística. Como prioridades no Programa Operacional Regional do Centro designado de Centro 2020, foram definidas como estratégicas a valorização turística de Monumentos Nacionais, incluindo os que se encontram na lista do Património Mundial (UNESCO) e o contributo para a dinamização económica local, através da criação de emprego, de riqueza e da programação cultural em rede. As entidades beneficiárias aos fundos comunitários neste âmbito são os municípios, as Comunidades Intermunicipais, a Direção-Geral do Património Cultural, a Direção Regional de Cultura do Centro, entre entidades promotoras.

A presente comunicação procura identificar, na região Centro de Portugal, os investimentos já realizados, os projetos a realizar e a sua relação com a atratividade da região, a dinamização económica e turística, a diminuição das assimetrias, o reforço da coesão territorial, bem como a salvaguarda e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico (incluindo aquele que já é Património Reconhecido pela UNESCO) e identitário.

Palavras-chave: Recursos do Território; Região Centro; Património Cultural; Política Pública.

Abstract:

In the scope of the European Community programming periods, in the context of the central region of Portugal, we can highlight the initiatives supported by Community funds between 1994 and 1999, which sought to respond to the European concerns of territorial cohesion, in particular the valorisation of the cultural and tourist heritage of the region.

In the recent past, in the context of the Community Support Framework designated MaisCentro (2007-2013), we have also identified support for action programs for the promotion and enhancement of heritage classified by UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). These programs included material and immaterial projects, to revitalize the Portuguese monasteries classified as UNESCO World Heritage,

including the Monastery of Santa Maria de Alcobaça, the Monastery of Santa Maria da Vitoria da Batalha and the Convent of Christ of Tomar.

Currently, in the framework of the 2014-2020 Community programming period, financial support is also provided for investments in cultural heritage aimed at promoting the conservation and enhancement of the cultural heritage as an instrument for the sustainability of the territories and their tourist value. In the aim of “Centre Regional Operational Program”, designated as Centro 2020, the valorisation of National Monuments inscribed in the World Heritage List (UNESCO) and National Monuments were defined as strategic priorities, with their contribution to the local economic dynamism through the creation of employment, wealth and cultural programming network.

The beneficiaries of Community funds in this area are the municipalities, the Intermunicipal Communities, the General Directorate of Cultural Heritage, the Regional Directorate of Culture of the Centre, among promoters.

This Communication seeks to identify, in the Central region of Portugal, the investments already made and the projects to be carried out and their relationship with the attractiveness of the region, the economic and tourist dynamism, the reduction of asymmetries and the strengthening of territorial cohesion, as well as the protection and promotion of historical and cultural heritage with a high touristic relevance (including those that are already UNESCO World) and identity.

Keywords: Territory Resources; Central Region; Cultural heritage; Public policy.

1. Introdução

A cultura tem vindo a assumir, desde 2000, uma importância crescente na definição e implementação de políticas públicas em Portugal e no restante espaço europeu. O investimento em projetos na cultura e no património cultural e turístico tem sido apontado como solução para o desenvolvimento e a coesão territorial. O investimento está ainda associado a um reforço da identidade local e à valorização das marcas e dos territórios.

O impacto dos projetos da cultura em termos económicos e da sociedade é aceite, mas a sua análise permanece complexa, dada a multiplicidade dos factores envolvidos. Alguns autores (e.g. Sacco, 2011) tem procurado definir modelos sobre a ligação entre a cultura e a economia. Em contexto de retração da economia, o setor da cultura tem registado resiliência e, em algumas atividades, demonstrado mesmo a sua vitalidade.

Paralelamente, alguns setores da cultura destacam-se, como as denominadas indústrias culturais e criativas (ICC), e apresentam algum dinamismo em termos da criação de emprego e de riqueza, mas também se regista o surgimento de uma nova classe de empreendedores, mais qualificada e com a incorporação crescente de inovação em diversos conteúdos e nos produtos turísticos e culturais. O setor cultural e criativo pode desempenhar um papel de grande relevância na internacionalização da economia portuguesa (Augusto Mateus e Associados, 2014). Em simultâneo, o perfil da procura por produtos culturais tem sofrido alteração, associada a uma nova atitude dos consumidores na busca por novas experiências (“bússola de experiências”, Lorentzen *et al.*, 2007) e na avaliação da cultura.

O Património Mundial da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), tem vivenciado todas estas dinâmicas resultantes da evolução económica e das políticas públicas. O financiamento e a sua gestão é assegurado por um conjunto de entidades públicas (centrais, regionais e locais) mas também privadas.

A análise da evolução da política pública e dos investimentos apoiados na cultura constituem o objetivo principal desta comunicação. A coerência dos investimentos é também abordada, assim como o seu contributo para o desenvolvimento urbano e regional e para a coesão do território. Neste artigo, foi considerado o património mundial UNESCO relativo à configuração da região Centro, com 100 municípios¹. A análise dos investimentos respeitou esta configuração territorial, ainda que no momento da vigência pudesse estar repartido por outras regiões ou a classificação ainda não tivesse ocorrido.

2. Enquadramento: conceptualização, política e caracterização do setor da cultura

O papel e o potencial da cultura tem sido destacado para acrescentar valor económico e social, embora nem sempre visível no discurso e na política pública.

Pier Luigi Sacco (2011) estabelece um modelo sobre esta ligação entre a cultura e a economia. Sacco, considera três fases nessa ligação: Cultura 1.0,

¹ Em termos administrativos, a Região Centro é composta por 100 municípios. Os municípios encontram-se organizados em oito Comunidades Intermunicipais (CIM), de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as quais constituem o nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), aprovada pela Comissão Europeia (Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto).

Cultura 2.0 e Cultura 3.0. A Cultura 1.0 está associada ao mecenato e a uma economia pré-industrial, em que não é considerado um setor económico, não estando acessível à maioria das audiências. A Cultura 2.0 surgida com a revolução industrial identifica-se por uma democratização das audiências. É uma nova relação entre a produção cultural e a criação de valor económico, dominado pela expansão das indústrias culturais e criativas. A cultura 3.0 está associada a uma nova vaga de inovações tecnológicas, onde se verifica uma explosão de produtores e em que se torna difícil a separação entre produtores e consumidores. Existe uma participação ativa cultural dos indivíduos, colocando as suas competências para expandir a sua capacidade de expressão, entre outras. Encontra-se num estado preliminar.

Todavia, outros autores (IGOT-UL, 2014) consideram que devem ser combinadas as várias produções artísticas, equipamentos e espaços culturais e artísticos entre si e com os elementos identitários, ou seja, ligar a Cultura 1.0-2.0-3.0, de Sacco (2011).

A política pública deve adaptar-se à interdependência entre a cultura e as indústrias criativas, os restantes setores económicos e a sociedade.

Comparando os vários ciclos de programação de fundos comunitários, 2000-2006 e 2007-2013, verificou-se uma alteração de política, tendo o foco passado do turismo para a indústria cultural e criativa, numa perspetiva do desenvolvimento económico. Esta mudança reflete a alteração da perspetiva da Cultura 1.0 para a Cultura 2.0 e está associada a importantes alterações em termos tecnológicos, de competências, de empregabilidade e de empreendedorismo (Sacco, 2011). O atual período de programação (2014-2020) constitui um desafio para uma mudança de perspetiva e a sua definição e programação deverá conciliar a emergência da Cultura 3.0 com as transformações descritas. A política cultural deverá estar focada na relação entre atividades culturais e a geração de valor acrescentado económico e social. Sacco (2011) considera, pelo menos, oito áreas em que a participação cultural poderá causar significativos efeitos macroeconómicos: inovação, bem-estar, sustentabilidade, coesão social, novos modelos de empreendedorismo, aprendizagem ao longo da vida, “soft power” e a identidade local.

Para além dos conceitos relacionados com a definição e arquitetura dos quadros comunitários, importa conhecer a distribuição espacial dos equipamentos e dos serviços culturais, das atividades culturais e criativas e dos bens imóveis classificados. Embora Florida e Gates (2001), citados por GANEC (2014), considerem que o crescimento (regional e

urbano) está dependente das características da sua população. A concentração de uma classe criativa está associada a uma maior inovação e desenvolvimento tecnológico. O CEDRU (2014), considera que a administração pública nos setores cultural e criativo deve adequar-se às mudanças tecnológicas.

Por outro lado, é considerado que a recuperação de património e as infraestruturas culturais têm impacto no crescimento regional e local. Todos os investimentos têm de alguma forma um impacto na sociedade, podendo ter efeitos diretos e indiretos. Existem vários métodos de quantificação que podem ser aplicados à cultura: “input-output”, efeitos multiplicadores, efeitos de aceleração, despesas gerais, efeitos derivados, efeitos de gravitação, efeitos “não-económicos” (e.g. reforço da identidade dos residentes), efeitos contrários (e.g. efeitos na mobilidade, reforço de investimentos em infraestruturas) (Bowitz e Ibenholt, 2006). Outras metodologias tem sido apresentadas na área da cultura, por exemplo para o cálculo de multiplicadores de eventos culturais (Universidade do Algrave, 2014).

Em Portugal, o setor cultural e criativo, de acordo com a estimativa do Instituto Nacional de Estatística (INE), empregava 85,2 mil pessoas em 2015, representando 1,9% do emprego total. Em termos regionais, cerca de metade do emprego daquele setor (46,7%) estava concentrado na Área Metropolitana de Lisboa, representando ainda 3,3% do total da economia. A região Centro, empregava cerca de 12 mil pessoas, com 1,1% do emprego total. Face ao ano anterior (2014), verificou-se em Portugal um aumento de 8,7% da população empregada, o dobro do verificado no Centro de Portugal. No entanto, a população empregada neste setor é ainda caracterizada por ser mais jovem e escolarizada que nos restantes setores da atividade económica. Todavia, o comportamento da balança comercial do setor cultural e criativo foi deficitário, em cerca de 94 milhões de euros.

De acordo com o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), existiam em Portugal cerca de 50 mil empresas culturais e criativas (Quadro I), com um volume de negócios de 4,5 mil milhões de euros em 2014, mais de 2,3% do que em 2013. O resultado líquido no período foi de 136 milhões de euros. Em termos regionais, a Área Metropolitana de Lisboa concentrava cerca de metade (45,6%) das empresas e dois terços (66,2%) do volume de negócios. Nas posições seguintes destacavam-se as regiões do Norte e Centro, com 25,6% e 16,1% das empresas culturais e criativas, respetivamente.

Em termos urbanos e locais, as autarquias locais desempenham um papel relevante enquanto promotores e dinamizadores da atividade cultural e criativa. As despesas das câmaras municipais em atividades culturais e criativas foram de 392 milhões de euros em 2015, refletindo um aumento de 11% face a 2014. Em termos regionais, destacaram-se o Alentejo, o Algarve e o Centro, com 73,1 euros, 48,5 euros e 46,3 euros *per capita*, respetivamente. Em termos municipais, destacam-se nove municípios (Figura 1) com um valor superior a 200 euros *per capita*: Mora (519), Viana do Alentejo (443), Elvas (335), Idanha-a-Nova (308), Alfândega da Fé (289), Vila Velha de Ródão (246), Alter do Chão (229), Almodôvar (228) e Castro Marim (212). No sentido oposto, 12 municípios apresentavam menos de 10 euros *per capita* de despesa em atividades culturais e criativas: Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Gondomar, Paredes, Vila Nova de Gaia, Ribeira Brava, Marco de Canaveses, Vizela, Paços de Ferreira, Santa Cruz e Castelo de Paiva. Na análise de séries mais longas, verifica-se uma diminuição das despesas nos dois anos seguintes às eleições autárquicas (ICS, FLUP e CIES, 2014).

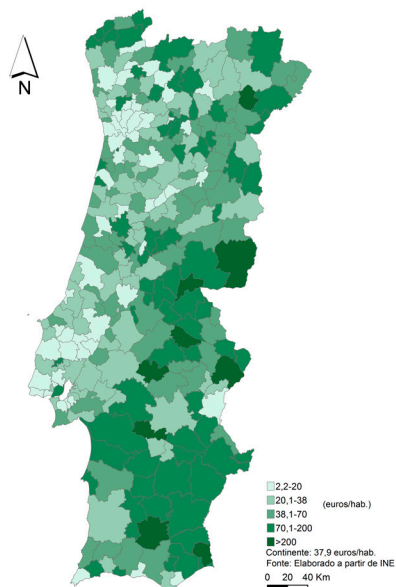


Figura 1
Despesas per capita em atividades culturais e criativas das autarquias, 2015.
Fonte: INE.

A análise das despesas da administração central com a cultura demonstra uma progressiva diminuição, situando-se em 2012 em 0,12% do Produto Interno Bruto (PIB). No sentido contrário, as despesas das famílias em lazer, distração e cultura têm registado um crescimento continuado (ICS, FLUP e CIES, 2014).

O setor cultural e criativo pode ainda ser caracterizado, por exemplo, pelas seguintes variáveis: o Património Mundial da UNESCO, os bens imóveis classificados, os museus e os seus visitantes (Quadro II). Atualmente, da lista de Património da UNESCO fazem parte 15 monumentos e sítios portugueses. Da região Centro figuram: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, o Convento de Cristo de Tomar e a Universidade de Coimbra - Alta e Sofia (Figura 2).

Em termos regionais, a maioria (53%) do património e dos bens imóveis classificados estão concentrados nas regiões Norte e Centro de Portugal. Todavia, no número de visitantes dos museus destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa com cerca de metade (48%) do total, dos quais 52% são estrangeiros. Em termos relativos, a região Centro possui a menor representatividade de estrangeiros (19%) no total de visitantes.



Figura 2
Localização do Património Mundial UNESCO na região Centro de Portugal.
Fonte: Elaboração dos autores.

Quadro I
Principais variáveis nas atividades culturais e criativas, por região (NUTS II).

Região (NUTS II)	Atividades culturais e criativas ⁽¹⁾				Despesas em atividades culturais e criativas dos municípios	
	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	Resultado líquido do período	Total	Per capita
	2014				2015	
	N.º		1000 Euros		Milhões de Euros	Euros
Portugal	50.671	83.451	4.502.000	136.215	392	37,9
Continente	48.866	80.866	4.431.794	130.741	375	38,1
Norte	12.956	20.939	887.037	22.821	114	31,5
Centro	8.146	11.312	348.545	23.003	104	46,3
AM de Lisboa	23.125	42.359	2.981.586	68.005	83	29,5
Alentejo	2.261	3.002	104.878	8.984	53	73,1
Algarve	2.378	3.254	109.748	7.929	21	48,5
RA dos Açores	876	1.230	27.858	1.780	11	45,8
RA da Madeira	929	1.355	42.348	3.694	6	22,0

Notas: ⁽¹⁾Inclui as seguintes classes da CAE-Rev.3: 4761, 4762, 4763, 5811, 5813, 5814, 5821, 5911, 5912, 5913, 5914, 5920, 6010, 6020, 6391, 7111, 7311, 7410, 7420, 7430, 7722, 8552, 9001, 9002, 9003, 9004, 9101, 9102 e 9103. SCIE - Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura 2015; INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais; INE, Estimativas anuais da população residente.

Quadro II
Património e bens imóveis classificados e museus, por região (NUTS II).

Região (NUTS II)	Património Mundial UNESCO	Bens imóveis classificados				Museus	
		Total	Monumentos Nacionais	Imóveis de Interesse Público	Imóveis de Interesse Municipal	Total	Visitantes
	2017		2015				
	N.º						
Portugal	15	4.451	819	2.859	773	388	13.660.668
Continente	12	3.986	810	2.660	516	358	13.237.551
Norte	4	1.352	272	981	99	111	4.132.597
Centro	4	1.113	187	709	217	95	1.589.612
AM de Lisboa	2	642	105	437	100	75	6.559.141
Alentejo	2	717	220	423	74	64	595.164
Algarve	0	162	26	110	26	13	361.037
RA dos Açores	2	295	2	141	152	14	203.283
RA da Madeira	1	170	7	58	105	16	219.834

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura 2015 e <http://whc.unesco.org/en/list/>.

3. A cultura nos vários quadros comunitários de apoio (2000-2020)

A política cultural, o património, os projetos e os investimentos serão de seguida analisados no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) 2000-2006, no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 e no Portugal 2020 (2014-2020).

Nos últimos quadros comunitários de apoio o setor da cultura tem merecido um destaque variável, indo desde um programa operacional próprio (2000-2006), até a uma dimensão transversal em vários programas operacionais (2007-2013). Os projetos cofinanciados e os investimentos encontram-se inscritos não só no domínio cultura, mas também é reconhecida a sua importância em intervenções de reabilitação e de regeneração urbana (Figura 3). De início, o destaque era colocado no património e nas infraestruturas culturais, mais do que em redes e pólos continuados de animação ou na produção artística.

3.1. O III QCA e o PO CULTURA

No período compreendido entre 2000-2006 vigorava, em Portugal, o QCA III. A cultura beneficiava da existência de um Programa de apoio financeiro próprio designado de **Programa Operacional da Cultura (POC)**, em que os projetos e iniciativas eram cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este programa veio substituir os programas “Caleidoscópio” (1996-1999), Ariana (1997-1999) e o programa Rafaël (1997-1999), todos eles desenvolvidos após o Tratado de Maastricht

e do reforço da cultura como setor determinante para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros. Neste Tratado é destacado o património comum de todos os territórios, mas também o que é singular e único de cada um dos países (artigo 128º do Tratado de Maastricht). Este desafio é tanto mais complexo quando, no que diz respeito à construção da cidadania e identidade europeias se ponderava, cada vez mais, os efeitos da globalização e massificação cultural, obrigando a um esforço acrescido na valorização do património construído e na adaptação aos novos meios de comunicação globais.

Tendo presente que a cultura contribui decisivamente para a qualificação dos recursos humanos, o POC foi definido tendo em conta quatro objetivos principais: 1) promoção do emprego e coesão social; 2) desenvolvimento do perfil produtivo do país; 3) promoção o desenvolvimento sustentado das regiões e promoção da coesão nacional e 4) promoção a proteção do ambiente e a igualdade de oportunidades.

No início do século XX, estávamos segundo o modelo de Sacco (2011) perante um modelo de cultura 1.0, onde a cultura é assumida como um meio de diferenciação social, sendo que a produção e o acesso à cultura estavam limitados. As políticas culturais públicas, em particular o POC, permitiu consolidar a ideia da cultura como um fator económico, de integração social e de cidadania e, neste sentido, um fator que concorre para o reforço e promoção da identidade europeia, nacional e regional.

A importância do setor cultural foi assumida através da definição e execução de um único programa operacional que concentrou medidas e ações



Figura 3
Domínio da Cultura nos Programas Comunitários.
Fonte: Elaboração própria.

muito direcionadas e específicas neste domínio. Este programa foi estruturado em dois grandes Eixos Prioritários: o primeiro designado de “Valorização do Património Histórico e Cultural” e o segundo de “Favorecer o Acesso a Bens Culturais”. No primeiro Eixo estavam incluídas as Medidas 1.1. Recuperação e Animação de Sítios Históricos e Culturais e 1.2. Modernização e Dinamização dos Museus Nacionais. No segundo Eixo as medidas eram 2.1. Criação de uma Rede Fundamental de Recintos Culturais, 2.2. Utilização de Novas Tecnologias de Informação para Acesso à Cultura e 2.3. Assistência Técnica.

No total foram apoiados 418 projetos, que se traduziu em 396 milhões de euros de investimento elegível e um investimento FEDER no valor de 248 milhões de euros (62,8% de taxa de cofinanciamento comunitário). Com um total de 177 milhões de euros, no Eixo I foram apoiados 304 projetos (177 materiais e 127 imateriais). O Eixo II representou a execução financeira de cerca de 71 milhões de euros e a aprovação de 114 projetos (21 materiais e 93 imateriais).

A distribuição financeira por regiões portuguesas foi muito diferenciada, contrapondo a região Norte que representou 39,9% do investimento executado a nível nacional e as Regiões Autónomas que, em conjunto, não chegaram a atingir 16%.

A região Centro representou 26,8% do total do investimento executado no POC, com destaque para os projetos apoiados no âmbito da medida 1.1. que representaram mais de 45 milhões de euros. Para este volume financeiro muito contribuíram os projetos de recuperação e de valorização no Património da Humanidade Classificado pela UNESCO que, no período de vigência do POC, ainda estava circunscrito na região Centro ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha. A recuperação de parte destes mosteiros ascendeu aos 3 milhões de euros de investimento FEDER. No entanto, considerando a divisão administrativa atual da região Centro de Portugal e a atualização do património da região classificado pela UNESCO, acrescentamos ainda cerca de 1 milhão de euros relativos às duas fases de recuperação do Convento de Cristo em Tomar e ainda cerca de 667 mil euros de obras na Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, em particular de recuperação do Mosteiro de Santa Cruz e de Conservação do Pórtico Central, Grupo Escultórico e Escadaria da Via Latina - Paço Real das Escolas.

Para além destes projetos, foi ainda apoiada, no âmbito da medida 1.2, a remodelação do Laboratório Químico - Criação do Museu da Ciência que, mais tarde viria também a integrar um dos três nú-

cleos que compõem a área património da humanidade de Coimbra.

Com um investimento menos significativo, foram ainda apoiados, na região Centro, um conjunto de projetos imateriais ligados à valorização e animação do património, bem como à formação e captação de novos públicos. Destacamos a realização dos projetos emblemáticos como “Sons do Património”, da responsabilidade do IPPAR e a “Comemoração dos 650 anos da Morte de Inês de Castro” cuja entidade executora foi a Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC).

Para além deste conjunto de projetos apoiados, importa ainda assinalar que o POC teve como enfoque o apoio a grandes eventos culturais, com destaque para o financiamento de algumas iniciativas que deram estrutura às Capitais Europeias da Cultura. A cidade de Coimbra teve este rótulo nacional no ano de 2003 e contou com a concertação de um conjunto alargado de entidades, das quais se destaca a Câmara Municipal, a Universidade de Coimbra, a Fundação Bissaya Barreto e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Com um investimento FEDER de 2,9 milhões de euros, a DRCC executou um conjunto alargado de eventos que fizeram parte da Programação de Coimbra Capital Nacional da Cultura.

Também esta tipologia de projetos preconiza a interligação entre a cultura e a política de cidade, considerando os espaços urbanos como alavanca do crescimento e coesão territorial.

Na região Centro o apoio financeiro a projetos no âmbito da cultura não se esgota no domínio do POC, uma vez que, no período de 2000-2006, o Programa Operacional do Centro - PORCENTRO foi um complemento significativo para a valorização do património móvel e imóvel do território regional, para além da contribuição de outros recursos nacionais públicos e privados para o desenvolvimento do setor. Assim, no POR Centro foi ainda contemplada a cultura como prioridade de intervenção na Medida III.9 - Cultura. Do conjunto de projetos apoiados destacamos apenas quatro com incidência territorial em Coimbra, em particular na área abrangida pela UNESCO: “Sé Nova de Coimbra - qualificação e Valorização - 1ª fase e 2ª Fase”, da responsabilidade do IPPAR, “Sé Velha de Coimbra - Qualificação e Valorização” também do IPPAR e “Recuperação da Torre de Almedina”, da responsabilidade do município de Coimbra. Estes projetos totalizam cerca de 1,9 milhões de euros de investimento FEDER.

3.2. O QREN - Mais Centro

Na passagem do QCA III para o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o domínio da cultura deixa de ter um programa único para ser considerado como um domínio transversal a todos os Programas Operacionais Regionais. O Programa Operacional Regional do Centro, também designado de MaisCentro, teve o seu período de vigência entre 2007-2013 e procurou definir uma estratégia regional centrada na dinamização do investimento empresarial, na criação e transferência de conhecimento e na valorização do território.

Tendo como prioridade o desenvolvimento equilibrado da região, os objetivos centrais do Programa MaisCentro foram: 1) qualificação e valorização do território; 2) qualificação dos recursos humanos; 3) Inovação e competitividade das empresas; 4) exploração dos recursos e do património da região; 5) melhoria da qualidade do ambiente; 6) cooperação entre os setores e a construção de infraestruturas de desencravamento, no respeito da complementaridade entre os fundos comunitários.

Não havendo um programa específico para a cultura, no MaisCentro os projetos associados a este domínio foram, sobretudo, aprovados no âmbito do Eixo II - Valorização do Espaço Regional, onde se destacam duas medidas cujas prioridades foram a valorização do património cultural e a promoção do acesso a bens culturais e no Eixo III - Coesão Local e Urbana, onde se apoiaram alguns equipamentos culturais mas também onde foram desenvolvidas iniciativas de promoção da competitividade urbana e de regeneração urbana, incluindo a recuperação do património das cidades e a qualificação das redes urbanas.

Assim, no Eixo II foram aprovados dois regulamentos específicos e, de forma consequente, dois avisos de concurso para a apresentação de projetos no domínio da cultura: 1) Património Cultural e 2) Rede de Equipamentos Culturais.

Do conjunto de projetos aprovados no regulamento Património Cultural destacamos um que foi apresentado pela Direção-Geral do Património Cultural com a designação de “Rota dos Mosteiros Património da Humanidade da Região Centro”. Com uma dotação FEDER de mais de 5,3 milhões de euros, este projeto, iniciado em 2009, foi estruturado através de um combinado de intervenções de carácter estruturante nos 3 monumentos da Região Centro classificados pela UNESCO (Alcobaça, Batalha e Tomar). As componentes realizadas em cada um dos monumentos abrangeram ações de salvaguarda e preservação da integridade física, prevenção de

riscos e segurança, bem como ações que permitem conferir aos utentes (visitantes e funcionários) condições adequadas de fruição dos espaços que compõem os circuitos de visita (através da beneficiação da iluminação e das instalações sanitárias, da criação de sistemas de prevenção de incêndios e de canais de evacuação em caso de emergência, entre outros). Todas as componentes realizadas permitiram qualificar os espaços e os circuitos de visita e o apetrechamento de espaços destinados à interpretação destes monumentos, contribuindo para um aumento da procura e para a criação de novos públicos.

No Regulamento específicos Rede de Equipamentos Culturais (REC) os projetos cofinanciados foram sobretudo projetos “físicos” ligados a Arquivos e Bibliotecas Municipais e recuperação de Cineteatros e iniciativas imateriais de “Programação Cultural em Rede” que permitiram uma colaboração estreita (comum) de programação de espaços culturais entre várias instituições da Região (e mesmo com parceiros de outras regiões). Do conjunto destacamos os projetos “Imaginar o(s) Centro(s) - Coimbra”, “ReCENTRAR” ambos da responsabilidade da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra e ainda “Culturbe - Braga, Coimbra e Évora” e “Culturbe - componente centro”, ambos da Escola da Noite. Estes projetos totalizam um investimento FEDER no valor de 1 milhão de euros.

Como complemento aos projetos especificamente do domínio cultural, o Programa MaisCentro teve ainda como desígnio o Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos, sendo este um dos Eixos Prioritários deste programa. Com os objetivos centrais de reforço da identidade da região e valorização dos recursos e a qualificação integrada dos espaços sub-regionais, este Eixo procurou apoiar intervenções de ações de reabilitação urbana, ações para as redes de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos e, ainda, projetos relativos à mobilidade urbana.

Assim, em termos de Política de Cidades o MaisCentro teve, inicialmente, dois instrumentos essenciais de intervenção urbana. O primeiro correspondeu às Parcerias para a Regeneração Urbana, também designadas de PRU e, o segundo, correspondeu às Redes urbanas para a competitividade e a inovação, designado de RUCI.

O Regulamento Específico das PRU permitiu alcançar um investimento muito equilibrado em todo o território regional, tendo sido privilegiada a constituição de parcerias (cooperação formal de diferentes entidades: municípios e outros atores urbanos)



Pátio da Universidade de Coimbra.



Escadas de Minerva, Universidade de Coimbra.



Recuperação da Rua Larga, Universidade de Coimbra.

Figura 4

Exemplos de intervenções apoiadas pelo MaisCentro (2007-2013).
Fontes: Fotografias dos autores.

que elaboraram e implementaram um Programa de Ação comum de regeneração urbana.

Foram elegíveis nas PRU, 24 centros urbanos de nível superior (definidos no PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território e PNPT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território), onde se incluem as cidades de Coimbra, Alcobaça e Tomar e ainda 34 pequenos centros, onde se incluí a cidade da Batalha, que, apesar de não estarem listados no modelo territorial definido nos Planos Regionais de Ordenamento do Território, possuem um potencial estruturante do território nacional.

No total foram apoiados 423 projetos que envolveram um montante FEDER superior a 202 milhões de euros. Deste conjunto destacamos quatro projetos que representaram investimentos significativos nas cidades onde se localiza o Património classificados pela UNESCO:

1. “Requalificação urbanística intervenção na vila entre Igreja Mariz e Rotunda Cancelas (Cooperativa)”, do município da Batalha, com um investimento comunitário de 379 mil euros;
2. “Pedonalização da Zona Envolvente ao Mercado e Valorização dos Jardins Públicos da Zona do Tribunal - Praça do Município”, do município de Alcobaça, com um investimento FEDER de 1,6 milhões de euros;
3. “Requalificação urbana do centro histórico Praceta Alves Redol e Envolvente”, do município de Tomar e com um investimento FEDER de 388 mil euros;
4. “Requalificação do Pátio da Universidade, das Escadas de Minerva e acessibilidades no Paço das Escolas” da Universidade de Coimbra, com um investimento de 1 milhão euros (Figura 4).

Estas e outras intervenções foram sobretudo de requalificação urbana tendo, algumas das quais, como mencionámos, ocorrido nas cidades em estudo

e, portanto, concorrido para a valorização da paisagem urbana e para a preservação da identidade patrimonial destes territórios.

Para além do Regulamento Parcerias para a Regeneração Urbana, a Política de Cidades estava estruturada no MaisCentro pelo Regulamento específico Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação. Este regulamento procurou continuar a metodologia de trabalho iniciada em programas operacionais anteriores, onde era exigido, para efeitos de participação comunitária, a constituição de parcerias locais. Estas parcerias corresponderam a um processo estruturado de cooperação entre municípios, entidades públicas e entidades privadas que se propuseram a elaborar e implementar, em comum, um Programa Estratégico de desenvolvimento urbano centrado em fatores territoriais de competitividade e inovação.

No MaisCentro foram apoiadas nove Redes Urbanas, que corresponderam a 69 projetos e cerca de 22,5 milhões de euros FEDER. Estas redes estavam alicerçadas numa base territorial e/ou numa base temática e, pela sua evidente incidência temática destacamos apenas os exemplos das Redes constituídas e apresentadas pelos municípios do Entroncamento, de Tomar e Penela com as RUCI “Património Ferroviário Nacional: O Turismo Científico e Cultural como Produto Estratégico”, “Rede de Mosteiros Património da Humanidade” e “Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego” respetivamente.

A Rede de Mosteiros Património da Humanidade foi constituída com o objetivo de ser beneficiária dos fundos comunitários e teve como área de incidência os três grandes temas-chave associados aos 3 grandes conjuntos monásticos, complementares entre si, - a Ordem de Cister (no Mosteiro de Alcobaça), os Campos de Batalha (no Mosteiro da Batalha) e os Templários (no Convento de Cristo). Para além destes conjuntos, o Mosteiro dos Jerónimos foi também um dos lugares elegíveis que, através do IGESPAR,

beneficiou do apoio comunitário, em particular através do financiamento de projetos imateriais de promoção da programação cultural em rede.

A parceria, liderada pelo município de Tomar, foi constituída por um conjunto alargado de entidades públicas dos quais constam os municípios da Batalha e de Alcobça, o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Tomar e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP.

O investimento comunitário deste projeto rondou os 4,2 milhões de euros e foi aplicado em 13 projetos distribuídos pelas seguintes tipologias: 1) Programação cultural anual das cidades em rede, tendo como suporte físico os Mosteiros; 2) Criação de programas de visita e produção de conteúdos de interpretação e 3) Realização de encontros anuais científicos em cada Mosteiro, incidindo sobre a sua especificidade).

Dos projetos apoiados destacamos três de natureza imaterial do IGESPAR “Programação Cultural em Rede nos Mosteiros Património Mundial”, “Produção de conteúdos e apetrechamento de espaços e circuitos para a qualificação e diferenciação da visita aos Mosteiros Património Mundial” e Encontro técnico-científicos nos Mosteiros Património Mundial. No total estes projetos representaram um investimento FEDER de cerca de 575 mil euros. Destacamos também dois projetos de natureza material que, pelo seu volume financeiro e pela sua área de incidência, representam as intervenções de fundo que se procuraram fazer nos centros urbanos no âmbito desta Rede de Mosteiros Património da Humanidade. O município da Batalha foi executor do projeto “Requalificação do Largo D. Henrique”, que representou um investimento FEDER de cerca de 941 mil euros, e o município de Tomar foi responsável pelo projeto “Requalificação Urbana da Envolvente à Ala Norte do Convento de Cristo”, com um montante financeiro de 1,3 milhões de euros.

O município de Penela em parceria com os municípios de Miranda do Corvo, Soure, Pombal, Figueira da Foz, Coimbra e outras entidades regionais como o Instituto Pedro Nunes e a própria Agência de Desenvolvimento Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, candidataram ao MaisCentro o projeto RUCI - Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego. Desta rede apenas destacamos 3 projetos que tiveram incidência na cidade de Coimbra e, em particular, na área classificada pela UNESCO, a saber: “Reabilitação da Torre de Anto para instalação da Casa Museu da Guitarra e do Fado de Coimbra”, “Reabilitação exterior da muralha entre a Torre de

Almedina e a Torre de Anto e respetiva iluminação cénica” e “Reabilitação do troço liberto da muralha da Couraça de Lisboa e respetiva iluminação cénica”. Estes projetos representam um investimento de 400 mil euros no Património da UNESCO - Universidade de Coimbra, Alta e Sofia.

No total, o Programa MaisCentro foi responsável pela aprovação de 514 projetos que contribuíram para a reabilitação, requalificação e dinamização económica, social e cultural das cidades da região Centro. O investimento elegível aprovado correspondeu a mais de 276 milhões de euros, e o investimento FEDER situou-se nos 232 milhões de euros.

3.3. Programa Operacional Regional do Centro - CENTRO 2020 (2014-2020)

No atual período de programação comunitária (2014-2020) o domínio da cultura volta a não ser tratado de forma individualizada, mas sim integrando no conjunto das prioridades de investimento regionais. Isto significa que, para além da questão transversal da requalificação urbanística, o Programa Centro 2020 integra no seu programa estratégico preocupações no âmbito da conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.

O Programa regional acolhe, à semelhança do Programa anterior, investimentos de reabilitação e regeneração urbana nos centros urbanos de nível superior e nos centros urbanos de nível inferior. Tendo em conta as experiências do passado e os resultados obtidos com as intervenções já apoiadas, o Centro 2020 procurou apoiar de forma criteriosa investimentos que concorram para a qualificação ambiental e urbanística dos espaços urbanos, com reflexos ao nível da coesão social, da competitividade dos territórios e do nível e qualidade de vida das pessoas.

No Centro 2020 distinguimos duas questões fundamentais. A primeira é a delimitação das áreas de intervenção, ou seja, para aceder aos instrumentos de regeneração urbana foi necessário constituir uma área territorialmente delimitada, incidindo em espaços inframunicipais das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). A segunda é a constituição de um Plano de Ação de Regeneração Urbana, aceite pela Autoridade de Gestão do Centro2020 que, por sua vez deverá ser coerente com a estratégia integrada de desenvolvimento territorial.

Assim, neste contexto, e tendo em conta a tipologia de centros urbanos e a necessidade de serem definidos planos de ação, concorrem ao Eixo 9 do Centro 2020 “Reforçar a rede urbana (CIDADES)”

os grandes centros urbanos que, no caso da região Centro foram divididos em 10 centros urbanos regionais² e 22 centros urbanos estruturantes³ e para o Eixo 7 “Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)” os pequenos centros urbanos, que no caso da região Centro são os restantes 68 municípios.

No âmbito do Eixo 9 foi, inicialmente, aberto um Aviso de Concurso para os centros urbanos de nível superior apresentarem um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Este plano deveria incluir as seguintes Prioridades de Investimento (PI) definidas no Centro 2020:

- PI 4.5. promoção das estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;
- PI 6.5 adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído;
- PI 9.8 concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

Tendo presente estas Prioridades, os PEDU incluem um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS); um Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e, ainda, um Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

Com uma dotação inicial de mais de 211 milhões de euros, foram aprovados até abril de 2017 a os Programas Estratégicos dos 32 municípios a concurso.

No âmbito do Eixo 7, com uma dotação inicial de 78 milhões de euros, foi aberto um concurso para os 68 centros urbanos complementares da região Centro apresentarem os respetivos PARU. Estes Planos deveriam mobilizar apenas a PI 6.5, já referida, e deveriam, igualmente, corresponder a um conjunto de ações de regeneração urbana nos centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas, numa área territorial bem delimitada (ARU).

² Na tipologia de centros urbanos regionais estão incluídos os municípios de Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Torres Vedras e Caldas da Rainha.

³ Na tipologia de centros urbanos estruturantes estão incluídos os municípios de Ovar, Ílhavo, Águeda, Cantanhede, Pombal, Marinha Grande, Mangualde, Tondela, Seia, Gouveia, Oliveira do Hospital, Ourém, Tomar, Torres Novas, Entroncamento, Abrantes, Alcobaça, Nazaré, Óbidos, Peniche, Alenquer e Fundão.

Neste sentido, e no que diz respeito à política de cidades, os municípios de Alcobaça, Batalha, Coimbra e Tomar têm continuado a beneficiar dos fundos comunitários, uma vez que são, mais uma vez, entidades líderes de uma estratégia local e intermunicipal de reabilitação urbana e patrimonial, potenciando, de forma indireta, a coesão económica, social e territorial de toda a região Centro.

Para além das prioridades referidas e que estão centradas na revitalização e conservação das cidades da região Centro de Portugal, o Centro 2020 assumiu como sendo uma das suas prioridades estratégicas a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural. Aliás, o património cultural torna-se, no atual período de programação financeira, um dos domínios que, de forma clara, contribui para a sustentabilidade dos territórios, para a diminuição das assimetrias e para o reforço da coesão territorial. A cultura passa a ter uma vertente económica e a contribuir, de forma decisiva, para a coesão não só económica, mas também social e territorial, conforme está assinado na Estratégia da Europa 2020.

Trata-se de um compromisso assumido por Portugal ao nível europeu no domínio da cultura, em particular no que diz respeito ao aumento do número de visitantes no nosso país, associado ao aumento do número de turistas e da sua estada média. Neste contexto, o Centro 2020 pretende contribuir para posicionar a região Centro como destino turístico de excelência, contribuindo, de forma direta ou indireta, para a preservação dos valores naturais e culturais, por via da sua promoção e da sua valorização turística, enquanto fatores de competitividade no modelo regional de desenvolvimento económico.

Os objetivos correspondem, na prática, a quatro níveis de investimento:

1. Incrementar o turismo cultural;
2. Criar emprego e riqueza, valorizando os equipamentos associados ao património;
3. Alargar os potenciais beneficiários e a captação de fluxos turísticos, dinamizando os espaços culturais existentes através de uma programação em rede;
4. Aumentar a capacidade de atração de visitantes das áreas classificadas, melhorando o apoio aos visitantes e divulgando os seus valores e recursos.

Tendo presente as prioridades definidas no domínio da cultura, o Centro2020 promoveu, até abril

de 2017, a abertura de um Aviso de Concurso específico para o Património da UNESCO.

Assim, na vertente imaterial, foi publicitado um Aviso/Convite para a Promoção do Património da UNESCO, com a dotação FEDER de 2 milhões de euros, que resulta do entendimento entre a Autoridade de Gestão do Programa e o Turismo Centro de Portugal, no sentido de ser criado um produto turístico integrado associado aos Lugares Património Mundial do Centro. O objetivo deste convite consiste em conceder apoios financeiros a ações que visem promover e dinamizar o Património Mundial da UNESCO, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade dos territórios, designadamente enquanto referências regionais de excelência que alavanquem a animação e a efetiva qualificação da oferta turística que os integra. Para atingir estes objetivos, o Centro2020 considera que é relevante a criação de um produto turístico que atente a produção artística em rede e que envolva os agentes culturais regionais, nacionais e internacionais. Considera ainda relevante a criação de novos públicos, com a participação do sistema empresarial, educacional e científico, e das práticas de aproximação aos fatores identitários, pelo envolvimento das comunidades locais.

As tipologias de ações a concurso devem ser:

- Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais;
- Promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;
- Apoio à realização de eventos associados ao património; à cultura e a bens culturais, com elevado impacto em termos de projeção da imagem da região, através da promoção em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;
- Divulgação e integração territorial, através de iniciativas de cooperação territorial e institucional que permitam integrar a programação cultural, as visitas guiadas e a divulgação de equipamentos, bens culturais e serviços prestados.

Para a apresentação de projetos deverá ser o Turismo Centro de Portugal a entidade líder que assumirá a função de coordenador técnico e interlocutor com o Centro 2020 e as outras entidades regionais como os municípios de Alcobça, Batalha, Coimbra e Tomar; a Universidade de Coimbra e a

Direção-Geral do Património Cultural e a Direção Regional de Cultura do Centro.

Remate

A definição de políticas públicas, no setor cultural, ao longo dos quadros comunitários, tem utilizado várias arquiteturas. Embora o programa específico do setor da cultura apresente vantagens, designadamente como a coerência das intervenções, também são apontadas algumas desvantagens relacionadas com dificuldades de relacionamento entre os setores e as restantes políticas públicas das cidades e do empreendedorismo.

A abrangência das políticas urbanas nos diferentes quadros comunitários de apoio tem vindo a sofrer significativas alterações que, pensamos, irem ao encontro das sucessivas mudanças nos espaços urbanos.

De forma contínua, e depois de terem sido efetuados os grandes investimentos em infraestruturas de base, onde incluímos as de saneamento ou de eletricidade, por exemplo, os programas comunitários têm vindo a atribuir uma importância acrescida às questões da sustentabilidade e da coesão urbana. Para tal, a metodologia de aplicação dos fundos comunitários deixou de estar centrada em projetos isolados, mas sim no apoio a projetos que estejam integrados num plano estratégico de desenvolvimento urbano, circunscritos a uma área geográfica delimitada e que estejam concertados com um conjunto alargado de atores locais. Procura-se, cada vez mais, a definição de planos inclusivos e coerentes que resultem da união entre todos os atores locais.

Desta parte, no âmbito da política de cidades têm sido apoiados projetos estruturantes de reabilitação e de regeneração urbana, em particular nas cidades onde o Património da UNESCO é estruturante e diferenciador como Alcobça, Batalha, Coimbra e Tomar.

A análise dos investimentos mostrou a importância da cultura e do Património da UNESCO nas políticas públicas, dos últimos vinte anos, na Região Centro. Destacamos o envolvimento progressivo de redes e parceiros na gestão dos projetos apoiados. A diversidade regional, em termos de desenvolvimento, é acompanhada por diferentes fases de maturidade em termos culturais (produção artística, equipamentos, espaços culturais, criatividade e identidade). A integração e interdependência entre a cultura, os restantes setores económicos, a sociedade e a coesão territorial são os grandes desafios na definição e execução das políticas públicas.

Bibliografia

- Augusto Mateus & Associados - Sociedade de Consultores (2013). *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.
- Bowitz, Einar & Ibenholt, Karin (2006). Economic Impacts of cultural heritage - research and perspectives. *ECON Analysis*. Disponível em: http://niku.no/filestore/Landskap/Rapporter_og_artikler/WP-2006-003EBOEconomicImpactsOfCulturalHeritage-researchandperspectives3.pdf, acedido em 23 de março de 2017.
- CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (2014). *E-Coesão*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC
- Florida, Richard & Gates, Gary (2001). *Technology and Tolerance: The Importance of Diversity to High-Technology Growth*. Center on Urban and Metropolitan Policy. Washington DC: The Brooking Institution.
- GANEC - Gabinete de Análise Económica (2014). *Cultura e Desenvolvimento: Um Guia Para os Decisores*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.
- ICS, FLUP & CIES (2014). *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.
- INE (2016). *Estatísticas da Cultura 2015*, Lisboa: INE, I.P.
- IGOT-UL - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa (2014). *Fundos Estruturais e Cultura no Período 2000-2020*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.
- Lorentzen, Anne; Hansen, Jahn & Lassen, Claus (2007). *Small cities in the experience economy: An evolutionary approach*. Paper apresentado na Regional Studies Association conference 2007: Regions in focus, 2 a 5 de abril de 2007, Lisboa, Portugal.
- Sacco, Pier Luigi (2011). *Culture 3.0: A New Perspective for the EU 2014-2020 Structural Funds Programming*. European Expert Network on Culture (EENC), OMC Working Group on Cultural and Creative Industries.
- Universidade do Algarve (2014). *Património e Território*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.

Página deixada propositalmente em branco

Turismo em Espaço Rural: Concelho de Monchique Tourism in Rural Areas: Municipality of Monchique

Tiago Santana Águas

B-Leaf Landscaping, Gardening & Forestry
tiagofsaguas@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5724-3538

Carla Rolo Antunes

Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia; Centre for Mediterranean Bioresources and Food (MeditBio); Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)
cmantunes@ualg.pt
ORCID: 0000-0002-7446-2537

Resumo:

No contexto do Algarve, o clima associado à altitude são características marcantes no concelho de Monchique, o que lhe confere especificidade, nomeadamente no que respeita à paisagem e à disponibilidade do recurso água. Face aos valores que lhe estão associados e à emergência de novas culturas e modificações do comportamento social, onde se privilegia a reaproximação à natureza, procurando-se novas sensações e formas de lazer, considerou-se este concelho um destino privilegiado para a prática de atividades de turismo e lazer em meio rural.

Neste enquadramento, tem-se por objectivo primordial potenciar e recuperar a plurifuncionalidade do património e da paisagem ligados à água, através do levantamento, caracterização e criação de condições que permitam o usufruto destes, por parte das populações residentes e das provenientes dos meios urbanos, alargando-se assim a oferta turística, a qual se destaca dos produtos turísticos oferecidos na região, fortemente apoiados no turismo de sol e mar.

Como principais resultados do estudo referem-se as intervenções preconizadas, tendo em vista melhoria e criação de novos espaços, que permitam a reaproximação à natureza e a prática de atividades de lazer, em contexto rural. Como exemplo, indicam-se as propostas desenvolvidas para o Barranco dos Pisões, nomeadamente, recuperação de um parque de merendas, reabilitação da linha de água no troço confinante com este espaço e criação de um centro de interpretação da dinâmica ribeirinha de montanha.

Palavras-chave: Monchique; Turismo; Espaço rural; Património natural e cultural.

Abstract:

In the context of the Algarve, the climate associated with altitude are remarkable characteristic features in the municipality of Monchique, which gives it specificity, especially as regards the landscape and the availability of the water resource. In view of the values that are associated with it and the emergence of new cultures and changes in social behavior, where priority is given to rapprochement with nature, seeking new sensations and forms of leisure, this municipality was considered a privileged destination for the practice of tourism activities in rural areas.

In this context, the main objective is to promote and recover the multi-functional nature of the heritage and landscape linked to water, by recognizing, characterizing and creating conditions that allow the use of these by local and urban populations, thus broadening the tourist offer, which stands out of the tourism products offered in the region, strongly supported by sun and beach tourism.

The main results of the study refer to the recommended interventions, with a view to improving and creating new spaces, allowing the population to re-approach to nature and practice leisure activities in a rural context. As an example, the proposals developed for the Barranco dos Pisões are indicated, namely recovery of a picnic park, rehabilitation of the water line in the section bordering this area and creation of a center for the interpretation of mountain river dynamics.

Keywords: Monchique; Tourism; Rural areas; Natural and cultural heritage.

Introdução

Face aos valores naturais, culturais e paisagísticos presentes no concelho de Monchique e à emergência de novas culturas, interesses e modificações do comportamento social, onde se privilegia a reaproximação à natureza, procurando-se novas sensações e formas de lazer, considerou-se este concelho um destino privilegiado para a prática de atividades de turismo e de lazer em meio rural, podendo apresentar uma oferta turística diferenciada do tipo de turismo praticado noutros concelhos algarvios, que é fortemente apoiada no turismo de sol e mar.

A água assume um papel de extrema importância na paisagem, nomeadamente na contribuição que tem na formação e presença de material vivo e como elemento transformador e modelador do território, influenciando a sua expressão física (Fadigas, 2007). Na serra de Monchique a presença de água confirma este papel, conferindo um cenário idílico a alguns locais desta serra.

Desde sempre que o Homem demonstrou um fascínio pelo recurso água, não apenas porque precisa dela para viver, mas também pelo elevado valor cénico e lúdico que esta confere às paisagens (Águas e Antunes, 2013). Neste concelho, face à elevada densidade da rede hidrográfica, é relativamente fácil encontrar espaços que permitem ao Homem o usufruto deste recurso, seja para atividades básicas à vivência humana, seja para atividades lúdicas e de lazer.

A água foi durante muitos anos o incentivo para o desenvolvimento de alguns engenhos que tinham um papel de extrema importância na economia deste território do interior algarvio. Com o avançar dos tempos, os engenhos movidos pela força da água foram sendo postos de lado, em detrimento de outros equipamentos com maior rendimento. Esta situação fez com que vários destes engenhos ficassem ao abandono, um pouco por toda a serra, restando atualmente apenas as ruínas dos edifícios que albergavam os pisões (Oliveira e Galhano, 1977) e os engenhos de moagem.

Os lavadouros, os moinhos e os pisões, que pontuam a serra de Monchique, merecem um papel de destaque, como parte da identidade deste território, quer pela sua importância no passado, quer pelo potencial inerente à sua recuperação, nomeadamente na economia local.

A capacidade de aproveitar o potencial do património natural, cultural e paisagístico e traduzi-lo em qualificação da oferta turística, através da definição de produtos estratégicos que tenham por base os conceitos de turismo em espaço rural, de

turismo de natureza e de turismo cultural, como sejam atividades de ar livre para fruição e contato com a natureza e visitas temáticas que proporcionem um conhecimento dos espaços naturais e culturais, permite ao concelho de Monchique, situado no interior algarvio e com graves problemas de fixação de pessoas, disponibilizar uma maior oferta turística e assumir-se como uma alternativa ao turismo de sol e mar.

Este tipo de turismo, tendo como vetores de desenvolvimento a conservação da natureza, o desenvolvimento local e a diversificação e qualidade da oferta turística, representa uma oportunidade para a região, devendo ser entendido como um meio de apoio e incentivo à economia local.

Neste enquadramento, o presente estudo tem por objetivo primordial potenciar e recuperar a plurifuncionalidade do património e da paisagem ligados à água, através do levantamento, caracterização e criação de condições que permitam o respetivo usufruto, com a reaproximação à natureza e a prática de atividades de lazer, em contexto rural, por parte das populações residentes e das provenientes dos meios urbanos, alargando-se assim a oferta turística do concelho.

Como caso de estudo apresentam-se as propostas desenvolvidas para o sítio do Barranco dos Pisões, nomeadamente, a recuperação de um parque de merendas, a reabilitação da linha de água no troço confinante com este espaço e a criação de um centro de interpretação da dinâmica ribeirinha de montanha. Refere-se ainda a importância dos contributos deste estudo na elaboração de guias e programas turísticos que permitem a divulgação dos valores presentes no concelho de Monchique, potenciando assim o seu usufruto.

Enquadramento conceptual

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) entende-se Turismo como "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros." Esta definição foca-se nas atividades desenvolvidas pelos visitantes, privilegiando o lado da procura. O facto desta definição não abranger as atividades produtoras de bens e serviços necessários para servir os visitantes, pode constituir um ponto fraco.

Atualmente, o turismo apresenta vários segmentos, constituindo um dos sectores de atividade económica em crescimento, em que, além de criar

emprego e, conseqüentemente, crescimento económico, gera oportunidades para a valorização do território, com as inerentes mais valias sociais (Costa e Santos, 2016).

O conceito de Turismo em Espaço Rural (TER) tem evoluído, quer em termos de tipologias de empreendimentos, quer ao nível da gestão, enquanto instrumento para revitalização dos territórios rurais.

Em Portugal, o TER surge, em 1978, sob a forma de turismo de habitação, em quatro áreas piloto (Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa), alargando-se posteriormente ao território nacional (Moreira, 1994).

Em 1986, o Decreto-Lei n.º 256/86, de 27 de agosto, visa criar as condições legais para o desenvolvimento das várias formas de turismo no espaço rural, podendo segundo o Artigo 1º "...revestir a forma de "turismo de habitação", "turismo rural" ou "agroturismo", em que o turismo rural está associado à hospedagem "...em casa rústica com características próprias do meio rural em que se insere..." (Artigo 3º).

Em 2002, e de acordo com o Decreto-Lei 54/2002, de 11 de março, o TER "consiste no conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizadas e prestadas mediante remuneração, em zonas rurais" (Artigo 1º). Este decreto continua a associar o TER a um serviço de alojamento, mas apresenta alterações significativas relativamente ao conceito inicial, pois refere que a atividade deve ter "...em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural" (Artigo 2º), sendo o turismo rural uma das modalidades de hospedagem. Neste enquadramento, refere-se que as atividades associadas ao alojamento podem contribuir "...para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões em que os mesmos se situam, nomeadamente o seu património natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, a caça, o folclore, a pesca, os jogos..." (Artigo 2º). De acordo com o Artigo 3º, "...consideram-se zonas rurais as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem vincadamente rural".

O Decreto-Lei 15/2014, de 23 de janeiro, induz alterações ao conceito e classificação de Turismo em Espaço Rural. Segundo o Artigo 18º "são empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais

e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente".

Como resultado das mudanças que têm vindo a ocorrer na sociedade tem-se vindo a assistir a um aumento da procura dos espaços rurais para a prática de atividades de turismo e de lazer, maioritariamente por populações urbanas (Silva, 2007). Pode-se distinguir o espaço rural do urbano pelas menores densidades populacionais e pela importância da atividade agrícola na economia.

Segundo Perales (2002), o TER é uma oportunidade para revitalizar zonas desfavorecidas, permitindo à população rural estabelecer contactos e promover troca de experiências com as populações urbanas e vice-versa.

Fonseca, F. e Ramos, R. (2007) consideram o TER, dando como exemplo o caso de Almeida, um eixo estratégico de desenvolvimento. Antunes, J. e Barroco, C. (2010) também reconhecem a importância do TER no contexto da atividade turística, dando como exemplo a região Dão-Lafões.

Também para Barroco, C. *et al.* (2011), o TER pode ser uma alternativa para o desenvolvimento económico de zonas rurais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com Jesus (2013), as áreas rurais têm vindo a ter uma procura crescente pelas populações urbanas para lazer e turismo, enquanto lugares de riqueza de recursos naturais, de memória e de herança cultural. Segundo este autor existem patrimónios ainda não integrados na atividade turística, associados à paisagem e ao património rural e agrícola, que constituem possíveis recursos para o desenvolvimento da atividade turística, dando como exemplo o caso do concelho de Carregal do Sal. Refere ainda o interesse da população urbana pelos espaços rurais. pois estes dispõem de um património que é fundamental para a identidade das populações e onde a sociedade contemporânea procura valores, refúgio, novas sensações e novas experiências.

O estudo realizado por Pato (2016) mostra que o TER no Douro ainda está pouco enraizado na região. São escassas as atividades de animação turística, baseadas nas tradições e cultura locais, as ligações à comunidade local e o contributo para o desenvolvimento da região é pouco significativo. Neste caso, a motivação principal para a criação do empreendimento terá sido a recuperação e preservação do património edificado, não contemplando todas as outras mais valias associadas ao TER.

No âmbito do presente estudo, o conceito de Turismo em Espaço Rural assenta numa modalidade de turismo com características próprias, que o tornam atraente face às restantes modalidades de turismo, resultado da evolução do atual modelo de sociedade e das características associadas ao território rural que o torna diferente da envolvente próxima. Neste enquadramento, numa perspetiva de revitalização desse território, através da dinamização de um conjunto de atividades que permitam ao utente disfrutar do potencial do património natural, cultural e paisagístico presentes, o conceito de TER não se foca na questão dos serviços de alojamento oferecidos pelos empreendimentos de turismo em espaço rural, definidos na legislação.

As relações estabelecidas entre a atividade do turismo, enquanto atividade económica estratégica, e o território têm vindo a atender ao enquadramento paisagístico, às amenidades rurais envolventes, à qualidade ambiental e aos produtos e serviços locais. Considera-se o espaço rural como um espaço natural, cultural, tradicional, promotor de uma vida saudável e aberto a atividades de turismo, recreio e lazer.

A Estratégia Turismo 2027 estabelece prioridades, as quais são identificadas em cinco eixos estratégicos, tais como, valorizar o território. Este eixo apresenta várias linhas de atuação, entre as quais, conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural; valorizar e preservar a autenticidade de Portugal; potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação; estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística (Turismo de Portugal, 2017).

Face os objetivos da Estratégia Turismo 2027; às características, especificidades e potencial turístico do concelho de Monchique; à mudança de paradigma na vivência do território por parte das populações urbanas e; ao facto do Algarve, embora sendo uma região de grande oferta turística, ser a região de Portugal que apresenta menos oferta a nível de turismo rural (TER), considera-se bastante pertinente o conceito e proposta de intervenção desenvolvidos no presente estudo.

Mudança de paradigma na vivência do território por parte das populações urbanas - novos espaços de recreio e lazer

Desde há muito que o território do concelho de Monchique é cobijado pelo Homem, daí os relatos de presença de romanos nas Caldas de Monchique,

com o intuito de usufruírem das propriedades da água que brotava do interior da rocha.

No século passado, com o *boom* do turismo na região do Algarve, assistiu-se a uma ocupação desordenada do litoral, tendo ficado esquecidos os territórios serranos. Com esta alteração profunda, as populações do interior algarvio começaram a fixar-se na linha de costa, a sul, à procura de melhores condições de vida e de trabalho. Assim, os territórios do interior foram permanecendo despovoados de gente nova e entregues aos idosos que pouco têm podido fazer, além das lides do campo a que sempre foram habituados. No entanto, este modelo de ocupação do território, rapidamente se revelou desequilibrado e insuficiente para o desenvolvimento da região e para a afirmação desta como destino turístico de excelência, visto que a única alternativa tem sido o turismo de massas, que procura sol e mar.

Recentemente, tem-se verificado uma mudança de paradigma, no que respeita à vivência do território por parte das populações urbanas, onde a procura de novos espaços para a prática de atividades de ar livre, para a fruição e contato com a natureza e o conhecimento dos espaços naturais e culturais se tem tornado uma necessidade crescente, funcionando estes espaços em complementaridade com a urbe, numa relação de reciprocidade e interação.

Face a esta procura, e como complemento ao modelo de turismo adotado no passado, a autarquia de Monchique tem vindo a promover atividades assentes nos conceitos de turismo de natureza e de turismo de saúde e bem-estar. As termas das Caldas de Monchique e o complexo hoteleiro que lhe está associado, bem como, as unidades hoteleiras especializadas na temática da saúde conseguiram marcar a diferença e ser um destino de escape ao quotidiano das cidades, sejam elas do litoral algarvio ou, do resto de Portugal e da Europa.

Contudo, esta oferta por si só não consegue abranger todas as classes socioeconómicas, nem satisfazer todas as tipologias de procura, pelo que surge a necessidade de criar outras ofertas. Neste contexto, o presente estudo como estratégia para minimizar o problema, e na tentativa de dar resposta à mudança de paradigma, preconiza intervenções para o concelho, as quais potenciam os valores presentes na serra de Monchique, permitindo às populações residentes e urbanas a reaproximação à natureza e a prática de atividades de lazer e culturais, em contexto rural.

Breve caracterização da área em estudo

O concelho de Monchique localiza-se no sul de Portugal, no barlavento algarvio (Figura 1), sendo um dos maiores concelhos do Algarve, em que 87% da sua área está classificada como Rede Natura2000. Neste concelho do interior, com três freguesias (Alferce, Marmeleite e Monchique), destaca-se a serra de Monchique, maior elevação geológica do sul de Portugal, em que o ponto mais alto, a Foia, atinge 902 m de altitude. Esta formação geológica, composta por dois maciços de sienito nefelínico, marca a paisagem do barlavento algarvio pela sua dimensão, imponentia e especificidade geológica.

No contexto do Algarve, a altitude desta serra é uma característica marcante no que respeita à paisagem e ao clima. O clima é temperado húmido, de verão seco e temperado; assumindo características únicas no contexto em que se encontra, contrastando com o clima temperado húmido, de verão seco e quente, característico do Algarve. Estas particularidades conferem especificidade ao local, nomeadamente no que respeita à disponibilidade do recurso água e à vegetação presente, tornando-se a paisagem serrana de Monchique um oásis no contexto da região algarvia.



Figura 1
Localização do concelho de Monchique no contexto da região do Algarve.
Fonte: Águas, 2013.

Nesta paisagem de montanha, a taxa de ocupação humana é baixa, os usos do solo e o coberto vegetal são diferenciados, existindo um património próprio, como por exemplo, as banquetas para uso agrícola, nas quais são cultivados grande parte dos produtos que alimentam a população serrana. É notório que a paisagem não é mais do que o resultado da intervenção do Homem no seu suporte físico, ou seja, no território (Fadigas, 2007). A agricultura, enquanto uma das principais atividades da serra, tem tido extrema importância na economia do concelho, embora, atualmente, assuma uma expressão muito menor que no passado, em que a cultura dos cereais imperava e fazia com que os moinhos de água operassem para a sua moagem.

No concelho também existe património edificado (diversas igrejas, um convento e vários edifícios históricos), no entanto, é o património hidráulico que assume forte expressão na serra.

Metodologia

A metodologia adotada no desenvolvimento do estudo assentou em três fases. A primeira fase consistiu na identificação e visita aos locais que apresentam aptidão para o desenvolvimento de atividades de lazer e que tenham a água como cenário. Além do levantamento de campo que permitiu a caracterização dos referidos locais, também foi realizada pesquisa bibliográfica, inquéritos aos residentes e classificados os locais com interesse, tendo em conta as condições de conservação do património e as acessibilidades.

Na fase seguinte procedeu-se à compilação da informação e foram elaboradas fichas de caracterização de cada local onde existia património ligado à água. Estava previsto que esta informação integrasse o guia turístico, a publicar no site web da Câmara Municipal de Monchique, permitindo assim a divulgação dos valores diagnosticados neste território.

A última fase do estudo incidiu no desenvolvimento de uma proposta para o sítio do Barranco dos Pisões, que satisfizesse as necessidades de recreio e lazer e que respeitasse as dinâmicas do território, tendo em conta que este espaço está fortemente ligado a uma linha de água.

Na caracterização e análise dos fatores abióticos, bióticos e culturais (McHarg, 1969) do local em estudo foi dada especial atenção à hidrologia, ao relevo, à geologia, à flora, ao património cultural edificado e à paisagem, por serem estes os fatores que tornam este território distinto e único no contexto territorial em que se insere.

As várias visitas de campo ao sítio do Barranco dos Pisões foram realizadas nas diferentes estações do ano, de modo a se interiorizarem e a se refletirem nas propostas de intervenção as dinâmicas do sistema fluvial presente.

Reaproximação do Homem à natureza, como instrumento de desenvolvimento local

Espaços no concelho de Monchique com potencial turístico

O recurso ao património e à paisagem ligados à água, para fins turísticos, pode valer a um local a

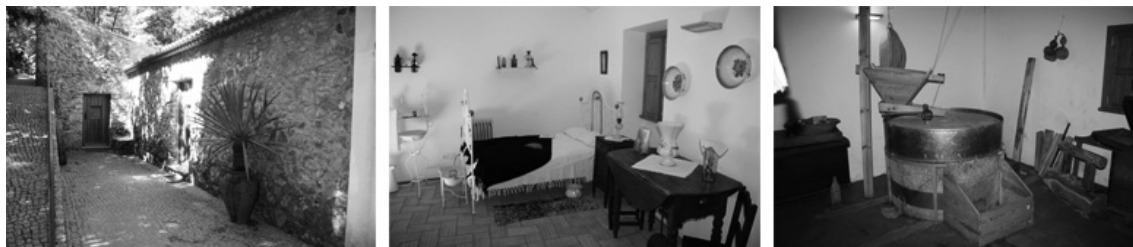


Figura 4
Moinho do Poucochinho.
Fonte: Águas, 2013.

diferenciação ao nível turístico, comparativamente aos locais limítrofes.

Durante o trabalho de campo foram identificados no concelho de Monchique vários espaços com potencial turístico, nomeadamente, 28 fontanários, 3 cascatas, 8 miradouros e 8 parques de merenda. Na Figura 2 apresentam-se alguns exemplos de fontanários e de cascatas localizadas no concelho de Monchique.

A altitude atingida pelo maciço sienítico, em conjunto com as cascatas, confere a este território uma riqueza paisagística única, na qual a água possui um papel primordial.

Na envolvente de alguns miradouros existem parques de merenda e fontanários, o que confere a estes locais uma oferta diversificada e complementar, pois permitem a prática de atividades de recreio e a contemplação da paisagem, aptidão associada à altitude que caracteriza esta serra.

Os parques de merenda estão muitas vezes localizados próximos de linhas de água, tornando-se assim locais de excelência para a prática de atividades ao ar livre.

Na serra de Monchique um dos locais mais visitados, quer pela população residente, quer pelas populações urbanas do litoral, é o sítio do Barranco dos Pisões, que se localiza na encosta Norte da serra e é atravessado por uma linha de água - ribeira de Seixe. Neste local existe um moinho de água, um parque de merendas, a ruína de um edifício, onde em tempos existiu um pisão, e outro parque de merendas, mas em mau estado de conservação. Na Figura 3 apresentam-se as principais características deste local.

Em tempos, o sítio do Barranco dos Pisões, teve forte relevância ao nível económico do concelho, pois era um dos locais da serra onde, por um lado, se fazia a moagem do cereal, no Moinho do Poucochinho, e, por outro, onde existiam os pisões que davam o acabamento necessário aos tecidos provenientes da indústria têxtil, que durante muitos anos

foi a atividade económica mais importante deste concelho.

O moinho foi propriedade da família Poucochinho e era neste local que se obtinha a farinha para fabrico do pão e elaboração dos pratos tradicionais algarvios, como as papas de milho, também designado por xarém.

Atualmente, o moinho tem funções museológicas e etnográficas e é gerido pela Junta de Freguesia de Monchique, que promoveu a sua recuperação e garante o seu funcionamento, o que tem permitindo a visita por parte de residentes e turistas. Na envolvente do moinho existe um parque de merendas.

O moinho (Figura 4), constituído pela casa do moleiro, pela caldeira e pela mó, é alimentado a partir da água da ribeira de Seixe. Na envolvente existe um parque de merendas.

Outro dos usos que é dado a este local é a realização de alguns eventos ao ar livre, como é o caso de cerimónias religiosas, nomeadamente, a missa do dia da espiga (quinta-feira da Ascensão). A utilização deste espaço natural, com forte expressão cultural, para o desenvolvimento de várias tipologias de atividades reflete as premissas enunciadas na Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000), nomeadamente, no que respeita à definição de paisagem como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”.

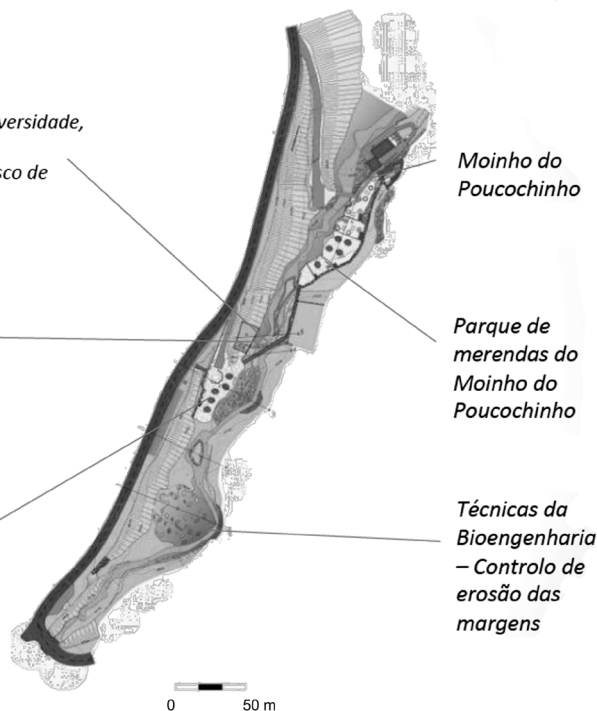
No diagnóstico efetuado no concelho de Monchique relativamente ao património e à paisagem ligados à água, destacou-se o sítio do Barranco dos Pisões. Verificou-se que os pontos fortes presentes neste local constituíam uma oportunidade para a reaproximação do Homem à natureza, funcionando simultaneamente como um instrumento de desenvolvimento local, através da utilização do espaço para fins turísticos em espaço rural. Este local, apesar de bastante visitado, apreendido pelas populações residentes e cada vez mais apreciado pelas populações exteriores à vivência serrana, apresenta alguns

Barranco dos Pisões

Açude → aumento da biodiversidade, controlo da velocidade de escoamento, redução de risco de cheia...

Centro de interpretação da dinâmica fluvial de montanha e das estruturas associadas (moinhos, pisões, fontanários...)

Parque de Merendas do Barranco dos Pisões



Moinho do Poucochinho

Parque de merendas do Moinho do Poucochinho

Técnicas da Bioengenharia – Controlo de erosão das margens

Figura 5
Proposta de intervenção para o sítio do Barranco dos Pisões.
Fonte: Águas, 2013.

problemas ao nível do tipo das estruturas existentes, essencialmente no que respeita à respetiva conservação, ao estado da linha de água e margens.

Neste contexto, considerou-se pertinente desenvolver uma proposta que permitisse por um lado, a melhoria das estruturas já existentes e a potenciação deste espaço para novos usos, e por outro, intervenções de natureza hidrológica-hidráulica, que promovessem a reabilitação do sistema hídrico.

Sítio do Barranco dos Pisões - Proposta de intervenção

Sendo a linha de água o elemento central do sítio do Barranco dos Pisões, a estratégia conceptual da intervenção proposta teve por base a dinâmica fluvial e o objetivo de recuperar este troço da linha de água, promovendo a continuidade e a conectividade dos ecossistemas, e melhorar as condições para os visitantes deste espaço, de características rurais.

O conceito de intervenção de carácter integrador e de promoção deste espaço, de modo a que seja vivido em complementaridade com a urbe, compreende a melhoria das condições de utilização, designadamente ao nível das acessibilidades, e para a rea-

lização de atividades ao ar livre. Também foram previstas intervenções ao nível da linha de água, de modo a diminuir a erosão das margens e a velocidade de escoamento, característico num ambiente de montanha.

Neste contexto, e tendo em conta as especificadas do local, a proposta de intervenção incide nas seguintes ações:

- reforço e melhoria da área de estadia no parque de merendas do Barranco dos Pisões; melhoria das acessibilidades; criação de um centro de interpretação da dinâmica ribeirinha de montanha; construção de uma ponte em madeira para ligação das duas margens; implementação de um açude e reabilitação das margens da linha de água. Na Figura 5 apresenta-se o plano geral de intervenção preconizado para o Barranco dos Pisões.

No parque de merendas do Barranco dos Pisões está previsto o aumento da sua capacidade, com reforço e substituição do mobiliário existente (mesas, bancos e papeleiras), e a melhoria das acessibilidades, nomeadamente o acesso automóvel e a pessoas de mobilidade reduzida.

Na ruína do pisão será criado um Centro de Interpretação da Dinâmica Fluvial de Montanha, onde serão desenvolvidas atividades pedagógicas e de divulgação. Esta proposta pretende o envolvimento das comunidades, nomeadamente, as camadas mais jovens dos centros urbanos que, muitas vezes, não têm conhecimento sobre a vivência no campo, nem sobre a importância que o meio rural tem para a vida nas cidades e as relações de reciprocidade e interação funcional e estrutural que se podem estabelecer.

Ao nível da reabilitação do sistema hídrico, além da construção de um açude, para a criação de um espelho de água e redução da velocidade de escoamento, estão previstas intervenções para a proteção e consolidação das margens da ribeira e o tratamento do fundo do leito da ribeira. Este incidiu essencialmente em agrupar a pedra de sienito existente ao longo desse troço, em que para caudais mais baixos permite o estabelecimento de leitos sazonais, inseridos e meandrizados no leito normal. As intervenções serão no domínio da engenharia biofísica, as quais se revestem de particular importância pois potenciam a funcionalidade hidráulica e ecológica do sistema,

De modo a estabelecer a ligação entre as duas margens, conseguida atualmente apenas em período seco, quando o caudal é pouco expressivo, foi prevista a instalação de uma ponte em madeira, próximo do açude, integrada na paisagem local. Esta ligação permite o acesso aos trilhos existentes na margem direita da ribeira que ligam ao parque de merendas do moinho do Poucochinho, garantindo-se desta forma a unificação desse espaço.

As intervenções propostas para o sítio do Barranco dos Pisões ainda não foram implementadas no terreno.

Considerações finais

Na Europa os sectores económicos atravessam uma crise, estando os países do sul a ser os mais afetados, pelo que urge a necessidade de definir estratégias para se minimizar o problema. O turismo assume-se como a principal atividade da região algarvia, sendo sazonal e apenas sustentável nos meses de calor, em que os turistas que visitam a região podem usufruir do sol e do mar.

O concelho de Monchique, sendo um concelho do interior, sem o mar a constar na sua oferta turística, marca a diferença através da serra de Monchique, assumindo o património e a paisagem ligados à água um papel de destaque, nomeadamente, como

elementos identitários e estruturantes desta serra do sul de Portugal.

Este património merece realce, quer pela importância que teve no passado para a economia local, quer pelo potencial para aumentar a oferta turística deste concelho do interior algarvio.

O aumento da oferta turística, diferenciada da oferta turística dos concelhos do litoral, permite projetar a região algarvia para o exterior enquanto produto turístico e, além disso, potenciar o estabelecimento de sinergias entre as populações residentes nos centros urbanos da periferia e os espaços de lazer que este território oferece. Para as populações urbanas o estabelecimento de relações com o meio natural, enquanto vivido em complementaridade com a urbe, pode ser um modo de diminuição dos níveis de *stress* associados à vida cidadã.

A proposta desenvolvida para o sítio do Barranco dos Pisões, integrada na paisagem local, ao melhorar as condições de vivência de um espaço muito apreciado pelas populações residentes e pelos que visitam este território serrano frequentemente, torna-se um valor acrescentado para o desenvolvimento local.

Referem-se ainda os contributos deste trabalho para a elaboração de guias e programas turísticos, onde se divulguem os valores da serra de Monchique.

Bibliografia

- Águas, T. S. & Antunes, C. R. (2013). Paisagem e Património Ligados à Água na Serra de Monchique, In *Atas II Congresso Internacional de Engenharia Civil Y Territorio*, Água, Cultura e Sociedad, Vigo, 20 e 21 maio (CD-ROM, 11 pág.).
- Águas, T. (2013). *Recuperação de Corredores Fluviais de Montanha - Barranco dos Pisões - Monchique*. Dissertação, Universidade do Algarve. Faro, Portugal.
- Antunes, J. & Barroco, C. (2010). A importância do Turismo em Espaço Rural no contexto da actividade turística da Região Dão-Lafões (NUTS III), In *Actas/Proceedings 16º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*, Regiões de Charneira, Canais de Fronteira e Nós, Funchal, 5 a 10 de julho (pp. 265-289).
- Barroco, C., Antunes, J. & Amaro, S. (2011). Turismo em Espaço Rural: Tendências e Oportunidades. In *Actas/Proceedings 17º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*, Gestão de Bens Comuns e Desenvolvimento Regional Sustentável,

- Bragança - Zamora, 29 de junho a 2 de julho (pp. 666-683).
- Conselho da Europa (2000). *Convention Européenne du Paysage et Rapport explicatif*. Estrasburgo: T-Land.
- Costa, C. & Santos, N. (2016). Turismo na Serra da Estrela. Planeamento da atividade turística e desenvolvimento. *Cadernos de Geografia*, 35, 19-30. Acedido a 3 de setembro de 2017 em doi: https://doi.org/10.14195/0871-1623_35.
- Decreto-Lei n.º256/86 de 27 de agosto. *Diário da República n.º196 - 1ª Série*. Secretaria de Estado do Turismo.
- Decreto-Lei n.º52/2002 de 11 de março. *Diário da República n.º59 - 1ª Série-A*. Ministério da Economia.
- Decreto-Lei n.º15/2014, de 23 de janeiro. *Diário da República n. 16 - 1ª Série*. Ministério da Economia.
- Fadigas, L. (2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fonseca, F. P. & Ramos, R. (2007). O Turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável: o caso de Almeida, In *Actas/Proceedings 13º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*, Recriar e Valorizar o Território, Angra do Heroísmo, 05 a 07 de julho, (pp. 198-241).
- Jesus, H. (2013). Paisagem, inovação e recursos turísticos das áreas rurais. O caso de Carregal do Sal. *Cadernos de Geografia*, 32, 175-185. Acedido a 17 de setembro de 2017 em doi: http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_32_13.
- McHarg, I. L. (1969). *Design With Nature*. 1ª edição, Nova Iorque: John Wiley e Sons, Inc.
- Moreira, F. (1994). *O Turismo em Espaço Rural: Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Oliveira, E. V. & Galhano, F. (1977). *Tecnologia Tradicional - Pisões Portugueses*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos de Etnologia.
- Perales, R. (2002). Rural Tourism in Spain. *Annals of Tourism Research*, 29, 1101 - 1110. Acedido a 1 de outubro de 2017, em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738302000257>.
- Pato, M. L. J. (2016). O Modesto Contributo do Turismo Rural no Douro, Portugal: um estudo baseado nos promotores e na oferta turística. *Turismo em Análise*, 27(3), 624-643. Acedido a 1 de setembro de 2017, em doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v27i3p624-643>.
- Silva, L. (2007). A procura do turismo em espaço rural. *Etnográfica*, 11(1), 141-163.
- Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Acedido a 3 de outubro de 2017, em <http://estrategia.turismodeportugal.pt/content/estrat%C3%A9gia-turismo-2027>.

Turismo y desarrollo rural en la comarca de las Tierras Altas de Lorca (Región de Murcia, España). Caso de estudio: El Proyecto “Cinturón Espartaria”

Tourism and rural development in Lorca’s Highlands Shire (Murcia Region, Spain). A case of study: The “Cinturón Espartaria” Project.

Daniel Moreno Muñoz

Departamento de Geografía, Universidad de Murcia
daniel.moreno1@um.es
ORCID:0000-0003-2264-263X

Víctor Ruíz Álvarez

Departamento de Geografía, Universidad de Murcia
victor.ruiz1@um.es
ORCID: 0000-0002-6630-4571

David Espín Sánchez

Departamento de Geografía, Universidad de Murcia
david.espin1@um.es
ORCID:0000-0003-4807-5450

Resumen:

La comarca de las Tierras Altas de Lorca (Región de Murcia, España) se enfrenta a una crisis socioeconómica debido al continuo éxodo rural, el envejecimiento de la población y la decadencia de las actividades tradicionales. Desde la década de 1990 se ha producido un desarrollo del turismo rural. En este contexto, surge en 2013 el Proyecto “Cinturón Espartaria”, con el fin de generar un atractivo turístico a la comarca.

En este artículo se realiza un estudio socioeconómico de las Tierras Altas de Lorca y un análisis de la incidencia territorial del citado Proyecto. Los resultados muestran como el territorio es un claro ejemplo de espacio rural deprimido, teniendo un futuro poco esperanzador. No obstante, “Cinturón Espartaria” ha conseguido tener un gran éxito en las actividades organizadas, atrayendo a centenares de personas que generan durante los fines de semana un beneficio socioeconómico en las numerosas pedanías que forman el territorio objeto de estudio.

Palabras clave: Desarrollo rural; Turismo rural; “Cinturón Espartaria”; Turismo activo.

Abstract:

The Lorca’s Highlands Shire faces a socio-economic crisis due to the continued rural exodus, the ageing of the population and the decline of traditional activities. Since the 1990s there has been a development of rural tourism. In this context, was born in 2013 the “Cinturon Espartaria” Project, to generate a touristic attraction in the shire.

In this paper we aim to do a socioeconomic study about Lorca’s Highlands and analyze the territorial impact of Projetc. The results obtained show a territory is a clear example of depressed rural área, having a little hopeful future. However, “Cinturón Espartaria” managed to have a great success in the organised activities, attracting hundreds of people who generate a socio-economic benefit during weekends in the numerous districts that form the territory.

Keywords: Rural development; Rural tourism; “Cinturón Espartaria”; Active tourism.

Introducción

El turismo rural es uno de los productos turísticos con mayor crecimiento en las dos últimas décadas (Vaugeois, 2015), especialmente como alternativa al turismo de masas, creándose numerosos programas en diferentes escalas debido a los bene-

ficios socioeconómicos que puede aportar a las comunidades (Farmaki, 2014). No obstante, y de acuerdo con Gadheri y Henderson (2012), el término rural difiere según los países y las diferentes culturas del mundo.

Gran parte las zonas rurales españolas está sufriendo, desde hace años, los efectos de fenóme-

nos como el retroceso del empleo en la agricultura, considerable pérdida de la importancia relativa de la producción alimenticia, envejecimiento de la población, éxodo rural y agravamiento de los lazos de dependencia con las ciudades. Actualmente la población de las áreas desarrolladas tiende a concentrarse en las ciudades (Johansson, 2016). Por el contrario, las áreas rurales, principalmente las de posición más excéntrica, muestran un conjunto de vulnerabilidades que las colocan en un lugar más crítico de resiliencia por la mayor exposición y dependencia a factores externos y estructuras sociales, económicas, demográficas y políticas internas más débiles.

Para paliar las nefastas consecuencias de estos efectos, el medio rural ha tratado de reinventarse (Briedenhann y Wickens, 2004). Una de las acciones con más repercusiones socioeconómicas es la puesta en marcha del turismo rural o turismo de interior, ya que cuenta con numerosas peculiaridades que lo hacen variado y diverso (Guzmán-Parra *et al.*, 2015). Por ello, es complementado con otras modalidades como el turismo de deporte-aventura, agroturismo o turismo verde. Estos tipos de turismo no son excluyentes, sino que forman parte de sistemas complejos en los que suelen darse varios de estos desarrollos simultáneamente (Espejo y García, 2016), siendo considerado como un catalizador eficaz para el desarrollo socioeconómico (Cassel y Pettersson, 2015; Silva y Leal, 2015). La evolución reciente de los medios rurales hacia la plurifuncionalidad, allí donde es posible, ha dado especial importancia al desarrollo del turismo en estos territorios como una actividad más a la hora de generar nuevas rentas, por la coincidencia en el tiempo con el aumento de una población urbana dispuesta a comprar ese producto (Cánoves *et al.*, 2015).

Actualmente los turistas tienen nuevas motivaciones (Oppewal *et al.*, 2015). Estas pueden ser muy numerosas. Entre las que atañen a la práctica del turismo rural se encuentran entre otras: salir de la rutina diaria, comprenderse mejor así mismo, experimentar cosas diferentes, conocer otras formas de vida o sentir el contacto con el medio natural (Beltrán-Bueno y Parra-Meroño, 2017). Los consumidores ya no buscan un paquete turístico estandarizado, rígido y masivo, en el que el sol sea el principal atractivo, sino que en este caso se prefiere un turismo más individualizado y un interés creciente por la tranquilidad, el contacto con la naturaleza, la cultura y la no masificación (García, 2005).

La oferta turística de la Región de Murcia se ha fundamentado básicamente en el turismo de sol

y playa (Serrano, 2007; Moreno, 2014) que atrae al 52,3 % de los turistas (CARM, 2016), debido a su longitud de costa y clima bonancible, propiciando la llegada de turistas procedentes de todo el territorio nacional y de países como Reino Unido, Francia y Alemania (Vera y Baños, 2010). No obstante, desde hace varios años el gobierno regional trata de desestacionalizar la oferta turística buscando nuevos flujos de visitantes a las ciudades del interior durante todo el año (Cebrián y García, 2014). Una de las apuestas de la Comunidad Autónoma en el Plan Estratégico Turístico 2015-2019 es el desarrollo de la diversificación del turismo a través de la consolidación de productos turísticos diferenciados con alta capacidad de generación de un valor añadido.

Tanto las administraciones, en sus diferentes escalas, como los actores involucrados en el medio rural, coinciden en la importancia de la actividad turística como impulsora de desarrollo integral (Ponce, 2009), generando sinergias locales que favorezcan al territorio. De acuerdo con Ponce (2011), el turismo rural constituye en la Región una función económica a considerar, por su aportación de rentas complementarias y su capacidad para hacer frente a los retos en materia de sostenibilidad, además de conseguir flujos que contribuyen a la revitalización áreas rurales (García, 2011).

En la Región de Murcia, donde el turismo es uno de los principales motores de la economía, la producción científica acerca de este sector es prolífica. La mayoría de ellos analizan el turismo en su conjunto y, sobre todo, el segmento de sol y playa. Sin embargo, los textos sobre turismo rural no son tan abundantes. Espejo (1997), muestra las primeras iniciativas de esta modalidad llevadas a cabo en la comarca del Noroeste, analizando los productos turísticos, el papel que juega la administración, el equipamiento y las previsiones futuras. En este ámbito geográfico se buscaron nuevas fórmulas para sacar al medio rural de su situación a través de los programas de innovación rural (Andrés, 2000), siendo pionero a través de las iniciativas comunitarias LEADER. Éstas potenciaron el turismo rural, creando y acondicionando alojamientos rurales, y la promoción, conservación y rehabilitación del patrimonio natural y cultural (García, 2011). Además, se crearon empresas dedicadas al turismo deportivo en la naturaleza (Peñalver, 2004), quedando el Noroeste como la comarca más representativa en el contexto regional (Millán, 2012).

Las áreas interiores de la Región de Murcia han impulsado iniciativas de turismo rural con el fin de dinamizar la economía local. Así, los vecinos de la

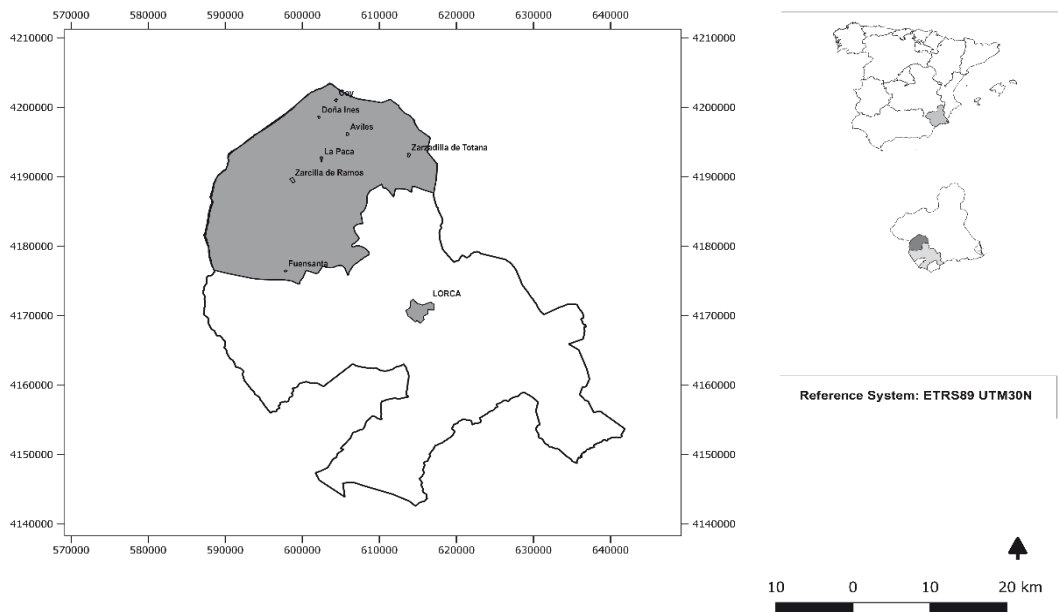


Figura 1
Localización geográfica de la Comarca de las Tierras Altas de Lorca.
Fuente: Elaboración propia.

Comarca de las Tierras Altas de Lorca han puesto en marcha un proyecto denominado “Cinturón Espartaria”. Éste guarda una estrecha relación con la infinidad de iniciativas existentes en otros lugares, no sólo de España sino a escala planetaria. No obstante, enumerar todos y cada uno de los proyectos sería inabarcable, por lo que se citan algunos ejemplos internacionales. En Europa se puede destacar, por un lado, la Región de Apulia (Italia), lugar en el que se han construido diversos eco-museos con el fin de promover el patrimonio cultural, medioambiental y paisajístico (López, 2017). Y por otro, Favaio (Portugal), donde el turismo está ligado a la experiencia enoturística y a los paisajes de viñedos, mostrando los usuarios una gran satisfacción (Kastenholtz *et al.*, 2016). En América Latina, concretamente en Salamina-Caldas (Colombia) se pretende reactivar la economía a través de rutas turísticas que pongan en valor la identidad local (Ibarra *et al.*, 2016), mientras que en Região Quarta Colônia, ubicada en el Estado Rio Grande do Sul (Brasil), se ha consolidado el proyecto PRODESUS, cuyo objetivo fundamental es el desarrollo rural. Pese a ello, aún necesita una mayor inversión pública y privada y una mejor planificación (Righi *et al.*, 2016).

En este sentido, parece oportuno el desarrollo de una investigación acerca del Proyecto “Cinturón Espartaria” con el planteamiento de los siguientes objetivos: (1) Estudiar la realidad socioeconómica de la comarca objeto de estudio; (2) Conocer la situación actual del proyecto y su incidencia en el territorio; y (3) Realizar una puesta en valor de la idiosincrasia de las Tierras Altas de Lorca a través de sus recursos patrimoniales tangibles e intangibles.

Área de estudio, materiales y métodos

La Comarca de las Tierras Altas de Lorca se ubica en la parte noroeste del municipio de Lorca (Región de Murcia), cuenta con una extensión de 438 km² y engloba un total de 7 pedanías principales (Coy, Avilés, La Paca, Doña Inés, Parroquia de La Fuensanta, Zarzilla de Ramos y Zarzadilla de Totana) (Figura 1). Se trata de uno de las zonas más aisladas de la Región de Murcia debido a la conjunción de varios factores: i) Ámbito geográfico rodeado de dos sistemas montañosos, la Sierras de Burete-Lavia al norte, Sierra del Cambrón al noreste, y Sierra del Gigante-Pericay cerrando por el suroeste. La altitud media se sitúa por encima de 700 metros, confor-

mando una gran altiplanicie que pierde altitud a medida que desciende latitudinalmente hacia el sur; ii) Presencia de paisajes muy erosionados; iii) Clima mediterráneo muy continentalizado, con precipitaciones generalmente escasas (media anual de 350 mm) y con importantes oscilaciones térmicas diarias y anuales, siendo los inviernos especialmente duros, con una media de hasta 56 días de helada al año, y habituales nevadas; iv) Éxodo rural continuo de la población debido a la búsqueda de una mayor calidad de vida; y v) Existencia de una agricultura de secano con escasa rentabilidad frente a los nuevos regadíos que se han establecido en otros territorios próximos o colindantes.

Para la elaboración del presente estudio se realizó, en primer lugar, una revisión bibliográfica exhaustiva. Tras ello, se recopiló la información disponible sobre el Proyecto “Cinturón Espartaria”, pues tras su puesta en marcha es necesario conocer cuáles son las actuaciones previstas en el territorio y sus objetivos principales. Los datos de población fueron obtenidos del Padrón Municipal de Habitantes del Instituto Nacional de Estadística (INE), con el fin de conocer cómo ha evolucionado el número de habitantes en la comarca durante el periodo comprendido entre los años 2000 y 2016, así como la tasa de envejecimiento actual. Por último, se efectuó un trabajo de campo con el fin de comprobar *in situ* la incidencia territorial de las acciones realizadas a través de este Proyecto y las consecuencias de las mismas sobre el espacio de estudio.

Resultados y discusión

Crisis socioeconómica en las Tierras Altas de Lorca

La comarca de las Tierras Altas de Lorca sufre desde hace años una grave crisis socioeconómica. Se trata de un espacio económicamente atrasado, no tanto por tener un medio físico natural desfavorable para una agricultura competitiva y rentable, sino por su incapacidad para integrarse en los circuitos de las actividades secundarias y terciarias. Además, cuenta con unas deficientes comunicaciones que le otorgan la sensación de aislamiento (Andrés, 2000).

El principal problema al que se enfrenta es la paulatina despoblación, debido a la escasa adaptación frente a los cambios estructurales acaecidos en la cabecera municipal: Lorca. La Comarca ha ido perdiendo peso en el conjunto del municipio, significando en 2016 el 4,2% del total, es decir, su significación es escasa. Sólo La Paca, con los mismos habitantes

en 2016 que en el año 2000 (1.171), y Parroquia de la Fuensanta, con un crecimiento de 9 ciudadanos durante el periodo analizado, se libran de este fenómeno. No obstante, desde 2010 todas las pedanías sufren una pérdida de población, habiéndose reducido el total comarcal en un 7,94% (Tabla 1).

Tabla 1
Evolución del número de habitantes de los entes poblacionales del ámbito de estudio (2000-2010-2016).

	2000	2010	2016
Avilés	365	309	271
Coy	482	421	369
Doña Inés	136	145	112
La Paca	1.171	1.318	1.171
Zarzilla de Ramos	982	992	964
Parroquia de La Fuensanta	485	513	494
Zaradilla de Totana	544	485	470
Total Comarca	4.165	4.183	3.851
Lorca núcleo urbano	43.435	59.683	58.866
Total municipal	72.000	92.694	91.730
% Comarca / Total municipal	5,8	4,7	4,2

Fuente: Elaboración propia a través de los datos del INE.

El grado de envejecimiento de la población es acusado, repercutiendo directamente en la economía local. La tasa de envejecimiento de la Comarca es alta (26,2 %), estando más de una decena de puntos por encima del total municipal (14,9 %). Si se desglosan los valores por pedanías, estos oscilan entre el 38,3 % de La Paca y el 20,5 % de Avilés, (Tabla 2).

La economía de la zona se ha visto mermada por la crisis de efectivos poblacionales y la evolución de las tendencias de mercado en las que el mayor número de ventas se realizan en los grandes espacios comerciales. Tal como indica Andrés (2006), la agricultura ocupa la mayor parte de la población activa y constituye la base de su economía. Un sector con unos ritmos estacionales muy definidos, con escasa presencia de asalariados. Desde hace varios lustros, la población más joven se desplaza hacia Lorca en busca de oportunidades laborales en otros sectores de menor dureza y mejor pagados.

Otra dificultad acrecentada en los últimos años es la escasa dotación de infraestructuras. El acceso por carretera a la zona se realiza a través de viales comarcales y nacionales. La Comarca está conectada con Lorca y Caravaca de la Cruz mediante la RM-711, vía que conecta ambas ciudades. No obstante, se trata de un ramal deficitario de calidad ya que es

muy estrecho y el asfalto deficitario, por otro lado, centros educativos y servicios sanitarios son mínimos.

Tabla 2
Tasa de envejecimiento en los entes poblacionales del ámbito de estudio (2016).

	TOTAL	De 0 a 14 años	De 15 a 64 años	> 65 años	Tasa envejecimiento (%)
Avilés	300	29	156	115	38,3
Coy	369	28	218	123	33,3
Doña Inés	115	10	63	42	36,5
Paca (La)	1.171	184	747	240	20,5
Zaradilla de Totana	470	44	289	137	29,1
Zarzilla de Ramos	1.036	130	656	250	24,1
Total Comarca	3.461	425	2.129	907	26,2
Lorca núcleo urbano	58.866	11.128	40.552	7.186	12,2
Total Municipal	91.730	16.279	61.827	13.624	14,9

Fuente: Elaboración propia a través de los datos del I.N.E.

Tan sólo existe un instituto de educación secundaria obligatoria, situado en La Paca, que aglutina al alumnado de todas las pedanías. No obstante, en lo que confiere a la educación primaria, sí que existen pequeños colegios en Avilés, Zarzilla de Ramos y Zaradilla de Totana. Respecto a los servicios de salud, cada pedanía cuenta con un consultorio médico que abre de lunes a viernes en horario matutino, por lo que fuera de esa frecuencia horaria los habitantes se tienen que desplazar a Lorca o Caravaca de la Cruz.

Esta conjunción de causas ha provocado una crisis socioeconómica en las Tierras Altas de Lorca. Se trata de un fenómeno que, a día de hoy, parece difícil de revertir. Se advierte una vigorosa uniformidad sociológica, como consecuencia de la historia común que han vivido, en la que existe una falta de motivación emprendedora. Todo tiene un denominador común, ir a la capital municipal, ello hace que el éxodo rural se sustituya por desplazamientos cotidianos por diversas razones: estudios, trabajo, servicios sanitarios o relaciones sociales.

Como alternativa a la situación de depresión que vive la comarca se han creado en los últimos años 8 casas rurales y 2 albergues con capacidad de 56 plazas cada uno. Entre la población existe un convencimiento generalizado de que el futuro pasa

por el turismo rural. Es una potencialidad del territorio pero no es exclusiva, también lo es a nivel regional donde coexisten numerosas acciones como motores de desarrollo local. Por ello, se crea el proyecto “Cinturón Espartaria”, con el fin de dinamizar la zona.

El Proyecto “Cinturón Espartaria”

Surge como consecuencia del estudio y observación de la incuestionable homogeneidad de las pedanías del noroeste o Tierras Altas de Lorca, interpretando y determinando que la unión de ellas haría que las acciones puestas en marcha tuvieran mayor repercusión, representación y refuerzo.

Al compartir un mismo espacio geográfico, tienen recursos naturales, culturales y sociales prácticamente homogéneos, y una misma problemática: la despoblación ocasionada por la falta de oportunidades laborales, la degradación del entorno o la escasa provisión de servicios públicos.

El Proyecto “Cinturón Espartaria” fue aprobado por la Asamblea Regional de Murcia en mayo de 2013, constituyéndose como Federación de Asociaciones de Vecinos integrada por las pedanías de Zaradilla de Totana, Avilés, Coy, Doñas Inés, La Paca, Zarcilla de Ramos y La Parroquia, junto a los parajes de El Rincón y La Terreras. Su objetivo general es el desarrollo económico y social de la zona, utilizando una estrategia común, con una conciencia comunitaria basada en la solidaridad territorial.

Entre los objetivos principales destacan:

- Fomentar la unión de todas las pedanías para trabajar en el desarrollo sostenible del territorio, en el ámbito medioambiental, cultural, deportivo, turístico y socioeconómico.
- Proporcionar a los distintos actores locales instrumentos que les permitan desempeñar funciones de planificación y gerencia del desarrollo local participativo, nuevos modelos asociativos y trabajo en redes.
- Implantar el rol de desarrollo integral como instrumento de sostenibilidad, equidad social y potenciación de la identidad cultural para el mutuo conocimiento entre las pedanías.
- Promover el desarrollo turístico, agroecológico, tecnológico e industrial apropiado, como elementos clave en la progresiva conversión de los modelos de desarrollo hacia modalidades sostenibles, en un marco de una actividad productiva descentralizada.

- Fortalecer los procesos de desarrollo local endógeno.
- Impulsar el conocimiento, rescate y conservación de los espacios naturales y patrimoniales de la zona, así como el respeto por la naturaleza.

Para cumplir los objetivos se están empleando los recursos naturales y culturales (descritos en el siguiente epígrafe) existentes. Hasta el momento los resultados han sido exitosos. Prueba de ello es la gran afluencia de visitantes en los distintos eventos celebrados hasta la fecha. Por ejemplo, el día de la inauguración del Proyecto casi un millar de personas procedentes de diversos puntos de la Región de Murcia y de la provincia de Almería se desplazaron a la pedanía de Avilés para participar en la ruta de senderismo organizada y contemplar diversas actuaciones relacionadas con el folklore comarcal, así como degustar la gastronomía típica de la zona.

“Cinturón Espartaria” es un proyecto local amplio de incentivos, en el que los ciudadanos se muestran cada vez más implicados, organizándose actividades muy variadas con una mayor frecuencia. Pese a su corto recorrido, las estrategias de promoción han dado sus frutos hasta la fecha, generándose un beneficio socioeconómico para la comarca en el marco de un desarrollo sostenible (Figura 2). No obstante, habrá que esperar varios años para comprobar su incidencia real, pues si no llega a asentarse habrá quedado en tierra de nadie, como otras tantas iniciativas en el medio rural.

Gracias a su larga historia, las Tierras Altas de Lorca se han conformado como un lugar donde el patrimonio natural y cultural, material e inmaterial, tiene un gran valor. Por ello, a través de “Cinturón Espartaria” se pretende valorizar los recursos con el fin de generar un desarrollo local sostenible. Destacan las siguientes acciones:

Recursos patrimoniales, culturales y naturales.

Primeras acciones realizadas

- *Creación del Cinturón Espartaria Tierras Altas de Lorca:* Se trata de un recorrido ecoturístico deportivo de 46 kilómetros que discurre por los parajes más atractivos de las pedanías, atravesando el centro de cada una de ellas. La señalización de la ruta destaca elementos patrimoniales y ambientales asociados al territorio para fomentar las prácticas ecodeportivas y el turismo rural. Las señales muestran información sobre vías pecuarias, caminos



Figura 2
Logotipo del Proyecto “Cinturón Espartaria”.
Fuente: Proyecto “Cinturón Espartaria”.

reales y ramblas que discurren por el itinerario, direcciones para encontrar elementos patrimoniales como el Palacio de Don Gonzalo e información de los árboles monumentales. También se identifican la edafología, los hábitats de interés comunitario, yacimientos arqueológicos o los espacios más singulares incluidos en la Red Natura 2000, de manera ordenada para el usuario que realice el recorrido en bicicleta, a pie o a caballo.

- *Puesta en valor de las Fiestas Patronales:* Cada pedanía celebra en honor de su patrón sus fiestas patronales. Además del carácter religioso, tienen una faceta lúdica donde están presentes el vino, los bailes populares, las verbenas y las charangas. Se realizan y perviven gracias al esfuerzo de sus habitantes por conservar las tradiciones y el folklore de la zona. Están organizadas íntegramente por lugareños, resultando un importante elemento integrador dentro de la Comunidad de Vecinos.
- El Proyecto “Cinturón Espartaria” pretende poner en auge estas festividades, siendo fomentadas y publicitadas en los diversos medios de comunicación regionales, con el fin de atraer visitantes de otras zonas de la Región de Murcia y provincias limítrofes, para generar un desarrollo socioeconómico a lo largo de la semana de fiestas.
- *Ruta de la Tapa:* La gastronomía de las Tierras Altas de Lorca está influenciada por la región



Figura 3
Cartel publicitario de la Ruta de la Tapa 2016.
Fuente: Proyecto “Cinturón Espartaria”.

manchega y el altiplano murciano, debido a su clima fresco y el predominio de una agricultura cerealista y de vid. La puesta en marcha de esta actividad radica en la reactivación de la economía de bares y restaurantes locales, además de dar a conocer los platos más característicos de la zona, como las migas, pipirranas o gurullos con conejo (Figura 3).

- **Valorizar el patrimonio etnográfico:** Se realiza mediante exposiciones itinerantes entre las diversas pedanías, visitas guiadas a bodegas, empresas de artesanía textil, jarapas o forja (Figura 4). El objetivo principal es valorizar el patrimonio cultural material e inmaterial, así como los conocimientos tácitos del territorio (García *et al.*, 2016).

Desde el Proyecto se hace especial hincapié en el patrimonio cultural intangible. La comarca es rica en folclore, expresiones plásticas y en la elaboración de productos artesanales, por lo que se realiza un gran esfuerzo en retomar estos valores culturales que se están perdiendo con el paso de los años. La elaboración de vino, esparto, dulces de almendra o la cocción del pan, son algunos de los saberes tradicionales que se muestran en las exposiciones realizadas.

En la pedanía de Coy se ubica el Centro de Interpretación Etnológico y Arqueológico, donde el visitante puede contemplar una serie de tinajas enterradas para almacenar vino, paneles explicativos sobre el cultivo de la vid y la producción artesanal vinícola y una selección de útiles tradicionales en la agricultura que hace decenas de años dejaron de emplearse. Además, existe una sala dedicada a la artesanía textil con un telar y elementos gráficos e interactivos dedicados al tejido de las jarapas.

- **Rutas deportivas:** El entorno natural de la zona (con figuras de protección LIC y ZEPA) es idóneo para la práctica de actividades deportivas en la naturaleza (Figura 5). Se han homologado diversas rutas senderistas (Los Mayordomos, Cerro de las Viñas y Ruta el Carretón) y de mountain bike (Ruta de los Ballesteros, Coy Integral y Ruta de los Zeperos), organizándose en torno a éstas competiciones deportivas que han sido todo un éxito, arrastrando a centenares de personas procedentes de la Región de Murcia y otras provincias cercanas. Por otro lado, la orografía es idónea para practicar parapente y vuelos ultraligeros al disponer de grandes espacios abiertos y puntos de alta montaña para su lanzamiento.

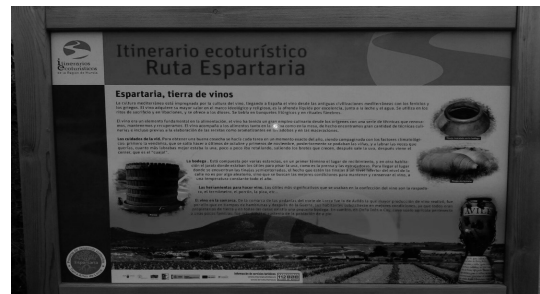


Figura 4
Cartel informativo sobre el vino de la Comarca.
Fuente: Autores.

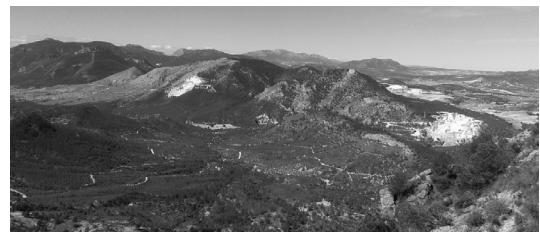


Figura 5
Orografía de las Tierras Altas de Lorca para la práctica de deportes en la naturaleza.
Fuente: Autores.

- **Restauración de elementos patrimoniales:** En las Tierras Altas de Lorca existen una serie de construcciones civiles y vestigios de éstas que recuerdan su utilidad e influencia en la vida de los pobladores de la zona. Destacan: molinos harineros a lo largo del río Turrilla o Luchena, almazaras, lagares, bodegas y lavaderos. Además, a lo largo del territorio hay numerosos cortijos dispersos que recuerdan el aislamiento y dispersión rural de la predominante economía familiar de autoconsumo en campos solitarios y la Casa-Palacio de Don Gonzalo (siglo XVIII).

La restauración del patrimonio tiene como fin evitar la desaparición del mismo, ya que durante muchos años fueron elementos indispensables en el desarrollo de la comarca, dejando una huella de identidad en sus ciudadanos que persiste en la actualidad. No obstante, el desuso de buena parte de ellos los llevó a un estado de conservación pésimo, llegando incluso a desaparecer algunos. Por ello, uno de los objetivos fundamentales del Proyecto es instar a la administración pública para la rehabilitación, conservación y posterior valorización a fin de emplear dicho patrimonio como un recurso turístico cultural. Se trata, por tanto, de acciones en las que la valorización del patrimonio y de la herencia cultural se convierten en el principal vector de la estrategia de desarrollo del turismo rural en la zona mediante el Proyecto “Cinturón Espartaria”.

Por último, se puede resaltar que un tramo del “Cinturón Espartaria” forma parte del Camino del Alto Guadalentín, una de las vías de la Vera Cruz que se dirige a la ciudad de Caravaca de la Cruz (convertida en la quinta ciudad santa del cristianismo en 1998). La presencia de este camino puede ayudar a difundir los valores patrimoniales, naturales y culturales, que forman parte del proyecto estudiado, ya que los Caminos de la Vera Cruz, gracias a la celebración *in perpetuum* de un año jubilar en la ciudad de Caravaca, van adquiriendo cada vez más una mayor dimensión socioespacial.

Conclusiones

El futuro para esta comarca en términos socioeconómicos no es nada halagüeño, el número de efectivos poblacionales y las actividades productivas se ven mermadas cada año. El turismo rural es visto

por sus habitantes como una oportunidad de desarrollo. Sin embargo, no es la única solución a los problemas existentes de marginación socioeconómica que sufren estos territorios, eso es evidente. No obstante, se trata de un factor capaz de reactivar la economía de áreas deprimidas generando un desarrollo sostenible, es decir, es necesaria su integración con el resto de actividades. De acuerdo con García (2011), la compatibilidad entre actividades tradicionales y recientes, la integración de la comarca en sistemas socioeconómicos más amplios y la conservación del medio natural, debe ser la estrategia a seguir.

El Proyecto “Cinturón Espartaria” cuenta con el beneplácito de las comunidades de vecinos de cada una de las pedanías, habiéndose conformado como un factor de desarrollo capaz de generar visitas cada fin de semana, con el consiguiente beneficio socioeconómico, ya que para alcanzar éste es necesario contar con una actitud positiva de los residentes locales. Sin embargo, es necesario seguir trabajando para mejorar las actividades realizadas hasta la fecha en pos de adquirir una mayor competitividad frente a otras áreas rurales próximas, como la comarca del Noroeste, o trabajar de forma conjunta para generar sinergias entre ambas.

La idiosincrasia de las Tierras Altas de Lorca tiene una gran importancia desde una triple dimensión: patrimonial, etnográfica y cultural. La conjugación de estos tres elementos a través de la creación de un producto turístico sobre las bases del Proyecto aquí estudiado generaría una singularidad competitiva al municipio de Lorca en general y a una de sus áreas más deprimidas en particular. No obstante, el desarrollo de este territorio solo es posible con una interrelación de fuerzas exógenas y endógenas.

Agradecimientos

Este artículo ha sido realizado en el marco del proyecto de investigación: “El Turismo Cultural en la Revitalización del Patrimonio Histórico de Lorca: Actores y Estrategias” (Proyecto 18937/JLI/13), financiado por la Fundación Séneca, Agencia de Ciencia y Tecnología de la Región de Murcia. Agradecemos el apoyo prestado.

Bibliografía

- Andrés, J. L. (2000). Aportaciones básicas del turismo al desarrollo rural. *Cadernos de Turismo*, 6, 45-59.

- Andrés, J. L. (2006). *Las Tierras Altas de Lorca*. Lorca: Ayuntamiento de Lorca.
- Briedenhann, J. & Wickens, E. (2004). Tourism routes as a tool for the economic development of rural áreas: vibrant hope or impossible dream? *Tourism management*, 25 (1), 71-79.
- Beltrán-Bueno, M.A. & Parra-Meroño, M. C. (2017). Perfiles turísticos en función de las motivaciones para viajar. *Cuadernos de Turismo*, 39, 41-65
- Cànoves, G., Herrera, L. & Cuesta, L. (2005). Turismo rural en Cataluña: condicionantes de la oferta y la demanda. *Investigaciones geográficas*, 37, 5-26.
- Cassel, S. H. & Pettersson, K. (2015). Performing gender and rurality in Swedish farm tourism. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 15(1-2), 138-151.
- Cebrián, A. & García, R. (2014). Del turismo de salud a la diversificación turística cultural en el sureste de España. *Estudios Turísticos*, 201, 47-72.
- Espejo, C. (1997). La oferta de turismo rural en el Noroeste de la Región de Murcia. *Geographicalia*, 35, 87-98.
- Farmaki, A. (2014). Satisfaction with the rural tourism product of Cyprus. *International Journal of Tourism Policy*, 5(4), 249-268.
- García, B. (2005). Características diferenciales del producto turismo rural. *Cuadernos de Turismo*, 15, 113-134.
- García, R. (2011). Turismo y desarrollo rural en la comarca del Noroeste de la Región de Murcia: Los programas europeos LEADER. *Cuadernos de Turismo*, 27, 419-435.
- García, R., Andrés, J. L. & Espejo, C. (2016). Conocimientos tácitos, transversalidad turística y desarrollo local. El ejemplo de una ciudad desolada y en proceso de reconversión: Lorca (Región de Murcia, España). *PASOS. Revista de turismo y patrimonio cultural*, 14 (5), 1093-1107.
- Ghaderi, Z. & Henderson, J.C. (2012). Sustainable rural tourism in Iran: A perspective from Hawraman Village. *Tourism Management Perspectives*, 2-3, 47-54.
- Guzmán-Parra, V. F., Quintana-García, C., Benavides-Velasco, C. A. & Vila-Oblitas, J. R. (2015). Trends and seasonal variation of tourist demand in Spain: The role of rural tourism. *Tourism Management Perspectives*, 16, 123-128.
- Ibarra, M., Taboada, P., Astrid, M. & Rivera, J. C. (2016). Turismo rural en Salamina - Caldas Colombia: Rutas turísticas. In *X CITUDES*, Congreso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimiento sustentable, Santiago de Compostela (España), 19-21 de octubre de 2016 (pp. 705-718).
- Johansson, M. (2016). Young women and rural exodus e Swedish experiences. *Journal of Rural Studies*, 43, 291-300.
- Kastenholz, E., Marques, C., Carneiro, M. J. & Lima, J. (2016). Estimular a experiencia turística sensorial num destino rural enoturístico - O caso de Favaios/ Portugal. In *X CITUDES*, Congreso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimiento sustentable, Santiago de Compostela (España), 19-21 de octubre de 2016 (pp. 611-624).
- López, L. (2017). Nuevas fórmulas para un desarrollo local sustentable. Los Ecomuseos en Apulia (Italia). *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 11, 241-262.
- Millán, M. (1999). El turismo rural en la planificación económica de la Región de Murcia. *Cuadernos de Turismo*, 4, 51-72.
- Millán, M. (2012). Turismo de interior en la Región de Murcia: Una aproximación al turismo rural y al enoturismo. *Polígonos*, 23, 87-112.
- Moreno, D. (2014). Alternativas al turismo de sol y playa en Mazarrón (Murcia). *Estudios Turísticos*, 201, 113-127.
- Oppewal, H., Huybers, T. & Crouch, G. I. (2015). Tourist destination and experience choice: A choice experimental analysis of decision sequence effects. *Tourism Management*, 48, 467-476.
- Peñalver, M. T. (2004). El turismo activo como alternativa y complemento al modelo turístico en la Región de Murcia. *Cuadernos de Turismo*, 14, 179-215.
- Ponce, M. D. (2009). Agroturismo y desarrollo rural en destinos turísticos de interior. El caso de Finca Hacienda Los Granadicos en Moratalla (Murcia). *Cuadernos de Turismo*, 24, 193-206.
- Righi, D. M., Menezes, A. C., Dias, M. & de Medeiros, L. (2016). Gestão e práticas do turismo no espaço rural na região da Quarta Colônia, RS, Brasil. In *X CITUDES*, Congreso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimiento sustentable, Santiago de Compostela (España), 19-21 de octubre de 2016 (pp. 501-512).
- Serrano, J. M. (2007). El turismo residencial en la Región de Murcia frente a los nuevos retos. *Cuadernos de Turismo*, 19, 189-216.
- Silva, L. & Leal, J. (2015). Rural tourism and national identity building in contemporary Europe: Evidence from Portugal. *Journal of Rural Studies*, 38, 109-119.
- Vaugeois, N. (2015). Rural tourism: An international perspective. *Annals of Tourism Research*, 54, 225-226.
- Vera, J. F. & Baños, C. J. (2010). Renovación y reestructuración de los destinos turísticos consolidados del litoral: Las prácticas recreativas en la evolución del espacio turístico. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 53, 329-353.

Página deixada propositalmente em branco

ARTIGOS

- José Gouveia e Helena Nogueira..... 3**
O suicídio em Portugal: ocorrências no Domínio Público Marítimo
- Margarida Pereira e Helena Nogueira 15**
Ensaio metodológico para a categorização territorial do município de Lisboa utilizando dados dos censos de 2011
- Messias Modesto dos Passos 27**
A paisagem, uma ferramenta de análise de territórios emergentes na interface entre natureza e sociedade: o vale do Guaporé - Jauru/MT-Brasil
- Cláudio Antonio Di Mauro e Gláucia Carvalho Gomes..... 47**
Bases legais e institucionais de planos diretores municipais: exemplos no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil
- Joana Capela de Campos e Vítor Murtinho 63**
O passado em permanente construção. O património em transformação.
O caso da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia Património Mundial
- Javier Martí Talavera, Ramón García Marín, Daniel Moreno Muñoz e Víctor Ruíz Álvarez 77**
Los Caballos del Vino: Tradición, Patrimonio y Turismo en Caravaca de la Cruz (Murcia, SE de España)
- Rui Martins e Margarida Franca 87**
Património cultural e investimento público na Região Centro de Portugal. Estudo de caso dos monumentos património da humanidade
- Tiago Santana Águas e Carla Rolo Antunes..... 101**
Turismo em Espaço Rural: Concelho de Monchique
- Daniel Moreno Muñoz, Víctor Ruíz Álvarez e David Espín Sánchez..... 111**
Turismo y desarrollo rural en la comarca de las Tierras Altas de Lorca (Región de Murcia, España).
Caso de estudio: El Proyecto “Cinturón Espartaria”

Página deixada propositalmente em branco

1. **Tipo de documentos**

Na revista *Cadernos de Geografia* publicam-se artigos inéditos, notas, notícias e resenhas em português, inglês, francês ou espanhol.
2. **Extensão**
 - 2.1. O artigo não deve exceder 50 000 caracteres com espaços, incluindo resumo e palavras-chave em dois idiomas, figuras, quadros e bibliografia.
 - 2.2. A nota ou notícia não deve possuir mais de 10 000 caracteres com espaços.
 - 2.3. A resenha não deve ultrapassar 30 000 caracteres com espaços.
3. **Título**
 - 3.1. Deve ser conciso e exprimir o conteúdo do texto.
 - 3.2. É apresentado em minúsculas, a negrito e alinhado à esquerda.
 - 3.3. Deve apresentar-se no mesmo idioma do texto e ser traduzido para inglês.
4. **Autores**
 - 4.1. O nome do(a) autor(a) é escrito em minúsculas, com as iniciais em maiúsculas, apresentando-se no parágrafo imediatamente a seguir ao título, alinhado à esquerda e a negrito.
 - 4.2. No parágrafo a seguir ao nome do(a) autor(a) insere-se a filiação institucional.
 - 4.3. No parágrafo a seguir à filiação institucional indica-se o endereço de correio eletrónico respetivo.
 - 4.4. No parágrafo a seguir ao endereço eletrónico de cada autor deve ser indicado o ORCID respetivo.
5. **Resumos**
 - 5.1. São apresentados dois resumos, um no mesmo idioma do texto e outro em inglês.
 - 5.2. O resumo deve ser conciso, exprimir o conteúdo do texto, contemplando os objetivos essenciais, os resultados e as conclusões alcançadas.
 - 5.3. Não devem fazer-se constar nos resumos referências bibliográficas ou citações.
 - 5.4. Cada resumo não deve exceder 1 500 caracteres com espaços.
6. **Palavras-chave**
 - 6.1. São apresentadas no final de cada resumo.
 - 6.2. Surgem separadas entre si por ponto e vírgula.
 - 6.3. Devem ser no mínimo 3 e no máximo 5.
 - 6.4. São apresentadas no mesmo idioma do texto e em inglês.
7. **Formatação do texto e das secções**
 - 7.1. Os originais devem ser preparados em suporte digital, em versão recente do Word, tamanho A4 com margens superior, inferior e laterais a 2,54cm. Tipo de letra Times New Roman a 12 pt, alinhamento do texto justificado, com avanço de 1,27 cm na primeira linha de cada parágrafo. Espaçamento duplo entre linhas.
 - 7.2. Os títulos devem estar alinhados à esquerda, a negrito, com letra de tamanho 16 pt. Os subtítulos, sem qualquer numeração, deverão ser formatados de acordo com os seguintes exemplos:
Nível 1 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 14 pt.
Nível 2 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 13 pt.
Nível 3 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 12,5 pt.
Nível 4 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 12 pt.
 - 7.3. No decurso do texto a indicação bibliográfica de um/a autor/a deve ser apresentada do seguinte modo: o apelido, seguido da data da referência entre parêntesis. Ex.: Cunha (2015) ou (Cunha, 2015). Tratando-se de uma citação deve constar a indicação da(s) página(s). Ex.: Gomes (2014: 61) ou (Gomes, 2014: 64) ou (Gomes, 2014: 72-73). Havendo 2 autores usa-se “e” entre os apelidos. Ex.: (Santos e Gonçalves, 2011); tratando-se de 3 ou de mais autores indica-se o apelido do 1.º seguido de *et al.* Ex.: (Rodrigues *et al.*, 2012). Se forem utilizadas várias referências do(a)s mesmo(a)s autor(a)s com o mesmo ano de edição devem ser distinguidas pelas letras a, b, c, etc., imediatamente após o ano. Ex.: Silva (2014a) ou (Silva, 2014b).
 - 7.4. As transcrições devem ser colocadas entre aspas.
 - 7.5. O texto deve seguir o acordo ortográfico de 1990 e apresentar uma linguagem inclusiva. Ex. Homem deve ser preferido a favor de ser humano.
 - 7.6. As palavras num idioma diferente do que serve de base ao texto deverão ser formatadas em itálico. Todos os sublinhados deverão ser substituídos por itálico.
 - 7.7. Se forem necessárias abreviaturas, acrónimos ou siglas, devem ser discriminados na primeira vez que são referidos, apresentando-se as iniciais imediatamente a seguir entre parêntesis. Ex.: Instituto Nacional de Estatística (INE).
8. **Notas de pé de página**
 - 8.1. Devem ser as estritamente imprescindíveis, breves e limitar-se a abonar o texto, a introduzir um esclarecimento ou um ponto crítico.
 - 8.2. As referências bibliográficas não devem aparecer em notas de rodapé.
 - 8.3. As notas têm uma sequência numérica árabe, contínua, sem parêntesis e apresentam-se no final da página.
9. **Figuras**
 - 9.1. A figura designa uma ilustração que contempla mapas, gráficos, representações esquemáticas, desenhos, fotografias, fórmulas, entre outros.
 - 9.2. As figuras têm uma sequência numérica árabe e contínua.
 - 9.3. A designação da figura deve ser concisa, exprimir o conteúdo e utilizar maiúsculas apenas no início e nos nomes próprios.
 - 9.4. Todas as figuras devem estar devidamente posicionadas e ser referidas no texto, usando a palavra Figura, mesmo quando inserida entre parêntesis [Ex.: (Figura 1)].
 - 9.5. As figuras são enviadas em ficheiro separado do texto, em modo CMYK, formato TIFF, com uma resolução de 300 dpi. Cada figura é identificada pelo apelido do primeiro autor, n.º da figura e extensão correspondente ao formato. Ex.: Silva_Fig_2.tiff
- 9.6. As fotografias devem ter uma dimensão de 16x23 cm.
- 9.7. As figuras devem ter qualidade e legibilidade suficientes para permitirem redução para a mancha da revista.
- 9.8. Os autores devem selecionar com parcimónia as ilustrações que consideram preferenciais para impressão a cores. Sempre que possível esta preferência será respeitada.
- 9.9. No caso das figuras a preto e branco, é aconselhado o uso de tramas que permitam uma leitura fácil, devendo evitar-se a multiplicação de escalas de cinzentos.
- 9.10. As legendas devem ser simples e claras.
- 9.11. Caso a imagem não sejam original, a sua fonte deve ficar expressa no parágrafo imediatamente a seguir ao título da figura.
- 9.12. As equações e fórmulas devem ser convertidas para imagem e numeradas no seu canto inferior direito, numa sequência numérica árabe, contínua e entre parêntesis.
10. **Quadros**
 - 10.1. Todos os quadros devem estar devidamente posicionados e ser referidos no texto, usando a palavra Quadro, mesmo quando inserida entre parêntesis [Ex.: (Quadro I)].
 - 10.2. Os quadros são identificados numa sequência numérica romana, contínua, posicionada no seu topo.
 - 10.3. O título segue a numeração do quadro e deve ser conciso, exprimir o conteúdo e utilizar maiúsculas apenas no início e nos nomes próprios.
 - 10.4. Devem evitar-se quadros muito extensos que não excedam uma página.
 - 10.5. Os quadros devem ser simples, não incluindo frases longas, números muito extensos ou o uso de demasiadas casas decimais.
 - 10.6. Caso o quadro não sejam original, a sua fonte deve ficar expressa no final do quadro, alinhada à esquerda.
11. **Bibliografia**
 - 11.1. É inserida no final do texto, precedida pelo uso da palavra Bibliografia.
 - 11.2. A norma APA (American Psychological Association) será considerada como guia para todo o tipo de referências bibliográficas não expressamente incluído neste ponto.
 - 11.3. As referências bibliográficas devem ser sempre escritas em caracteres latinos (efetuar transliteração).
 - 11.4. Devem incluir-se, exclusivamente, as referências citadas no texto.
 - 11.5. Não é permitida a auto-citação em mais de 20%.
 - 11.6. As referências bibliográficas são apresentadas por ordem alfabética.
 - 11.7. No caso de existirem diversas referências do mesmo autor segue-se a ordem cronológica, com a referência mais recente em primeiro lugar.
 - 11.8. Se existir mais do que uma referência do mesmo ano e autor acrescentam-se à data as letras a, b, c, etc.
 - 11.9. Livro impresso
Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: subtítulo*. (edição). Local de edição: Editor.
 - 11.10. Capítulo de livro impresso
Apelido, A. A. & Apelido, B. B. (ano). Título do capítulo/parte da obra. In C. C. Apelido & D. D. Apelido (Ed./Coord./Ed. Lit. ou Org.), *Título da obra: subtítulo*, (edição) (pp. xx-xx). Local de edição: Editor.
 - 11.11. Artigo impresso em publicação periódica
Apelido, A. A. (ano). Título do artigo: subtítulo do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), xx-xx.
 - 11.12. Comunicação em atas de congresso impressas
Apelido, A. A. & Apelido, B. B. (ano). Título do texto. In *Título das atas, Especificação do Congresso, cidade, mês e dias* (pp. xx-xx).
 - 11.13. Legislação ou normas
[Ex.:] Portaria n.º xxxxx de dd de mm. *Diário da República n.º xxx/xx - X Série*. Ministério.
Norma (ano). *Identificação da norma por extenso*. Local de edição: Entidade.
 - 11.14. Livro eletrónico
Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: subtítulo*. Acedido a dd de mm de aaaa, em doi: ou URL.
 - 11.15. Artigo em publicação periódica online com DOI (*Digital Object Identifier*)
Apelido, A. A. (ano). Título do artigo: subtítulo do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), páginas. Acedido a dd de mm de aaaa em doi.
 - 11.16. Artigo em publicação periódica online com endereço URL (*Uniform Resource Locator*)
Apelido, A. A. (ano). Título do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), páginas. Acedido a dd de mm de aaaa, em http://.
 - 11.17. Manuscritos ainda não publicados (tais como dissertações e teses)
Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: subtítulo*. Dissertação/Tese, Instituição, Localidade, País.
12. **Organização do texto para submissão**
 - 12.1. Os textos e as figuras devem ser gravados individualmente e integrar uma pasta identificada pelo apelido do 1.º autor, que deverá ser comprimida, em formato ZIP, não podendo ultrapassar os 45 MB.
13. **Deveres dos autores**
 - 13.1. É da exclusiva responsabilidade dos autores a obtenção de autorização para a publicação de material que esteja sujeito a direitos de autor.
 - 13.2. Em função do processo de revisão, os autores comprometem-se a aceitar as sugestões propostas pelos revisores anónimos e a introduzi-las no documento final nas condições requeridas. Sempre que os autores discordem das propostas devem apresentar uma justificação para cada um dos casos, devidamente fundamentada.
14. **Direitos de edição**
 - 14.1. Os direitos de edição pertencem ao Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra.
 - 14.2. A publicação implica a aceitação das “instruções para autores”, do “Código de ética guia de boas práticas da UC Digitalis”.